



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
Curso de Mestrado em Geografia - CMG



**A DIFUSÃO DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA
NAS PAISAGENS INSULARES: um estudo sobre
o litoral Sul da Ilha de Itamaracá - PE**

LENILTON FRANCISCO DE ASSIS

Recife, dezembro de 2001.

LENILTON FRANCISCO DE ASSIS

**A DIFUSÃO DO TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA
NAS PAISAGENS INSULARES: um estudo sobre
o litoral Sul da Ilha de Itamaracá - PE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, sob orientação da **Prof^a. Dr^a. EDVÂNIA TORRES AGUIAR GOMES**, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Recife, dezembro de 2001.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens insulares**: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá - PE. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

177 folhas: il., fig., tab., gráf., mapas.

Tela da capa de Natanael Pires Magalhães Filho.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Geografia humana – Turismo – Ilha de Itamaracá (PE). 2. Residência de veraneio – Implicações sócio-ambientais. I Magalhães Filho, Natanael Pires.

II. Título.

911.3(813.4)

CDU (2.ed.)

UFPE

910.8134

CDD (21.ed.)

BC2001-304

LICENÇA DESTA OBRA PARA DISTRIBUIÇÃO DIGITAL:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/>

Você pode:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra

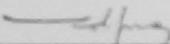
Sob as seguintes condições:

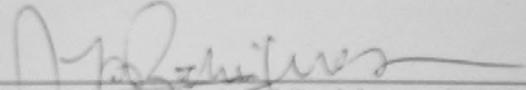
- **Atribuição.** Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.
 - **Uso Não-Comercial.** Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.
 - **Vedada a Criação de Obras Derivadas.** Você não pode alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta.
-
- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
 - Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que você obtenha permissão do autor.
 - Nothing in this license impairs or restricts the author's moral rights.

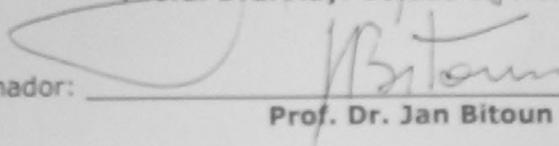
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
Curso de Mestrado em Geografia - CMG

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientadora: 
Prof. Dra. Edvânia Torres Aguiar Gomes (UFPE)

1º Examinador: 
Prof. Dra. Adyr Balastrenj Rodrigues (USP)

2º Examinador: 
Prof. Dr. Jan Bitoun (UFPE)

SUPLENTE:

1º. _____
Prof. Dra. Heleniza Ávila Campos (UNISC-RS)

2º. _____
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)

APROVADA em 28 de janeiro de 2002.

*Aos meus avós, Nilton, Severina, Pedro e
Celina, pelo prazer que me brindaram com
suas histórias de vida, instigando-me nas
“(re)descobertas” das paisagens da Ilha de
Itamaracá.*

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
AGRADECIMENTOS	
LISTA DE MAPAS	
LISTA DE FIGURAS	
LISTA DE GRÁFICOS	
LISTA DE TABELAS	
LISTA DE FOTOS	
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - APORTES TEÓRICOS	16
1.1. TURISMO E INSULARIDADE TROPICAL: ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS	16
1.1.1. <i>Entre o Ócio, o Negócio do tal do Tempo Livre. Afinal, o que é isso?</i>	22
1.1.2. <i>O Lazer numa Ilha ou uma Ilha de Lazer? Espaço do Ócio, do Negócio... Uma Ilha ou um arquipélago de relações de interesse?</i>	25
1.1.3. <i>Entre o Visitar e o Morar em Ilhas - outros contrastes e perspectivas</i>	30
1.2. O TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS	31
1.3. AS REPRESENTAÇÕES DAS PAISAGENS DO MUNDO VIVIDO	45
CAPÍTULO II - (RE)CONSTRUINDO A DINÂMICA DAS PAISAGENS	51
2.1. UMA ILHA NA PERIFERIA METROPOLITANA: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TURÍSTICA	51
2.1.1. <i>Aspectos Físico-naturais</i>	52
2.1.2. <i>Aspectos Sócio-econômicos</i>	57
2.1.3. <i>As Regiões Administrativas da Ilha</i>	59
2.1.4. <i>Infra-estrutura Urbana</i>	60
2.1.4.1. <i>Lixo</i>	65
2.1.4.2. <i>Comércio e Serviços</i>	68
2.2. CAPITANIA DE ITAMARACÁ: AS "PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES" DAS PAISAGENS	70
2.2.1. <i>Recuperando Marcos da História dos Bairros Forte Orange, Vila Velha e Pilar</i>	73
2.3. DOS ENGENHOS ÀS ENGENHOSIDADES URBANAS: AS MUDANÇAS NO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	77
2.3.1. <i>Processos de Parcelamento e Ocupação do Solo</i>	82
2.3.2. <i>Diplomas Legais de Disciplinamento do Uso e Ocupação do Solo - 1990/2001</i>	85
2.3.3. <i>Contando os Domicílios: desafio dos instrumentos de cadastro</i>	89
2.3.4. <i>IPTU: as Segundas Residências frente os Domicílios Fixos</i>	92
2.4. O COMÉRCIO DA PAISAGEM: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SEUS ATORES	95
2.4.1. <i>Os Procedimentos para a Configuração de Segundas Residências na Ilha</i>	96
2.4.2. <i>Penitenciárias: os caminhos da liberdade e a tomada da Ilha pelo turismo</i>	101
2.4.3. <i>Traçados de Futuro: a Ilha planejada no PRODETUR</i>	104
2.4.4. <i>Prescrições para a Ilha a partir do PRODETUR</i>	108
CAPÍTULO III - AS MARCAS NAS PAISAGENS E AS SUAS REPRESENTAÇÕES	113
3.1 DO SÍTIO À SITUAÇÃO: AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS	113
3.1.1. <i>Ainda Refletindo sobre Ilhas</i>	113
3.1.2. <i>Moradores Adventícios: antigos turistas de Segunda Residência</i>	116
3.1.3. <i>Alguns dos Impactos Sócio-ambientais com a Massificação do Turismo</i>	117
3.2 A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO "NATIVA" E AS IMPLICAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS	126
3.2.1. <i>O Impacto do Turismo na Dinâmica Populacional</i>	130
3.2.2. <i>Impactos Sócio-culturais na População</i>	134
3.3 AS REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO "VERANISTA" E "NATIVA"	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA VENDA DE TERRENOS À VENDA DO TURISMO - O DESAFIO DA TRANSIÇÃO	161
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXO: Questionário - Turistas de "Casas de Veraneio"	178

RESUMO

O turismo tem sido um dos principais vetores responsáveis pela transformação das paisagens litorâneas, tendo nos espaços insulares características peculiares de difusão. As ilhas são por si espaços que evocam simulacros e remetem a idéias de aventura, fantasia, prisão e até risco. Devidamente apropriadas pelo capital em todas as suas vertentes, não raramente as dimensões de *insularidade e ilheidade* nelas contidas, são incorporadas ao modelo convencional de turismo na caça aos nichos ou paraísos perdidos. De maneira muito rápida, esse processo vem se desenvolvendo na Ilha de Itamaracá-PE, onde se delimitou como área de estudo os bairros de São Paulo e Forte Orange, localizados na sua porção sul. Nestes bairros foram analisadas as implicações sócio-ambientais engendradas pela difusão do turismo, especialmente, de segunda residência. Por ser um espaço insular encravado num mosaico metropolitano, Itamaracá vem atraindo, desde meados de 1970, grande fluxo de turistas que foram fixando suas residências secundárias para o lazer de finais de semana e das férias anuais. Este modelo de ocupação urbana desenfreada ocasionou modificações na paisagem natural, nos valores e tradições, assim como, nas representações do mundo vivido da população "nativa", desconsiderando a peculiaridade insular de Itamaracá.

ABSTRACT

Tourism has been one of the main causes for the transformation of the coastal landscape, each micro region having particular characteristics for diffusion. The islands are for themselves spaces that evoke memories pointing to the adventure, fantasy, prison and risk. Properly adapted by the capital in every possible ways, the dimensions of insularity and *ileité* are frequently incorporated into the conventional model of tourism in the scarce for lost niches or paradises. We discuss in this study the specific case of two districts in Southern of Itamaracá Island (PE), which have been affected by intensive tourist activity and an increase second homes, resulting in a variety of socio-spatial impacts. As an insular space imbedded within a metropolitan mosaic, Itamaracá has attracted, from the mid 1970's, a great number of tourists, which went setting up second residences for weekend leisure and annual vacations. This model of urban occupation caused modifications in the natural landscape, in local values and traditions, as well as, in the lifeworld representations of the native population, disrespecting the insular peculiarity of Itamaracá.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos trilhados para a realização deste trabalho, colocaram-me diante de pessoas e instituições fundamentais, as quais merecem minha sincera menção de agradecimento.

À Profa. Edvânia Torres Aguiar Gomes, meu agradecimento especial pela competência e rigor acadêmico dispensados na orientação deste trabalho. Com seu carinho e exigências consistentes, tem acompanhado toda minha trajetória científica, incentivando, constantemente, o meu "crescimento intelectual e pessoal". Desde a Graduação, quando tive o privilégio de participar do Programa Especial de Treinamento (PET/CAPES) sob a sua tutoria, pude compartilhar com outros bolsistas de um ambiente de trabalho coletivo, pautado num elenco diversificado de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Foi no PET que nasceu a idéia deste estudo e, desde então, recebi seu total apoio para dar prosseguimento no Mestrado. À mestra e amiga, reservo profunda admiração e estima.

Aos professores que colaboraram com o PET/CAPES - Heleniza Campos, José Borzachiello da Silva, Maria Geralda Almeida, Beatriz Pontes e Caio Maciel - sou grato por suas contribuições para a minha formação e pelos incentivos à seqüência deste trabalho. Especialmente, agradeço à Profa. e amiga Heleniza Campos pela sempre gentil atenção e por toda a orientação concedida ao longo da Graduação e do Mestrado.

Aos demais Professores do Departamento de Geografia, especialmente do Programa de Pós-graduação, como o Prof. Manuel Correia de Andrade - de quem muito me vali nas primeiras reconstruções da História de Itamaracá -, meu obrigado pelas suas contribuições ao longo da minha formação acadêmica. Especialmente, sou grato ao Prof. Nilson Crócia, Prof. Cláudio Castilho e Prof. Jan Bitoun, pelas preciosas observações durante a defesa do projeto dessa dissertação, assim como pelo aporte bibliográfico recebido ao longo da pesquisa.

Aos colegas de turma - Ady Gomes, Aretuza Melo, Clélio Santos, Ednilza Santos, Maria Cristina Melo, Mário Benning, Martha Priscila Bezerra, Roseane Cavalcanti e Xisto Souza Jr. - agradeço a amizade e o ambiente salutar da troca de idéias e experiências compartilhadas ao longo das nossas aulas. Um elo de amizades foi selado.

Aos atuais e ex-secretários do Mestrado em Geografia, meu agradecimento pela presteza e atenção, especialmente, ao amigo Antônio Carlos Duprat.

Aos funcionários que me prestaram assistência nos diversos órgãos pesquisados como a FIDEM, o IBGE, a CPRH, a Prefeitura de Itamaracá, o Núcleo de Apoio à Pesquisa Acadêmica (NAPA/UFPE), entre outros, o meu reconhecimento de gratidão, o qual estendo ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter me concedido uma bolsa de estudo para a viabilização financeira deste trabalho.

Aos meus familiares minha eterna gratidão, em especial, aos meus pais - Luís e Nilda - e aos meus irmãos - Lucenildo, Luciano, Linaldo e Luís Jr. -, pelo apoio e incentivo ao longo de toda minha vida. Quando saímos do seio familiar e navegamos por outros mares, é sempre boa a certeza de termos um porto seguro para ancorar nas tempestades. A vocês, obrigado pela confiança e pelo afeto.

A Ana Paula Paiva, os agradecimentos ficam aquém de expressar os meus verdadeiros sentimentos. Seu apoio e o companheirismo compartilhado nas horas mais difíceis dessa jornada foram fundamentais. Incentivou-me ao longo de toda a pesquisa, compreendendo minhas ausências e dividindo comigo as angústias e alegrias das minhas incursões científicas. À minha noiva, o meu amor e grande admiração.

Aos amigos Adelson Lima, Josiane Pereira, Marcelo Paiva e Sérgio Marinho, meus sinceros agradecimentos pela laboriosa aplicação dos questionários e por todo o apoio concedido. À tia Cárita, agradeço pela força e incentivo recebidos ao longo de toda esta jornada. Ao pintor e amigo Natanael Magalhães (Tuca), sou grato pela tela da capa presenteada. Estendo ainda estes agradecimentos aos amigos Cláudio Martins, Edgar Dias, Fabiana Farias, Hadmam Souza, Kátia Tavares, Lucy Callender, Sidclay Pereira, Verônica Oliveira e Xisto Souza Jr., pela dedicada contribuição em diferentes etapas deste trabalho como revisões, traduções, elaboração de gráficos, mapas e ajustes finais.

Registro ainda meu agradecimento a todas as pessoas que responderam os questionários e concederam as entrevistas, especialmente, aos cinco idosos ilhéus (Srs. Nilton e Pedro; Sras. Severina, Celina e Maria) que me presentearam com um "mergulho" na História da Ilha, contada por quem de fato a vivenciou.

Por fim, gostaria de agradecer a todos aqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, mas que pelos inevitáveis lapsos de memória, tiveram seus nomes aqui omitidos. A todos, meu mais sincero obrigado.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da Ilha de Itamaracá na RMR.....	13
Mapa 2: Área de Estudo e de Loteamentos da Ilha de Itamaracá.....	15
Mapa 3: Reservas Ecológicas e Área de Segunda Residência de Itamaracá.....	55
Mapa 4: Localização das Penitenciárias da Ilha de Itamaracá.....	102

LISTA DE FIGURAS

Tela (17,5 x 10,5cm), 2001, de Natanael Pires Magalhães Filho.....	Capa
Figura 1: Modelo de Lundgren sobre a Expansão Urbana e as Segundas Residências.....	41
Figura 2: Capitania de Itamaracá.....	71
Figura 3: <i>Caerte Vant Eylant Tamarcca</i> - Johannes Vingboons (1660)	74
Figura 4: Vista do Forte Orange construído de madeira pelos holandeses (1631) e da Vila da Conceição - Gravura de autor desconhecido.....	75
Figura 5: Evolução Urbana da Ilha de Itamaracá – 1974 a 1998.....	88
Figura 6: Loteamentos dos Bairros de São Paulo e Forte Orange.....	94
Figura 7: Trilhas Terrestres da Ilha de Itamaracá.....	110
Figura 8: Trilhas Aquáticas da Ilha de Itamaracá.....	112
Figura 9, 9a, 9b: Evolução Urbana dos Bairros de São Paulo e Forte Orange - 1974/1998...	119
Figura 10: Pescador artesanal do litoral brasileiro – Gravura de Percy Lau.....	128
Figura 11: Pirâmides Etárias da Ilha de Itamaracá – 1970 a 1996.....	131
Figura 12: <i>Vista de Itamaracá</i> – tela de Frans Post (1637).....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da População da Ilha de Itamaracá – 1940/2000.....	59
Gráfico 2: Crescimento das Segundas Residências na Ilha de Itamaracá-1970/2000.....	91
Gráfico 3: Pagamento do IPTU pelos Turistas Entrevistados.....	92
Gráfico 4: Opinião dos Entrevistados sobre a Aplicação do IPTU.....	92
Gráfico 5: Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de Itamaracá segundo Setores de Atividade Econômica – 1970/1991.....	132
Gráfico 6: Turistas que Empregam Pessoas nas Segundas Residências.....	133
Gráfico 6a: Função dos Empregados.....	133
Gráfico 6b: Condição dos Empregados.....	133
Gráfico 6c: Local de Residência dos Empregados.....	133
Gráfico 7: Motivo da Compra/Aluguel da Segunda Residência.....	139
Gráfico 8: Procedência dos Turistas Entrevistados.....	144
Gráfico 9: Nível de Escolaridade dos Turistas Entrevistados.....	144
Gráfico 10: Profissão dos Turistas Entrevistados.....	144
Gráfico 11: Renda Mensal dos Turistas Entrevistados (em Salários Mínimos – SM).....	144

Gráfico 12: Condição do Domicílio.....	144
Gráfico 13: A Quem foi comprado/Alugado o Terreno/Casa.....	146
Gráfico 14: Ano da Compra ou Aluguel do Domicílio.....	146
Gráfico 15: Proprietários que Alugam suas Segundas Residências.....	146
Gráfico 16: Período que mais Frequenta a Segunda Residência.....	146
Gráfico 17: Transporte Utilizado para Chegar à Segunda Residência.....	146
Gráfico 18: Principais Problemas da Ilha Indicados pelos Entrevistados.....	146
Gráfico 19: Os Turistas Contribuem com os Problemas da Ilha?.....	149
Gráfico 20: Opinião dos Entrevistados sobre a Criação de uma Taxa-Pedágio.....	149
Gráfico 21: Lugar em que mais se Abastecem de Gêneros Alimentícios.....	149
Gráfico 22: Opinião dos Entrevistados sobre a Rede de Comércio/Serviços da Ilha.....	149
Gráfico 23: Relação "Veranista"-Morador "Nativo".....	149
Gráfico 24: Interesse dos Entrevistados em Vender suas Segundas Residências.....	149
Gráfico 25: Evolução do Turismo de Segunda Residência em Itamaracá.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cadastro dos Loteamentos dos Bairros de São Paulo e Forte Orange.....	61
Tabela 2: Nível dos Serviços de Limpeza e Coleta do Lixo em Itamaracá.....	66
Tabela 3: Quantidade Produzida e Área Colhida de Alguns Produtos Agrícolas de Itamaracá – 1970/1985.....	80
Tabela 4: Crescimento da Zona Urbana da Ilha de Itamaracá.....	83
Tabela 5: Condição de Ocupação dos Domicílios de Itamaracá – 1980/1991.....	91
Tabela 6: Evolução da Balneabilidade das Estações de Coleta de Itamaracá – 1995/1999....	126

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Ponte Getúlio Vargas (375m) sobre o Canal de Santa Cruz.....	51
Foto 2: Reservas Ecológicas da Macaxeira e de Santa Cruz.....	54
Foto 3: Predomínio das Segundas Residências na paisagem do litoral sul.....	63
Foto 4: Via não pavimentada do bairro do Forte Orange durante o "inverno".....	63
Foto 5: "Trenzinho" transportando turistas e nativos.....	65
Foto 6: Lixo nas margens da PE-1, um dos principais eixos turísticos da Ilha.....	65
Foto 7: Praia do Forte Orange e vista à esquerda dos antigos bares.....	69
Foto 8: Vista dos novos bares da Praia do Forte Orange.....	69
Foto 9: Entrada do Centro Peixe-Boi do IBAMA na PE-1	69
Foto 10: Vista aérea do Forte Orange atual.....	75
Foto 11: Casa grande do Engenho São João.....	79
Foto 12: Moita do Engenho São João.....	79
Foto 13: Ruínas da Capela do Engenho Amparo tomada pela vegetação.....	79

Foto 14: Outdoor na margem da PE-1 divulga a venda facilitada de terrenos.....	100
Foto 15: Segundas Residências em construção no Bairro de São Paulo.....	100
Foto 16: Quiosque de Informação da Trilha dos Holandeses, no Forte Orange.....	111
Foto 17: Centro de Informações Turísticas desativado ao lado da Ponte.....	111
Foto 18: Posto do CIPOMA no Forte Orange.....	111
Foto 19: Segundas Residências conjugadas em estilo mais convencional.....	120
Foto 20: Segunda Residência em estilo mais sofisticado.....	120
Foto 21: Edifício de segunda residência.....	120
Foto 22: Área do Aterro Forte Orange Privê e vista de manguezal.....	122
Foto 23: Resquício de manguezal degradado.....	122
Foto 24: Tabuleiro da Formação barreira de onde é extraída argila para aterro.....	122
Foto 25: Casas de moradores nativos expostas a riscos de deslizamentos.....	123
Foto 26: Edifício de segunda residência à beira-mar na Praia de São Paulo.....	125
Foto 27: Avanço do mar erodindo os cais de proteção das segundas residências.....	125
Foto 28: Trepador de coqueiro.....	128
Foto 29: A imagem atual do Canal de Santa Cruz pintado por Frans Post (1637).....	138
Foto 30: Rua Padre Machado (Pilar) – 1913.....	154
Foto 31: Rua Padre Machado (Pilar) – 2001.....	154

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade complexa que, nas suas múltiplas relações econômicas, sociais, políticas e culturais, vem se difundindo de forma acelerada. Movimentando capitais de enormes proporções e superando atividades tradicionais como a agricultura e a indústria, seu processo de expansão é tão veloz e dinâmico que já lhe reverenciam como o "fenômeno mais promissor do século XXI".

Em 1999, a *World Travel and Tourism Council* - WTTC, registrou que o PIB no setor de turismo no mundo atingiu a cifra de US\$ 4,5 trilhões, em decorrência da movimentação de 656,9 milhões de turistas e da geração de 192 milhões de empregos (EMBRATUR, 2001).

Na esteira desse crescimento, o Brasil pulou do 43º lugar em 1994 para 29º em 1999, no concorrido ranking da Organização Mundial de Turismo, (OMT) de destino turístico mais demandado no mundo. De 13 milhões de desembarques nacionais domésticos nos aeroportos brasileiros em 1994, o país passou a contabilizar 26 milhões de desembarques no ano de 1999 e com a possibilidade de chegar a 29 milhões em 2000 (EMBRATUR, 2001).

Em consonância com o processo de Globalização, o turismo, ao mesmo tempo em que integra as economias homogeneizando padrões de consumo e de lazer, seleciona, exclui e hierarquiza os espaços, concentrando funções e serviços em lugares específicos (Araújo, 2000).

Os expressivos fixos e fluxos engendrados pela função turística têm na paisagem seu centro simulado de atenção. Pautando-se na sua dimensão estético-subjetiva, os agentes de marketing turístico selecionam os espaços portadores de um rico e diversificado patrimônio natural e cultural, transformando-os em alvos de necessidades criadas.

No bojo dos apelos às imagens, enquadram-se as ilhas que são veiculadas nos meios de comunicação como destinos preciosos, como espaços exóticos evocadores de simulacros.

Encontradas em todas as zonas climáticas terrestres, as ilhas apresentam diversas formas, origens e organizações sócio-espaciais.

Particularmente, as ilhas tropicais¹ e sub-tropicais exercem especial fascínio às representações, atraindo fluxos do turismo nas suas diversas vertentes.

Devidamente apropriadas pelo capital, as ilhas são incorporadas ao modelo convencional de turismo na caça aos nichos ou paraísos perdidos. Há um apreço ao culto paradisíaco que elas encerram, findando por descolarem o real do subjetivo², o tangível do imaginado, a ilha como espaço com vida própria submetida à ilha evocada pelos sonhos comercializados em folders e roteiros turísticos. No mundo da mercadoria, a ilha e seus “ilhéus” se confundem na “ordem do turismo” imposta como redenção econômica, em especial nos países do terceiro mundo.

Apesar de também difundir padrões homogeneizantes e seletivos, o turismo em ilhas apresenta diferentes características que se manifestam pela interação de diversos fatores tais como localização, tamanho, natureza, práticas sócio-espaciais, infra-estrutura etc. Estes fatores influenciam e são influenciados pelos contextos nos quais as ilhas se inserem - ilhas tropicais-subtropicais e temperadas-frias, ilhas próximas e distantes do continente, ilhas-países independentes e territórios nacionais dependentes, ilhas-presídios e balneários turísticos, ilhas como áreas de preservação e como propriedades particulares, ilhas de intensa e de pouca relação com o continente, ilhas-centros e periféricas metropolitanas etc. -, originando, assim, distintas estruturas sócio-espaciais do turismo insular que se caracterizam por ofertas e demandas específicas.

Essa pluralidade de contextos e de organizações do turismo insular incita várias reflexões e análises. Porém, conforme sugere o tema do presente trabalho - *A Difusão do Turismo de Segunda Residência nas Paisagens Insulares: um estudo sobre o litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE*, nos deteremos ao seu estudo num espaço tropical engastado num contexto metropolitano específico. Este enquadramento nos conduz à discussão de alguns fatores tais como a localização, as relações ilha-metrópole, o papel do Estado, as representações e as práticas sócio-espaciais que vão incidir na dinâmica das paisagens do espaço em foco.

¹ As imagens que exaltam a tropicalidade estão associadas à presença do sol radiante grande parte do ano, a grandes florestas, à abundância de praias desertas de águas límpidas e areias brancas, corpos desnudos bronzeados, sexo fácil etc.

² Os símbolos e as representações enquadradas num espaço geográfico peculiar como o insular, revestem-se de mitos e fantasias que transformam as ilhas tropicais em paraísos disputados por um seleto grupo de turistas oriundos, na sua maioria, da Europa e da América do Norte.

A área de estudo se localiza no extremo Norte do litoral da Região Metropolitana do Recife (doravante chamada RMR), na Ilha de Itamaracá (**Mapa 1**), onde se delimitaram os bairros de São Paulo e Forte Orange³, que estão situados na porção Sul da Ilha (**Mapa 2**). A seleção desse recorte deve-se ao fato de esses Bairros terem concentrados nas últimas décadas uma maior oferta de equipamentos e serviços turísticos, sendo assim o *locus* mais representativo da dinâmica sócio-espacial engendrada pelo turismo em toda a Ilha.

O recorte temporal proposto para o trabalho remonta ao final da década de trinta⁴ e tem seu aprofundamento a partir da década de setenta, momento em que a transformação de Itamaracá em município metropolitano impulsionou o crescimento das atividades turísticas na Ilha e, especialmente, nos bairros acima mencionados.

O modelo de uso e ocupação do solo adotado na Ilha, sem o necessário investimento em infra-estrutura, vem imprimindo modificações na paisagem natural, nos valores e tradições, assim como nas representações do mundo vivido dos "ilhéus".

Nesse sentido, este trabalho visa analisar, de maneira concisa, os impactos positivos e negativos associados ao turismo na Ilha de Itamaracá nos últimos trinta anos.

Apresentado em três capítulos, este estudo contempla métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa.

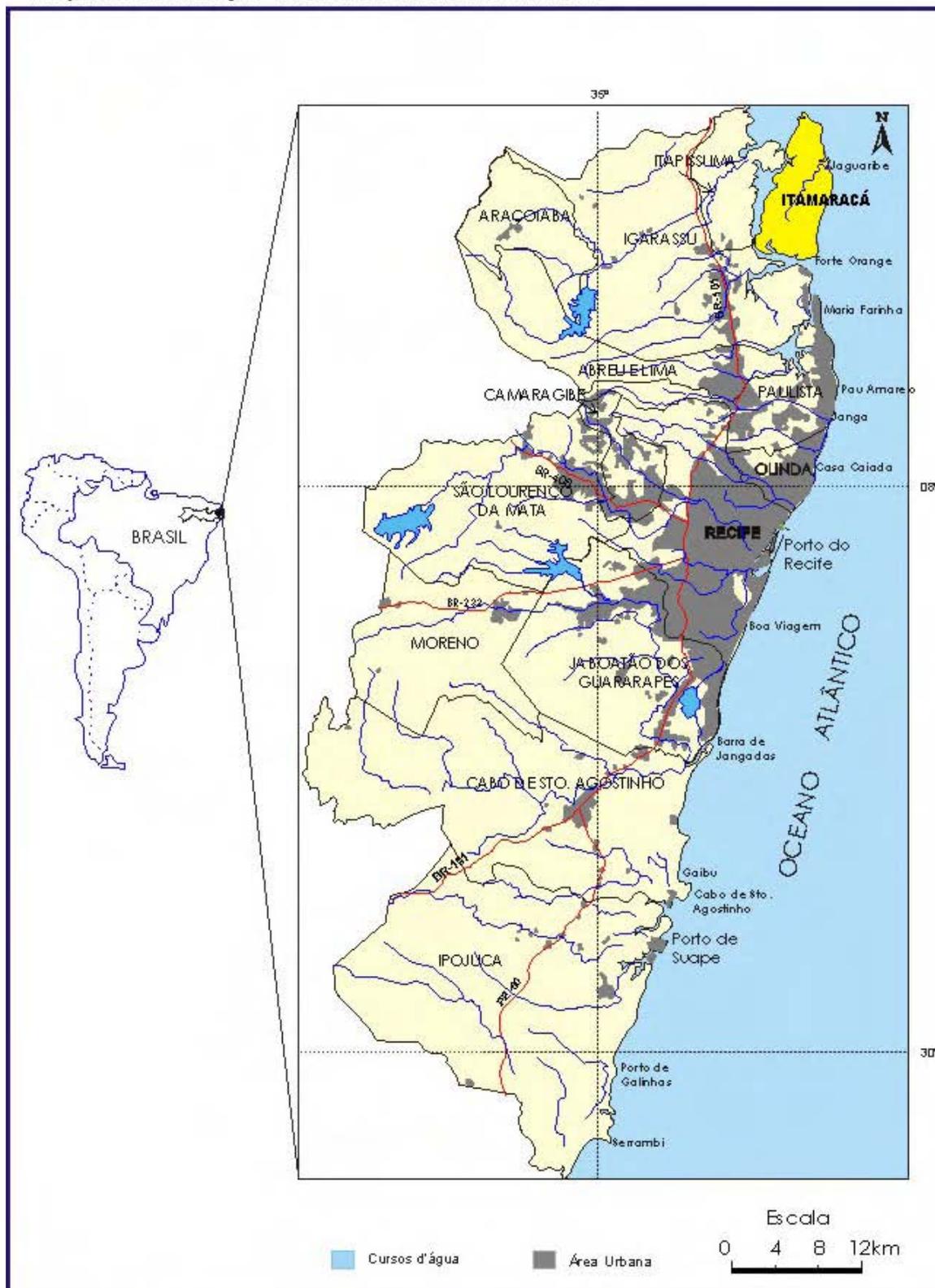
O primeiro capítulo compreende uma reflexão teórica sob diversas fontes bibliográficas pesquisadas acerca da abordagem geográfica do turismo, da insularidade tropical, do estudo das segundas residências e das representações de paisagens.

O segundo capítulo enfoca, historicamente, as transformações expressas na Ilha de Itamaracá, e registradas na sua geografia. As evidências revelaram as diversas atividades e práticas sócio-espaciais que configuraram este espaço insular ao longo do tempo. Neste capítulo, também são apresentados alguns dos resultados obtidos nas nossas pesquisas de campo.

³ Os limites dos Bairros São Paulo e Forte Orange apresentados nas figuras e mapas ao longo deste trabalho, baseiam-se nas diretrizes do Decreto Municipal Nº 062/97 e na Planta Genérica de Itamaracá elaborada pela Prefeitura em 1997. As fronteiras dos bairros foram delimitadas junto com os técnicos da FIDEM, seguindo os limites dos loteamentos estabelecidos pelo referido Decreto.

⁴ Quando foi construída a Ponte Getúlio Vargas ligando a Ilha ao continente.

Mapa 1: Localização da Ilha de Itamaracá na RMR



Com o intuito de analisar *in loco* a problemática conduzida, as pesquisas de campo possibilitaram o registro de fotografias, assim como, a realização de entrevistas e aplicação de questionários que buscaram apreender as representações dos atores em apreço. Entrevistamos cinco “nativos” de Itamaracá - todos com mais de 60 anos -, que nos emprestaram as suas vivências e experiências para a compreensão do objeto em estudo. Com os “veranistas”, aplicamos, aleatoriamente, 100 questionários (**vide Anexo**) entre os bairros de São Paulo e Forte Orange, em dois finais de semana do mês de janeiro de 2001 que correspondiam ao período de alta estação de veraneio, quando muitos turistas estavam passando férias com a família nas suas segundas residências.

Como não encontramos, nos órgãos pesquisados (Prefeitura, FIDEM, IBGE), um cadastro do número de domicílios da Ilha por bairros, calculamos o tamanho da amostra de 100 questionários⁵ para a população de 7.385 domicílios de uso ocasional contados no Censo 2000. Assim, como a amostra foi calculada para o total de domicílios de toda a Ilha, consideramos que ela seja representativa de cerca de 10% das segundas residências dos dois bairros em destaque. Após tabulação, cruzamento e análise dos dados, os resultados selecionados são apresentados em diversos gráficos ao longo deste trabalho.

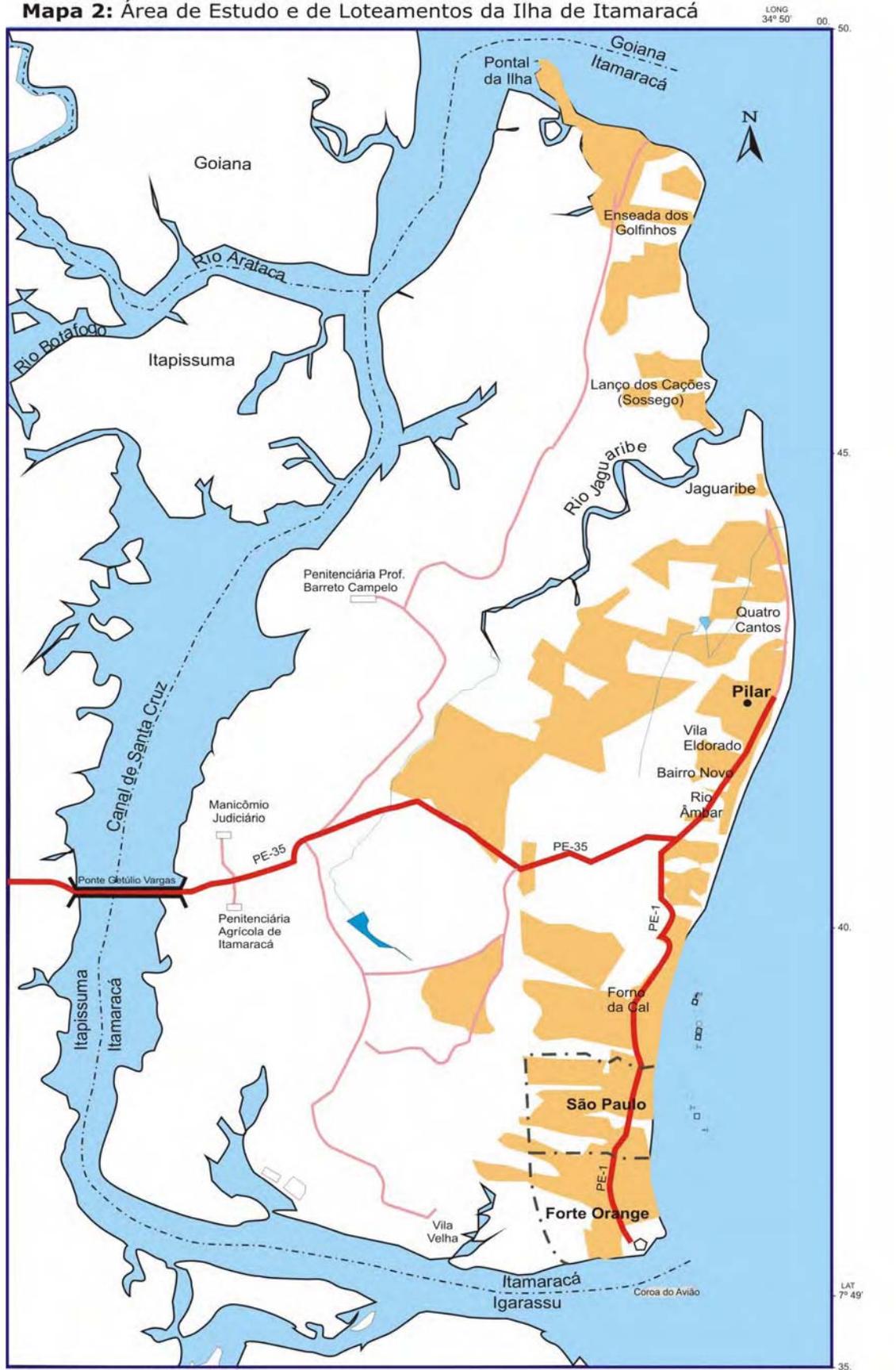
No terceiro e último capítulo, são discutidas as “marcas” nas paisagens impressas pelo turismo e as suas representações por parte dos principais atores envolvidos - população “veranista” e “nativa⁶”. A comparação de dados, fotos e mapas é utilizada na análise das implicações ambientais e sócio-culturais resultantes; já as representações dos atores locais são captadas nesta parte do trabalho, através de poemas, crônicas e, sobretudo, das entrevistas e questionários aplicados⁷.

⁵ Esta amostra é sugerida por Gil (1989, p. 101), considerando-se um universo de 8.000 elementos e com margem de erro $\pm 10\%$ na hipótese de $p=0,5$.

⁶ Ao utilizarmos neste trabalho os termos “nativo”, “ilhéu”, faz-se necessário esclarecer que não os consideramos apenas referentes às pessoas que nasceram na Ilha, mas também aos imigrantes que nasceram em outras cidades e Estados e que fixaram uma moradia permanente em Itamaracá. Este enquadramento é justificado pelo fato de muitos imigrantes já terem filhos que nasceram no território insular, demonstrando o “amplo espectro do termo *nativo*” (ver Fantin, 2000). Cabe ainda destacar que entre estes imigrantes não incluímos os ex-turistas de segunda residência que transformaram suas “casas de veraneio” em primeiras residências (moradores adventícios). Quanto aos “veranistas” consideramos como todos os turistas que possuem um domicílio de uso ocasional (segunda residência) em Itamaracá.

⁷ Os resultados dos questionários e das entrevistas expressam um confronto entre a realidade objetiva captada pelas informações e estatísticas oficiais e a realidade subjetiva aludida nos relatos e respostas dos atores locais envolvidos.

Mapa 2: Área de Estudo e de Loteamentos da Ilha de Itamaracá



Fonte: Adaptado da FIDEM, 1997.

— Vias Cursos d'água Loteamentos Escala

1.1 TURISMO E INSULARIDADE TROPICAL: ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS

O crescimento do turismo vem reivindicando seu aprofundamento por parte de várias ciências, tais como a Economia, Geografia, Antropologia, Direito, Sociologia, Administração etc., que buscam compreender a abrangência deste fenômeno e enquadrá-lo no âmbito científico.

Nesta perspectiva, foi "iniciada" uma "revisão" teórica dos aportes da Geografia à compreensão do turismo. Cabe ressaltar que a despeito do turismo ser uma atividade que incide, consome e transforma diretamente o espaço, a análise geográfica deste fenômeno não esgota a complexidade do seu conteúdo. Urgem outros enfoques disciplinares para a consolidação de uma visão que supere as abordagens estanques e o contemple em toda a sua amplitude.

O turismo sempre esteve atrelado à idéia de viagem, de deslocamento. "Surge no século XVII, na Inglaterra, referido a um tipo especial de viagem. A palavra *tour* que quer dizer *volta* é de origem francesa e tem seu equivalente no inglês *turn* e no latim *tornare*" (Barreto, 1995, p. 43).

O hábito de viajar remonta a um período mais antigo do que a polissemia que envolve a expressão sugere: "A viagem para lazer já era conhecida na Antiguidade clássica, quando representantes das classes urbanas mais privilegiadas do Império Romano possuíam duas residências – uma na cidade e outra no campo" (Rodrigues, 1997, p. 81).

As primeiras relações da Geografia com o Turismo se respaldam nas práticas das viagens e no interesse pelo conhecimento de novos lugares. As viagens são práticas geográficas clássicas que estão no cerne dos estudos das diferenças espaciais existentes na superfície terrestre. Os precursores dessa proto-Geografia¹ são os "viajantes" que, através dos seus relatos e compêndios de curiosidades sobre lugares exóticos, instigaram os Estados a

¹ Até o final do século XVIII não se pode falar da Geografia como uma ciência, com seu objeto, princípios e métodos definidos e particularizados; o que existia eram conhecimentos geográficos dispersos, principalmente, de práticas e relatos de viagens. A sistematização do conhecimento geográfico só ocorre no início do século XIX (Ferreira, 1996, p. 29-66).

incentivarem as expedições científicas para a catalogação sistemática de dados e informações sobre os continentes e os países descobertos.

Embora os viajantes não estivessem, necessariamente, preocupados em formular os princípios dessa disciplina, nem tão pouco possamos comparar as suas “viagens de descobertas” com o que entendemos hoje como viagens turísticas, torna-se interessante ressaltar que um dos elos entre a Geografia e o Turismo era, e continua sendo, a busca pelo conhecimento de novos espaços. Esse interesse pelas diferenciações espaciais permeia toda a evolução do pensamento geográfico e, podemos assim dizer que, de forma propedêutica, lança as primeiras nuances da Geografia do Turismo. Destaca Gomes (1998, p. 264) que “o turismo tem na Geografia e na sua tradição descritiva e, particularmente, na paisagem, em sua dimensão estética, seus elementos fundantes”.

A expressão Geografia do Turismo foi utilizada pela primeira vez, em 1905, por J. Stradner, designando o ramo da Geografia que se ocupa da análise do fenômeno do ócio do espaço (Rodrigues, 1997, p. 40). Sendo uma atividade que se materializa através de viagens e da interação dos turistas com os lugares e as populações visitadas, o turismo tem como substrato o espaço geográfico, reivindicando, assim, a análise da Geografia.

A Geografia considera a atividade turística para além da questão econômica. Um dos principais fatores que leva os Geógrafos a se debaterem sobre esta função é a influência que ela exerce na organização dos espaços onde se instala, principalmente, pela voracidade que dinamiza as paisagens e os quadros regionais.

Conforme Pearce (1981, p. 13), “a Geografia do Turismo se interessa, essencialmente, embora não exclusivamente, pela expressão espacial das relações e dos fenômenos derivados das viagens de curto prazo”. Ainda segundo este autor, seis amplos campos de estudo podem ser considerados componentes da Geografia do Turismo:

- Os Padrões de Distribuição Espacial da Oferta;
- Os Padrões de Distribuição Espacial da Demanda;
- A Geografia das Colônias de Férias;
- Os Movimentos e Fluxos Turísticos;
- O Impacto do Turismo;
- Os Modelos de Desenvolvimento do Espaço Turístico.

Apesar de o turismo ser uma área recente de estudo, os Geógrafos sempre tiveram uma participação destacada na análise das repercussões espaciais desta atividade. Rejowski (1998, p. 15) assinala que, dos primeiros trabalhos científicos sobre o turismo, no início da década de 1870, grande parte era de Geografia e Economia. Essa suposta primazia geográfica no estudo do turismo também é ressaltada pela mesma autora quando afirma que “assim como nos Estados Unidos, a primeira tese² brasileira em turismo surge na área de Geografia” (1998, p. 95).

No contexto geral, as preocupações espaciais com a expansão da função turística derivam, principalmente, das análises da distribuição dos equipamentos e das suas incidências na organização sócio-espacial. Segundo Cazes (*apud* Castilho, 1999, p. 95), tradicionalmente ligados à apaixonante problemática da localização, os geógrafos arrolam os fatores geográficos convencionais tais como: a atração da paisagem e do clima; a disponibilidade de infra-estrutura e de equipamentos turísticos; e a sedução sócio-cultural e espacial dos lugares observados.

Ainda conforme este autor, “isto não deixa de ser importante, porém deve-se levar em conta também os modelos sociais dominantes da demanda, a vontade de acolher e de aplicar políticas de *aménagement* do território e o jogo completo das suas relações, dos atores locais e globais”.

Na perspectiva acadêmica, os estudos encetados sobre o turismo vêm refletindo polêmicas conceituais e metodológicas. Um conceito bem abrangente de turismo é apresentado por De La Torre (*apud* Barreto, 1995, p. 13) que o considera

“...um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural”.

Não obstante, conforme mencionado, o quadro de discussões recentes ainda apresenta ampla complexidade e riqueza semântica acerca dos vários conceitos técnicos e acadêmicos do que seja turismo.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) adota o conceito de De La Torre (*apud* Barreto, 1995, p. 12) que o concebe como “a soma de relações

² SILVA, Armando Corrêa da. *O Litoral Norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica*. 1975. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH-USP. São Paulo, 1975.

e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios profissionais". Neste conceito estão embutidas algumas variáveis consideradas pela OMT tais como:

- O tempo fora do domicílio superior a 24 horas, para haver pernoites, e no máximo de 90 dias, pois após este período pode tornar-se prejudicial aos interesses da nação que hospeda;
- Ausência de lucro – devem ser viagens sem interesses econômicos, que não execute trabalho remunerado no lugar visitado;
- As relações decorrentes da viagem – como resolver negócios com previsão de retorno – sem propósito de migração.

Contudo, estas variáveis da OMT também apresentam algumas deficiências operacionais. Por exemplo, podem existir viagens turísticas superiores a 90 dias como as das classes de alto poder aquisitivo; as pessoas que viajam a negócios ou para eventos, ao se hospedarem e, em certas ocasiões, ao aproveitarem o tempo livre para descansar e fazer compras, também fazem turismo. Por isso, torna-se difícil estabelecer uma definição concreta de turismo, um único conceito que represente um consenso dos vários entendimentos existentes, pois o turismo tanto é uma prática social, por envolver fluxos de pessoas em busca do aproveitamento do tempo livre; quanto é uma atividade econômica que se enquadra no setor terciário de comércio e serviços, além de se articular com diversos segmentos da indústria.

No campo geográfico, o turismo é muito mais que o simples deslocamento de pessoas com fins de lazer; é uma prática sócio-espacial complexa e multifacetada que interage fixos e fluxos e têm seus rebatimentos nas diferentes esferas da organização sócio-espacial. Dentre outras, cabe destacar:

- Econômica: requalifica os espaços através da diversificação, do crescimento e/ou decréscimo das atividades, provocando alterações nos perfis de emprego, na renda e na base produtiva;
- Cultural: modifica os sistemas de valores, o estilo de vida e os padrões de consumo das populações receptoras;
- Política: (re)define o papel do Estado como gerenciador da infraestrutura turística e da ordem;

- Ideológica: articula estratégias e táticas que permeiam o imaginário do turismo como via de “salvação do mundo” e como mecanismo de manutenção da ordem; e
- Espacial: refere-se ao espaço como meio de produção, como produto de consumo e como o *locus* das práticas sócio-espaciais.

As incidências do turismo nessas diversas esferas da organização sócio-espacial mostram como elas se encontram articuladas num campo de ações conjuntas que denotam a totalidade do espaço turístico.

Nesse sentido, Pearce (1981, p. 13) argumenta que “o turismo é o conjunto de relações e fenômenos resultante de viagens e estadias temporárias de pessoas que se deslocam por lazer ou propósitos recreativos”.

Ampliando a definição, Coriolano (1998, p. 26) concebe o turismo como “uma forma mais elitizada de lazer, uma modalidade de uso do tempo livre que exige viagens, deslocamentos, uma infra-estrutura urbana e de serviços, transportes e hotéis”.

Para Almeida (1996, p. 184), o turismo designa “tanto uma ação como uma função; de um lado refere-se aos fluxos, às motivações e aos tipos de deslocamentos pertinentes à atividade, de outro, diz respeito às empresas e agências receptoras, às transferências de capitais e aos *aménagements* espaciais”.

Estas definições apenas acenam a ampla diversidade do turismo na Geografia, ratificando a concepção de Donaire (1998, p. 60) de que “...a leitura espacial do turismo contemporâneo é caleidoscópica...”. Nas suas múltiplas interpretações, alguns autores privilegiam o âmbito econômico, os fluxos de bens e serviços, o comércio, a sazonalidade da atividade, as dimensões social, cultural e política e seus reflexos nas populações receptoras, o aspecto ambiental, o conteúdo técnico-científico, as representações, entre outros enfoques.

O mais importante neste trabalho é reconhecer e buscar captar a complexidade do espaço do turismo como campo de investigação da Geografia, concentrando-se o foco de análise nas relações sociais materializadas territorialmente nas zonas de emissão, de deslocamento e de recepção de turistas que resultam no processo de produção e reprodução do espaço.

Assim, ao comercializar a natureza como atrativo, ao articular fluxos populacionais, ao implementar uma rede de equipamentos de infraestrutura, transportes, serviços, o turismo articula os elementos do espaço que para Santos (1985, p. 6) “são os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas”, tornando-se, então, um objeto de estudo geográfico.

No âmbito do espaço turístico, é possível, a partir de Rodrigues (1997, p. 65-71) identificar os seguintes elementos do espaço particularmente associados ao turismo:

- Os Homens: formam a sociedade e compreendem os turistas, trabalhadores, empresários, planejadores, organizações e associações sociais, etc.
- As Firms: formam as cadeias de empresas que são responsáveis pelos hotéis, restaurantes, agências de viagens e locação de veículos, parques temáticos, centros de convenções, casas de diversão, etc.
- As Instituições: têm na figura do Estado seu principal ator que, sozinho ou em parceria, legisla, gerencia e executa leis;
- O Meio Ecológico: composto pelo sítio geográfico que corresponde ao relevo, ao clima, à vegetação, etc., assim como aos recursos naturais para exploração turística – praias, montanhas, cachoeiras, rios, etc.
- As Infra-Estruturas: formam o suporte da atividade turística, constituindo-se da malha viária, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, etc.

Percebe-se assim, que os elementos do espaço geográfico compõem a base substancial da atividade turística. Atualmente, devido ao conteúdo técnico e à intencionalidade desses elementos, não podemos simplesmente enquadrá-los como fixos e fluxos, como bem alerta Milton Santos, quando propõe uma nova concepção de espaço³.

³ “Numa primeira hipótese de trabalho, dissemos que a Geografia poderia ser construída a partir da consideração do espaço como um conjunto de fixos e fluxos (Santos, 1978). ...Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como objeto possível para a Geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos (*características do meio técnico-científico-informacional*). ...Nossa proposta atual de definição de Geografia considera que a essa disciplina cabe estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que formam o espaço. Não se trata de sistemas de objetos, nem de sistemas de ações tomados separadamente. ...Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (Santos, 1997, p. 50-52).

A intencionalidade na dotação de infra-estrutura turística tem originado novas formas-conteúdos que são objetos encadeados em sistemas e dotados de ações. Assim, os elementos que compõem a infra-estrutura dos espaços turísticos, ao serem instalados, já são dotados de uma carga de intencionalidade (informação) para se tornarem alvos de vendas como objetos de consumo.

Esta amplitude e complexidade que o turismo vem adquirindo nas últimas décadas qualificam-no como uma das principais modalidades de uso do tempo livre da sociedade capitalista pós-industrial, pois como preconiza Domenico De Masi (1999, p. 9) “o século XXI será dominado pelos países que souberem gerenciar o tempo livre”.

Tradicionalmente vinculado à aristocracia, o turismo deixa de ser uma atividade restrita às elites minoritárias e passa a ser um fenômeno mundial de massa a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte - principalmente, devido à popularização do transporte aéreo no final da II Guerra Mundial -, com as conquistas sociais trabalhistas e com a melhoria da “qualidade de vida” nos centros urbanos⁴.

No que concerne às conquistas sociais trabalhistas, sem dúvida nenhuma a redução da jornada de trabalho e o direito às férias propiciaram o aumento do tempo livre e, conseqüentemente, a busca do lazer através do turismo.

1.1.1 ENTRE O ÓCIO, O NEGÓCIO DO TAL DO TEMPO LIVRE. AFINAL, O QUE É ISSO?

A “atual” preocupação com o lazer remonta à civilização grega. Porém, convém ressaltar que o lazer contemporâneo é diferente do ócio (*otium*) dos gregos que era praticado pela classe dominante e implicava a atividade de pensar. Para Corbin (1989, p. 267), “o *otium* antigo, ...não é sinônimo

⁴ “Conquistamos mais lazer, a partir da divisão técnica e social do trabalho, da especialização das funções, da progressiva diminuição da jornada de trabalho de 14 para 12, de 12 para 10 ou 8 horas de trabalho diário, decorrente das lutas do movimento sindical, que avançou pela Europa e pelos Estados Unidos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. O repouso semanal aos domingos e o direito aos feriados, inicialmente ligados à tradição religiosa, começaram a ser regidos por leis trabalhistas. Em 1936, com a criação do *Ministère des Loisirs*, na França, a utilização do novo tempo de folga deixa de ser considerado apenas para o repouso, sendo institucionalizado o lazer. A esta época melhoravam em todo o mundo os padrões de vida, com o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, transporte, higiene e medicina, encurtando-se as distâncias e prolongando-se a vida e o tempo para usufruí-la” (Freitas, 1995, p. 57).

de ociosidade; difere profundamente desse repouso imposto pela racionalização ulterior do tempo, que nós chamamos de férias. ...O *otium* implica a variedade; a leitura, prazeres da coleção e da correspondência, tempo dedicado à contemplação, à conversação filosófica e ao passeio...".

Na sociedade contemporânea, a oposição *negotium* e *otium* legada dos gregos, traduz-se na expressão trabalho-lazer. "Segundo Bacal (1988), o trabalho seria a denominação das atividades ligadas à produção. O tempo despendido, de forma obrigatória, para a execução destas tarefas de trabalho, seria denominado de tempo necessário. Após as atividades de trabalho, ou tempo necessário, teríamos o descanso e a diversão. O tempo liberado surge por imposição da própria fisiologia, que após um esforço físico, tem a necessidade de repouso" (Freitas, 1995, p. 55).

Cada vez mais cresce a consciência de que as pessoas necessitam de maior tempo livre para aliviar as tensões e estresses gerados pela vida nos grandes centros urbanos. O tempo livre tem sido reverenciado como um bem pessoal e social. Como enaltece Sastre *et al.* (1982, p. 227),

"o homem, definitivamente, é filho de seu tempo; de seu tempo social e de seu tempo de experiência; de seu tempo de trabalho e de seu tempo de ócio. O homem é, também, protagonista e responsável pelos modos e formas de empregar seu tempo de trabalho e seu tempo livre. Numa cultura caracterizada pelo domínio que o homem tem sobre a natureza, experimenta-se, paralelamente, que as condições tecnológicas do trabalho e as exigências de sua planificação e racionalização se voltam também contra o homem, e este tem que escapar ao mundo de seu tempo livre para se sentir mais humano".

Esse dilema do tempo versus trabalho vem sendo capitalizado pelos agentes de *marketing* turístico que transformam o tempo livre em viagens de lazer através de pacotes turísticos que ofertam a mudança de ambiente, o desfrute de lugares idílicos e paradisíacos que servem como repositores de energias e como fuga da realidade cotidiana.

Convém, todavia, distinguir tempo livre e lazer, pois nem todas as pessoas usam ou podem usar o seu tempo livre como forma de lazer, principalmente, de lazer turístico.

O tempo livre pode ser compreendido como aquele tempo de que o indivíduo dispõe para si, com a liberdade de usá-lo da forma que mais lhe interessa; enquanto, o lazer é uma forma de uso do tempo livre que as pessoas utilizam para recuperarem suas forças de trabalho.

Conforme Joffre Dumazedier (*apud* Coriolano, 1998, p. 24), lazer é “o conjunto de ocupação às quais os indivíduos podem entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se e/ou para desenvolver sua formação e informação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”.

Assim, o lazer pressupõe a existência de trabalho, do “tempo não-livre”; que depois de cumprida as obrigações de subsistência, o indivíduo tenha direito a gastar esse tempo livre com outras atividades que, necessariamente, não sejam de lazer turístico⁵.

Dumazedier (*apud* Freitas, 1995, p. 56-57) assinala que:

“... o uso da dupla conceitual trabalho-lazer do passado é cada vez mais insuficiente. Nesta dupla enganadora, o lazer é um tempo que cobre tudo, onde se misturam tempos socialmente obrigatórios (o trabalho familiar), tempos socialmente compromissados (práticas políticas voluntárias) e um tempo social para si (lazer). Outro problema: a importância durável do desemprego na conversão tecnológica atual do trabalho nos obriga também a distinguir o tempo inocupado (desemprego, subemprego) que vem da incapacidade de a máquina econômica fornecer emprego a todos, do tempo liberado produzido por esta máquina capaz de produzir mais exigindo menos trabalho dos indivíduos”.

Na atual sociedade, o lazer tornou-se uma mercadoria, um produto de consumo que dispõe de uma ampla infra-estrutura de serviços e equipamentos que direcionam o uso do tempo livre com atividades específicas, sobretudo, turísticas. Nesse âmbito, o turismo se configura como uma modalidade seletiva e elitista de uso do tempo livre que prescinde da disponibilidade de uma renda excedente do indivíduo, após ter saciado as suas necessidades básicas.

Como produto da sociedade consumista pós-industrial e globalizada, o turismo tem se propagado pelos mais diferentes espaços da superfície terrestre por via das redes geográficas que intercambiam fixos e fluxos como bens materiais, infra-estrutura, informação, pessoas, padrões e valores culturais. Estas redes cada vez mais imbuídas de técnica e intencionalidade têm suplantado as distâncias geográficas permitindo a

⁵ “...Na prática observamos que o lazer pode ser exercido nos horários mais diversos, diariamente, de manhã cedo antes do trabalho, no próprio horário deste, na hora do almoço, no fim da tarde, à noite. Nos fins de semana ou nas férias, tempos destinados especificamente à reposição de energias e à diversão. Durante a semana, em tempos furtados da rotina, proporcionando uma pausa para o descanso e para o entretenimento. ...A própria origem da palavra lazer patenteia esta variedade de opções; vem do latim *licere*, ser permitido, isto é, ser lícito escolher a maneira de o aproveitar. Sendo, portanto, muito abrangente este conceito e conseqüentemente as opções daí advindas, seja quanto a atividades, espaços ou tempos, culturas ou preferências e diferenças individuais” (Freitas, 1995, p. 49-56).

“integração seletiva” dos lugares de difícil acessibilidade e a articulação dos espaços (local-global). Esse enquadramento massificador do turismo também encontra suporte na clássica “teoria geográfica das difusões” que situa a questão das mudanças culturais advindas pela propagação de elementos de uma cultura para a outra (Barros, 1998, p. 61-63).

Receptáculos privilegiados dessas redes, as ilhas tropicais são espaços cercados de mitos e fantasias que as tornam “atrativos” objetos de consumo turístico nos mais diferentes lugares da superfície terrestre. Impregnadas de símbolos, “as ilhas normalmente geram uma imagem positiva para o turista. Diferentes de muitas regiões continentais, elas possuem uma distinta e facilmente reconhecível identidade comercial” (Pearce, 1991, p. 158).

1.1.2 O LAZER NUMA ILHA OU UMA ILHA DE LAZER? ESPAÇO DO ÓCIO, DO NEGÓCIO... UMA ILHA OU UM ARQUIPÉLAGO DE RELAÇÕES DE INTERESSES?

A palavra ilha, que “se origina do latim *insula*, é com frequência associada a uma idéia de isolamento, algo que fica ainda mais claro na sua versão para o italiano *isola*” (Ribeiro, 1996, p. 36). A peculiaridade geográfica de serem porções de terra menores que os continentes cercadas de água por todos os lados, confere às ilhas *status* de um mundo exótico, diferente de qualquer lugar.

A *Agenda da Ilha*, elaborada pela UNESCO em 1994, ressalta que “as ilhas têm sido classificadas por conveniência segundo seus tamanhos como grandes ou pequenas. Contudo, não há um consenso na distinção entre as duas e, de fato, as *pequenas ilhas* são definidas de várias formas. No Programa o Homem e a Biosfera, as *pequenas ilhas* são, geralmente, consideradas como aquelas com cerca de 10.000 km² de superfície e, aproximadamente, 500.000 residentes” (Hess *apud* UNESCO, 1994, p. 10).

Todavia, as ilhas também podem ser classificadas de acordo com outros fatores, tais como a latitude (tropical, temperada ou polar), a estrutura geológica (continental, vulcânica, sedimentar, de atol, etc.), o tipo de corpos d’águas que as rodeiam (oceânica, fluvial, flúvio-marítima etc.), a posição em relação ao continente (costeira, oceânica), a propriedade (pública, particular), as variáveis sócio-cultural, econômica, política etc.

Toda essa pluralidade faz das ilhas *arquétipos*⁶ do imaginário coletivo humano relacionados a mitos, símbolos e representações variadas, que são (re)construídos ao longo da história de cada sociedade. O fascínio que elas exercem evoca diversos simulacros que remetem a idéias de aventuras, paraísos, prisões e até riscos.

Historicamente, a ilha se constitui num termo interpretado e representado de várias formas por diferentes sociedades.

“As ilhas, desde a Grécia Antiga, participam do imaginário dos homens, que aí situaram o paraíso perdido, desde esse momento consideradas lugares de transgressão moral, onde moravam povos excluídos do ecúmeno conhecido. As que, no entanto, nele se integravam eram consideradas berços da civilização, como ocorria com as ilhas gregas. ...Na Idade Média, desde o séc. IX, eram símbolos portadores de múltiplos significados, sendo tidas seja como morada dos anjos decaídos, seja como paraísos terrestres, lugares sagrados e morada dos mortos. ...No período medieval mais próximo das Grandes Navegações passaram a fazer parte do maravilhoso e exótico associado ao mar Tenebroso, o Oceano Atlântico. Nelas, os navegadores viam monstros e sereias, mas também os selvagens que viviam sem pecado, num paraíso sem história. ...A partir do séc. XVIII, com a transformação da visão europeia sobre as praias, consideradas novos lugares de tratamento para a saúde, as ilhas começaram também a ser procuradas seja em busca do exótico seja do repouso” (Diegues, 1998, p. 242-243).

Corbin (1989, p. 30-44), na sua análise sobre o nascimento do desejo da beira-mar pelos ocidentais, destaca que só a partir de meados do século XVIII, os europeus (principalmente franceses e ingleses) passaram a valorizar a praia para as temporadas de veraneio, para o desfrute dos banhos de mar e das caminhadas na areia. Com os poetas franceses e os profetas da teologia natural, atribuiu-se ao mar a qualidade medicinal e as ilhas passaram a ser procuradas como espaços para a cura e deleite do mundo natural.

O culto ao sol e à beira-mar é, assim, um hábito bem recente difundido pelas sociedades europeias, principalmente, a inglesa e a francesa, conforme comenta o texto a seguir:

“É tão enraizada e aceita a paixão atual pelo sol e por se bronzear, que realmente se torna muito difícil imaginar quão recente isto realmente é. Até os anos de 1920, as mulheres que estavam sintonizadas com a moda nunca pensariam em se expor ao sol, tanto quanto as atuais não pensam em se expor à chuva. Por então, a sombrinha era uma das partes essenciais do

⁶ No campo da Psicologia, os arquétipos são definidos de diversas formas por Jung como imagens coletivas criadoras de mitos, lendas, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações inteiras e épocas da história. Eles são capazes de expressar os comportamentos humanos e quando tomam dimensão espacial e temporal, podem, de alguma maneira, ser percebidos pelo consciente, transformando-se em *símbolos*. (Diegues, 1998, p. 22).

vestuário da moda. Agora, em toda a Londres, ninguém achará mais uma para comprar, a não ser em lojas que alugam vestuário para peças de teatro. Os trabalhadores rurais e braçais das cidades, naqueles tempos, claro que viviam bronzeados, mas isto era apenas efeito das suas deselegantes, rudes e grosseiras maneiras de viver. O símbolo ou a marca da distinção social era ser pálido, branco como um prato de papa. Seria então extremante chocante para uma elegante daquela época, saber que as suas sucessoras - as elegantes de hoje - viajam para onde for necessário, entram em máquinas de bronzear (raios ultravioletas) e mesmo tomam pílulas - de bronzear - para alcançarem o ápice da elegância, dando aos outros a impressão de que se expuseram ao sol.

Este culto ao astro ou deus sol, como outros cultos, foi orientado para usos comerciais. Óleos para bronzear, hidratantes, roupas especiais para se bronzear, óculos escuros etc., são um grande negócio. Os maiores lucros em torno do deus sol, na Europa, contudo, realizam-se na Riviera Francesa, mais conhecida hoje como Cote d'Azur. Esta faixa estreita (costa), de Menton para Saint Tropez, tornou-se um grande Templo dos Adoradores do Sol. Eles vêm em milhões, nos engarrafamentos de trânsito, espremem-se lado a lado nas areias da praia, seriamente engajados no mais ardente dos lazeres da época atual" (Proficiency-Cambridge, 1992 apud Costa, 1998, p. 99).

Na sociedade atual, o culto ao sol também remete às ilhas que são espaços preciosos transformados em alvos das rotas seletivas do turismo vendidos pelas agências e guias de viagens como os últimos redutos do paraíso perdido, onde, ainda, pode-se desfrutar da natureza selvagem já não encontrada nas grandes cidades.

Ilhas como a Groelândia e a Islândia, situadas entre as zonas fria e temperada do Hemisfério Norte, atraem visitantes para o turismo de inverno das estâncias termiais dos gêiseres etc. Outras ilhas localizadas na zona temperada do globo, como as Ilhas Gregas, espalhadas pelo Mar Egeu, na Grécia, e as Baleares e Canárias, rodeadas pelo Mar Mediterrâneo, na Espanha, constituem destinos bastante visitados, principalmente por turistas provenientes da Europa setentrional que são atraídos pelas temperaturas mais amenas encontradas nestas latitudes (Seguí Llinás, 1996).

Contudo, as ilhas tropicais e sub-tropicais exercem um peculiar fascínio às representações dos continentais. Estas ilhas se localizam, grande parte, no Mar do Caribe, na Polinésia e no Oceano Índico, integrando as principais rotas do turismo internacional de sol e praia, modelo SSSS: *sea, sand, sun and sex* – mar, areia, sol e sexo (Barros, 1998, p. 48).

Segundo Diegues (1997, p. 15),

“a visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo e do único. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado como espaço de liberdade, de prazer, e de aventura pelo homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido”.

Geográfica e simbolicamente, as ilhas são marcadas pelo contraste entre as terras firmes e os desafios das águas. No caso das ilhas marítimas, o mar é o principal elemento de (re)produção das práticas e representações sócio-espaciais que singularizam a sociedade insular.

Essa relação ilha-mar é expressa pelo conceito de *maritimidade*⁷ para o qual adotaremos a concepção antropológica de Diegues (1998, p. 50) que o define como “um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas) resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo”. Porém, ressaltamos que, pela proposta do nosso trabalho, limitar-nos-emos à análise de como esse conjunto de práticas vem ditando o processo de produção e reprodução do espaço em estudo, sobretudo da sua influência na dinâmica das paisagens e nas representações do mundo vivido.

Neste sentido, podemos considerar que a maritimidade e as práticas sócio-espaciais que dela resultam ao longo do tempo se apresentam como os elementos fundadores da *insularidade* e da *ilheidade*, que, neste trabalho, são entendidas segundo as propostas metodológicas de diversos autores sistematizadas por Diegues (1997, p. 12):

Insularidade: como os fenômenos sociais resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares que podem ser quantificados (distância do continente etc.);

Ilheidade: como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. ‘Ilheidade’ diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular.

Para os continentais, as imagens que suscitam a insularidade estão carregadas de símbolos que, na maioria das vezes, se associam ao mar como barreira física que separa mundos diferentes. Transpor esta barreira é

⁷ Conceito tradicional da Geografia, a maritimidade nesta ciência se refere à influência que o mar exerce no clima das regiões adjacentes, resultando em menores amplitudes de temperatura.

voltar no tempo; é (re)encontrar-se com a "natureza" nos últimos redutos do mundo selvagem; é isolar-se do caos e dos estresses urbanos. Como afirma Tacussel (*apud* Diegues, 1997, p. 13), "mais do que em outras situações, a idéia de travessia entre o continente e a ilha tem um significado que supera a distância geográfica, ganhando um sentido existencial".

Por outro lado, para os que nesses espaços vivem, isso não significa, necessariamente, viver no paraíso. A ilha é o *locus* da vida cotidiana que, muitas vezes, é dura e difícil.

O mar que para os continentais representa a barreira de proteção da ilha, para alguns ilhéus é um fator de isolamento, um meio de sobrevivência e um obstáculo ao "progresso", à "modernidade". Isto depende da localização e do tipo de relação que as sociedades insulares mantêm com o continente. Em muitos casos, o mundo vivido dos ilhéus é marcado pelas limitações, pelos desafios de sobreviver num território, geograficamente limitado, com recursos naturais escassos e onde ainda há a precariedade ou inexistência de serviços básicos como saúde, educação, saneamento etc.

Conforme Péron (*apud* Diegues, 1997, p. 18), uma das razões que diferencia as sociedades insulares das continentais é que:

"o cotidiano insular é vivido de forma distinta do continental, pois material e simbolicamente o espaço insular é diferente por pelo menos três razões geográficas: a presença marcante do oceano, a finitude do espaço que sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior e a escala reduzida das ilhas pequenas, onde ainda hoje os meios de transporte são distintos dos existentes no continente".

Entretanto, faz-se mister esclarecer que a insularidade não indica uma condição de isolamento. Por mais isoladas que as ilhas estejam do continente, elas mantêm com este, mesmo que com pouca freqüência, diversas relações que vão do comércio de suprimentos e serviços para a sobrevivência, às relações sociais mais amplas. Como destaca Kolodny (1978, p. 110), isolamento é um conceito relativo, pois com os modernos meios de transportes marítimo e, sobretudo, aéreo, mesmo as ilhas mais isoladas do globo não são, necessariamente, as mais inacessíveis.

Em alguns casos, as ilhas que estão próximas e/ou bastante ligadas ao continente, mantendo com este várias relações, tendem a perder seus referenciais de insularidade e *ilheidade*. Um dos principais fatores que vêm contribuindo para isso é a expansão do processo de urbanização via turismo

que resulta na transformação das ilhas em espaços metropolitanos contíguos.

1.1.3 ENTRE O VISITAR E O MORAR EM ILHAS - OUTROS CONTRASTES E PERSPECTIVAS...

Os habitantes das ilhas oceânicas que se localizam distantes do continente (como o Arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco, que dista 527 km da cidade do Recife), muitas vezes, mantêm poucas relações com o continente pelas dificuldades de acesso que fica restrito ao transporte aéreo e marítimo. Porém, em outras situações, a ilha pode ser uma extensão da metrópole (caso de Itamaracá, nosso objeto de estudo); quando não o próprio núcleo metropolitano (caso de Florianópolis na Ilha de Santa Catarina), fazendo com que a relação do homem com o mar, seus *gêneros de vida*⁸ e suas práticas sócio-espaciais cotidianas sejam transformadas com o convívio dos padrões da vida metropolitana na ilha.

Neste processo, o Estado (nas suas diversas esferas de poder) tem um papel de extrema importância, pois é o agente responsável pelos investimentos na infra-estrutura de acessibilidade e na urbanização dos espaços insulares. Estes investimentos, geralmente, desencadeiam o incremento de atividades relacionadas aos setores secundário e terciário e a intensificação dos fluxos de turistas que disseminam seus estilos de vida, padrões de consumo, gerando, muitas vezes, conflitos entre os turistas e ilhéus. Destaca Diegues (1998, p. 121) que,

“o morador das ilhas se defronta com um preconceito e com uma exclusão dupla: a de caiçara e de ilhéu. Este, para o veranista, sobretudo o recente, tem de ser socialmente desqualificado para que a conquista da ilha como território do maravilhoso, do paradisíaco possa ser efetuada. O ilhéu é bom selvagem, faz parte do mundo natural somente quando aceita passivamente a expropriação de seu pedaço do paraíso, continua a fazer parte da paisagem natural enquanto toma conta da terra do novo dono. De bom selvagem, habitante do paraíso insular, parte da paisagem idílica com as variadas espécies animais e vegetais, o ilhéu-caiçara passa a ser considerado o destruidor do Éden. Nesse caso, o preconceito se torna a ideologia que justifica a ação conquistadora”.

⁸ Conceito legado de Vidal de La Blache, relacionado ao “conjunto de técnicas, hábitos, usos e costumes que permitem ao homem utilizar os recursos naturais disponíveis, modelando a paisagem natural e transformando-a numa paisagem cultural” (Claval, 1999, p. 33-35).

Em muitos casos, quando a ilha já se encontra num estágio avançado de urbanização, os moradores já não se definem claramente como ilhéus, como habitantes de um espaço peculiar. Ressalta-se, contudo, que esta relação é difícil de ser avaliada, fazendo-se necessário proceder a sua análise cautelosamente, para não se induzir a uma visão mitificadora nem pejorativa da atividade turística, considerando-se a influência dos meios de comunicações e os anseios da população nativa que também deseja alcançar e usufruir os bens proporcionados pela “vida moderna”.

Ademais, o turismo intensifica a urbanização das ilhas tropicais, transformando-as, principalmente, em balneários de veraneio. Muitas vezes, a fragilidade dos ecossistemas naturais, associada à própria configuração geográfica, limitam a *capacidade de suporte*⁹ turístico das ilhas, condicionando a distribuição espacial dos equipamentos e infraestrutura. Na nossa área de estudo, um dos principais equipamentos que comprometem a capacidade de carga turística são as construções de segunda residência. Por isso, convém analisarmos, teoricamente, as suas incidências espaciais.

1.2 O TURISMO DE SEGUNDA RESIDÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES SÓCIO-ESPACIAIS

A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias. Apesar da sua histórica e intensa expansão em escala mundial, a segunda residência ainda é um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece da falta de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos das suas mais diversas repercussões sócio-espaciais nos diferentes lugares do mundo.

Na maioria dos estudos turísticos, a residência secundária é um tema pontual, citado, freqüentemente, como uma das modalidades de alojamento

⁹ Conhecido como capacidade de carga (*carrying capacity*), este conceito reconhece que os atrativos naturais e culturais têm um limite máximo de exploração turística que, quando ultrapassado, resulta na deterioração destes próprios recursos. Embora o conceito seja simples, sua aplicação é complexa devido às dificuldades de se quantificar as transformações que ocorrem e descobrir as relações entre os impactos turísticos e os seus efeitos no meio ambiente (Lea, 1988, p. 61).

das áreas em foco. Os estudos de casos que centralizam as discussões sobre esta temática ainda são escassos e, em sua grande parte, localizam-se nos principais países da Europa e da América do Norte. Ressalta Pearce (1991, p. 116) que nestes estudos “o objetivo principal é a análise da distribuição das segundas residências e não a análise da estrutura espacial do turismo em geral”.

Soneiro (1991, p.126) acrescenta que estes estudos emergentes sobre as residências secundárias são “...em grande medida, de caráter idiográficos e descritivos, orientados, particularmente, ao estudo da distribuição e dos impactos espaciais¹⁰”.

Há, assim, a necessidade de se aprofundar metodologias específicas para o estudo das segundas residências.

Fenômeno mundial de análises recentes, a residência secundária começa a aparecer na literatura internacional em estudos¹¹ de meados de 1970. Segundo Becker (1995, p. 10),

“no Brasil, o aparecimento do fenômeno da segunda residência dá-se na década de 1950 sob a égide do ‘nacional-desenvolvimentismo’ que foi responsável pela implantação da indústria automobilística, pela ascensão do rodoviarismo como matriz principal dos transportes e pela emergência de novos estratos sociais médios e urbanos que, aos poucos, começariam a incorporar entre os seus valores sócio-culturais a ideologia do turismo e do lazer. ...O veraneio ou o descanso dos fins de semana se transformaram em valor social cuja satisfação levaria o turismo, de um modo muitas vezes predatório e desordenado, a regiões acessíveis a grandes centros urbanos do Centro-Sul, e com atributos ambientais valorizados (zonas costeiras e/ou serranas)”.

Porém, a temática só emerge no Censo Demográfico de 1970 quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclui as residências secundárias entre os domicílios fechados. Assim, eram consideradas como “o domicílio que servia de moradia (casa de praia, ou campo, normalmente usadas para descanso de fim-de-semana ou férias) e cujos moradores não estavam presentes na data do censo” (IBGE, 1970).

O Censo Demográfico de 1980 (IBGE, 1980) define uma classificação específica para as segundas residências, denominando-as de *domicílios de*

¹⁰ O autor cita os estudos de CLOUT, H. D. Second Homes in the Auvergne. *The Geographical Review*. v. 61. n. 4. New York, 1971 p. 530-553. e COPPOCK, J. T. (Ed.). *Second Homes: curse or blessing?* London: Pergamon, 1977.

¹¹ Pearce (1991) cita os seguintes trabalhos como pioneiros no estudo das residências secundárias: CLOUTH. *Op. Cit.*; LUNDGREN, J. O. J. On Access to Recreational Lands in Dynamic Metropolitan Hinterlands. *Tourist Review*. 29, nº 4, p. 124-131, 1974; COPPOCK. *Op. Cit.*; e BOYER, J. Residences Secondaires et ‘rurbanisation’ en région parisienne. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*. 71, nº 2, p. 78-87, 1980.

uso ocasional e separando-as dos domicílios fechados aos quais estavam vinculadas no Censo de 1970.

Através da Sinopse¹² Preliminar do Censo de 1980 (IBGE, 1981, p. IX) é possível constatar que “considerou-se como de *Uso Ocasional* o domicílio que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), normalmente usado para descanso de fim-de-semana ou férias e cujos moradores *não* estavam presentes na data do Censo”.

No Censo de 1991, o IBGE aprimora a definição classificando as residências secundárias como domicílios particulares de uso ocasional não restringindo esta condição à não presença do morador temporário. Assim, conforme a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, p. 11), “considerou-se como de USO OCASIONAL o domicílio particular que servia ocasionalmente de moradia (casa ou apartamento), isto é, os usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim”.

O crescimento das segundas residências no Brasil e o fornecimento de dados estatísticos pelo IBGE nessas últimas três décadas já têm resultado em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país como o estudo de Odette Seabra (1979) acerca dos efeitos sócio-espaciais das segundas residências (preços do terreno e formas de ocupação) no litoral de Santos-SP; a análise de Mauren Roque (1990) sobre a desigualdade social que o fenômeno da segunda residência encerra como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária do Guarujá-SP; e o trabalho de Olga Tulik (1995) que avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências no Estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas. Estas análises produzidas como dissertações e teses na Universidade de São Paulo apresentam, cada uma na sua perspectiva, propostas de reflexões teóricas e análises empíricas que, somadas à literatura internacional consultada, servirão de referências à nossa reflexão sobre o fenômeno da segunda residência.

Isto posto, observamos que, apesar da definição técnica do IBGE, a residência secundária ou segunda residência é um conceito amplo e complexo que, pela profusão de termos restritivos - casa de praia, de

¹² Os dados referentes aos domicílios vagos, fechados e de *uso ocasional* (residências secundárias) são divulgados pelo IBGE **apenas** nas Sinopses dos Censos Demográficos, tanto de 1980, quanto de 1991.

veraneio, de campo, de temporada, de férias etc. - ainda carece da falta de um consenso terminológico.

Apoiada numa restrita bibliografia estrangeira exclusiva sobre segunda residência, Tulik (1995) se lança no desafio de, a partir do conhecimento das características observadas em outros países, analisar os aspectos conceituais dessa modalidade de alojamento turístico em função da realidade brasileira, especificamente a paulista, seu objeto de estudo.

Tulik (1995, p. 21) conceitua residência secundária como "...um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar".

Este conceito, bem mais abrangente que o do IBGE, nos remete à discussão dos principais liames que o engendram e que fazem da segunda residência um fenômeno complexo.

Primeiro, considera-se a segunda residência um alojamento turístico particular, ou seja, de propriedade privada. Esta questão da **propriedade** nos remete à característica básica da segunda residência – a renda como fator diferencial que define quem pode possuir, além do domicílio permanente (primeira residência) um outro destinado ao lazer de finais de semana e das temporadas de férias. A residência secundária pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, pois implica em custos com a compra do terreno, construção do imóvel (quando não se compra o imóvel construído), impostos, manutenção e meio de transporte para o deslocamento pendular (geralmente, automóvel particular). Estes fatores fazem da segunda residência uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas sociais alta e, na sua grande maioria, média. Esta última camada congrega os maiores proprietários de residências secundárias, pois a falta de uma maior disponibilidade financeira e de tempo livre para o aproveitamento das férias com a família em grandes viagens pelo mundo, fazem desse tipo de alojamento uma alternativa de lazer para a classe média, devido à economia de tempo (de trabalho) e, sobretudo, de dinheiro.

Além de um alojamento como alternativa de lazer turístico, a residência secundária é uma opção de investimento. Para Michaud (*apud* Soneiro, 1991, p. 151-152), a residência secundária "...é, sobretudo, um investimento rentável, como comprovam os fatores fundamentais: seu

escasso índice de freqüentação, pois permanecem vazias a maior parte do ano, e o escasso tempo que, geralmente, pertencem ao mesmo proprietário...". Apesar dos altos custos de manutenção e, em geral, do baixo índice de freqüentação das residências secundárias¹³, a propriedade desses domicílios representa um "investimento em terras", como reservas de valor para o futuro. Explica Oliveira (1978, p. 76) que "...o investimento na terra constitui o caminho seguro para a preservação do capital acumulado (*principalmente, numa economia inflacionária*¹⁴) e conseqüentemente para a ampliação do capital-dinheiro através da apropriação da renda fundiária".

Todavia, Tulik (1995, p. 24) adverte que a residência secundária "...é um investimento que não oferece liquidez e nem rentabilidades imediatas, pois a venda está sujeita às leis da oferta e da procura e, nem sempre estes imóveis são alugados, permanecendo vazios na maior parte do ano".

A questão da propriedade da segunda residência também esbarra numa prática muito comum relacionada ao uso desses alojamentos turísticos: muitos proprietários, para obter uma renda excedente, alugam suas segundas residências a outros turistas, arrendam ou emprestam a parentes e amigos. Este fato que não é captado pelo conceito técnico do IBGE - apesar de as residências secundárias fazerem parte dos domicílios particulares -, torna complexa a definição do termo. Conforme Tulik (1995, p. 18), "...a residência secundária, enquanto propriedade particular (já que não existem, pelo menos no Brasil, residências secundárias públicas), constitui uma modalidade de alojamento turístico cujo conceito operacional não deveria estar ligado ao fato de ser própria, alugada, arrendada ou emprestada". Assim, adotaremos neste trabalho a mesma opção dessa autora de considerar a residência secundária enquanto imóvel, excluindo-se a sua condição de propriedade.

A segunda questão que o conceito de residência secundária remete é a **temporalidade**. Sendo um domicílio de uso ocasional de finais de semana ou de temporadas de férias para fins de recreação e lazer, a segunda residência pressupõe, indubitavelmente, a existência por parte do proprietário de um outro domicílio de uso permanente (também conhecido

¹³ Segundo Seabra (1979, p. 1), "...na melhor das hipóteses, seria ela utilizada 50% dos dias do ano, considerando todos os fins de semana e o período de férias escolares".

¹⁴ Grifo nosso.

como principal ou primeira residência) onde ele habita na maior parte do ano. Segundo Seabra (1979, p. 4), enquanto "...a primeira residência responde à mais elementar necessidade de habitar, morar, de ter abrigo em que pese as diferentes formas existentes de satisfazer essas necessidades, a segunda habitação foge a qualquer entendimento dessa natureza. Ela é uma segunda habitação".

Por maior que seja o tempo de estadia na segunda residência, os fatores disponibilidade do tempo livre, do não-trabalho, de renda excedente e a distância do domicílio principal, definem o uso temporário dessas construções. "Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o vínculo territorial e um certo paralelismo com a definição aceita para turista, fato que reforça a noção de residência secundária como alojamento turístico" (Tulik, 1995, p. 21).

A terceira questão que permeia o conceito de residência secundária é a **finalidade**. Marco da sociedade pós-industrial, o direito ao tempo livre é uma das grandes conquistas sociais do mundo do trabalho que tem na segunda residência uma das suas modalidades de usufruto. A busca da recreação e do gozo do tempo livre é, sem dúvida, a principal finalidade das construções das segundas residências.

Com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se fazia necessário que o homem urbano saísse das áreas centrais superpovoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Esta era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias.

A cidade, que outrora fora o centro de atração das habitações e do homem do campo em busca do trabalho na indústria, agora - apesar de ainda concentrar diversas funções -, "expulsa" seus moradores por não lhes oferecer condições necessárias para uso do tempo livre em contato com a natureza.

Então, devido à proximidade das áreas centrais, as regiões periféricas metropolitanas passaram a ser os principais alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de *marketing* turístico que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços, ofertando-os aos

segmentos sociais específicos que dispunham de renda excedente para adquirir uma residência secundária.

Aspiração da sociedade contemporânea *pós-moderna*¹⁵, a busca da "natureza", do "natural", por ser um anseio humano antigo, constitui-se num "neo-mito pré-moderno" sustentado pelo propalado discurso do "anti-urbano" que defende a vida em contato com a "natureza" sem, necessariamente, abdicar das comodidades da vida urbana (Gomes, 1998). Busca-se, na verdade, uma "natureza" artificialmente criada, que assume o *status* de perfeição nos *resorts* e parques temáticos como mercadoria fetichizada. Destaca Lefebvre (1969, p. 107-108) que:

*"Muito estranhamente, o **direito à natureza** (ao campo e à 'natureza pura') entrou para a prática social há alguns anos em favor dos **lazer**s. Caminhou através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo 'concentricionista' das cidades (enquanto que a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa 'naturalidade' da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela. A 'natureza', ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da 'criatividade'. Os urbanos transportam o urbano consigo, ainda que não carreguem a urbanidade!"*

Nessa encruzilhada que leva ao "natural-urbano", a segunda residência é uma das expressões máximas, pois sua concepção se associa à capitalização mercantil dos atributos naturais das paisagens - o mar, o campo, as montanhas etc. - e à dotação de infra-estrutura de equipamentos e serviços urbanos que facilitem um maior aproveitamento do tempo livre.

A segunda residência converte o "fim de semana" num fato sócio-cultural característico da sociedade contemporânea. A redução da jornada de trabalho, a degradação do meio urbano e o advento do automóvel particular contribuíram para a eclosão do fim de semana como o principal período de aproveitamento do tempo livre, sobretudo, via segunda residência. Para Sastre *et al.* (1992, p. 225), "o fim de semana representa um espaço de liberdade onde se vislumbra que o tempo livre é uma privilegiada oportunidade na qual o homem pode encontrar-se consigo

¹⁵ A respeito das discussões sobre "moderno" e "pós-moderno", ver: Featherstone, 1995, p. 17-25 ou Harvey, 1993, p. 303-304. Conforme este último autor, a pós-modernidade "...é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo".

mesmo, ao mesmo tempo em que permite se restabelecer das situações adversas do meio social e do trabalho”.

Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo pendular de fim de semana e das férias anuais, “a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Esses fatores podem contribuir para a valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes” (Tulik, 1998, p. 202).

O tripé (tempo-custo-distância) pode, em alguns casos, definir a localização das segundas residências na zona urbana ou rural e influenciar na concentração dessas construções em determinadas áreas. A disponibilidade de renda e de tempo livre influencia na escolha da localização da segunda residência, pois, quanto mais distante da residência permanente, maior é o tempo e o custo de acesso a este domicílio de uso ocasional. A propriedade de uma segunda residência em áreas muito distantes da residência principal inviabiliza a sua freqüência assídua nos finais de semana, levando o proprietário a usá-la, principalmente, nas temporadas de férias nas quais pode se dispor de um tempo maior de estadia. Porém, atualmente, com a melhoria da qualidade das vias de acesso e com o avanço tecnológico dos meios de transportes (sobretudo, dos automóveis particulares), o fator distância, em alguns casos, pode se tornar secundário ou irrelevante na escolha da localização da residência secundária.

Coppock (*apud* Pearce, 1991, p. 116) aponta que “os principais fatores de distribuição das segundas residências parecem ser: a distância dos grandes centros populacionais; a qualidade ou os atributos da paisagem; a presença de mar, rios ou lagos; a presença de outros recursos recreativos; a disponibilidade de terra; os climas das regiões emissoras e receptoras”.

Tradicionalmente, as áreas de segunda residência tendem a se distanciar do centro urbano à medida que este se expande e se urbaniza, migrando da periferia metropolitana para a zona rural. A localização destes domicílios também é influenciada pelo fator cultural, como na França (Boyer *apud* Tulik, 1995, p. 19) onde nas áreas de ocupação antiga, a maioria das segundas residências provém de heranças ou da aquisição de casas rurais desocupadas; ou pelo fator comercial que segue a lógica da especulação

imobiliária e tende a lotear e vender desordenadamente os terrenos para as segundas residências, levando à saturação da paisagem e à busca por áreas mais distantes.

Conforme Derruau (1973, p. 95),

“consoante a localização em relação à residência principal, a utilização dá-se essencialmente nos fins de semana ou nos períodos de férias mais longos, possuindo as famílias burguesas por vezes duas ou várias residências secundárias freqüentadas em períodos diferentes (uma nos arrabaldes, outra junto ao mar ou na montanha). A casa de fim-de-semana, se está situada nos arrabaldes próximos, pode tornar-se, com a facilidade dos transportes, numa residência permanente, de onde a migração para o trabalho é diária”.

Faz-se mister ressaltar que essa relação centro-periferia engendrada pelas segundas residências encontra aportes na clássica obra - *Teoria das Localidades Centrais* (1933) - do geógrafo alemão Walter Christaller, que, na sua perspectiva locacional e organizacional do espaço, já acenava para as singularidades do espaço turístico. Nos seus estudos posteriores sobre o turismo na Europa, Christaller (1963, p. 96) observou que “é típico dos lugares turísticos se localizarem na periferia”. Sendo um dos pioneiros a analisar as periferias do turismo, ele concluiu que:

“um setor da economia que evita os lugares centrais e as aglomerações industriais, é o setor do turismo... [este] ...tem, portanto, uma tendência natural para a periferia das regiões densamente povoadas já que, na maioria das vezes, o turista procura paisagens remotas e ambientes exóticos, muitas vezes idílicos (montanhas, praias, florestas, áreas rurais mais ermas etc.)” (1963, p. 95).

Discutida, criticada e alvo de diversos empregos e utilizações, a tese de Christaller sobre a “periferização do turismo” ainda suscita análises como a de Pearce (1991, p. 107-108) que ao constatar na Austrália que os grandes centros metropolitanos são as principais áreas de atração dos fluxos turísticos do país, ressalta que “...a visão de Christaller de que o turismo é uma atividade que evita os lugares centrais não é universalmente verdadeira...”. Porém, outros estudos como os de Mello e Silva resgatam as contribuições da Teoria de Christaller “...por considerar que elas fornecem um potencial analítico e interpretativo muito importante para o exemplo do Estado da Bahia” (1996, p. 123) e por reconhecer que, na perspectiva dessa teoria, o turismo tem um enorme potencial de se contrapor às forças centralizadoras, principalmente em relação à metropolização que vem ganhando um maior impulso com o processo de globalização (1997, p. 95).

Conscientes das limitações e das diversas críticas¹⁶ à Teoria de Christaller no tocante à criação de um “modelo espacial sobre a superfície isotrópica” sobre a distribuição e a hierarquia dos serviços, reconhecemos, contudo, que a sua classificação centro-periferia nos permite compreender a relação e influência das cidades núcleos-metropolitanos na distribuição e localização das residências secundárias.

O centro ou localidade central de um espaço é o núcleo de distribuição dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços para as áreas periféricas. Christaller (1963, p. 103) apresenta uma definição de periferia relacionada ao espaço, envolvendo a questão da distância e, metaforicamente, como lugares e paisagens ‘esquecidas’. Nesse mesmo estudo, o autor mostra que o processo de descoberta, massificação, produção e reprodução das periferias turísticas leva à busca e à formação de novas periferias em áreas cada vez mais distantes e remotas.

Estas constatações de Christaller também são evidenciadas no processo de distribuição espacial das residências secundárias. A busca da “natureza”, do lazer, via segunda residência, ocorre, inicialmente, nas periferias mais próximas dos centros metropolitanos, “...formando cinturões que ultrapassam as zonas de comutação¹⁷ e se estendem por distâncias que podem variar conforme o momento e os países, em razão de diferenças observadas na ocupação do espaço e nas tecnologias de transportes” (Tulik, 1995, p. 102).

Apesar de as residências secundárias se localizarem, geralmente, ao redor das grandes metrópoles, elas podem se espalhar por distâncias maiores devido às qualidades dos meios e vias de transportes disponíveis. Isto acontece porque as áreas centrais metropolitanas, denominadas por Pearce (1991, p. 108) de *market areas*¹⁸, polarizam a emissão de fluxos de finais de semana que desenvolvem uma ampla faixa de residências secundárias em seu entorno, formando “cinturões concêntricos” (Tulik, 1998, p. 205-206). Assim, com as melhorias de acesso, estas áreas periféricas passam a ser ocupadas por uma clientela popular, enquanto os

¹⁶ A esse respeito ver: Ferrão *et al.*, 1981, p. 65-76; Pearce, 1991, p. 108; e Castilho, 1998, p. 58.

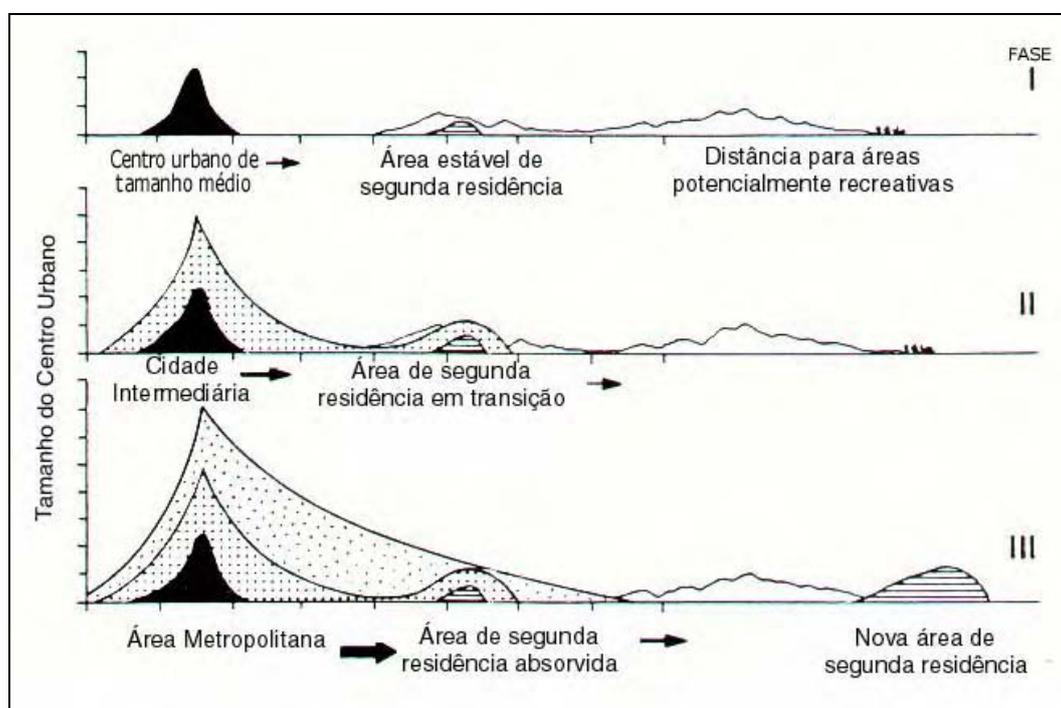
¹⁷ “Comutação (*commuting*) corresponde ao movimento pendular, típico dos grandes centros urbanos, que as pessoas, moradoras da periferia, realizam, diariamente, entre o local de trabalho e o local de residência permanente” (Tulik, 1995, p. 102).

¹⁸ Correspondem às áreas de mercado, onde estão concentradas as estratégias de *marketing* turístico e as camadas sociais específicas detentoras de condições financeiras para obter uma residência secundária.

ocupantes, pioneiros detentores de um poder aquisitivo mais elevado, partem em busca de áreas isoladas cada vez mais distantes da área central, reproduzindo assim a lógica turística de consumo e produção do espaço.

Esse processo foi constatado por Lundgren (1974), no Canadá, que produziu um modelo trifásico (**Figura 1**) mostrando as relações espaciais centro-periferia de como a área urbana se expande entre o centro da cidade e a região periférica de segunda residência (*apud* Pearce, 1991, p. 195-196).

Figura 1: Modelo de Lundgren (1974) sobre a Expansão Urbana e as Segundas Residências



Fonte: Adaptado de Pearce (1991, p. 196)

Na primeira fase, a demanda de um centro urbano de tamanho médio tem gerado uma pequena região de segunda residência situada, tipicamente, numa área de relevo acidentado ou ao redor de um corpo d'água. Conforme a área urbana cresce, a demanda por segundas residências também aumenta e a região se expande, principalmente para além da área de segundas residências inicial (Fase II). Para Lundgren, nesta fase, a expansão interior das segundas residências tem um caráter mais urbano, enquanto a expansão exterior (em direção à nova área de segunda residência) ainda conserva as características típicas do desenvolvimento das casas de férias.

Na terceira e última fase da seqüência, a região original de segunda residência é absorvida pela expansão metropolitana, formando, agora, uma parte da própria cidade, ao passo que as segundas residências anteriores acabam se transformando em residências permanentes. Enquanto isso, uma nova e distinta área de segunda residência tem se desenvolvido sobre a base da demanda de fins de semana ou das acomodações de férias, a qual não tem diminuído, porém, cresce mais moderadamente.

Esta expansão externa e o crescimento da demanda resultam não são só do aumento populacional, mas deve-se também ao desenvolvimento de estradas, ao aumento da propriedade de carros particulares, ao aumento do tempo livre e dos períodos de férias, assim como ao desejo de muitas autoridades locais de aumentar suas taxas e impostos fiscais, os quais provocam uma intensificação do uso da terra que facilita a especulação por parte dos promotores imobiliários.

Um modelo trifásico semelhante ao de Lundgren também foi identificado pelo geógrafo francês Boyer (1980) na bacia de Paris (*apud* Pearce, 1991, p.196). Segundo esse modelo, na primeira fase, alguns residentes urbanos adquirem habitações rurais para transformá-las em segundas residências. Segue-se o período de construção da nova residência temporária comprada aos habitantes locais. No começo desta fase, as segundas residências coexistem com as residências nativas, mas as primeiras logo se tornam dominantes.

Numa terceira fase, a iniciativa particular dos residentes locais ou dos meios urbanos próximos é substituída por parcelamentos negociados tanto pelas autoridades locais – como uma forma de aumentar os recursos fiscais – quanto pelos promotores imobiliários em busca do maior lucro. Neste momento, as residências permanentes acabam prevalecendo, enquanto a paz e o isolamento buscado pelos proprietários das segundas residências, agora, desapareceram. Os turistas “pioneiros” partem para mais distante em busca de um novo local isolado para a segunda residência e, assim, o processo é repetido.

Estes modelos, apesar de apresentarem um ciclo de vida do turismo de segunda residência que é muito comum em diversos espaços do mundo, não podem ser considerados, a rigor, um padrão de reprodução desses alojamentos de finais de semana. Os modelos nos ajudam a refletir sobre

as realidades locais, a formular proposições sobre o futuro; mas não podemos, a partir de pressupostos deterministas, desconsiderar as diferenças espaciais e culturais dos lugares.

As distintas realidades geradas pelas residências secundárias ratificam sua complexidade e requerem aos estudiosos desses alojamentos turísticos, cautela nas interpretações e generalizações das conclusões. Por articular diversas esferas da organização sócio-espacial, a residência secundária dinamiza os espaços onde se instalam, desencadeando efeitos positivos e negativos nos mais diferentes lugares e realidades.

Como exemplos desta complexidade, podemos citar o estudo de Aulicino (*apud* Tulik, 1995, p. 138), que reconhece os efeitos positivos das segundas residências em alguns municípios paulistas, afirmando que “o aumento dos domicílios de uso ocasional tende a gerar muita receita própria para os municípios, enquanto melhora também seus indicadores sociais de número de telefones e o consumo residencial em geral de energia elétrica”. Em contraposição, Seabra (1979, p. 115-116) ressalta os efeitos negativos das segundas residências, tipo apartamentos, produzidas no litoral de Santos que, seguindo a lógica capitalista da produção de mercadorias, levaram a cidade a perder suas condições balneárias e a emergir como centro de comércio e serviços.

Pode-se ainda acrescentar o dilema que alguns balneários enfrentam com a expansão das segundas residências, pois, muitas vezes, estas requerem a melhoria da infra-estrutura local, porém apresentam uma alta inadimplência no pagamento do IPTU.

Estas repercussões espaciais - positivas e negativas, geralmente estão associadas à expansão da urbanização e do processo de especulação imobiliária nos núcleos receptores, à diversificação do mercado de trabalho e seus efeitos no padrão de renda, à proliferação de “moradores adventícios¹⁹”, à perda da atratividade turística etc.

Dentre os efeitos positivos, destacam-se as transformações ocorridas no mundo do trabalho que, geralmente, proporcionam um incremento das atividades de comércio e serviços, criando maiores oportunidades de

¹⁹ “Pessoa que passa a morar em comunidade receptora com a entrada do turismo” (Fonteles, 1998, p. 98). Neste trabalho restringiremos esta definição aos antigos turistas que transformam suas residências secundárias em residências permanentes, transferindo seu domicílio principal para os núcleos receptores.

emprego e de aumento da renda. Estes efeitos têm sido identificados, principalmente, em alguns espaços rurais, onde as segundas residências têm se expandido como uma modalidade de "agroturismo", no qual antigas casas de fazendas, de engenhos e de chácaras são vendidas ou alugadas para o uso turístico de finais de semana e/ou de temporadas de férias.

Devido à lógica capitalista de mercantilização das paisagens, estas "antigas construções" passam por um processo de "requalificação" (Campos, 1999) que lhes atribui novos usos e funções, visando a atender a uma clientela, sobretudo urbana, que pode pagar pelo desfrute das amenidades naturais ofertadas no campo. Em alguns casos, isto tem provocado "...uma importante e vital injeção econômica e uma dotação de equipamentos capazes de fixar e, inclusive, de atrair mão-de-obra.

Outrossim, o crescimento do emprego como consequência das novas demandas criadas pelas construções das residências secundárias e dos novos equipamentos de serviços tem permitido a uma parte da população rural compatibilizar suas ocupações no campo com um emprego na construção ou nos serviços de caráter sazonais" (Soneiro, 1991, p. 152).

As repercussões negativas mais corriqueiras, segundo Barros (1998, p. 28), referem-se ao fato de as segundas residências, geralmente "...desalojarem com suas edificações e infra-estruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência a níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida, etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas etc.)". O refúgio freqüente nas residências secundárias estabelece identidades e "territorialidades"²⁰ que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos sócio-culturais entre a população visitante e a "nativa".

Todas essas repercussões sócio-espaciais provenientes da expansão do turismo de segunda residência têm seus rebatimentos no espaço. Algumas delas serão analisadas no segundo e terceiro capítulos deste trabalho, onde, empiricamente, analisaremos nosso objeto de estudo.

²⁰ Para Campos (1999), as territorialidades correspondem ao conjunto de atividades e práticas através das quais são estabelecidos os territórios, criam "campos de força" representativos das relações dos diversos grupos sociais com um determinado espaço - os quais passam a constituir-se em territórios.

1.3 AS REPRESENTAÇÕES DAS PAISAGENS DO MUNDO VIVIDO

A paisagem na perspectiva do turismo se associa a tipologias diversas que reforçam o seu caráter como “mercadoria” (Gomes, 1998, p. 259). Pautando-se no seu poder de atração, os agentes de *marketing* turístico (re)criam a idéia de paisagem, “selecionando” seus atributos naturais (florestas, praias, montanhas etc.) e histórico-culturais (museus, igrejas, templos etc.) comercializáveis.

Embora a paisagem seja uma categoria cara à Geografia, isto não garante a esta ciência exclusividade na sua discussão. Ao contrário, a paisagem apreende uma diversidade de entendimentos para além dos debates geográficos, sendo, muitas vezes, usada de forma indiscriminada. Ressalta Gomes (1998, p. 265) que:

“Paisagem guarda relação com múltiplas outras palavras, sendo bastante utilizada nos mais diversos sentidos e disciplinas. É conhecida e verbalizada quer seja no alemão da idade média, quer seja na língua moderna, ou como idioma russo. Ela foi se desenvolvendo gradualmente enquanto vocabulário de diferentes ciências. Desta forma, não é para se ter espanto ao se constatar os diversos sentidos que esta palavra assumiu, bem como não é de se surpreender os diversos equívocos que o seu uso provoca, especialmente quando se confrontam entendimentos diferenciados sobre ela, ou até quando ela surge empregada de uma forma até então não pensada dentro de determinado conceito ou conceitos já conhecidos. Por exemplo, o Historiador da arte pensa em Estilo de Paisagem, o Filólogo fala de uma Expressão de Paisagem, indo mais adiante pode se ter a sua extensão dentro da arquitetura, dentro de dialetos etc”.

No âmbito do turismo, podemos, a partir de Hard²¹ (*apud* Gomes, 1997, p. 38), entender a paisagem como um “recorte espacial de uma determinada parcela da superfície da Terra, cujos atributos naturais e paisagísticos evocam sentimentos de amenidades e recordações vitais, capazes de rápida apreensão e descrição pelo observador”. Este conceito corresponde à primeira tipologia deste autor que considera a paisagem um “quadro paisagístico do vivenciado ou vivido”. Gomes (1997, p. 38) explica que “este conceito de paisagem é uma das bases (e quiçá a mais importante) do conceito geográfico de paisagem; ele trata e se relaciona,

²¹ “Num esforço de compilar, de forma conceitual e contextual, o conteúdo dos diversos usos e empregos da categoria Paisagem, o geógrafo alemão Gerhard Hard (1992) identificou 11 tipologias que, com suas variáveis, abrangem o entendimento, passível de reconhecimento nas práticas e teses desenvolvidas ao longo da evolução do conhecimento geográfico e de suas interações com outras ciências e disciplinas afins” (ver Gomes, 1997, p. 37-46).

em essência, com o conceito de paisagem dos cientistas literários, teóricos e historiadores da Arte; mas também dos arquitetos e paisagistas estruturadores da paisagem”.

No intuito de criar a paisagem paradisíaca dos sonhos dos turistas, os agentes de *marketing* escamoteiam a realidade, pois, como afirma Yázigi (1999, p. 262), “o devaneio faz parte da excitação turística e por isto é sabiamente manipulado por seus agentes [ou seja] ...é a *autenticidade encenada*”.

Esse recorte seletivo do espaço é captado, mormente, através de fotografias que enfeitam os catálogos e guias turísticos, vendendo imagens do espaço que Nogué I Font (1992, p. 48) denomina de “pseudo-imagens”. Para este autor, estas imagens difundidas internacionalmente estão na base dos numerosos clichês existentes a respeito dos lugares pouco conhecidos ou visitados superficialmente, como a maioria dos centros de férias pensados para um turismo de massa.

Nesta perspectiva, Carlos (1999, p. 176) destaca que “o espaço do turismo e do lazer são espaços visuais, presos ao mundo das imagens que impõem a redução e o simulacro. E que reduzem a apropriação enquanto ‘mercadoria de uso temporário’ definida pelo tempo de não trabalho”.

Na Geografia, por muito tempo, a categoria paisagem foi relegada pelo fato de ser dotada de uma carga subjetiva de apreensão que é definida a partir do olhar do sujeito, através dos seus valores e dos seus filtros de experiência de vida (Gomes, 1997). Só recentemente, esta categoria foi revalorizada pela Geografia Humanista, voltando ao bojo dos debates geográficos atuais.

Na nossa área de pesquisa, a análise da dinâmica da paisagem nos conduz ao seu entendimento enquanto um mosaico da história humana dotado de coexistências que possibilita a reconstituição das diversas atividades econômicas e suas organizações sócio-territoriais ao longo do tempo.

Como assinala Dolfus (1972, p. 11), “toda paisagem que reflete uma porção do espaço, ostenta as marcas de um passado mais ou menos remoto, apagado ou modificado de maneira desigual, mas sempre presente. É um palimpsesto onde a análise das sucessivas heranças permite que se rastreiem as evoluções”.

Milton Santos (1997, p. 86) enaltece esta visão, ratificando que “a paisagem é transtemporal; é um palimpsesto que representa memória viva de um passado já morto. Ela permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto”. Apesar de este autor ressaltar que, ao invés da paisagem, o espaço é a totalidade verdadeira, consideramos no nosso trabalho que a partir da reconstituição e interpretação de cada etapa da evolução sócio-espacial, retornando-se à história que os “enrugamentos” de diferentes idades representam, podemos operacionalizar a paisagem como uma categoria analítica encadeada num sistema de objetos e de ações totalizantes.

Ademais, no intuito de captarmos a dinâmica da paisagem nas suas dimensões objetiva e subjetiva, optamos por analisar, através de questionários e entrevistas, as representações das paisagens da população “veranista” e “nativa”.

Nesse intento, consideramos representações na perspectiva de Moscovici (1978, p. 28), ou seja, representação social como “um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação”. Assim, a representação social corresponde ao conhecimento particular, às imagens, idéias e valores construídos pelos indivíduos na vida coletiva que lhes permitem se comunicar, “interpretar e reinterpretar” o espaço em que vivem.

A representação de um indivíduo sobre alguma coisa ou algum lugar expressa uma (re)interpretação particular da sua própria visão e experiência acerca do fenômeno representado, pois, como destaca Moscovici (1978, p. 58), “...representar uma coisa, um estado, não consiste simplesmente em desdobrá-lo, repeti-lo ou reproduzi-lo; é reconstituí-lo, retocá-lo, modificar-lhe o texto”.

No processo de construção das representações, o espaço assume um papel de destaque por ser o *locus* da vida cotidiana de onde emanam as imagens, informações, crenças, valores... - os “constituintes das representações” (Jodelet, 1989). Nesse sentido, a Geografia pode contribuir com o estudo das representações através da sua abordagem espacial, ou seja, pela análise das representações sócio-espaciais.

Jean-Marie Miossec (1977) foi um dos geógrafos pioneiros a estudar as representações do espaço turístico. Para este autor,

“o espaço turístico é, antes de tudo, uma imagem: imagem que fazem dele os turistas e os organizadores de excursão; imagem como fruto da percepção das populações autóctones com inquietudes e surpresas; imagem complexa como sonho estimulado pela publicidade, pelos guias, folders, pelas fotografias, pelos filmes; imagens e evocações (odores, sons, sensações) relatadas e transmitidas pelos turistas” (apud Castilho, 2000, p. 98).

Nesta perspectiva, a paisagem, enquanto representação do mundo vivido, se configura a partir das leituras da realidade de cada indivíduo, as quais expressam suas experiências cotidianas no espaço (Gomes, 1994). Segundo Cosgrove (1998, p. 108), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”.

Reflexos de múltiplas significações, as representações também revelam o elo de ligação das pessoas com os lugares (topofilia) que é construído através do sentimento de pertencimento, da identificação desses espaços de poder como seus territórios, onde elas exercem suas “práticas sócio-espaciais cotidianas” (Campos, 1997). As imagens e recordações das transformações do mundo vivido demonstram a criação de uma territorialidade, de uma identidade sobre o território.

Nesse processo identitário afloram sentimentos, lembranças, símbolos, imagens, fantasias que resgatam o mundo vivido da experiência imediata do homem. Conforme Schultz (1979, p. 73), “o mundo vivido compreende os seres humanos com toda ação e interesse humanos, seus trabalhos e sentimentos, numa relação recíproca de troca entre o homem e o meio, levando em consideração esta relação dialética, caracterizada pela resistência à mudança de ambos os lados”.

As representações do mundo vivido atuam como *flashes*, como recortes arbitrários de paisagens captados pela percepção individual da vida cotidiana. Porém, elas não são a paisagem em si, pois esta “denota materialidade quer seja natural ou construída, e como tal passível de mensuração e comparação face aos princípios sociais e valores determinantes da sociedade que a institucionaliza, a partir da seleção de seus espaços” (Gomes, 1997, p. 45). A percepção da paisagem é sempre um recorte individual, um modelo parcial da realidade que se opera

segundo dois níveis: através da experiência direta, envolvendo os cinco sentidos humanos, ou através da comunicação interpessoal ou social, por meio do grupo (Bailly, 1986).

Gomes²² também destaca que:

“A paisagem envolve conceito de imagem onde se projeta uma série de desejos. Ela não é fiel ao observado. Ela existe em função de quem a observa dada à carga cultural e emocional do observador. Dada às condições fisiológicas do observador, dada à frequência e à maneira de observação. Dada às circunstâncias da observação”.

Assim, muitas são as representações do mundo que se captam em recortes individuais de paisagem e resgatam a experiência humana do mundo da vida. Cada indivíduo constrói suas imagens mentais e a sua própria representação de mundo baseada na experiência vivida e na imaginação.

É buscando “dar voz” à população da nossa área de estudo que procuraremos analisar suas representações sobre a dinâmica das paisagens.

Além disso, como embasamento para o nosso estudo, analisaremos, no final do trabalho, o modelo teórico proposto por Butler²³ (*apud* Barros, 1998, p. 66-68; Rodrigues, 1998, p. 89), que visa explicar a estrutura espacial do turismo a partir de ciclos evolutivos.

Através desse modelo, Butler sugere fases baseadas na análise dos fluxos turísticos que são definidas pelo peso da população flutuante em relação à população local. Assim, são propostas cinco fases:

1. **Inicial:** corresponde ao início do processo, quando um determinado local é descoberto para o turismo de forma espontânea, ou através do *lançamento* de um lugar turístico, por iniciativa do setor público e/ou privado.
2. **Exploratória:** quando os fluxos vão aumentando, ainda de forma lenta. Há um pequeno envolvimento da população local em prover serviços turísticos; época ou estação turística já começa a ser constatada.
3. **Crescimento:** indica a prosperidade do fenômeno, expressando um grande crescimento das chegadas de turistas, por conta, muitas vezes, de uma ilusão passageira. Nesta fase o volume de turistas é

²² Notas de aula, 1997 *apud* Bezerra, 2000, p. 43

²³ BUTLER, Richard W. *The Concept of a Tourist Area Cycle of Evolution: implications for management of resources*. Montreal: The Canadian Geographer, XXIV (1):5-12, 1980.

igual ou superior ao volume da população residente. Este é um dos momentos mais perigosos, pois pode levar à saturação do espaço, quando é ultrapassado o limite da *capacidade de suporte*, ocorrendo a perda da qualidade da oferta, nos mais variados setores, tanto de serviços, quanto dos demais atrativos, principalmente quando se trata da exploração de recursos naturais.

4. **Consolidação:** corresponde à *estabilidade*, marcada por um crescimento mais lento; o turismo se torna a principal atividade econômica do local, mas as taxas de crescimento do número de visitantes começam a mostrar sinais de decadência.
5. **Estagnação:** configura-se quando o processo não é adequadamente conduzido, ocorrendo eventos que indicam uma crise. O poder de atração continua a cair; os visitantes se dirigem para outros *resorts* e a área passa a depender cada vez mais de visitantes de um dia e recreações de fins de semana; a área de origem dos visitantes retrai e se torna cada vez mais limitada.

Nesta última fase, o declínio continuaria até que medidas de *rejuvenescimento* e requalificação fossem tomadas através de políticas intervencionistas, com a mitigação de impacto negativo e/ou reaparelhamento da infra-estrutura básica de apoio.

Ressalta-se, contudo, que a adoção desse modelo não implica, *a priori*, uma leitura conclusiva do turismo em Itamaracá. Trata-se de um esforço de analisar um processo de transformação sócio-espacial de uma parcela da Ilha, na perspectiva do turismo e à luz de um diálogo com teorias e reflexões existentes sobre o tema.

Capítulo II

(RE)CONSTRUINDO A DINÂMICA DAS PAISAGENS

2.1 UMA ILHA NA PERIFERIA METROPOLITANA: CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E TURÍSTICA

A Ilha de Itamaracá, que corresponde ao município de mesmo nome, localiza-se entre 34° 49' e 34° 54' de longitude Oeste de Greenwich e 7° 41' e 7° 49' da latitude Sul, estando ao norte de Recife, capital do Estado de Pernambuco, pertencendo à Mesorregião Metropolitana do Recife e à Zona do Litoral Pernambucano (**Mapa 1**).

O nome Itamaracá é de origem indígena significando "Maracá de Pedra" ou "Pedra que Canta". Apesar de diferentes, estas denominações significam a mesma coisa, visto ser o maracá, um instrumento musical indígena que emite sons como um chocalho (Magno, 1989, p. 58).

Situado cerca de 50 km da cidade do Recife, o município de Itamaracá é ligado ao continente através da ponte Getúlio Vargas - 375m (**Foto 1**). O acesso da capital do Estado de Pernambuco à Ilha faz-se, por terra, através da PE-15, da BR-101, que no município de Igarassu é complementada pela PE-35, levando até a Ilha onde se liga a PE-1, que dá acesso ao seu litoral sul.



Foto 1: Ponte Getúlio Vargas (375m) sobre o Canal de Santa Cruz

Fonte: Lenilton Assis, set./1998

A extensão atual da Ilha de Itamaracá é de 65,4 km², representando 0,07% do território pernambucano. Sua porção leste é banhada pelo Oceano Atlântico, enquanto o Canal de Santa Cruz banha o norte, o oeste e o sul da Ilha.

2.1.1 ASPECTOS FÍSICO-NATURAIS

Constituída, predominantemente, por depósitos sedimentares de origem recente, a Ilha de Itamaracá se separou do continente há, aproximadamente, 120 mil anos, devido a movimentos tectônicos e ao fato de se situar numa zona de falha. Andrade (1955, p. 13) afirma que "Itamaracá é uma ilha engastada na costa mixta e epigênica" (*sic*), ou seja, sua estrutura discordante apresenta aspectos alternados de submersão e emersão (costa mista), assim como ela influencia na evolução do seu litoral (costa epigênica) através de levantamentos (tectonismo) ou emersão (eustasia). Assim, este autor ainda complementa que "a ilha resulta do basculamento dum bloco falhado, sendo o eixo desse basculamento ligeiramente oblíquo ao mergulho geral da estrutura".

O efeito desse "basculamento" é evidenciado, atualmente, pela variação da altitude dos Tabuleiros Costeiros encontrados na Ilha, sendo mais altos, na porção sul e central, diminuindo à medida que se dirigem para a porção norte (Brasil, 1998, p. 20). Estes tabuleiros, constituídos por sedimentos areno-argilosos da Formação Barreiras, são indícios de que a Ilha já esteve ligada ao continente, pois

"como esses depósitos sedimentares encontram-se tanto no continente quanto na ilha, conclui-se que o afastamento do bloco insular deu-se provavelmente após a deposição das barreiras. Esses Tabuleiros, tanto continentais, quanto insulares, foram posteriormente retrabalhados pela ação marinha, durante as transgressões e regressões Cenozóicas" (Magno, 1989, p. 83).

O clima predominante nesta faixa costeira é o Tropical quente e úmido, com chuvas de outono-inverno, sendo denominado por Andrade (1977, p. 16) de clima Pseudo-tropical da costa nordestina, em virtude de as chuvas estarem concentradas no período oposto aos climas tropicais típicos. Pela classificação de Köppen, este clima é denominado de As', isto é, clima com altas temperaturas e umidade constante. A temperatura média anual é de, aproximadamente, 26° C enquanto a precipitação é de 1500 mm³.

Em Itamaracá, os ecossistemas naturais representam 52,7% do uso e ocupação do solo¹ do município, enquanto a agropecuária e o uso urbano-industrial correspondem, respectivamente, a 33,4% e 13,9% (Pernambuco, 2001).

Dos cursos d'água, a única bacia de Itamaracá é a do Rio Jaguaribe, cuja fonte encontra-se na porção centro-sul da Ilha, na Mata do Engenho Amparo, e desemboca em estuário na fachada do Atlântico (Praia do Sossego), na porção nordeste da Ilha. Segundo a FIDEM (1987), este rio possui aproximadamente 9 km de extensão e 212 ha de área estuarina. Os outros cursos d'água existentes na Ilha deságuam ora no Canal de Santa Cruz, ora na vertente atlântica. Nesta mesma vertente oceânica, escoam alguns pequenos rios (raramente ultrapassam cinco quilômetros), lançando-se ao mar em curvas sinuosas, constituindo flechas e pontas, orientadas pela direção freqüente da deriva litorânea. Quase todos, porém, mantêm os seus baixos leitos afogados, possibilitando, com isso a instalação da vegetação halófitas dos mangues.

Contornando toda Ilha de Itamaracá, está o Canal de Santa Cruz², braço de mar de 22 km de extensão aproximada e com uma área estuarina de cerca de 5.292 ha (Magno, 1989, p. 32-38). A área estuarina deste canal e a do Rio Jaguaribe foram definidas como Áreas de Proteção Ambiental do Estado³.

Não obstante estejam "legalmente protegidas", entre 1986 e 1991, as áreas estuarinas do Rio Jaguaribe e do Canal de Santa Cruz sofreram uma

¹ Com base em imagens de satélite tomadas em agosto de 1996 e agosto de 1998, a Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (Pernambuco, 2001) identificou e mapeou nove tipos de áreas representativas dos padrões de uso e ocupação do solo no litoral norte do Estado. De acordo com os elementos que as constituem, as referidas áreas foram agrupadas em três categorias, a saber: áreas com predominância de atividades agropecuárias; áreas com predominância de uso urbano, industrial ou urbano industrial; e ecossistemas naturais.

² Macedo et al (*apud* Pernambuco, 2001) consideram o Canal de Santa Cruz como um "complexo estuarino", envolvendo, além do próprio canal, os estuários adjacentes e destacando-se, na faixa costeira do Estado, por sua alta produtividade primária e secundária, o que propicia o desenvolvimento de intensa atividade pesqueira. ...Funciona também como habitat, berçário e local para desova e acasalamento de diversas espécies (...) de moluscos, crustáceos e peixes. ...Apesar da poluição dos estuários dos rios Botafogo e Igarassu por resíduos industriais e urbanos, "a contínua movimentação das águas através das barras Norte e Sul, proporciona uma periódica renovação do ecossistema (...)", assegurando ao mesmo condições satisfatórias de balneabilidade".

³ "A Lei Nº 9.931, de 11 de dezembro de 1986 define como Área de Proteção Ambiental as reservas biológicas constituídas pelas áreas estuarinas do Estado de Pernambuco. Conforme o Art. 4º, na utilização das áreas de proteção ambiental definidas nesta Lei, serão observadas as seguintes restrições: I - é vedado o parcelamento para fins urbanos e a ocupação com edificações; II - é vedado o desmatamento e a remoção da cobertura vegetal, bem como a movimentação de terras a qualquer título; III - é vedado o lançamento de lixo urbano ou individual; IV - é vedado o lançamento de despejo líquido urbano ou industrial sem tratamento adequado previamente aprovado pela Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e Administração dos Recursos Hídricos - CPRH" (Pernambuco, 1986).

redução de 40,3 e 68,4 hectares, respectivamente. Segundo Bryon (*apud* Pernambuco, 2001), “os usos residenciais e a implantação de infraestrutura para o turismo são os que mais degradaram os estuários em toda a Região Metropolitana do Recife”.

Os principais complexos vegetais de Itamaracá são mata atlântica, mangue e mata de restinga (Magno, 1989). A Mata Atlântica se caracteriza por resquícios localizados nas porções ocidental e sul da Ilha sobre os depósitos da Formação Barreiras, onde a baixa fertilidade dos solos é compensada pelos altos níveis pluviométricos. Como a devastação desta mata vem se dando, paulatinamente, ao longo de todo o litoral brasileiro, o Governo Estadual criou, através da Lei Estadual Nº 9.989 de 13 de janeiro de 1987, as reservas ecológicas da Região Metropolitana do Recife, das quais, seis se localizam em Itamaracá, perfazendo 479,9 ha correspondendo a 7,37% da área do município. Estas reservas são: Lanço dos Cações (50,12 ha), Santa Cruz (54,68 ha), Jaguaribe (107,36 ha), Engenho Macaxeira (60,84 ha), Engenho São João (34,00 ha) e Engenho Amparo (172,90 ha) (**Mapa 3 e Foto 2**).



Foto 2: Reservas Ecológicas da Macaxeira, ao centro (por trás da Penitenciária Barreto Campelo) e de Santa Cruz (ao fundo). Cobertura vegetal em recomposição, no primeiro plano.

Fonte: Pernambuco, 2001.

Em 1998, a Ilha de Itamaracá, juntamente com os municípios de Itapissuma e Igarassu, passou a fazer parte de uma das Áreas Piloto de Pernambuco de Implantação da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica –

Mapa 3: Reservas Ecológicas e Área de Predomínio de Segunda Residência de Itamaracá



RBMA⁴, criada no Brasil em 1993, sob reconhecimento da UNESCO. Implementada através do Projeto de Execução Descentralizada (PED), o qual integra o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) do Ministério do Meio Ambiente,

"esta área piloto engloba sete Reservas Ecológicas Estaduais com remanescentes de Mata Atlântica, três zonas estuarinas protegidas por Lei Estadual específica (Nº 9931/86), e ainda as áreas privadas protegidas, correspondentes ao Refúgio Charles Darwin e ao Parque Ecológico Petribom, ambos localizados no município de Igarassu. Apresenta espécies raras e ameaçadas de extinção como o peixe-boi marinho e aves migratórias, assim como a presença de três bases de pesquisa do IBAMA (Centro Peixe-Boi Marinho), UFRPE (Base de Pesquisas de Aves Migratórias) e UFPE (Base de Piscicultura do Depto. de Oceanografia), além da base e sementeira do Projeto Vivendo a Mata Atlântica do SNE" (Lima, 1998, p. 27).

A Ilha também possui uma considerável vegetação de mangue (halófitas) distribuída nas áreas onde os rios entram em contato com o mar (**Mapa 3**), predominando os mangues vermelhos (*Rhizophora mangle*) e brancos (*Laguncularia racemosa*); assim como, uma vegetação remanescente de restinga e praia que se caracteriza, basicamente, pelas gramíneas, ciperáceas e pteridófitas (IBAMA, 1993).

Dos solos, os predominantes em Itamaracá apresentam uma textura fina, com alta concentração de sais e de matéria orgânica nas áreas de manguezais e adquirem nas praias um aspecto granulométrico maior e uma grande seletividade em seus grãos. Estes últimos, porém, são solos de baixa fertilidade natural e, ao contrário dos primeiros que se encontram constantemente encharcados, mantêm-se enxutos, graças à sua constituição litológica que lhes confere uma baixa capacidade de retenção de água. Nas áreas baixas em que ocorre um horizonte endurecido, surgem os solos que se mantêm encharcados por ocasião das chuvas, possuindo, também, baixa fertilidade natural. Nos trechos mais elevados de relevo tabular, encontram-se solos profundos, areno-argiloso, formados, principalmente, nos sedimentos da Formação Barreiras. Apesar de

⁴ "Com a preocupação de salvaguardar ecossistemas de importância mundial, a UNESCO, através do Programa Homem e Biosfera - MAB, instituiu em 1972 a Reserva da Biosfera. Esse tipo de unidade, hoje atinge 110 países buscando alcançar seus principais objetivos: (i) conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, (ii) promoção do desenvolvimento sustentado, da educação ambiental e da participação popular e (iii) fomento e difusão do conhecimento científico. (...) No Brasil, desde 1991, contamos com o reconhecimento pela UNESCO da Reserva da Biosfera de Mata Atlântica - RBMA. Os remanescentes deste bioma presentes em Pernambuco, juntamente com os presentes nos Estados nordestinos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, tiveram seu reconhecimento como RBMA no ano de 1993. Hoje, a RBMA já envolve os 14 Estados brasileiros onde ocorre esse tipo vegetacional" (Brasil, 1998, p. 6-7).

sustentarem, por vezes, exuberante vegetação de floresta, possuem estes solos pouca fertilidade e muita acidez (Magno, 1989, p. 46).

Devido à predominância de cotas modestas, com altitudes máximas de pouco mais de 70m, localizadas, em sua maior parte, na porção central e meridional, o relevo tem propiciado a intensificação da ocupação humana em Itamaracá. O nível mais alto (cota de 74m) tem uma forma relativamente plana, sendo por isso chamado de Superfície dos Tabuleiros, que vai diminuindo do litoral para o interior do continente. Em consequência dos processos erosivos, formam-se nas adjacências destes tabuleiros costeiros as rampas de colúvio, que são outra unidade do relevo da Ilha. Os níveis mais baixos correspondem aos sub-compartimentos da planície costeira tais como os terraços marinhos, vales fluviais, antigos alinhamentos de restingas, flechas litorâneas e baixios de marés (Magno, 1989).

2.1.2 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

As atividades econômicas da Ilha são a pesca⁵, a colheita de coco, o artesanato e, sobretudo, o turismo. Até meados da década de oitenta, também era considerável a produção de sal em salinas, as quais se encontram desativadas atualmente. Conforme Mota (1985, p. 26),

"em toda a faixa litorânea, incluindo o Lance dos Cações, predominavam as grandes propriedades de coqueiros que, ao lado da pesca e da atividade barcaceira, constituíam-se em fonte de riqueza, para os seus proprietários e, de trabalho, para a população pobre da Ilha. Essas propriedades, tão rendosas antigamente, quase já não existem mais hoje, destruídas que vêm sendo, pelas trenas e teodolitos dos capitães da indústria imobiliária".

Os serviços vinculados às atividades turísticas se localizam nos bairros Pilar, Jaguaribe, São Paulo e Forte Orange, os quais formam o principal roteiro do turismo em Itamaracá. A paisagem que compõe este roteiro é

⁵ Na pesca de "mar de dentro" são utilizados canoa, rede de curral e covinho, dentre outros apetrechos; já a pesca no "mar de fora" é realizada em barco motorizado e com uso de rede, linha e covo. ...A aquicultura é uma atividade em expansão em Itamaracá, ocupando 1,4% da área do município tanto com o cultivo artesanal de peixe (saúna, tainha, camurim, curimã, bicuda e carapeba), quanto com a produção, com tecnologia avançada, de camarão marinho. Apesar do investimento requerido e dos riscos inerentes à criação de camarão, observa-se na Ilha a tendência de substituição da criação de peixe das antigas salinas pela de camarão, ou a venda dos tanques a produtores maiores como vem ocorrendo no estuário do rio Jaguaribe, onde se evidencia a progressiva substituição da atividade artesanal pela empresarial (Pernambuco, 2001). Em Itamaracá também são mantidos viveiros do Instituto de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, com o objetivo de apoiar as atividades de ensino e pesquisa do citado instituto, além dos viveiros da Secretaria de Agricultura do Estado, que são administrados pela Penitenciária Agrícola de Itamaracá.

constituída pela zona urbana, cujo uso e ocupação do solo foi levada a cabo para atender a instalação de residências, estabelecimentos comerciais e o centro administrativo, onde funcionam os serviços de saúde, educação, abastecimento, entre outros. Este modelo deu forma à cidade modificando a paisagem natural da restinga, dos manguezais, das praias e dos tabuleiros, revelando um processo de ocupação desordenada que agride os ecossistemas e é voltado também para atender às necessidades impostas pelo turismo, que intensificou o processo de ocupação nos últimos trinta anos.

Segundo o Censo Demográfico 2000, a população de Itamaracá é de 15.854 habitantes, estando 12.930 na zona urbana e 2.924 na zona rural. Apesar de ter a segunda menor população da RMR, perdendo, apenas, para o município de Araçoiaba, durante o período de alta estação (de setembro a março), que contempla as férias escolares, a população flutuante da Ilha chega a, aproximadamente, "50.000 habitantes" (Itamaracá, 1997), ocasionando uma sobrecarga da infra-estrutura existente, que já é deficiente em relação à demanda básica.

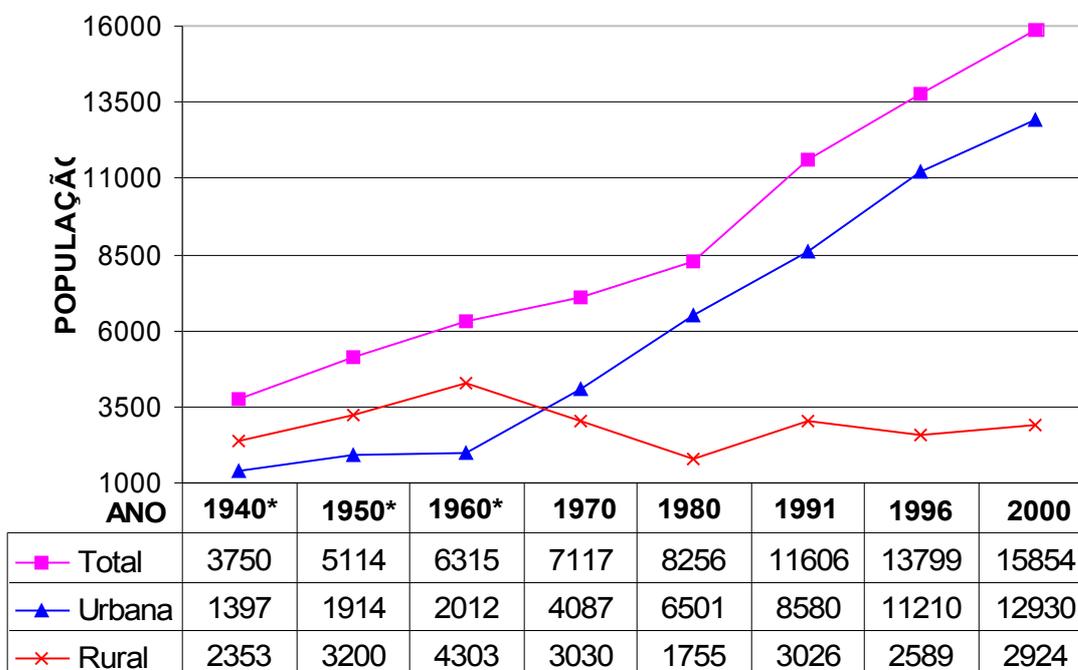
A densidade demográfica do município⁶ é de aproximadamente 242 hab/km², maior que a de Pernambuco (cerca de 80 hab/km²). Analisando-se o **Gráfico 1**, constata-se que a população de Itamaracá apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual de 2,43% de 1940 a 2000. A população rural era superior à urbana até a década de 1970, quando, com a criação da RMR e com o incremento das atividades turísticas, esta situação se inverteu.

Conforme mostra o **Gráfico 1**, a população urbana de Itamaracá vem crescendo desde 1940, representando, de acordo com o Censo 2000, uma taxa de urbanização de 81,5%. Este crescimento está intrinsecamente associado à expansão do núcleo metropolitano e das atividades de serviço, especialmente do turismo. De acordo com o IBGE, já em 1980, o percentual da população economicamente ativa ocupada no setor terciário em Itamaracá era de 47,9%, enquanto que o primário empregava 22,9% e o secundário 29,2%. Em 1991, apenas as atividades de serviços já

⁶ A emancipação política de Itamaracá ocorreu em 31/12/1958 (Lei Nº 3.338), mas só foi realizada, oficialmente, em março de 1962, quando a Ilha deixou de ser distrito de Igarassu, elevando-se à condição de município.

concentravam 24% do percentual de pessoas ocupadas, enquanto a agropecuária empregava, apenas, 14%.

Gráfico 1: Evolução da População da Ilha de Itamaracá - 1940/2000



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991. Contagem Populacional de 1996. Resultados Preliminares - Censo 2000. *Itamaracá ainda era distrito do município de Igarassu.

2.1.3 AS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DA ILHA

O território da Ilha de Itamaracá é dividido em quatro Regiões Administrativas (RA), que compreendem dezenove bairros⁷. Delimitamos como área de estudo a RA de Forte Orange/Vila Velha especialmente os bairros de São Paulo e Forte Orange, que estão situados na porção Sul da Ilha, tendo como acesso a PE-01 (**Mapa 2**).

O recorte destes bairros e o interesse em realizar um estudo turístico partiram de investigações preliminares as quais constataram que, nas últimas três décadas, esta porção da Ilha tem apresentado intensas

⁷ O Decreto Municipal Nº 062 de 12/11/1997 divide o território da Ilha de Itamaracá em 04 (quatro) regiões administrativas e 19 (dezenove) bairros, os quais são constituídos e delimitados por loteamentos com assentamentos habitacionais, denominação própria, por localidades formadas espontaneamente e por glebas de terrenos. A **Região do Pilar** é composta pelos bairros: Pilar, Rio Âmbar, Forno da Cal, Biquinha, Oiteiro, Baixa Verde, Corrupio, Bairro Novo e Socorro; a **Região de Jaguaribe** é constituída por um único bairro homônimo; a **Região de Forte Orange/Vila Velha** compreende os bairros: São Paulo, Forte Orange, Vila Velha e Engenho São João; e a **Região Sossego/Enseada dos Golfinhos/Pontal da Ilha** possui os bairros: Sossego, Enseada dos Golfinhos, Pontal da Ilha e Macaxeira. Ressalta-se que o IBGE não adota esta classificação para a realização dos recenseamentos, pois considera a demarcação dos bairros tecnicamente incorreta e inoperável.

transformações sócio-espaciais, vinculadas, sobretudo, à difusão do turismo de segunda residência. Algumas destas transformações podem ser observadas quando analisamos a **Tabela 1**. Os dados evidenciam o parcelamento do solo ocorrido, maiormente, no final da década de setenta, nos bairros de São Paulo e Forte Orange. Nestes bairros foram demarcados 28 loteamentos, com lotes médios em torno de 360m², que demonstram a intensificação do processo de especulação imobiliária na Ilha, motivada, sobretudo, pelas construções de segundas residências.

O bairro de São Paulo tem como limite Norte a Rua Sorriso, que o separa do bairro de Forno da Cal; e, ao Sul, a Rua Pastor Ulisses (antiga Alagoinha). Esta rua é a fronteira entre os bairros de São Paulo e Forte Orange, estendendo-se este último até a desembocadura do Canal de Santa Cruz (**Mapa 2**).

2.1.4 INFRA-ESTRUTURA URBANA

A infra-estrutura urbana de comércio e serviços da Ilha ainda é deficiente, principalmente, considerando os períodos de grande afluxo populacional como os finais de semana e as férias anuais.

No que concerne aos serviços de abastecimento d'água, Itamaracá dispõe da captação de água subterrânea dos aquíferos Beberibe e dos sedimentos recentes. Por meio de sete poços tubulares profundos, com capacidade média de produção de 4.815,12 m³/dia, a água é bombeada para os reservatórios de onde é distribuída à população. Este sistema em funcionamento na Ilha atende a demanda da população "nativa", porém apresenta freqüentes colapsos nos finais de semana prolongados e nos períodos de férias quando ocorre um grande acréscimo populacional. Entre 1985 e agosto/2001, a COMPESA tem registrado, respectivamente, um aumento de 2.678 para 7.972 ligações em operação, ou seja, uma média de crescimento de 7% ao ano (COMPESA, 2001).

Em relação ao saneamento, a situação é mais precária. A Ilha não possui rede de esgoto, tendo, conforme o IBGE (1991), 68,7% da população atendida por fossas rudimentares que pela proximidade dos aquíferos

Tabela 1: Cadastro dos Loteamentos dos Bairros de São Paulo e Forte Orange - Ilha de Itamaracá - PE⁸

BAIRRO DE SÃO PAULO					
ANO	LOTEAMENTO	ÁREA TOTAL LOTEADA (m ²)	QUANTIDADE DE LOTES	LOTE MÉDIO (m ²)	CRE* - FIDEM
1966	Vila São Paulo	10.887	30	10 x 23 (230)	9377-07
1974	Recanto do Forte	80.630,00	187	10 x 25 (375)	9378-03
1975	São Paulo II	26.950	67	12 x 30 (360)	9378-02
1978	Recanto dos Nobres	12.810,5	20	14 x 30 (420)	9377-05
1978	Barra Vento	75.270,00	83	15 x 25 (375)	9378-01
1978	Jardim Miramar	73.000	144	12 x 30 (360)	9377-11
1978	Menino Jesus de Praga I	9.040	13	15 x 25 (375)	9377-04
1978	Menino Jesus de Praga II	24.270,3	47	12 x 30 (360)	9377-04
1978	Menino Jesus de Praga III	20.730	31	14,5 x 30 (435)	9377-04
1979	Jardim Marisol	94.762	167	12 x 30 (360)	9368-02
1979	São Paulo I	28.375,5	55	12 x 30 (360)	9378-04
1979	Ilhamar	83.000	151	12 x 35 (420)	9367-01
1983	Tropical	42.000	68	12 x 30 (360)	9378-06
1986	Fontes de Itamaracá	168.550,00	215	15 x 30 (450)	9368-03
BAIRRO DO FORTE ORANGE					
ANO	LOTEAMENTO	ÁREA TOTAL LOTEADA (m ²)	QUANTIDADE DE LOTES	LOTE MÉDIO (m ²)	CRE* - FIDEM
1976	Praia Linda	38.176,9	60	15 x 25 (375)	9377-02
1976	Praia Mar	36.713,50	54	15 x 25 (375)	9377-01
1977	Príncipe de Orange	90.000	177	12 x 25 (300)	9376-01
1977	Príncipe de Orange- Ampliação	137.000	61	15 x 25 (375)	9366-01
1977	Nossa Senhora de Fátima	34.459,25	67	12 x 30 (360)	9377-03
1978	Atlântida	21.076,00	39	14 x 25 (350)	9377-06
1978	Praia Linda II	51.160,00	90	15 x 30 (450)	9367-02
1981	Adelaide Maciel	31.895,50	51	12 x 25 (375)	9377-08
1982	Praia do Galeão	117.421,56	60	15 x 40 (600)	9366-02
1984	Nossa Senhora de Fátima II	150.653,20	159	12 x 30 (360)	9367-04
1985	Lulu de Barros	116.261,00	134	15 x 30 (450)	9377-12
1987	Forte Orange	315.927,00	284	15 x 30 (450)	9367-03
1987	Prive Forte Orange	66.600,00	98	12 x 25 (300)	9376-02
1988	Poeta Ascenso Ferreira	289.000,00	166	15 x 30 (450)	9366-03

*Código de Referência Espacial

Fonte: Adaptado FIDEM - Plano de Desenvolvimento Integrado de Itamaracá, 1986.

⁸ Em função da falta de um cadastro atualizado da Prefeitura de Itamaracá, não dispomos dos dados referentes aos novos loteamentos aprovados nesta área desde o final da década de 1980.

subterrâneos representam riscos de contaminação dos mananciais⁹ de abastecimento d'água, córregos e praias.

O sistema de fornecimento de energia elétrica tem melhorado seu atendimento desde dezembro de 1997, quando foi inaugurada a Subestação de Itamaracá (12,5 MVA de potência) para suprir as deficiências e evitar os colapsos que eram freqüentes com o aumento sazonal da população.

No que se refere ao sistema rodoviário, o volume do tráfego nas vias de acesso à Ilha varia de acordo com o incremento da população flutuante sobre a população fixa. A chegada por terra, dá-se através da PE-35, a partir do seu entroncamento com a BR-101 Norte, em Igarassu, que atravessa este município e o centro urbano de Itapissuma, onde se inicia a Ponte Getúlio Vargas, seguindo no sentido transversal à Ilha. No território insular, a PE-35 se constitui na principal via de escoamento do tráfego que chega à Itamaracá, apresentando no seu trajeto três bifurcações: o acesso à Vila Velha, em paralelepípedos, com um segmento de 400 m em terra no seu trecho final; o acesso em terra às praias do Litoral Norte e Pontal da Ilha; e a PE-01, que dá acesso ao Litoral Sul.

De acordo com a pesquisa realizada pela FIDEM/EMPETUR, nos dias 28 e 29 de outubro de 1984 (período de alta estação), na Ponte Getúlio Vargas, entrava em Itamaracá nos fins de semana normais – sábado e domingo – um total de 8.900 pessoas. Estas pessoas chegavam em sua maioria de automóveis particulares (69,5%) ou em coletivos (27,8% - ônibus e kombis). As viagens em outras modalidades de transporte, como em caminhões, motos etc. participavam com 5,9% do total. Em uma outra contagem, realizada por estes órgãos governamentais, no mesmo local, em um final de semana prolongado - 01 a 04 de novembro de 1984 -, constatou-se a entrada nestes quatro dias de 27.000 pessoas. Pode-se admitir neste caso uma média de entradas de 6.681 pessoas/dia, ou seja,

⁹ O aquífero dos sedimentos recentes, por exemplo, é muito vulnerável à contaminação por águas salinizadas e/ou poluídas, em função de sua característica de aquífero superficial pouco profundo (< 40 metros) e com horizontes muito permeáveis (Pernambuco, 2001).

54,6% a mais que em um fim de semana normal¹⁰. Quanto à distribuição por tipos de veículos desta segunda pesquisa não diferencia muito da primeira. (FIDEM,1986, p. 103).

Estima-se que, atualmente, o número de veículos seja bem superior ao constatado em 1984, principalmente, dos automóveis particulares que, na sua maioria, pertencem aos turistas de segunda residência (domicílios de uso ocasional).

As "casas de veraneio", que nesta pesquisa de 1984 abrigavam 27% dos turistas da Ilha, aumentaram de 1.348 para 7.385 de acordo com os Censos de 1980 e 2000, representando, respectivamente, 39,95% e 59,72% do total de domicílios de Itamaracá. Este acréscimo da população flutuante nos finais de semana e, principalmente, nos feriados acarreta grandes congestionamentos e dificuldades no tráfego de acesso à Ilha, que, mesmo após o alargamento da Ponte Getúlio Vargas (concluído em junho de 1995), ainda apresenta estrangulamentos nos grandes feriados anuais (Carnaval, Páscoa etc.).

No interior da Ilha, a rodovia PE-01 é um importante eixo de ligação entre a PE-35 e a faixa litorânea Sul. A pavimentação desta rodovia, concluída no ano de 1974, provocou a expansão da urbanização para os bairros de Forno da Cal, São Paulo e Forte Orange – litoral Sul, atualmente o principal reduto do turismo de segunda residência em Itamaracá (**Foto 3**).



Foto 3: Predomínio das Segundas Residências na paisagem do litoral sul

Fonte: Lenilton Assis, ago./2000



Foto 4: Via não pavimentada do bairro do Forte Orange durante a "estação chuvosa"

Fonte: Lenilton Assis, ago./2000

¹⁰ Neste *Levantamento da Oferta e da Demanda Turística de Itamaracá*, de 1984, a FIDEM (1985, p. 28), também constatou que os visitantes da Ilha podiam ser divididos em nove tipos básicos, cujos volumes foram estimados com seguintes percentuais: Excursionistas, com permanência de menos de 24h, vindo para banho ou passeio (23%); Excursionistas de passagem, ou seja, turistas hospedados numa cidade vizinha que faziam uma esticada (de poucas horas) para conhecer Itamaracá (5%); Hóspedes hoteleiros (1%); Campistas, montando tendas (10%); Os que se hospedavam em casa de amigos (14%); Idem, em casa de parentes (8%); Os que alugavam casa na Ilha (10%); Os que possuíam segunda residência na Ilha (27%); e os demais não especificados (2%).

Os loteamentos que formam estes bairros não tiveram uma implantação e acompanhamento técnico adequados, agravando o problema da infraestrutura local como a grande maioria das vias internas que não são pavimentadas e apresentam graves problemas de drenagem (**Foto 4**).

O sistema de transporte público de Itamaracá também apresenta deficiências, sendo servido por ônibus (a única transportadora é a Itamaracá Ltda.) e kombis. Apesar de integrar, desde fevereiro de 2000, o Sistema Estrutural Integrado (SEI¹¹ - Terminal Igarassu), os 9 ônibus disponíveis na linha Itamaracá-Igarassu não suprem a demanda básica, agravando-se o problema no período de alta estação (setembro a março) quando muitos turistas de menor poder aquisitivo usam o transporte coletivo para chegar à Ilha¹².

Por causa das deficiências, as kombis e vãs ainda são meios de transporte bastante utilizados pelos “ilhéus” e turistas da Ilha, carecendo de regulamentação e fiscalização adequadas para que ofereçam maior segurança aos seus usuários e gerem receita para o município. Outro meio de transporte coletivo, no interior da Ilha, são os dois veículos particulares, popularmente batizados de “trenzinhos”, que percorrem diariamente o eixo turístico Jaguaribe-Forte Orange (**Foto 5**).

¹¹ É uma rede de transportes pública, composta de linhas de ônibus, trólebus, metrô e trem, interligando terminais de integrações, que possibilitam aos usuários da RMR diversas opções de deslocamento, com o pagamento de uma única tarifa. O Terminal de Igarassu foi o sétimo instalado pela EMTU na RMR e, além de Itamaracá, atende passageiros de Itapissuma, Abreu e Lima, Paulista e Araçoiaba. A estimativa da EMTU é que cerca de 14 mil pessoas utilizem diariamente as plataformas de embarque e desembarque (SEI, 1999).

¹² Embora a transportadora aumente a frota nos períodos de grande demanda (feriadões, finais de semana do verão), filas imensas são formadas no Terminal de Integração de Igarassu de onde os ônibus partem lotados para a Ilha ocasionando o desconforto e o mal estar aos “nativos” e visitantes. A mesma situação se repete nas paradas de ônibus de Itamaracá quando os visitantes retornam para as suas localidades e os “nativos” se deslocam para o continente.



Foto 5: "Tremzinho" transportando turistas e nativos no roteiro Forte Orange-Jaguaribe.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001



Foto 6: Lixo nas margens da PE-1, um dos principais eixos turísticos da Ilha.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001

2.1.4.1 Lixo

De todos os problemas de infra-estrutura e serviços o lixo se constitui, atualmente, no maior entrave turístico do município (**Foto 6**). Conforme o IBGE (1991), apenas 23,4% dos domicílios de Itamaracá estavam, à época, sendo atendidos pelo serviço público de coleta de lixo domiciliar; número excessivamente baixo e que representava o menor percentual de atendimento dentre os municípios da RMR. Num estudo mais recente e aprofundado, o Relatório Nº 5 do PQA/PE¹³, o Governo do Estado, através da FIDEM (1997), detalha as zonas de atendimento da Ilha e o nível dos serviços - limpeza e coleta (**Tabela 2**).

Na **Tabela 2**, observa-se que a zona central (Jaguaribe e Pilar) concentra o melhor nível de limpeza e coleta da Ilha, enquanto os piores níveis estão localizados, principalmente, nas áreas isoladas e habitadas pela população "nativa" de baixa renda. Na faixa litorânea, que é ocupada, sobretudo, pelas casas de veraneio, por um pequeno comércio e equipamentos de serviços (hotéis, pousadas, restaurantes etc.), o atendimento da coleta domiciliar tem frequência alternada, sendo considerado razoável. Outro serviço prestado é a limpeza da faixa de areia das praias, sendo considerado precário. Nesta zona a geração de resíduos sólidos cresce bastante nos finais de semana e período de férias.

¹³ O Relatório Nº 5 de Diagnóstico sobre Resíduos Sólidos Urbanos e sua Disposição Final na Região Metropolitana do Recife integra os Estudos de Consolidação e Complementação de Diagnóstico sobre a Qualidade das Águas, relativos à Preparação do Programa de Investimentos nas Bacias dos Rios Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca (PQA/PE), elaborado pela Consultoria e Planejamento (CONTECNICA Ltda.) em agosto de 1997.

Tabela 2: Nível dos Serviços de Limpeza e Coleta do Lixo em Itamaracá

ZONAS DE ATENDIMENTO	LOCALIDADE	D.M.T.* Km	NÍVEL DOS SERVIÇOS	
			LIMPEZA	COLETA
Central	Jaguaribe	2,3	Razoável	Razoável
	Pilar	1,0		
Baixa Renda em Planos e Morros	Forte Orange	4,5	Precário	Precário
	Pilar	1,0		
	Sossego	12,0		
Litorânea	Pontal	14,0	Precário	Razoável
	Fortim	13,0		
	Golfinho	12,0		
	Sossego	11,0		
	Jaguaribe	2,0		
	Pilar	1,0		
	Forno da Cal Forte	3,0 4,0		
Núcleos Populacionais Isolados	Vila Velha	10,0	Inexistente	Inexistente

Fonte: FIDEM, 1997.

* D.M.T. – Distância Média de Transporte refere-se a distância rodoviária entre o centro de massa estimado da zona homogênea e o local de destino final em atividade, medido em quilômetro.

A taxa média de geração *per capita* dos resíduos sólidos de características domiciliares considerada para o município de Itamaracá pela FIDEM (1997) foi de 0,65 kg/hab/dia, tendo em vista as similaridades existentes entre as zonas de atendimentos pesquisadas e as peculiaridades de município litorâneo. Assim sendo, estimou-se uma geração média diária de 8,97 toneladas de resíduos domiciliares para o município, no período considerado normal (março/setembro - baixa estação turística). Esta produção diária sofre um acréscimo enorme com o incremento da população flutuante no período de alta estação (setembro-março), especialmente, nos finais de semana e feriados. O aumento da produção *per capita* de resíduos sólidos nestes períodos deve-se não só ao afluxo populacional, mas também ao perfil sócio-econômico dos "veranistas" que têm uma produção diária bem superior à população "nativa".

As deficiências nos sistemas de limpeza e coleta da Ilha se estendem também aos serviços de tratamento e destinação final do lixo. A destinação do lixo produzido é feita para lixões a céu aberto que não apresentam nenhum controle técnico-operacional, contribuindo para a geração de chorume e contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas. Atualmente, o lixo coletado está sendo levado para um novo lixão aberto numa propriedade particular a, aproximadamente, um quilômetro a oeste

do antigo lixão do Areial, avaliado, em diversos estudos, como área imprópria para tal atividade (FIDEM, 1997, p. 533).

Há mais de dez anos, foi instalada, ao lado do cemitério municipal, no centro do Pilar, uma unidade de tratamento de resíduos sólidos (composteira), porém esta nunca funcionou plenamente, estando, atualmente, deteriorada.

A gestão do lixo da Ilha de Itamaracá é feita pela Prefeitura, que, em 1987, contava, oficialmente, com 3,58 trabalhadores para cada 1.000 habitantes. Este valor, contraditoriamente, apresentava-se acima da média das cidades da América Latina que se situa em torno de 0,47 a 2,40 (FIDEM, 1997, p. 222).

Na busca de oferecer aos 14 municípios da RMR alternativas integradas para a gestão dos resíduos sólidos produzidos, a Associação Tecnológica de Pernambuco (ATEPE/UFPE) criou, em 1996, o SGRS - Sistema de Gestão do Tratamento e Destinação dos Resíduos Sólidos da RMR (FIDEM, 1996). Nesta proposta, a Ilha de Itamaracá juntamente com os municípios de Itapissuma e Igarassu integram o Subsistema Itapissuma, onde se propõe a criação de um aterro sanitário controlado. O Relatório da CONTÉCNICA (FIDEM, 1997, p. 475) endossa a proposta do SGRS/ATEPE, porém sugere ações complementares tais como "a implantação de coleta seletiva formal e/ou informal, de unidades de compostagem que devem ser estimuladas nos municípios não somente como recomendações voltadas à redução dos fluxos e resíduos, mas também como alternativas de incentivo ao reaproveitamento".

Ressalta-se que todas as propostas de gerenciamento dos resíduos sólidos na RMR apresentadas pela FIDEM, atualmente se baseiam no SGRS da ATEPE/UFPE, inclusive o Plano Diretor da RMR – MetrÓpole 2010¹⁴.

No caso específico de Itamaracá, observamos que a dotação deste sistema proposto pela ATEPE/UFPE enfrenta uma dificuldade devido à sazonalidade turística, quando na baixa estação o município tem uma pequena produção de resíduos que podem ser tratados com soluções locais.

¹⁴ O Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife - MetrÓpole 2010 – reúne um conjunto de diretrizes para orientar as ações dos agentes públicos e privados para o desenvolvimento metropolitano. Especificamente na questão dos resíduos sólidos, o MetrÓpole 2010 aponta que "deverá ser priorizada a implantação imediata e integral do Sistema Gestor do Tratamento e da Destinação Final de Resíduos Sólidos na RMR – SGRS (...) Espera-se que, até 2005, todos os aterros operando e que, em 2010, o problema da destinação final do lixo esteja resolvido" (FIDEM, 1998).

2.1.4.2 Comércio e Serviços

A Ilha de Itamaracá dispõe de uma modesta rede de comércio e equipamentos de serviços que é destinada ao abastecimento da população local e “veranista”. O Pilar é a sede do município, onde se concentram o comércio varejista que atende as necessidades diárias dos “ilhéus” e os serviços administrativos como Prefeitura, Delegacia, Banco, Agência dos Correios etc.

Os bairros de São Paulo e Forte Orange concentram os “serviços de interesse econômico”, basicamente aqueles voltados para o setor de turismo (alojamentos, gastronomia, entretenimentos etc.), reproduzindo assim a lógica seletiva do mercado. Ao longo da PE-1, encontram-se supermercados, padarias, casas de material de construção, restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis, pousadas etc.

De acordo com o Inventário Turístico realizado pela EMPETUR em 1998, nestes dois bairros estão localizados 1 hotel, 2 pousadas, 1 albergue, 1 marina, 3 restaurantes e cerca de 28 bares¹⁵. A concentração dos serviços turísticos nestes bairros é impulsionada pela presença de atrativos como o Forte Orange¹⁶, o Centro Peixe Boi do IBAMA¹⁷ e a Coroa do Avião¹⁸, fazendo com que nesta área predomine um turismo elitista de segunda residência (**Foto 7, 8 e 9**).

Durante a alta temporada turística, há também um aumento do comércio informal ao longo da PE-35 e PE-01. Muitos detentos da Penitenciária Agrícola de Itamaracá vendem seus produtos (artesanatos, frutas etc.) ao longo da PE-35 para o sustento das suas famílias.

¹⁵ Os 28 bares da Praia do Forte Orange foram reformados no início de 1999 através de uma parceria entre o Banco do Nordeste do Brasil e a Cervejaria Antártica. De antigas construções de madeira e palha, os novos bares possuem uma melhor estética e estrutura, como um estacionamento com capacidade para 190 automóveis. Os comerciantes reclamam da falta de apoio da Prefeitura na execução do projeto.

¹⁶ O Forte Orange é um dos principais atrativos da Ilha, integrando com a Vila Velha (onde se destaca a Capela de N. Sra. da Conceição), os Engenhos (Amparo e São João), a Igreja de N. Sra. do Pilar e as Capelas do Bom Jesus dos Passos (Jaguaribe) e de São Paulo, os principais monumentos do Patrimônio Histórico de Itamaracá.

¹⁷ Centro de Conservação e Manejo de Sirênios.

¹⁸ É uma ilhota de 19m² de área e perímetro de 879m, localizada na porção sul do estuário do Canal de Santa Cruz que começou a emergir em meados de 1970 em consequência do assoreamento desse canal e do rio Timbó. Tradicionalmente veiculada como pertencente à Itamaracá, a Coroa do Avião é disputada entre este município e o de Igarassu. Em novembro de 1998, a FIDEM deu um parecer situando a ilhota em Igarassu, acirrando ainda mais a disputa. A Coroa do Avião pertence, na verdade, ao Patrimônio da União, mas, por contrato, foi cedida à UFRPE, que mantém uma Base de Pesquisa de Aves Migratórias na ilhota desde janeiro de 1994 (Coroa, 1998).

Sendo assim, ao longo dos últimos trinta anos, a Ilha de Itamaracá tem se configurado no contexto metropolitano como uma “zona periférica de lazer” que atrai os fluxos polarizados da área central (Recife) e das suas adjacências. Sua singularidade insular e a proximidade do núcleo metropolitano tornaram-na um destino privilegiado para os mais diferentes tipos e classes sociais que se vinculam, principalmente, ao turismo de segunda residência, assim como ao turismo adventício, ao pendular comercial e ao “turismo” de massa, dos excursionistas de finais de semana, pejorativamente conhecidos como “farofeiros” (Rodrigues, 1997, p. 119).



Foto 7: Praia do Forte Orange e vista à esquerda dos antigos bares

Fonte: Lenilton Assis, set./1998.



Foto 9: Entrada do Centro Peixe-Boi/IBAMA na PE-1.
Fonte: Lenilton Assis, set./1998.



Foto 8: Vista dos novos bares da Praia do Forte Orange.
Fonte: Lenilton Assis, jan./2001.

2.2 CAPITANIA DE ITAMARACÁ: AS “PRIMEIRAS EXPLORAÇÕES” DAS PAISAGENS

De acordo com os registros da história da Ilha de Itamaracá, podemos remontar ao início da colonização do Brasil para compreender as “primeiras” transformações das suas paisagens.

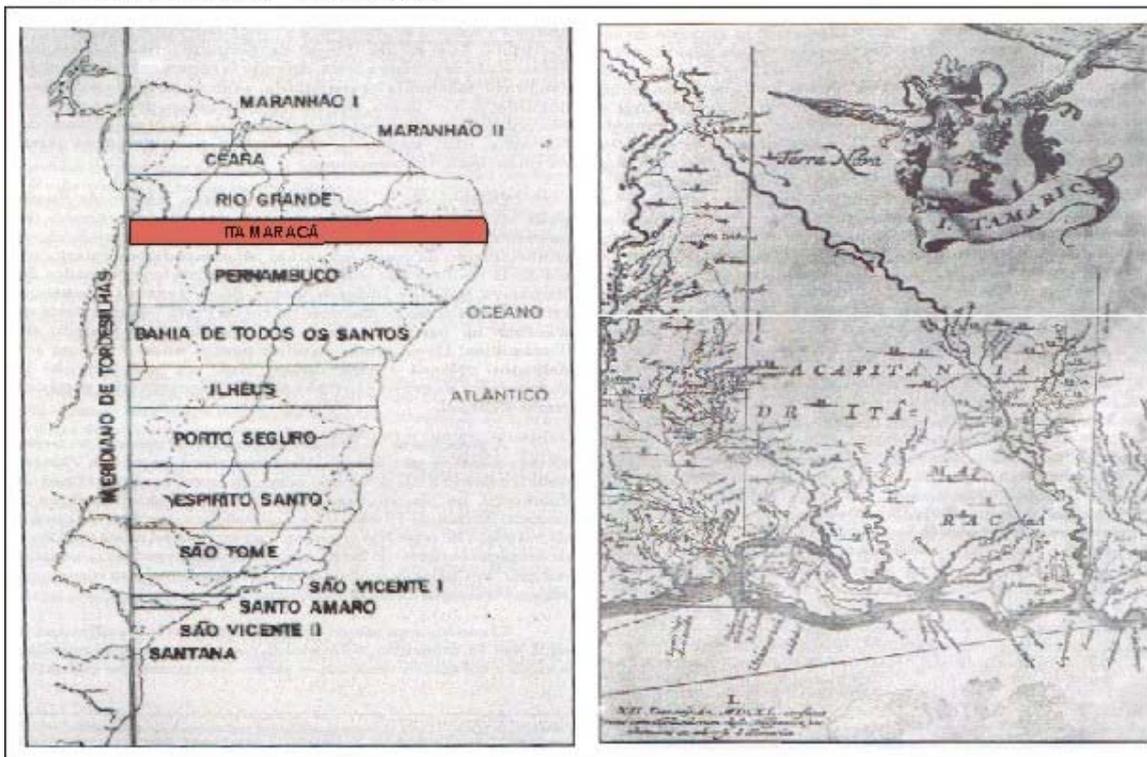
Sede da primeira feitoria oficialmente instalada no Brasil por Cristóvão Jaques, a Ilha de Itamaracá foi, por mais de dois séculos, um ponto muito importante para a implantação da colônia portuguesa no país e das suas lutas contra as investidas francesas e holandesas.

Em 1526, o cultivo da cana-de-açúcar predominava na Ilha, já tendo esta uma feitoria suficientemente organizada para a manufatura e exportação do açúcar (Rodrigues, 1972, p. 34). A implantação da cultura da cana-de-açúcar em Itamaracá deu-se nos vales fluviais onde os solos se mostravam mais propícios a este cultivo devido aos despejos freqüentes dos depósitos aluvionais.

Com a implantação do Sistema de Capitânicas Hereditárias, a colônia foi dividida em 15 lotes, dentre os quais, um era a Capitania de Itamaracá (**Figura 2**) que foi doada por D. João III ao donatário Pero Lopes de Souza em 1º de setembro de 1534 (Andrade, 1999a, p. 37-41). A extensão da Capitania de Itamaracá compreendia “um trecho de trinta léguas de costa, desde o canal de Santa Cruz até a baía da Traição, Estado da Paraíba. Na direção do poente, estendia-se indefinidamente *até onde pudesse o donatário penetrar*” (Rodrigues, 1972, p. 28).

Itamaracá tinha tudo para ser uma capitania bem sucedida; “vários fatores contribuía para isso: primeiro, era um dos lotes mais próximos da Europa, dispoendo de mata com abundância de pau-brasil, uma grande diversidade de recursos muito disputados pelo mercado europeu, e compreendia terras no litoral, rios navegáveis para embarcações da época, áreas de manguezais, além de colinas e de várzeas que se prestavam para a criação de gado e à cultura da cana-de-açúcar” (Andrade, 1999a, p. 53). Contudo, a proximidade e a dependência financeira da Capitania de Pernambuco, localizada ao sul de Itamaracá, assim como as ausências constantes dos seus donatários, geraram conflitos que impediram o seu desenvolvimento.

Figura 2: Capitania de Itamaracá



Fonte: Adaptado de Andrade, 1999a.

Ao longo da sua história, a Capitania de Itamaracá teve 12 donatários, sendo uma das capitanias brasileiras que mais tempo permaneceu sob controle de donatários. Dentre estes, Rodrigues (1972) destaca o trabalho empreendido por João Gonçalves¹⁹, já que foi um dos que mais contribuiu para o desenvolvimento da Ilha de Itamaracá, inclusive passando a antiga povoação ao predicamento de Vila da Conceição de Itamaracá.

Com a saída de João Gonçalves, a capitania entrou numa fase de declínio. Em 1585, com o desmembramento e a criação da capitania da Paraíba, a capitania de Itamaracá ficara reduzida a menos de um terço do seu território, compreendendo, apenas, a Ilha de Itamaracá e a bacia do rio Goiana (Andrade, 1999a, p. 70-71).

¹⁹ Chegou à Ilha Itamaracá em 1547, a convite de D^a. Isabel de Gamboa, então viúva de Pero Lopes de Souza. 'Ativo e conciliador', distribuiu terras com quem, de fato desejava cultivá-las, ao mesmo tempo que adotou providências para a importação de mudas e de boas sementes. Aos lavradores dispensava tratamento especial e jamais os perdia de vista. Por isso, não tardou que o cultivo da uva, fumo, algodão e frutas tivesse extraordinário incremento, a ponto de servir de modelo e exemplo nas terras vizinhas do continente. Tendo construído engenhos, tratou logo de abrir caminhos cortando a ilha em várias direções (Rodrigues, 1972, p. 57-58).

A Capitania de Itamaracá recupera um relativo desenvolvimento com a chegada dos holandeses²⁰ em 1631 e com a tomada definitiva da Ilha de Itamaracá em 22 de maio de 1633. Conforme Andrade (1999a, p. 75), "os holandeses, durante a ocupação de Itamaracá, tiveram maior preocupação com a ilha, pensando até estabelecer nela a capital da colônia, transformando-a em uma área policultora de maior expressão, um verdadeiro *Jardim da Holanda*".

Apesar de possuir poucos engenhos e de suas terras não serem muito propícias à cultura da cana, os holandeses tentaram desenvolver na Ilha um sistema agrícola diversificado, baseado na produção de mandioca e de diversas frutas, principalmente de uvas; caracterizando-se assim, no segundo momento da transformação das paisagens da Ilha de Itamaracá - o do incremento da policultura de subsistência à monocultura canavieira.

Durante o período de ocupação holandesa, o crescimento da Ilha foi tão intenso que esta foi cogitada como uma das áreas mais vantajosas para a instalação da Capital do Brasil Holandês, ao lado de Recife e Olinda. Conforme Andrade (1999a, p. 85-86), uma das autoridades holandesas de grande prestígio, Servaes Carpentier,

"defendia que a capital fosse instalada em Itamaracá por uma série de razões, como, entre outras: podia ser bem fortificada; ter boa água; o terreno ser produtivo; haver abundância de madeira para construções e lenha; haver boas pedras e cal; ter possibilidade de abastecimento, por ser o mar piscoso e poderem ser criados alguns milhares de animais; possuir um bom porto com 16 a 17 pés d'água e ser seguro, no qual os navios podiam ser reparados, limpos e calafetados; por estar a ilha situada a meio caminho entre as quatro capitanias conquistadas - Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Alagoas".

No entanto, as vantagens da sua situação geográfica não foram suficientes para derrocar o Recife (Capitania de Pernambuco), que apresentava melhores condições portuárias e detinha um número de engenhos cinco vezes superior aos 12 engenhos e 2 *passos de açúcar*²¹ da Capitania de Itamaracá (Rodrigues, 1972, p. 106).

²⁰ "Ao se falar em holandeses se faz uma generalização, de vez que a conquista não foi feita pelo Estado, a Holanda, mas por uma companhia comercial sediada em Amsterdam e que contratou militares para compor seus exércitos e armadas, dos quais faziam parte flamengos, polacos, ingleses, alemães, franceses e judeus, que são generalizados, em textos brasileiros, como se fossem um único grupo, chamado de holandeses, batavos ou flamengos" (Andrade, 1999a, p. 83).

²¹ Localizados na Ilha de Itamaracá, eram rústicos depósitos onde eram armazenados, mediante o pagamento de uma taxa, os caixões de açúcar até serem embarcados nos navios.

No que concerne aos bairros de São Paulo e Forte Orange, área de estudo deste trabalho, não encontramos relatos precisos do seu processo de povoamento.

2.2.1 RECUPERANDO MARCOS DA HISTÓRIA DOS BAIRROS FORTE ORANGE, VILA VELHA E PILAR

O Forte Orange foi construído em 1631 pelo engenheiro holandês Peter Puter van Buren, em homenagem ao príncipe holandês Frederico Henrique de Orange, tio de Maurício de Nassau. Com a estratégia de invadir a Vila da Conceição, que era o centro administrativo e econômico de toda a capitania, os holandeses se limitaram a ocupar apenas um ponto a leste desta Vila - na área aonde viriam ser os atuais bairros de São Paulo e Forte Orange -, numa restinga, onde construíram um pequeno forte de madeira denominado de Orange. Logo depois é que se edificou o forte de pedras, em forma de quadrado, com quatro baluartes, como conhecemos hoje (Rodrigues, 1972, p. 65-72) (**Figuras 3 e 4; Foto 10**).

O local escolhido para a construção do forte permitia aos holandeses controlar o fluxo de atividades do porto da Ilha, que se situava na porção sul do Canal de Santa Cruz, assim como que se localizassem mais próximos do inimigo, arquitetando o ataque e a tomada da *Vila da Conceição*²² - atual Vila Velha. "De acordo com as fontes holandesas, o Forte Orange foi iniciado em 5 de maio e concluído em 3 de julho" (Silva; Souza, 2001, p. 19).

É válido ressaltar que antes de aportarem na Ilha, os holandeses fizeram uma minuciosa viagem de reconhecimento por toda a sua costa e, de acordo com o relatório de Steyen Callenfels, comandante da expedição holandesa, "na ilha existia somente uma vila que se denominava Conceição", o que leva Rodrigues (1972, p. 68) a admitir que "em 1631 não existia a povoação que veio a chamar-se Pilar, atualmente transformada em sede do município, tampouco o simpático bairro de Jaguaribe dos nossos dias".

²² "Em 1630, ao iniciar-se o domínio holandês, desfrutava Vila Velha boa situação econômica, o que lhe justificativa a prosperidade. Contando cerca de cem casas, tinha, nessa época, a matriz sob a invocação de N. S. da Conceição, a igreja de N. S. do Rosário dos Pretos e respectiva confraria. Existiam, ainda, o hospital da Santa Casa de Misericórdia e os seguintes edifícios: residência do capitão-mor, governador; prédio assobradado que servia, a um só tempo, à Câmara (em cima) e à cadeia; casas da fazenda real e a alfândega. O almoxarifado não podia faltar. Durante a ocupação holandesa cresceu como núcleo populacional, graças ao aparecimento de novos prédios e armazéns" (Rodrigues, 1972, p. 207-208).



Figura 3: *Caerte Vant Eylant Tamarcca*, Johannes Vingboons (1660). Vista do litoral Sul da Ilha com destaque para a restinga onde se localiza o Forte Orange e para o sítio elevado da Vila da Conceição, a sudoeste do Forte.

Fonte: Original manuscrito que integra o Atlas de Johannes Vingboons do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Recife.

Situada numa colina com costas íngremes e rodeadas de pântanos, a Vila da Conceição oferecia grandes dificuldades para os invasores batavos que se localizavam no Forte Orange, a uma distância inferior a três quilômetros (**Figura 3**). Após dois anos de espera e espreita, os holandeses, em 1633, finalmente, se organizaram sob o comando de Segismundo von Schkoppe e dominaram a Ilha por eles considerada rica, uma vez que produzia uma série de mercadorias que poderiam ativar o comércio colonial e, ao mesmo tempo, podia produzir mandioca, macaxeira e outros artigos utilizados na alimentação dos próprios habitantes. Em homenagem ao comandante da tropa holandesa, a Vila da Conceição passou a ser chamada de Vila Schkoppe (Andrade, 1999a, p. 79-80).

Os holandeses passaram vinte e quatro anos comandando a Capitania de Itamaracá, onde desenvolveram, principalmente, a agricultura. Contudo, após inúmeras tentativas de retomada por parte dos portugueses, eles foram expulsos de Itamaracá em 1654.



Figura 4: Vista do Forte Orange construído de madeira pelos holandeses (1631) e, no alto, a Vila da Conceição (denominada cidadela Schkoppe pelos flamengos). **Fonte:** Gravura de autor desconhecido, publicada no livro de Arnoldus Montanus (1617), inspirada em desenho de nº 18 feito por Frans Post para o livro de Gaspar Barlaeus (1647) (Andrade, 1999a).



Foto 10: Vista aérea do Forte Orange atual, construído em pedra calcária pelos portugueses. **Fonte:** Litoarte, 1989.

“De acordo com Marcos Albuquerque (1999, p.104), quando pouco restava sob o domínio holandês, em 1654, o Forte foi abandonado, sendo logo em seguida ocupado, seu nome mudado para Fortaleza de Santa Cruz, sob o comando de Francisco Figueira. Provavelmente, a partir de 1699, inicia-se a sua revestida com pedra e cal. ...A Fortaleza de Santa Cruz,

reconstruída pelos portugueses, permaneceu com seu traçado holandês original²³ (Silva; Souza, 2001, p. 22).

Com a saída dos holandeses, a Ilha de Itamaracá entrou numa nova fase de decadência, enquanto o povoado de Goiana prosperava, reivindicando, em 1742, a nomeação de vila da capitania e a sua substituição pela Vila de Conceição, que cada vez mais se encontrava abandonada, tendo a sua população se concentrado mais ao norte, atraída para a povoação de Nossa Senhora do Pilar²⁴, situada na área praieira (Andrade, 1999a, p. 93-95). O agravamento da situação da Capitania de Itamaracá fez com que o Governo português a extinguisse e a anexasse à Capitania de Pernambuco em 1763. Ressalta Manuel Correia de Andrade (1999a, p. 91) que “desde a expulsão dos holandeses (1654) até à anexação da capitania de Pernambuco (1763), transformando-se em Comarca de Goiana, ela [*a Capitania de Itamaracá*] viveu uma agonia secular”. Para este autor, os diversos entraves ao longo da História da Capitania de Itamaracá, tornaram-na uma “capitania frustrada” – conforme intitula a sua obra.

Dessa forma, podemos concluir que, ao longo de mais de dois séculos em que a Ilha de Itamaracá fez parte de uma capitania, a dinâmica das suas paisagens foi conduzida pelas atividades agrícolas, principalmente pela monocultura da cana-de-açúcar e, em menor parte, pela policultura de subsistência. Estas atividades se concentraram na porção sul da Ilha, na

²³ Desde sua construção até os dias atuais, o Forte Orange sofreu algumas restaurações: a primeira ocorreu em 13 de agosto de 1696, através da Carta Régia que determinava a sua reconstrução; a segunda por ordem de José Oscar de Menezes, governador da Província de Pernambuco, em 1777; a terceira, quando ocupado pelo padre Pedro de Souza Tenório, em 1817, fazendo reparos na fortaleza; em 28 de maio de 1938 é tombado, tornando-se patrimônio histórico; a quarta, a partir de 1966, quando foi restaurado pelo Ministério do Exército sob o comando do General da 7ª Região Militar da época, Antônio Carlos da Silva Muricy - obra que perdurou até 1973, devido ao seu afastamento; a quinta restauração do Forte é reiniciada através do IV Exército, restauração executada com verbas federais e estaduais, utilizando mão-de-obra dos detentos da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI). ...O Forte Orange, que está sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Governo do Estado de Pernambuco, passa, em 1982, à administração da prefeitura no intuito de servir para apresentações de eventos culturais e abrigar peças artesanais. Por não administrar corretamente, é relegado ao abandono, fato este que impulsionou a criação da Fundação Forte Orange, em 1991, através do ex-presidiário José Amaro de Souza Filho, que passa a administrá-lo. No ano de 1997, o IPHAN volta a administrar o Forte. E, no ano seguinte, é repassado para a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco - FADE/UFPE. Em parceria adotam o monumento, cujo objetivo da FADE é cuidar da sua manutenção, preservação e administração geral, enquanto o IPHAN é responsável pelos projetos e as transformações que acontecem na Fortaleza (Silva; Souza, 2001, p. 24-25).

²⁴ A partir de 1750, transformou-se o Pilar numa espécie de ‘Porto Seguro’ para um grande número de barcaças. Transportando açúcar e outros produtos entre diversos pontos da costa nordestina, vinham elas fundear aqui. ...A produção, o transporte e a comercialização do peixe, do coco e do sal marinho explicam, naturalmente, o crescimento da população até determinada época. Prosperando satisfatoriamente, a povoação do Pilar passou à categoria de vila por Decreto de 25 de outubro de 1831 (Rodrigues, 1972, p. 249-250).

área que, atualmente, engloba os bairros de Vila Velha, Forte Orange e São Paulo (**Mapa 2**).

2.3 DOS ENGENHOS ÀS ENGENHOSIDADES URBANAS: AS MUDANÇAS NO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

No início do século XVIII, outras atividades econômicas como a produção de sal, o cultivo de coco-da-baía e a pesca tiveram certa importância, mas com menor expressão que a cana-de-açúcar. Surgiram, assim, pequenos núcleos de pescadores em 1699 como o Pilar e por extensão Jaguaribe, situados mais ao norte na costa da Ilha. Esses pequenos povoados, em posições privilegiadas como pontos de passagem e lugares de comércio freqüentados por barcos em direção a Goiana e outros Estados, tiveram grande dinamismo; enquanto as vantagens naturais que outrora garantiram à Vila Velha o privilégio de sede²⁵, agora acentuavam sua decadência.

Em meados do século XIX, a Ilha de Itamaracá foi anexada a Igarassu pela Lei Provincial de 1840. Nessa época surgiram dois pequenos povoados de pescadores: São Paulo, situado próximo ao Forte Orange, e Rio Âmbar, localizado às margens do rio homônimo. Apesar de a pesca e a extração de sal terem favorecido a dinâmica das paisagens da Ilha com o surgimento de pequenos núcleos urbanos na orla marítima, estas atividades eram, sobretudo, fontes de subsistência e tinham pouca expressividade para tirarem Itamaracá do "isolamento" em que se encontrava desde a expulsão dos holandeses.

²⁵ "O crescimento da povoação do Pilar representava mais uma causa do lento e inexorável desaparecimento de Conceição, que seria inapelavelmente absorvida pelo núcleo populacional em formação. ...Na antiga Vila as terras pertenciam, como ainda hoje, a uma meia dúzia de proprietários, não havendo, por isso mesmo, fixação da maioria que mourejava na agricultura. Além disso, a configuração geográfica da área abrangida do Pilar, com o seu terreno plano, oferecendo ao pescador fácil acesso ao mar, significava outra grande vantagem com que não contava Vila Velha, isolada do oceano pela escarpa íngreme que lhe servia de defesa no passado. Foi desse modo que no Pilar tomaram incremento as atividades da pesca..." (Rodrigues, 1972, p. 249).

A partir dessa época até o final da década de 1950, a cana-de-açúcar e o coco-da-baía²⁶ vieram disputando as paisagens litorâneas da Ilha de Itamaracá²⁷.

A ocupação definitiva dos coqueirais nas paisagens litorâneas de Itamaracá foi assinalada pela falência de alguns engenhos que já existiam na Ilha desde 1793, como o São João e o Amparo.

O Engenho São João, localizado às margens da PE-35, encontra-se, atualmente, em estado de ruínas, carecendo de medidas urgentes para a sua recuperação. Sua área, conjuntamente com a do Engenho Macaxeira, integra o complexo presidiário de Itamaracá, pertencente à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, ocupando cerca de 1/3 do território da Ilha. Apesar do descaso, ainda é possível observar as linhas arquitetônicas do século XVII da Casa Grande do engenho que, pela estratégia e poderio da época, foi construída na parte mais alta do terreno (**Foto 11**). A Moita é outro setor do engenho ainda existente que tem sido usada como ponto turístico que resgata a importância de Itamaracá no período áureo da produção colonial do açúcar no país (**Foto 12**).

O Engenho Amparo é de propriedade particular, datando sua construção do século XVI. Este engenho bangüê²⁸, atualmente, também se encontra em estado de ruínas. Sua casa grande não existe mais; há a senzala já bastante descaracterizada, a moita e a Capela de Nossa Senhora do Amparo (**Foto 13**).

Devido à falência dos engenhos, a cana foi progressivamente perdendo espaço para a cultura do coco-da-baía, que a partir da década de 1960 passa a ser o principal produto cultivado em Itamaracá. O coqueiral, além da sua importância como atividade econômica, é um elemento característico da paisagem “natural” da Ilha.

²⁶ “O coco-da-baía (*Cocos nucifera* L.), também conhecido como Coqueiro-da-praia, é uma espécie nativa da porção meridional do continente asiático, muito provavelmente da região da Malásia, que atingiu as terras brasileiras muito antes da chegada das populações colonizadoras” (Costa, 1998, p. 89).

²⁷ A cana, além de ser cultivada nos vales fluviais que eram mais férteis para o seu cultivo, já tinha se alastrado pelos tabuleiros costeiros da Formação Barreiras. Os solos destes tabuleiros, devido à estrutura e composição mineralógica, eram ácidos e menos apropriados ao seu cultivo, exigindo assim, o emprego de técnicas de manejo e ações corretivas. Por outro lado, ao longo de toda a faixa costeira predominavam as plantações de coco-da-baía que por ser uma cultura de solos pouco exigentes se adequava bem às condições edafológicas desta área. Assim, dependendo da localização, o coco ora ocupava o espaço onde a cana se fazia presente ora, em outro momento, o coqueiral sofria o impacto do avanço dos canaviais.

²⁸ “Engenho tradicional movido por rodas-d’água ou por animais”. Com o advento do motor a vapor, surgiram os engenhos modernos que tinham uma maior capacidade de moagem da cana, levando à desativação dos bangüês que passaram a ser chamados de “fogo morto” (Toledo; Gancho, 1996, p. 54).



Foto 11: Casa grande do Engenho São João. **Fonte:** Lenilton Assis, jan./2001



Foto 12: Moita do Engenho São João
Fonte: Lenilton Assis, set./1998



Foto 13: Ruínas da Capela do Engenho Amparo tomada pela vegetação
Fonte: Lenilton Assis, jan./1998

Analisando-se a **Tabela 3**, percebe-se que, enquanto a área de produção do coco-da-baía aumentou de 556 para 1.043ha de 1975 a 1985 respectivamente, a área colhida de cana-de-açúcar diminuiu, neste mesmo período, de 137 para 42ha. Observa-se também nesta tabela a grande discrepância entre a área destinada às culturas comerciais e as de subsistência da população nativa, como o inhame e a mandioca. Este último produto apresentou uma maior produção em 1985, devido a sua transformação em farinha, a qual era feita em alguns estabelecimentos para comercialização local. Porém, segundo o IBGE, em 1995, a área destinada ao cultivo da mandioca já apresenta uma redução para 30 hectares, embora ainda registre uma crescente produção de 300 toneladas.

A ocupação dos coqueirais na faixa litorânea da Ilha começa a diminuir, a partir da década de 1970, com a valorização da praia e a crescente especulação imobiliária para as construções das residências secundárias. "A urbanização iniciada na década de setenta e intensificada nas décadas subsequentes estimulou o loteamento das fazendas e sítios de coco já, em

parte, reduzidos em suas dimensões como resultado do processo de divisão dos imóveis por herança” (Pernambuco, 2001, p. 140).

Tabela 3: **Quantidade Produzida e Área Colhida de alguns Produtos Agrícolas da Ilha de Itamaracá - 1970/1985**

PRODUTOS	ANOS	PRODUÇÃO	
		Quantidade (t)	Área Colhida (ha)
Cana-de-Açúcar	1970	4 500	220
	1975	4 203	137
	1980	1 766	80
	1985	1 410	42
Coco da Baía	1970	-	-
	1975	3 192	556
	1980	3 018	687
	1985	4 778	1 043
Mandioca	1970	16	7
	1975	38	6
	1980	75	9
	1985	200	43
Inhame	1970	2	-
	1975	12	-
	1980	12	-
	1985	12	11

Fonte: Censos Agropecuários de Pernambuco - 1970, 1975, 1980, 1985.

t - tonelada

ha - hectare

- dado não disponível no Censo

Apesar de os dados apontarem um crescimento da produção do coco-da-baía até 1985, alguns antigos moradores que, inclusive, trabalharam durante muitos anos no cultivo e na coleta dos cocos, esclareceram-nos este fato explicando que, enquanto os coqueirais eram dizimados das áreas litorâneas sul e central, suas plantações adentravam-se para o interior da Ilha e alastravam-se pela porção litorânea norte que eram áreas, ainda, pouco povoadas e de difícil acesso como a Enseada dos Golfinhos (**Mapa 2**). Porém, ao longo das últimas três décadas, em face da diminuição da área rural com a expansão do perímetro urbano, o crescimento das construções de segunda residência tem se intensificado e se expandido ao longo de toda a faixa litorânea de Itamaracá, contribuindo para a diminuição do cultivo do

coco-da-baía que, conforme o IBGE, em 1995, já apresentava uma área destinada de apenas 115ha com uma produção de 2.230 frutos²⁹.

Atualmente, o cultivo do coco na Ilha ocupa aproximadamente 9,8% área do município (Pernambuco, 2001). Em todo o Brasil, a decadência da cultura do coco-da-baía se deve "...às políticas de importação da matéria-prima oriunda de alguns países da África e até do sudeste asiático, onde a produção, por ser fortemente subsidiada, acaba gerando uma competição desigual com o coco que é produzido no nosso país, pois o produto acaba chegando muito mais barato ao mercado nacional" (Moreira e Targino *apud* Costa, 1998, p. 93).

Com efeito, podemos dizer que o início das atividades turísticas em Itamaracá remonta ao ano de 1939 com a construção da Ponte Getúlio Vargas ligando a Ilha ao continente. Conforme Mota (1985:70), "a construção da Ponte de Itamaracá se tornou necessária, com a criação, pela Interventoria Federal de Pernambuco, durante o Estado Novo, da Penitenciária Agrícola de Itamaracá. O interventor, Agamenon Magalhães, decidira instalar ali a Penitenciária Agrícola, medida que exigia a construção imediata de uma ponte ligando a ilha ao continente".

No entanto, o turismo comercial só tomou maior impulso no início da década de 1970 com a integração de Itamaracá à Região Metropolitana do Recife. A Ilha passou, inicialmente, a receber um constante fluxo de turistas nos finais de semana, e, posteriormente, nos períodos de férias.

A melhoria nas vias de acesso e a popularização do automóvel particular atraíram grandes contingentes de turistas oriundos, na sua maioria, das classes média e alta da cidade do Recife, a fixarem uma segunda residência na Ilha de Itamaracá, quebrando a estrutura tradicional do seu espaço urbano e iniciando um progressivo parcelamento do solo e a especulação imobiliária para a venda de loteamentos.

Com o aumento da demanda, toda a área urbana, principalmente a faixa litorânea, foi sendo loteada e/ou desmembrada, cedendo lugar às 'casas de

²⁹ "Realizado em moldes tradicionais, tanto nas grandes como nas pequenas unidades de produção, o cultivo do coqueiro na área raramente é realizado com a utilização de técnicas e insumos modernos (irrigação, sementes e mudas selecionadas, espaçamento correto, adubação, limpas periódicas e mecanizadas, aplicação de defensivos, polinização facilitada e renovação dos coqueirais). A ausência de tais práticas tem resultado, por sua vez, na baixíssima produtividade da cultura cuja média atual é de 4 a 5 frutos por coqueiro, a cada colheita ou cerca de 2000 frutos/ha/ano (contra 10 000 frutos/ha/ano em cultura irrigada). ...A colheita é realizada a cada dois meses, para o coco verde e a cada três ou quatro meses, para o coco seco. Na realização dessa tarefa são utilizados, via de regra, trabalhadores especializados - tiradores, ajuntadores e descascadores - residentes nas vilas e povoados próximos aos coqueirais" (Pernambuco, 2001).

praia'. "O parcelamento (novos loteamentos e desmembramentos de glebas) intensivo da área, principal elemento de especulação do solo na Ilha, ampliou o perímetro da área loteada que em 1975 era de 148,65ha, o que representava 8,7% para 869,02ha em 1984, cerca de 33,2% do total, portanto com incremento de 720,37ha, quase 6,5 vezes a área anterior" (FIDEM, 1986, p. 55).

2.3.1 PROCESSOS DE PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Na Pesquisa de Uso e ocupação do Solo de 1984, a FIDEM³⁰ identificou 10.799 lotes na Ilha, compreendendo 3.211 unidades construídas, 94 em construção e 7.494 lotes sem edificação. Então, a FIDEM classificou a ocupação do espaço urbano de Itamaracá em três níveis (1985, p. 60):

- **Área Efetivamente Ocupada:** é a porção do espaço efetivamente consolidada e construída de maneira contínua. Esta área compreende tanto as áreas loteadas como as áreas desmembradas.
- **Área Loteada:** é a área parcelada com loteamentos aprovados pela Prefeitura. Representa a extensão territorial comprometida pela urbanização.
- **Área Vazia:** é a área ainda não parcelada por loteamentos e que não foi ocupada por construção.

A área efetivamente ocupada reflete o grau de crescimento do perímetro urbano da Ilha que, conforme podemos observar na **Tabela 4**, apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual de 9,75%, no período de 1970 a 1986, quando da sua última definição pela Lei Municipal Nº 611/86.

³⁰ Entre 1984-86, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), conjuntamente com a Prefeitura Municipal de Itamaracá (PMI), elaborou o *Plano de Desenvolvimento Integrado de Itamaracá (PDII)* visando a dotar o município de uma política de desenvolvimento sócio-econômico em escala local e de um programa de ações que lhe permitisse integrar as necessidades fundamentais da comunidade com ações previstas anteriormente ou mesmo em curso de execução, dentro de um quadro coerente com o desenvolvimento regional. O PDII estava incluído nas ações de desenvolvimento regional previstas para a RMR pelo "Projeto Grande Recife".

Tabela 4: Crescimento da Zona Urbana da Ilha de Itamaracá

ANO	REGULAMENTAÇÃO	ZONA URBANA (ha)	ZONA DE EXPANSÃO URBANA (ha)	TOTAL (ha)
1970	Lei Nº 311/70 - 09/05/1970	557,20	-	557,20
1975	Decreto Nº 204/75 - 23/12/75	1.699	-	1.699
1981	Lei Nº 532/81 - 22/04/81	685,50	1.905,10	2.590,60
1986	Lei Nº 611/86 - 22/03/86	527,11	1.943,10	2.470,21

Fonte: Adaptado da FIDEM, 1986.

Em 1988, foi aprovado pela Câmara Municipal o Projeto de Lei Nº 674/88, que estabelece o Zoneamento Funcional da Área Urbanizável da Ilha de Itamaracá, dispondo sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, bem como a especificação e o estabelecimento das respectivas intensidades de uso (Itamaracá, 1988, p. 2).

No tocante à sua concepção, o Zoneamento Funcional se esforçou para estabelecer diretrizes que atenuassem a especulação imobiliária e o crescimento irregular da área urbana de Itamaracá. Algumas destas diretrizes, já incorporando as preocupações ambientais vigentes, merecem ser destacadas:

- O parcelamento do solo para fins urbanos somente será permitido quando a gleba a ser parcelada estiver localizada na área urbanizável definida pela Lei Municipal Nº 611/86 e possuir superfície igual ou superior a 10.000 m², no caso do loteamento; igual ou superior a 720 m², no caso do desmembramento, respeitando-se os lotes mínimos de cada zona (Art. 1).
- Para a preservação do sistema hidrográfico, deverão ser reservadas faixas verdes de preservação ambiental *non aedificandi*, contíguas às margens dos corpos de água... (Art. 14)
- As glebas que contenham áreas alagáveis somente poderão ser parceladas após a apresentação e aprovação do projeto de terraplenagem e drenagem pela Companhia Pernambucana de Controle e Poluição Ambiental e de Administração dos Recursos Hídricos – CPRH (Art. 15).
- Os projetos deverão apresentar o levantamento com a indicação das árvores existentes, devendo se adequarem ao máximo aproveitamento da vegetação (Art. 20). No caso da derrubada da vegetação do tipo arbóreo, o proprietário do loteamento deverá

plantar uma outra para cada árvore derrubada no mesmo loteamento (Parágrafo Único).

- Será considerada de uso público *non aedificandi* para preservação da orla marítima, a faixa verde de 100 m medidos a partir da linha de preamar atual para o início da área a ser loteada das glebas situadas a beira mar (Art. 21), etc.

Apesar de esta proposta se configurar como uma boa alternativa de disciplinamento do uso e ocupação do solo da Ilha, ela não vem sendo efetivamente aplicada pelo poder municipal, resultando na contínua expansão desordenada dos loteamentos e construções no litoral de Itamaracá, que já apresenta uma "área urbana consolidada de 11,7% do município" (Pernambuco, 2001).

Este problema não é exclusivo da Ilha, tendo a FIDEM identificado no plano *Litoral de Pernambuco – um estudo propositivo* (1999, p. 31) que a excessiva expansão urbana e o uso e ocupação desordenada do solo têm contribuído para a destruição e descaracterização da ambiência natural e construída de todo o litoral pernambucano. Como causas desses problemas estão a invasão da orla por ocupações informais, o avanço de construções irregulares na praia, os loteamentos especulativos e clandestinos, o aterro indiscriminado dos mangues, a destruição da vegetação nativa, a obstrução da paisagem e o acesso à orla, tendo por conseqüências, além da descaracterização dos povoados litorâneos e assentamentos existentes, a perda de imagem e da identidade morfológica e tipológica.

Em estudo mais recente, o *Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte*³¹, a CPRH (Pernambuco, 2001) endossa este parecer acusando que:

"A erosão intensa no litoral norte resulta da ocupação desordenada do solo, na faixa costeira, através da construção de rampas, de muros e espigões, na zona de praia, alterando o equilíbrio hidrodinâmico e ocasionando o recuo acelerado da linha de costa com a destruição das construções ali existentes. Além da ação destrutiva do mar, as praias do Litoral Norte sofrem a poluição por lixo e esgotos domésticos, a interdição ou o bloqueio parcial do acesso em amplos trechos, a invasão por barracas ou muros de

³¹ O Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte dá seguimento aos estudos que o Projeto Gerenciamento Costeiro do Estado de Pernambuco (GERCO-PE), coordenado pela Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), vem realizando, em atendimento às normas e diretrizes do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) instituído pela Lei Federal 7.661, de 16 de maio de 1988. A exemplo do Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul, elaborado em 1999, este estudo servirá de base para o zoneamento dos usos e atividades predominantes no Setor Norte do litoral pernambucano e para o Plano de Gestão que, elaborado em conjunto com os atores sociais da área, deverá "orientar a utilização racional dos recursos da Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural", conforme prevê o artigo 2º da lei acima mencionada (Pernambuco, 2001).

moradias, resultando na privatização de extensas áreas da zona superior da praia (pós-praia), impedindo a circulação dos usuários na preamar. A ocorrência, em larga escala, desses problemas, em praticamente toda a orla litorânea norte, ao mesmo tempo em que degrada o patrimônio natural das praias, destrói as potencialidades turísticas e de lazer das mesmas, inviabilizando uma importante fonte de renda e de emprego para as populações locais, além de comprometer a qualidade de vida destas, de veranistas e visitantes”.

2.3.2 DIPLOMAS LEGAIS DE DISCIPLINAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - 1990/2001

A Lei Orgânica Municipal (Itamaracá, 1990) não explicita, detalhadamente, como deve ser gerenciado o uso e a ocupação do solo da Ilha. A Planta Diretora³² do Município, recém elaborada pela FIDEM (março/2001) como subsídio para elaboração do Plano Diretor, identificou diversos problemas relativos ao parcelamento do solo urbano como a aprovação de loteamentos sem nenhum rigor e respeito às normas técnicas. Por conta disso, foi aprovado em 01 de fevereiro do ano corrente o Projeto de Lei Nº 008/2001 proibindo por seis meses a criação de novos loteamentos. “Esta foi a solução encontrada pela Prefeitura de Itamaracá para começar a reordenar a ocupação urbana” (Projeto, 2001).

Aprovada em 09 de março de 2001 pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (CONDERM), a Planta Diretora³³ de Itamaracá compreende no seu escopo, “...entre outros elementos, o zoneamento do município da Ilha de Itamaracá, o estabelecimento de padrões urbanísticos por zona, a instituição de mecanismos de proteção dos recursos ambientais e dos valores histórico-culturais, princípios de intervenção urbanística e ambiental e, ainda, recomendações e critérios de hierarquização do sistema viário” (FIDEM, 2001, p. 25).

³² A Planta Diretora constitui um novo instrumento de planejamento que deve orientar o uso e ocupação do solo metropolitano e municipal. Este instrumento, de nível intermediário entre o Plano Diretor Municipal e a Legislação Urbanística Básica – Lei de Uso e Ocupação do Solo – se propõe, inclusive, a subsidiar, de forma complementar, o exercício da competência municipal no controle do ordenamento e do uso e ocupação do solo. A Planta Diretora elaborada pela FIDEM para a Ilha de Itamaracá atende à Constituição Federal (1988) e à Estadual que exigem a obrigatoriedade do Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, apenas para os municípios com mais de 20 mil habitantes. Do litoral da RMR, apenas Recife e Olinda possuem tal instrumento; apesar de nove, dos catorze municípios, já terem mais de 20 mil habitantes (FIDEM, 1999).

³³ A Planta Diretora de Itamaracá congrega as ações propostas no *Zoneamento Funcional da Ilha* (1988), no *Plano Litoral de Pernambuco – um estudo propositivo* (1999) e no *Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte* (recém elaborado pela CPRH), em consonância com o *Plano Diretor da RMR – Metrôpole 2010* (1998).

Conforme o Zoneamento proposto pela Planta Diretora, o território da Ilha é dividido em duas grandes áreas que são subdivididas em zonas (FIDEM, 2001, p. 25-26):

I - **ÁREA RURAL**: considerada como uma área proximamente relacionada com atividades de caráter urbano, deverá abrigar, além de atividades agrícolas, empreendimentos turísticos e equipamentos relacionados à pesquisa e educação ambiental. Subdivide-se em quatro zonas:

1. **Zona Rural (ZR)**: compreende a porção sudoeste da Ilha, abrangendo as áreas de granjas e chácaras de recreio, estuários e os sítios históricos de Vila Vela e Engenho Amparo, com sua mata.
2. **Área de Proteção Ambiental (APA)**: contempla a região oeste e noroeste do município, abrangendo as matas de Lanço dos Cações, Santa Cruz, Jaguaribe e mata do Engenho São João, além de uma vasta área estuarina.
3. **Zona de Proteção Ambiental (ZPA)**: são as matas e estuários que já contam com proteção legal prevista nas normas federais e estaduais, assim como áreas vizinhas ou inseridas nos núcleos urbanos que tenham particularidades ambientais relevantes.
4. **Zona Especial de Interesse Histórico-Cultural (ZEIHC)**: compreende os engenhos e igrejas já propostos no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da RMR.

II - **ÁREA URBANA E DE EXPANSÃO URBANA**: contemplando toda a face leste do município, apresenta distintas características territoriais decorrentes tanto dos aspectos físico-ambientais, como do processo e perfil atual de sua ocupação urbana. Subdivide-se em nove zonas:

1. **Zona Especial de Centro (ZEC)**: delimitada na faixa litorânea da parte central da Ilha, corresponde ao mais antigo núcleo urbano – afora Vila Velha, que não permaneceu como referência urbana.
2. **Zona de Alta Densidade (ZAD)**: Forno da Cal e *São Paulo*.
3. **Zona de Baixa Densidade (ZBD)**: Sossego, Enseada dos Golfinhos e Pontal.
4. **Zona de Média Densidade (ZMD)**: área interior localizada a oeste da PE-01, na altura das praias de Forno da Cal e *São Paulo*.

5. **Zona de Transição (ZT)**: vasta área de ocupação mais rarefeita, a oeste da área urbana consolidada, incluindo parte de Forno da Cal.
6. **Zona Especial de Equipamentos Industriais (ZEEI)**: pequeno território ainda predominantemente vazio, vizinho à ZEC.
7. **Setor de Amenização Ambiental (SAA)**: constitui o entorno dos maceiós, cursos d'água e linhas naturais de drenagem.
8. **Eixos Comerciais (EC)**: compreende trechos de vias, com tendência de uso misto e comercial existente – de alta densidade.
9. **Zona Especial de Interesse Histórico-Cultural (ZEIHC)**: inserida na malha urbana, compreendendo *Forte Orange* e sítios históricos do Pilar e Jaguaribe.

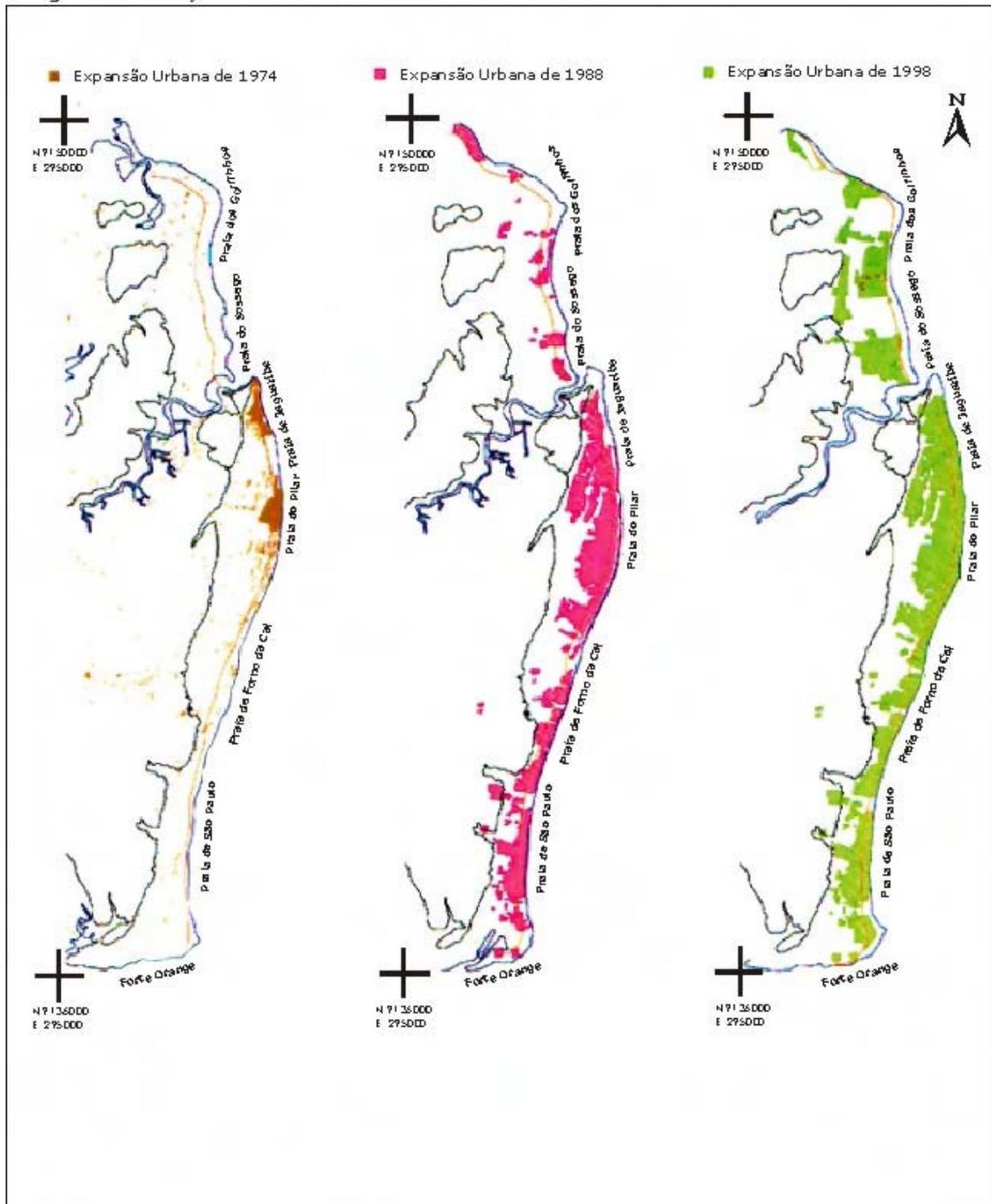
Esta proposta de zoneamento visa a atenuar e disciplinar o crescimento urbano-turístico desenfreado da Ilha que foi se dando, a partir de meados de 1970, em grande parte, impulsionado pela venda de loteamentos para as construções de segundas residências.

Os principais centros da Ilha continuam sendo Pilar e Jaguaribe. “Seu espaço urbano, entretanto, sofreu severas modificações. A primeira delas foi a ocupação da faixa de praia que separava seus dois centros, ainda entre 1950 e 1970. Posteriormente, viu-se a ocupação parcial do litoral que vai do Pilar ao Forte Orange e mesmo o início de uma certa interiorização da urbanização. A partir de 1980, praticamente com todo o litoral sul do estuário do Jaguaribe já loteado, a tendência e expansão da trama urbana solta-se para o litoral norte de Itamaracá e para a intensificação da ocupação do interior” (FIDEM, 1986, p. 47-48).

Este processo de evolução urbana da Ilha de Itamaracá é demonstrado na **Figura 5** por Moraes (2000, p. 60), onde se observa que a expansão da mancha urbana, inicialmente restrita ao Pilar e Jaguaribe (1974), estende-se pelo litoral sul - intensamente - e norte (1988), configurando uma urbanização concentrada na área litorânea centro-sul que tem se expandido para a zona norte e interior da Ilha (1998).

Um grave problema da Prefeitura de Itamaracá que dificulta o seu controle e gerenciamento da expansão urbana do município é a falta de um cadastro de loteamentos e de imóveis.

Figura 5: Evolução Urbana da Ilha de Itamaracá - 1974 a 1998



Fonte: Adaptado de Morais, 2000, p. 69.

No caso dos loteamentos, o cadastro da Prefeitura não coincide com o da FIDEM³⁴ (órgão metropolitano também responsável pela aprovação), tendo, além de problemas de dados desatualizados, a deterioração e o desaparecimento de plantas e documentos.

A FIDEM (1986) contabilizou que, dos 127 loteamentos existentes em Itamaracá em 1984, 50 loteamentos estavam vazios (até 10% dos lotes ocupados), 37 tinham uma ocupação rarefeita (de 11 a 30% dos lotes ocupados), 34 tinham uma ocupação em processo de consolidação (de 31 a 70% dos lotes ocupados) e apenas 6 tinham a ocupação consolidada (acima de 71% dos lotes ocupados), demonstrando a ociosidade do espaço da Ilha.

Todavia, verificou-se nessa pesquisa que “as maiores taxas de crescimento de construções foram registradas no litoral sul, no litoral norte, e na área que corresponde ao interior, onde se têm localizado os moradores tradicionais da Ilha expulsos da faixa de praia. Isso vem confirmar uma dispersão da implantação de construção na área urbanizável da Ilha, de onde se deduz que a implantação das residências de veraneio, do grande contingente de veranistas, no seu território, tem mantido uma certa independência em relação aos fatores infra-estruturais existentes” (FIDEM, 1986, p. 55).

2.3.3 CONTANDO OS DOMICÍLIOS: DESAFIO DOS INSTRUMENTOS DE CADASTROS

Conforme o cadastro de imóveis da Prefeitura (dezembro/2000), existem em Itamaracá 20.092 imóveis, correspondentes a 13.790 terrenos e 6.302 casas, ou seja, as unidades não-construídas da Ilha são mais de duas vezes superiores às unidades construídas. Estes dados confirmam que a ociosidade do espaço urbano de Itamaracá, levantada pela FIDEM em 1986, ainda perdura, retratando um intenso processo de demarcação de terrenos para a venda da paisagem litorânea ditado pela especulação imobiliária.

Entretanto, os próprios técnicos da Prefeitura admitem que o número real de imóveis é bem superior a este cadastrado. Eles estimam que existam cerca de oito mil imóveis irregulares em Itamaracá, haja vista muitos proprietários iniciarem as construções dos seus domicílios sem antes obterem da Prefeitura a licença de construção (habite-se). Esta falta de

³⁴ Utilizaremos nesta pesquisa o cadastro da FIDEM de 1986, não obstante, está desatualizado.

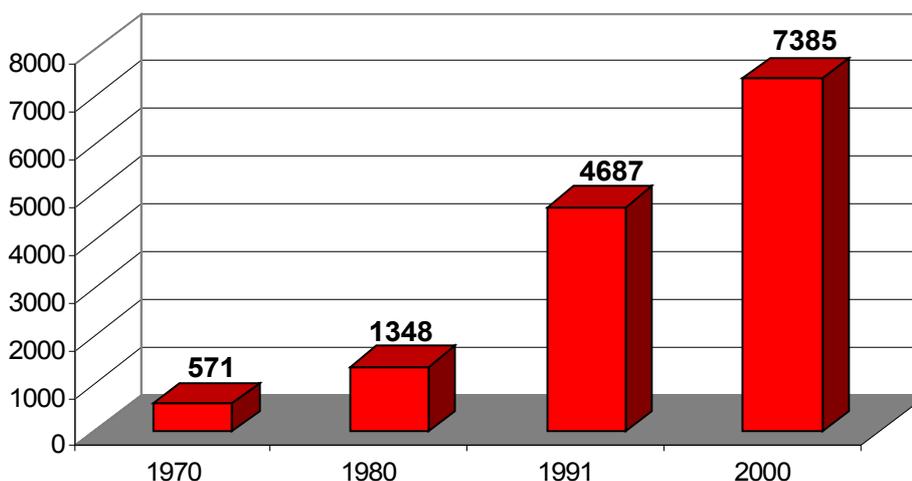
controle dos imóveis da Ilha é comprovada quando observamos que a Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco (CELPE) em 1998 já registrava 9.303 residências abastecidas por energia elétrica, enquanto a Prefeitura registrava em 2000 apenas 6.302 casas. Assim, pela falta de instrumentos eficazes de fiscalização, as construções se expandem à revelia do poder municipal, ao longo de todo o litoral e também interior, apresentando diversas irregularidades.

Devido à metodologia adotada pelo IBGE, só pudemos acompanhar, quantitativamente, a evolução dos domicílios de residência secundária em Itamaracá a partir do Censo Demográfico de 1970, quando este órgão os contabiliza entre os domicílios fechados, aperfeiçoando a classificação e contagem nos censos seguintes - conforme discutido no Capítulo I.

De acordo com a Sinopse Preliminar do Censo de 1970, existiam 571 domicílios de uso ocasional³⁵ na Ilha, o que representava 26,8% do total de 2.130 domicílios registrados pelo IBGE. Na Sinopse do Censo de 1980, foram contabilizados 1.348 domicílios de uso ocasional os quais representavam cerca de 40% do total dos 3.374 domicílios de Itamaracá. Já na Sinopse do Censo Demográfico de 1991, o IBGE registrou 4.687 destes domicílios, o que correspondia, aproximadamente, 62% do total de 7.562 domicílios da Ilha. No Censo 2000, o IBGE contabilizou 7.385 domicílios de uso ocasional que representavam cerca de 60% do total dos 12.366³⁶ domicílios recenseados (**Gráfico 2**). Estes domicílios de segunda residência apresentaram uma taxa geométrica de crescimento anual de 8,97% de 1970 a 1980, de 12% de 1980 a 1991, e de 5,18% de 1991 a 2000, registrando, neste último período, uma queda no ritmo de crescimento e em relação ao total de domicílios da Ilha (**Tabela 5**).

³⁵ Estes eram classificados e incluídos entre os domicílios fechados.

³⁶ Este total de domicílios corresponde à soma dos **Particulares** (ocupados e não-ocupados) e **Coletivos**.

Gráfico 2: Crescimento das Segundas Residências na Ilha de Itamaracá - 1970/2000

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos - 1970, 1980, 1991 e 2000.

Considerando apenas os Censos de 1980, 1991 e 2000, quando as segundas residências passaram a ser classificadas especificamente como domicílios de uso ocasional, observa-se na **Tabela 5** que, entre 1970 e 1980, estas aumentaram de 39,95 para 61,98%, e, em 2000, representavam 59,72% dos domicílios de Itamaracá, enquanto, nestas três décadas, os domicílios particulares ocupados, em sua maioria pela população "nativa", apresentaram uma queda de 48,8% para 30% no total de domicílios, demonstrando a supremacia das "casas de veraneio".

Tabela 5: Condição da Ocupação dos Domicílios de Itamaracá - 1980/2000

DOMICÍLIOS	1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Ocupados	1.649	48,88	2.273	30,06	3.710	30
Uso Ocasional	1.348	39,95	4.687	61,98	7.385	59,72
Fechados	6	0,17	66	0,87	13	0,10
Vagos	358	10,62	520	6,88	1.245	10,08
Coletivos	13	0,38	16	0,21	13	0,10
TOTAL	3.374	100	7.562	100	12.366	100

Fonte: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Dividindo-se a população absoluta (**Gráfico 1**) pelo total de domicílios de uso ocasional (**Gráfico 2**), verifica-se que em 1970 existia uma residência secundária para 12,4 habitantes de Itamaracá, diminuindo esta relação para 6,13 hab/sr³⁷ em 1980. Em 1991, após a intensificação das construções da

³⁷ Habitantes por segunda residência.

década de oitenta, a relação decresce para 2,47 hab/sr, apresentando ainda uma ligeira redução em 2000 correspondendo a 2,14 hab/sr.

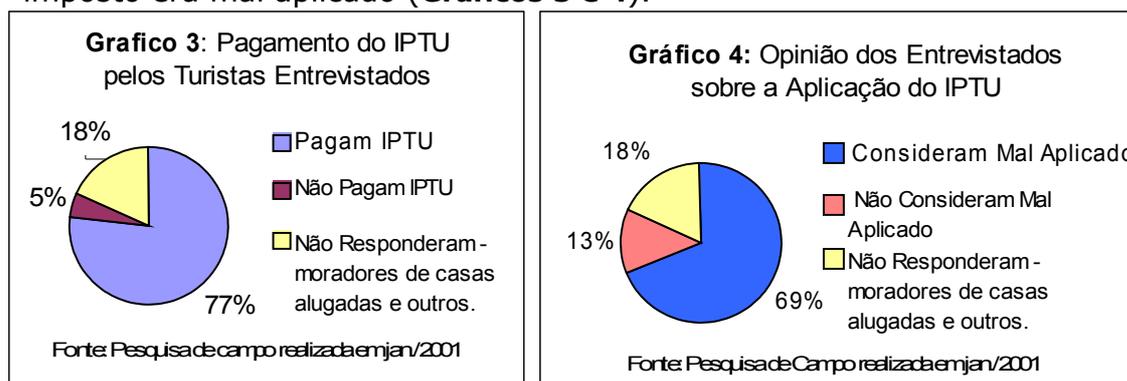
2.3.4 IPTU: AS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS FRENTE OS DOMICÍLIOS FIXOS

Apesar desse intenso crescimento das segundas residências na Ilha, em 1992 o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) representava apenas 12,7% da arrecadação municipal (FIDEM, 1997), não conseguindo livrar a economia de Itamaracá da dependência do repasse governamental do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Segundo técnicos entrevistados do Setor de Finanças da Prefeitura em 2000, o IPTU, correspondeu a 15% da receita do município, apresentando, assim, uma taxa de arrecadação muito abaixo do real número de imóveis (casas e terrenos) existentes na Ilha.

A maior parte do IPTU coletado em Itamaracá é paga pelos moradores permanentes, havendo uma alta taxa de inadimplência dos turistas de segundas residências com o município.

Apesar de 77% dos entrevistados da nossa pesquisa de campo terem confirmado que pagavam o IPTU, em que pese cerca de 69% desse total informaram ter passado vários anos sem pagar, pois consideravam que o imposto era mal aplicado (**Gráficos 3 e 4**).



Durante o trabalho de campo, alguns grupos de turistas também relataram que, para pressionar a Prefeitura a investir melhor o imposto arrecadado, eles reuniam o montante do IPTU dos seus imóveis e faziam acordos com a Prefeitura de pagá-lo em troca da sua aplicação direta na melhoria da infra-estrutura das ruas (aterros, limpeza etc.) onde seus imóveis se localizavam. Muitas vezes, os próprios "veranistas" se

encarregavam da administração e execução dos serviços. Esta prática demonstra o poder de associação dos turistas de segunda residência pela defesa dos seus direitos, e a influência política que eles exercem sobre o governo municipal.

Segundo a FIDEM (1986, p. 62), as segundas residências da Ilha estão distribuídas em ordem de maior ocorrência no Pilar, no Litoral Sul (Forte Orange, São Paulo e Forno da Cal), Jaguaribe e Bairro Novo (**Mapa 3**). "São residências de tipologia muito boa e boa, na sua maioria, possuindo área acima de 100 m² e dotadas de infra-estrutura, excetuando-se aquelas situadas em áreas desprovidas de infra-estrutura como o Litoral Norte e a área que corresponde à ocupação do interior da Ilha".

Exemplos mais característicos desse processo de expansão das segundas residências em toda a Ilha são os Bairros de São Paulo e Forte Orange, que vivenciam desde meados da década de 1970 um crescimento considerável do turismo de segunda residência - "veraneio" - que tem, de forma substancial, influenciado na dinâmica das suas paisagens.

A insularidade associada à presença de monumentos históricos representam atrativos que motivaram os empreendedores imobiliários a "venderem os bairros" para a instalação das segundas residências e estabelecimentos comerciais. Com a intensa expansão dos loteamentos a partir da década de 1970, os Bairros de São Paulo e Forte Orange foram parcelados, conforme já mencionado, em 28 loteamentos (**Tabela 1 e Figura 6**) e se configuram na Ilha como o tradicional reduto da população "veranista", tendo apresentado em 1984, juntamente com o bairro de Forno da Cal, 76,9% da sua população de moradores de segundas residências, as quais têm um alto índice de construções "muito boas" e "boas", respectivamente 22,13% e 22,8% de todas as residências de Itamaracá (FIDEM, 1986, p. 65).

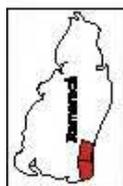


Figura 6: Loteamentos dos bairros de São Paulo e Forte Orange



2.4 O COMÉRCIO DA PAISAGEM: A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E SEUS ATORES

O fenômeno da segunda residência expressa uma das formas de inserção imobiliária no “mundo” do turismo. Um dos principais efeitos desencadeados pela expansão das residências secundárias é a especulação imobiliária. Com o crescente culto ao (re)encontro com a “natureza”, os arrabaldes das áreas metropolitanas passaram a ser comercializados pelos agentes imobiliários e de marketing turístico como localidades favoráveis para a construção de uma segunda residência.

Neste sentido, as áreas receptoras passaram por um intenso processo de parcelamento/desmembramento e mudança das funções e dos usos dos seus solos, efetivando assim, o “consumo e a (re)produção do espaço³⁸”, onde sua expressão fisionômica - um dos entendimentos da paisagem³⁹ - se configura na mercadoria de venda fetichizada pelo poder de troca que expressa.

Atribui-se à terra um valor e novos usos em busca do lucro. Esta é a lógica da especulação imobiliária, ou seja, do processo de apropriação da terra pelo capital e da geração da renda fundiária (Oliveira, 1978, p. 77).

Ressalta-se que a propriedade privada da terra em si não é a garantia da renda, mas o seu monopólio permite ao proprietário usá-la da forma que mais lhe interessa, dando-lhe a possibilidade de extrair dela uma renda adicional (fundiária).

Tradicionalmente ligada ao meio rural, a questão da renda fundiária passa a integrar a complexa teia de relações que envolvem o crescente mosaico das áreas urbanas. “Peças” principais desse mosaico, os proprietários fundiários

“...atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerado possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão, particularmente, interessados na conversão da terra rural em terra urbana; ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca e não no seu valor de uso” (Corrêa, 1989, p. 16).

³⁸ Para Carlos (1999, p. 186), “o consumo do espaço se analisa no movimento de generalização da transformação do espaço em mercadoria, que impõe ao uso a existência da propriedade privada das parcelas do espaço. Assim o processo de reprodução do espaço aponta para a tendência da predominância da troca sobre os modos de uso, o que revela o movimento do espaço de consumo para o consumo do espaço”.

³⁹ Conforme já citado por Hard em Gomes (1997, p. 38) – ver item 1.3 do Capítulo I.

Seguindo essa máxima capitalista, os agentes imobiliários viram nas áreas litorâneas a possibilidade de investimentos bastante rentáveis através da compra de grandes porções de terras (loteamentos) que poderiam ser (sobre)valorizadas e vendidas em frações (lotes) às camadas sociais que buscavam o litoral como fuga do apinhamento urbano dos centros metropolitanos.

Foi esse processo que se desenrolou, em meados de 1970, em Itamaracá, onde a difusão das segundas residências foi ditada pela especulação imobiliária que propiciou a mudança de usos e os sucessivos parcelamentos do solo, culminando com a venda de lotes para as construções desses alojamentos de finais de semana.

2.4.1 Os PROCEDIMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA ILHA

O primeiro passo dos agentes imobiliários foi identificar no litoral da Ilha as porções de terrenos mais atrativas, que apresentavam praias mais calmas, de águas límpidas com as mínimas condições de acesso viário.

Segue-se, então, a demarcação dos loteamentos para compra e a resolução dos trâmites burocráticos que envolvem a aprovação do projeto atendendo às exigências⁴⁰ municipais e às legislações Federal e Estadual⁴¹, e a demarcação dos lotes para venda. É nesta segunda etapa que muitas irregularidades se processam como a não solicitação da licença de construção, do Alvará e do Habite-se à Prefeitura, a demarcação incorreta e invasão dos arruamentos, áreas verdes e Terrenos de Marinha⁴².

O segundo passo foi investir na publicidade e no *marketing* da paisagem, buscando vender os lotes a partir de propagandas e *slogans* que ressaltavam as "belezas naturais" da "ilha da fantasia" com suas "praias ensolaradas de águas límpidas e tranqüilas" e a possibilidade do isolamento

⁴⁰ Conforme o Zoneamento Funcional da Ilha, no Artigo 55, um projeto de loteamento deverá conter no mínimo: planta dos lotes, planta do sistema viário, perfis secções do sistema viário e memorial descritivo (Itamaracá, 1988, p. 15). Nos projetos encaminhados à Prefeitura devem ser estabelecidos área do loteamento, taxa de área para os lotes, para circulação, para área verde e equipamentos públicos, etc.

⁴¹ Antes de serem aprovados pela Prefeitura, os projetos de loteamentos devem obter a anuência da FIDEM. Dependendo da localização da área a ser loteada, a FIDEM pode solicitar também o parecer da CPRH e do IBAMA.

⁴² Conforme Decreto Lei nº 9760/46, Art. 2º, são terrenos de marinha em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente para a parte da terra (...) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagos, até onde faça sentir a influência das marés. (Morais, 2000, p. 72-73).

(geográfico e psicológico), estando a apenas 50km do centro metropolitano⁴³.

Entrevistas com alguns corretores e comerciantes locais, revelaram que os agentes imobiliários não tiveram a preocupação de reservar “lotes comerciais”, pois a rede de comércio e serviços destes bairros foi se estabelecendo de forma dispersa nos lotes lindeiros da PE-01 que eram as áreas mais evitadas pelos turistas de segunda residência devido à inconveniência dos constantes fluxos e pela distância do mar⁴⁴.

Efetivada a venda dos primeiros lotes e o início das construções das segundas residências, os agentes imobiliários em parceria com os “novos proprietários” saíram em defesa do “lugar”, reivindicando do poder municipal a dotação de serviços e infra-estrutura. Neste apelo ao poder público sempre é destacado o “efeito cascata” que aqueles investimentos solicitados podem alavancar na economia do município, tais como a atração de um contingente maior de turistas para a Ilha, a oferta de maiores opções de trabalho para os moradores “nativos” e também a melhoria das suas condições de vida. No entanto, o principal objetivo de ambas as partes - agentes e proprietários - é a valorização de seus investimentos, ou seja, tanto dos lotes a serem vendidos, quanto das residências secundárias construídas.

Instalada a infra-estrutura básica de equipamentos, comércio e serviços (asfaltamento das vias de acesso, coleta de lixo, linhas de ônibus, padaria, mercearia, etc.), o loteamento se valoriza e novos lotes são postos à venda, obviamente, com um preço bem mais elevado que os primeiros. Quanto mais a área é dotada de infra-estrutura, maior é o investimento dos agentes imobiliários no *marketing* do local que neste estágio vende a paisagem não apenas pelos “atrativos naturais”, mas também pela “infra-estrutura disponível”. Assim, novos lotes são vendidos até as últimas

⁴³ Diversos meios de comunicação veicularam propagandas para comercializar terrenos na Ilha. Em entrevista a um antigo corretor imobiliário, este nos informou que, inicialmente, colocavam-se à venda os lotes de pior localização dentro da gleba, aqueles situados mais distantes do mar e em áreas de topografia mais acidentada que necessitava de maiores aterros; enquanto os melhores lotes eram “reservados” para vendas posteriores quando o loteamento estivesse mais valorizado. Para esse feito, estrategicamente, a oferta de lotes era sempre inferior a procura, pois ocasionava a especulação e o aumento do preço dos terrenos.

⁴⁴ Ressalta Oliveira (1978, p. 78), no seu estudo sobre a especulação imobiliária e o problema da moradia na cidade de São Paulo, “...que mesmo dentro das áreas vendidas são reservados lotes estrategicamente localizados, que aguardarão a procura dos pequenos ou médios comerciantes na ânsia de conquistar o ‘mercado de consumo’ que se consolida”.

unidades, subindo o preço de acordo com as suas localizações dentro do loteamento.

Apesar de a infra-estrutura deficiente da Ilha ser um empecilho à venda dos terrenos, a corrida pela compra de loteamentos em Itamaracá registrada na década de 1970 (**Tabela 1**) demonstra como a especulação imobiliária no seu litoral se deu de forma intensa conduzida por uma prática muito comum no mercado imobiliário - a antecipação espacial - "...que pode ser definida pela localização de uma atividade em um dado local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. Trata-se da antecipação à criação de uma oferta significativa de matérias-primas ou de um mercado consumidor de dimensão igual ou superior ao limiar considerado satisfatório para a implantação da atividade" (Corrêa, 1995, p. 39).

Durante as últimas três décadas, os promotores do turismo da Ilha de Itamaracá foram, essencialmente, os agentes imobiliários. Comparando o crescimento do perímetro urbano da Ilha (**Tabela 4**) com o aumento do número de domicílios de uso ocasional entre 1970 e 2000, depreende-se que meados da década de 1970 marca a intensificação do processo de abertura dos loteamentos e venda dos lotes. Neste período, predominavam no litoral da Ilha lotes não edificadas que, estrategicamente, aguardavam por uma melhor valorização da área e aumento dos seus preços. O início do surto de construções das segundas residências em Itamaracá se dá no final de 1970, prolongando-se pelas décadas de oitenta e noventa. Com uma taxa de crescimento anual de 8,91%, as segundas residências passaram de 571 para 7.385 domicílios em cerca de três décadas (**Gráfico 2**).

Numa pesquisa, em 1984, sobre a demanda turística de Itamaracá, a FIDEM (1986, p. 73) constatou que, "em um fim de semana prolongado, a ocupação das casas de veraneio é de aproximadamente 90%, enquanto em um fim de semana normal, a ocupação é de apenas 31% das residências". Isto demonstra que a frequência dos "veranistas" na Ilha é bem variável, registrando, porém, uma demanda cíclica que atinge seus picos máximos de ocupação nos feriados e nas férias anuais dos meses de verão.

Inicialmente localizadas na área central do Pilar, as segundas residências foram se expandindo para o litoral sul e norte de Itamaracá. Em entrevistas com corretores de duas grandes imobiliárias locais, eles relataram que o litoral sul ainda é, atualmente, a área mais procurada para a compra de

terrenos na Ilha. Nesta área, os preços dos terrenos variam conforme suas características físicas (tamanho, topografia etc.) e, sobretudo, localização. O preço médio de um terreno, medindo 12x30 metros, localizado à beira-mar varia de trinta a quarenta mil reais; adentrando-se à Ilha, os preços dos terrenos vão baixando entre quinze, doze, oito e seis mil reais, de acordo com a distância do mar. Nestas mesmas condições, o preço das casas alugadas para veraneio também variam, em média, de duzentos a quinhentos reais. Estas casas são, na sua maioria, propriedades de turistas de segundas residências quando decidem não passar a temporada de verão em Itamaracá, ou de moradores da Ilha que as alugam e se alojam em casas de parentes (quando não possuem outras) visando a angariar uma receita extra para as despesas familiares.

Os corretores alegaram que as vendas de terrenos em Itamaracá vêm arrefecendo bastante nos últimos anos. Muitos "veranistas" têm posto suas casas para alugar ou vender, insatisfeitos com a falta de infra-estrutura, a violência, a massificação e o completo descaso do Poder Público Municipal.

Segundo os corretores, nos últimos anos, no verão inteiro, são vendidos, em média, cinco a dez terrenos; enquanto no inverno, as vendas caem, registrando-se cerca de duas a cinco. Para os antigos corretores, desde meados de 1970, estes têm sido os piores anos de vendas de terrenos em Itamaracá.

Contudo, esta baixa procura por terrenos ainda vem sendo feita, mormente, por turistas que desejam construir em Itamaracá suas "casas de veraneio", demonstrando que, embora com menor intensidade, as segundas residências continuam se difundindo e transformando as paisagens insulares (**Fotos 14 e 15**).



Foto 14: Outdoor na margem da PE-1 estampa a venda facilitada de terrenos.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001



Foto 15: Segundas Residências em construção no Bairro de São Paulo.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001

Após a construção da PE-1 em 1974, os bairros de Forno da Cal, São Paulo e Forte Orange foram supervalorizados pelos turistas, iniciando-se, assim, as “negociações” das imobiliárias com os pescadores “nativos” para a compra e revenda dos terrenos.

Além dos agentes imobiliários, o Estado, nas suas mais diversas esferas (Federal, Estadual e Municipal) é um dos principais agentes indutores do turismo na Ilha de Itamaracá, sendo responsável pela dotação da infraestrutura básica (rodovias de acesso, serviços de limpeza, abastecimento d’água, energia elétrica etc.).

O Estado talvez seja um dos atores mais difíceis de apreensão das suas ações, tendo em vista que é ao mesmo tempo: industrial, consumidor de espaço, proprietário fundiário, promotor imobiliário, agente regulador do uso do solo e, também, alvo dos movimentos sociais urbanos (Corrêa, 1989, p. 24).

2.4.2 PENITENCIÁRIAS: OS CAMINHOS DA LIBERDADE E A TOMADA DA ILHA PELO TURISMO

Antes de serem “descobertas” suas potencialidades turísticas, a Ilha de Itamaracá foi valorizada pelo Estado pela sua configuração e localização geográficas que propiciaram a construção da Ponte Getúlio Vargas para a instalação da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI) no início de 1940.

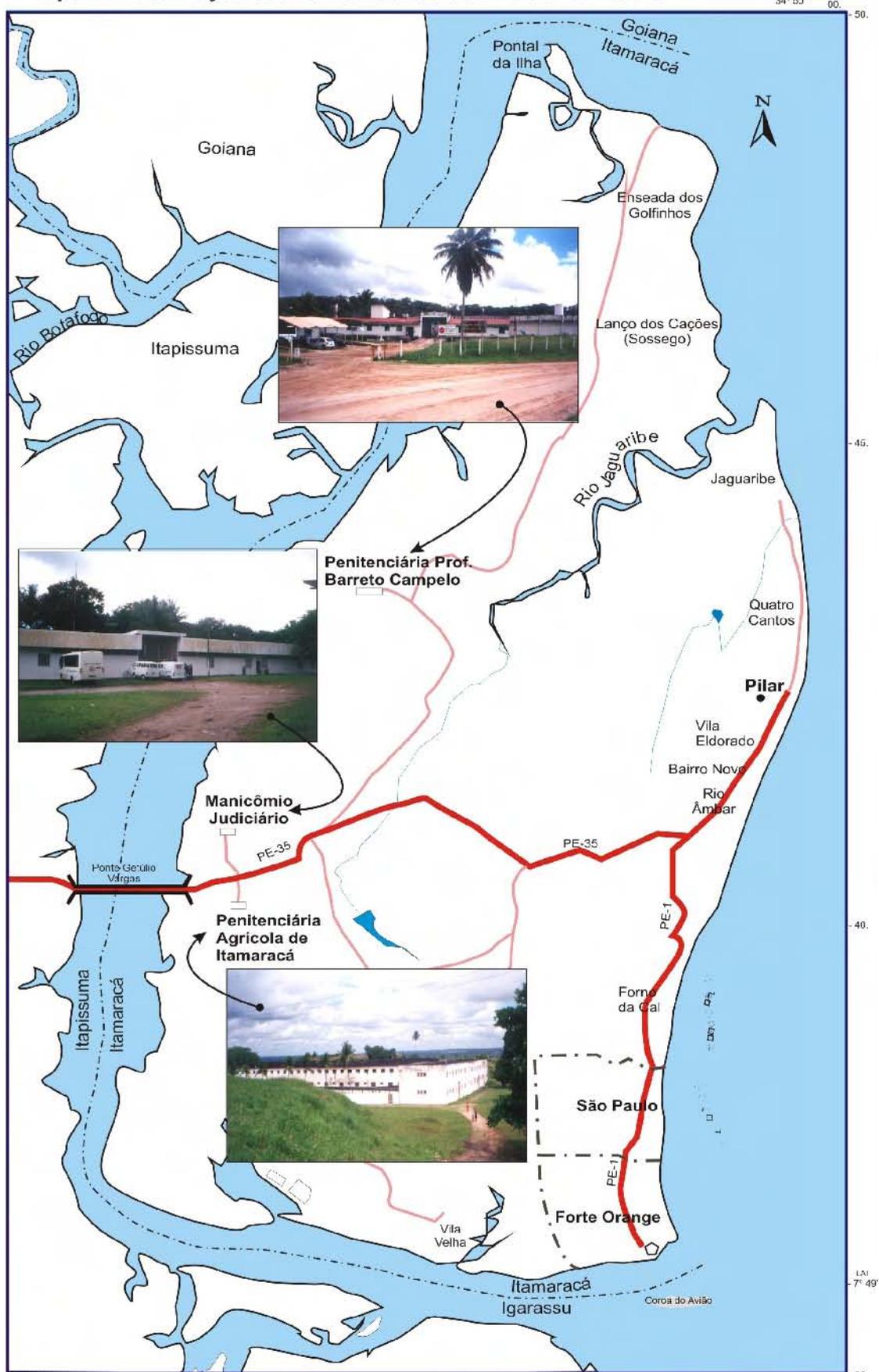
Em 1938, o Governo Estadual comprou os cerca de 600ha de terras do Engenho São João, onde instalou a PAI, com um sistema de reclusão semi-aberto, no qual os detentos desenvolveriam trabalhos agrícolas durante o dia, podendo circular livremente e manter contatos diários com seus familiares e outras pessoas, sendo todos recolhidos ao anoitecer.

Em 1950, o Estado adquiriu as terras do Engenho Macaxeira, instalando nestas a Penitenciária Professor Barreto Campelo, considerada de segurança máxima. O Manicômio Judiciário, instalado em 1982, também faz parte do complexo penitenciário de Itamaracá, o qual ocupa uma área de 1.645,36ha de terras (cerca de 1/3 do território da Ilha) localizadas na parte sudoeste, iniciando-se às margens do Canal de Santa Cruz, onde se situa o Manicômio, estendendo-se até quase metade da Ilha (Braga, 2000, p. 117-123) (**Mapa 4**).

A instalação das três penitenciárias em Itamaracá representa um período do planejamento em que a idéia de ilha, conforme sugere sua tradução para o italiano *isola*, estava associada à idéia de prisão, de isolamento, como era o caso da Ilha de Alcatraz (EUA) e de várias ilhas brasileiras como Fernando de Noronha (PE), Anchieta (SP) e Ilha Grande (RJ).

Com o crescimento do turismo associado a uma visão de panacéia mundial, as ilhas foram (re)descobertas enquanto seletos espaços paradisíacos onde, ainda, é possível se desfrutar da natureza, da paz e do isolamento. Esta nova “vocaçãõ” das ilhas inviabilizara seus antigos usos presidiários, fazendo com que algumas delas que antes eram utilizadas para esses fins, fossem “transformadas” em balneários turísticos.

Mapa 4: Localização das Penitenciárias da Ilha de Itamaracá



Fonte: Adaptado da FIDEM, 1997.
Fotos: Lenilton Assis, maio/2001.



44x33

Em Itamaracá, o crescimento do turismo aliado a outros fatores conjunturais como violência, desemprego etc, tem desencadeado processos de tentativas de expulsão e retirada das penitenciárias da Ilha⁴⁵.

Integrante da Região Metropolitana do Recife desde a sua criação⁴⁶ em 1973, a Ilha de Itamaracá sempre foi “contemplada” nos planos e projetos metropolitanos⁴⁷ como “área de vocação natural destinada ao lazer e ao turismo da população da RMR”. No atual Plano Diretor da RMR - MetrÓpole 2010 -, a Ilha integra um dos *Territórios de Oportunidades*⁴⁸ destinado a atividades de lazer e turismo litorâneo.

Embora o Estado considere a Ilha de Itamaracá um espaço de “vocação turística”, ele não a tem priorizado com grandes investimentos neste setor, comprometendo ainda mais seus simulacros de “ilha-paraíso” com a manutenção das três Penitenciárias instaladas no seu território (**Mapa 4**).

⁴⁵ Atento aos freqüentes apelos pela retirada das penitenciárias da Ilha, o Governo Estadual acenou uma primeira proposta de transferir a Penitenciária Agrícola de Itamaracá para a cidade de Vitória de Santo Antão. Porém, foi obrigado a recuar diante da aprovação de um projeto de lei municipal, que impede a construção de presídios em Vitória sem a realização de um plebiscito. O sistema semi-aberto da PAI ficou obsoleto possibilitando que, segundo estatísticas da Polícia Militar de Pernambuco, 80% dos crimes praticados na Zona Norte da RMR sejam atribuídos aos apenados da PAI, quando aproveitam seus momentos de folga. Ademais, segundo estatísticas da Vara de Execuções Penais, 729 detentos escaparam da PAI, entre julho de 2000 e julho de 2001. A pressão popular tem aumentado desde a criação da Associação para o Desenvolvimento da Ilha de Itamaracá (ADITA), que é coordenada por moradores adventícios e turistas de segunda residência. Após uma pesquisa municipal que comprovou que 70% da população quer a saída da PAI da Ilha, iniciou-se uma panfletagem e diversos movimentos de protestos (caminhadas, carreatas etc.) que atraíram a atenção dos principais meios de comunicação do Estado e do Governo sobre o problema da violência e a questão das penitenciárias de Itamaracá. Alegando não dispor de recursos financeiros para a transferência das penitenciárias, sobretudo da PAI, o Governo apresenta uma saída emergencial com a construção de um muro de cinco metros de altura, com 559 metros de comprimento e oito guaritas, cercando 1% da área total da PAI. Com esta obra o Governo pretende restringir a circulação dos detentos na Ilha, assim como, transformar a PAI numa penitenciária industrial onde os presos passarão por treinamentos nas áreas de indústria e serviços. A população da Ilha, descrente no projeto, continua reivindicando maior atenção do Governo para Itamaracá, pois, conforme o prefeito, ‘o muro da PAI só resolve 50% dos problemas’ da Ilha (Sai, 2001). É válido ressaltar que no *Projeto Orange*, assim como na *Planta Diretora* do Município, contraditoriamente, o Governo Estadual propõe, como uma das metas para o desenvolvimento do turismo na Ilha, a transferência das penitenciárias e a redefinição do uso das suas edificações para Hotelaria ou Centro Cultural (FIDEM, 1999, p. 52).

⁴⁶ A Região Metropolitana do Recife foi criada, originariamente, pela Lei Complementar Federal N°. 14 de 08 de junho de 1973, juntamente com as de outras sete capitais brasileiras. Constituída, inicialmente, por 9 municípios (Igarassu, Itamaracá, Paulista, Olinda, Recife, Jaboatão, Moreno e Cabo), a RMR foi alterada em 1992 para a inclusão dos municípios de Itapissuma, Abreu e Lima e Camaragibe, respectivamente, desmembrados de Igarassu, Paulista e São Lourenço da Mata. A RMR foi novamente modificada para a inclusão do município de Ipojuca em 1994 e do município de Araçoiaba, emancipado de Igarassu em 1995, passando a contar, atualmente, com 14 municípios. In: FIDEM. *RMR - Dados Estatísticos*. (Divulgação)

⁴⁷ Entre os planos e projetos elaborados em escala metropolitana pela FIDEM, podemos citar: o Plano de Desenvolvimento Integrado da RMR (PDI-1976), o Plano de Desenvolvimento Metropolitano (PDM-1983), o Projeto Grande Recife (1986), o atual Plano Diretor MetrÓpole 2010 (1998) e o Litoral de Pernambuco - um estudo propositivo (1999).

⁴⁸ “Estes são áreas, concentradoras de potencialidades, podendo ser entendidos como espaços ou territórios irradiadores de desenvolvimento, sendo estratégicos em termos de oferta de oportunidades para o desenvolvimento de atividades e implantação de novos empreendimentos” (FIDEM, 1998, p. 43).

2.4.3 TRAÇADOS DE FUTUROS: A ILHA PLANEJADA NO PRODETUR

A implantação do PRODETUR-PE⁴⁹ em 1990, quando foi criado o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul de Pernambuco, é uma das evidências desse processo que demonstra o poder do Estado na definição das áreas estratégicas para a dotação de infra-estrutura turística.

O PRODETUR-PE I previa no seu Programa de Ação a implantação do Projeto Costa Dourada (CT Barra-Guadalupe e outros centros integrados de turismo no litoral sul); do Complexo Turístico-Náutico Ponta do Sol/Catuama; do Pólo Turístico Metropolitano (Revitalização do Bairro do Recife, do rio Capibaribe e Ampliação do Aeroporto Internacional dos Guararapes); e do Pólo Country de Turismo (Gravatá, Bezerros e Caruaru).

Neste programa, a Ilha de Itamaracá estava integrada no Complexo Turístico-Náutico Ponta do Sol/Catuama, o qual previa as seguintes ações para o município (Pernambuco, 1991, p. 87-88):

- Duplicação da ponte que liga Itapissuma a Itamaracá;
- Implantação da rodovia de acesso ao extremo norte da ilha, integrando-o ao sistema viário existente;
- Conclusão do projeto da Via de Integração Vila Velha - Forte Orange (conclusão da rodovia, construção de um mirante, reforma e adequação do Engenho Amparo às atividades turísticas);
- Ampliação e implantação dos serviços de água e esgoto;
- Ampliação dos serviços de energia elétrica;
- Ampliação da oferta de telecomunicações;
- Implantação de um posto de informações turísticas;
- Melhoria dos serviços de segurança pública com a implantação de um posto de policiamento;
- Melhoria do serviço de saúde existente;
- Incentivo à implantação pela iniciativa privada de equipamentos de turismo e lazer.

Nenhuma destas ações foi viabilizada para a Ilha através do PRODETUR-PE I, pois o Governo Estadual concentrou os investimentos do Programa em

⁴⁹ No início da década de 1990, o Governo Federal criou o Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste do Brasil (PRODETUR-NE), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que cada Estado nordestino estabeleceu áreas privilegiadas destinadas à alocação de infra-estrutura turística. Em Pernambuco, foi selecionado o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul, que, com uma área do litoral de Alagoas, formava o Projeto Costa Dourada.

áreas consideradas "estratégicas" como o Centro Turístico de Guadalupe, no litoral sul do Estado, e o Plano de Revitalização do Bairro do Recife, na cidade do Recife.

Vinculado a interesses da iniciativa privada e de atores globais, o Estado (re)produz na escala local a estratégia global de seleção e exclusão dos espaços. Isto demonstra que, apesar de a conjuntura ditada pela Globalização acenar uma crise do poder do Estado, este ainda é uma força decisiva, enquanto agente de planejamento e de gestão das políticas públicas, responsável pelos investimentos produtivos e pela reprodução da força de trabalho (Becker, 1986, p. 54).

Nesse âmbito, enquanto o litoral sul, incentivado pelo Estado, se "moderniza" para atender a uma clientela externa (de outros Estados e países), outros espaços do litoral norte, como a Ilha de Itamaracá - que há mais de três décadas vem sendo consumida por uma clientela endógena, sobretudo, metropolitana -, entram num estágio de retração ou mesmo de saturação da atividade turística.

Com a segunda versão do programa - PRODETUR-PE II - os municípios do Litoral Norte (Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Araçoiaba, Goiana, Itapissuma e Itamaracá) estão se juntando para criar uma Associação dos Municípios Norte-Metropolitanos (AMUNE) na tentativa de inserirem a região na política de desenvolvimento turístico do Estado através do Projeto Costa Verde (Jornal Grande Recife, dez./2000).

O objetivo geral do projeto é implementar o Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Litoral Norte, tendo em vista a viabilização da Costa Verde como espaço privilegiado para o turismo temático, histórico-cultural, de lazer e ecoturismo. Uma vez consolidado, o Costa Verde deverá definir projetos de captação de recursos, em especial a participação no PRODETUR-PE II, melhorar a infra-estrutura e serviços de natureza social, definir roteiros turísticos na região e definir as prioridades entre os agentes envolvidos (Jornal de Igarassu, jan./1999).

Segundo o projeto do PRODETUR-PE II, o Governo Estadual busca nesta etapa uma "integração harmônica e estratégica" entre os segmentos litorâneos, sob o enfoque do desenvolvimento sócio-econômico, via turismo. Nessa perspectiva, "foram definidas três Zonas Turísticas: no Centro, o Bairro do Recife, já contemplado no PRODETUR-PE 1ª etapa, e a cidade de

Olinda – Patrimônio Mundial da Humanidade, com as faixas litorâneas do Istmo; ao Sul, Porto de Galinhas e praias do entorno/Ipojuca; ao Norte, Pólo Náutico, compreendendo os municípios de Itamaracá, Itapissuma, Igarassu e Paulista; e o Aeroporto Internacional dos Guararapes - principal portão de entrada, numa região densamente povoada, o litoral norte-oriental do Nordeste” (Pernambuco, 1997, p. 10).

Assim, novamente, a Ilha de Itamaracá integra a proposta de criação do Pólo Turístico Estadual de Esportes Náuticos agora batizado de Pólo Náutico Itamaracá-Maria Farinha, que congrega quatro municípios - Itamaracá, Itapissuma, Igarassu e Paulista - separados por limites fluviais convergentes dos rios Timbó (sul), Jaguaribe/Itapessoca (norte), Megaó e o Canal de Santa Cruz⁵⁰.

Em *Litoral de Pernambuco: um estudo propositivo*⁵¹, o Governo Estadual, busca através de “novos” conceitos como renovação, requalificação, reabilitação, revitalização e ordenamento, desenvolver um elenco de projetos no litoral do Estado, dentre os quais o *Projeto Orange*, em Itamaracá. As principais metas deste projeto propõem “velhas” ações já traçadas em planos e projetos anteriores, tais como: a Reabilitação do Pilar/Jaguaribe, a Requalificação da Vila Velha, a Requalificação do Entorno do Forte Orange, o Ordenamento do Entorno da Foz do Jaguaribe, a Implantação do Parque Jaguaribe, o Ordenamento da Lagoa Azul, o Ordenamento da Coroa do Avião, (...) a Implantação de Ancoradouro e a Revitalização do Engenho Amparo (FIDEM, 1999, p. 51-52).

No âmbito Federal, o Estado implantou, em 1998, nos municípios de Itamaracá, Itapissuma e Igarassu, a Reserva da Biosfera de Mata Atlântica (RBMA), através do Projeto de Execução Descentralizada - PED⁵², criado a

⁵⁰ Em estudo mais recente, o *Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte*, a CPRH (Pernambuco, 2001, p. 231) denuncia que “há conflitos do turismo/lazer com a pesca artesanal no Canal de Santa Cruz, tendo como atores principais as lanchas que circulam, em alta velocidade, neste canal, sobretudo em fins de semana e feriados, e os pescadores que transitam ou pescam nessas áreas. As lanchas, ao circularem em velocidades incompatíveis com o ambiente estuarino, não só destroem apetrechos de pesca como afugentam o peixe e põem em risco a vida dos pescadores e o equilíbrio do ecossistema”.

⁵¹ Neste estudo, o Governo Estadual objetiva “valorizar o ambiente natural, construído e manifestações culturais da costa de Pernambuco, consolidando-a como pólo turístico competitivo através da sua requalificação física, social e cultural” (FIDEM, 1999, p.36).

⁵² “O PED estimula a adoção de estratégias de fortalecimento da gestão ambiental, através de ações descentralizadas, visando a solucionar problemas ambientais nas diversas regiões brasileiras. A viabilização do PED se dá através da atuação compartilhada entre instituições, organizações não governamentais (ONGs) e os governos federal, estadual e municipal. O PED estimula também as atividades geradoras de renda e emprego contribuindo para o desenvolvimento econômico local, em equilíbrio com a conservação ambiental” (SECTMA-PE, *Conservação Ambiental e Desenvolvimento*

partir do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA). A coordenação do PED-RBMA estava vinculada, a nível nacional, ao MMA; à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco - SECTMA, a nível estadual; e, às Prefeituras que ficavam com a coordenação e execução do Projeto, a nível municipal. A execução do Projeto consumiu R\$ 1.024.970,00 de recursos financeiros, sendo 70% oriundos do Banco Mundial, 10% da contrapartida do Governo de Pernambuco e 20% das prefeituras e demais entidades co-executoras.

O PED-RBMA estava apoiado em cinco macro atividades, sendo cada uma delas desdobrada em diversas sub-atividades. As atividades previstas eram (Brasil, 1999):

- Implantação da Gestão Participativa da RBMA;
- Implementação do Programa de Manejo dos Recursos Naturais Terrestres;
- Implementação do Programa dos Recursos Naturais Aquáticos;
- Implementação do Programa de Educação Ambiental e Comunicação;
- Turismo Ecológico, Cultural e Científico.

Dentre as linhas gerais do Projeto, diversas atividades foram desenvolvidas, merecendo destaque a realização do *Diagnóstico Sócio-ambiental e Mapeamento das Potencialidades e Restrições de Uso* (1998) que serviu de balizamento para a execução das atividades locais nos três municípios envolvidos.

O município de Itapissuma, tendo sido o proponente do PED-RBMA junto ao Governo Estadual e ao Ministério do Meio Ambiente, foi, também, o maior beneficiado pelas atividades executadas, tais como: implantação de laboratório fitoterápico, de apiário, de unidade de beneficiamento de pescado, do posto de atendimento ao turista; apoio à Cooperativa das Doceiras, à produção de mudas de essências florestais, cursos de capacitação relativos à pesca e beneficiamento do pescado, Educação Ambiental etc⁵³.

Sustentável – PED. Material Informativo).

⁵³ O município de Igarassu que, inicialmente, não estava contemplado no projeto, foi beneficiado com o desenvolvimento da apicultura em duas comunidades - Tabuleiro de Monjope e Pitanga 1; nestas comunidades foram realizados cursos de capacitação, distribuição de materiais e acompanhamento técnico.

2.4.4 PRESCRIÇÕES PARA A ILHA A PARTIR DO PRODETUR

Para a Ilha de Itamaracá estavam reservadas, sobretudo, atividades relativas à Educação Ambiental e de incentivo ao Turismo. Dos três municípios, as principais unidades ambientais que formam a RBMA se encontram em Itamaracá, que pela sua própria configuração geoambiental, congrega uma grande biodiversidade em seus ecossistemas. Porém, apesar de também dispor de atividades tradicionais como a pesca e a produção de doce que poderiam ter sido incentivadas pelo PED-RBMA na Ilha, as atividades implantadas em Itamaracá foram as que apresentaram maiores dificuldades na fase de operacionalização do projeto.

Inicialmente, foram realizados em Itamaracá Cursos de Educação Ambiental com alunos de escolas públicas, assim como dois Cursos de Monitores de Ecoturismo. O objetivo destes cursos era capacitar os alunos para que eles fossem os monitores das Trilhas Ecológicas que estavam sendo implantadas na Ilha.

As Trilhas eram o principal produto destinado a Itamaracá pelo PED-RBMA. A implantação das trilhas ficou a cargo da EMPETUR, que aproveitou alguns "roteiros" que já eram explorados por alguns comerciantes e prestadores de serviços locais (como o Sr. Hans Peter, proprietário da Pousada do Alemão, que esboçara o Projeto das Trilhas antes da execução do PED-RBMA) para dotá-los de sinalização e equipamentos de apoio (placas, quiosques, bancos etc.).

No total foram criadas sete trilhas, sendo cinco terrestres e duas aquáticas. As terrestres, específicas para a prática do *trekking* (caminhada), são: a *Trilha dos Manguezais*, que se inicia no Centro Peixe-boi no bairro do Forte Orange e termina na Vila Velha; a *Trilha dos Holandeses*, com início também no Centro Peixe-boi e término na Igreja de São Paulo; a *Trilha do Oitizeiro*, iniciada na Vila Velha e terminada no Forte Orange; a *Trilha das Alamedas*, com início na estrada da Vila Velha (a 550m da PE-35) e término nas ruínas do Engenho Amparo; e a *Trilha da Enseada*, iniciada no Pontal do rio Jaguaribe e terminada na Igreja de Bom Jesus dos Passos, no bairro de Jaguaribe (**Figura 7**).

As duas trilhas aquáticas são destinadas à prática de esportes náuticos entre os estuários do Canal de Santa Cruz e Barra de Catuama, sendo estas

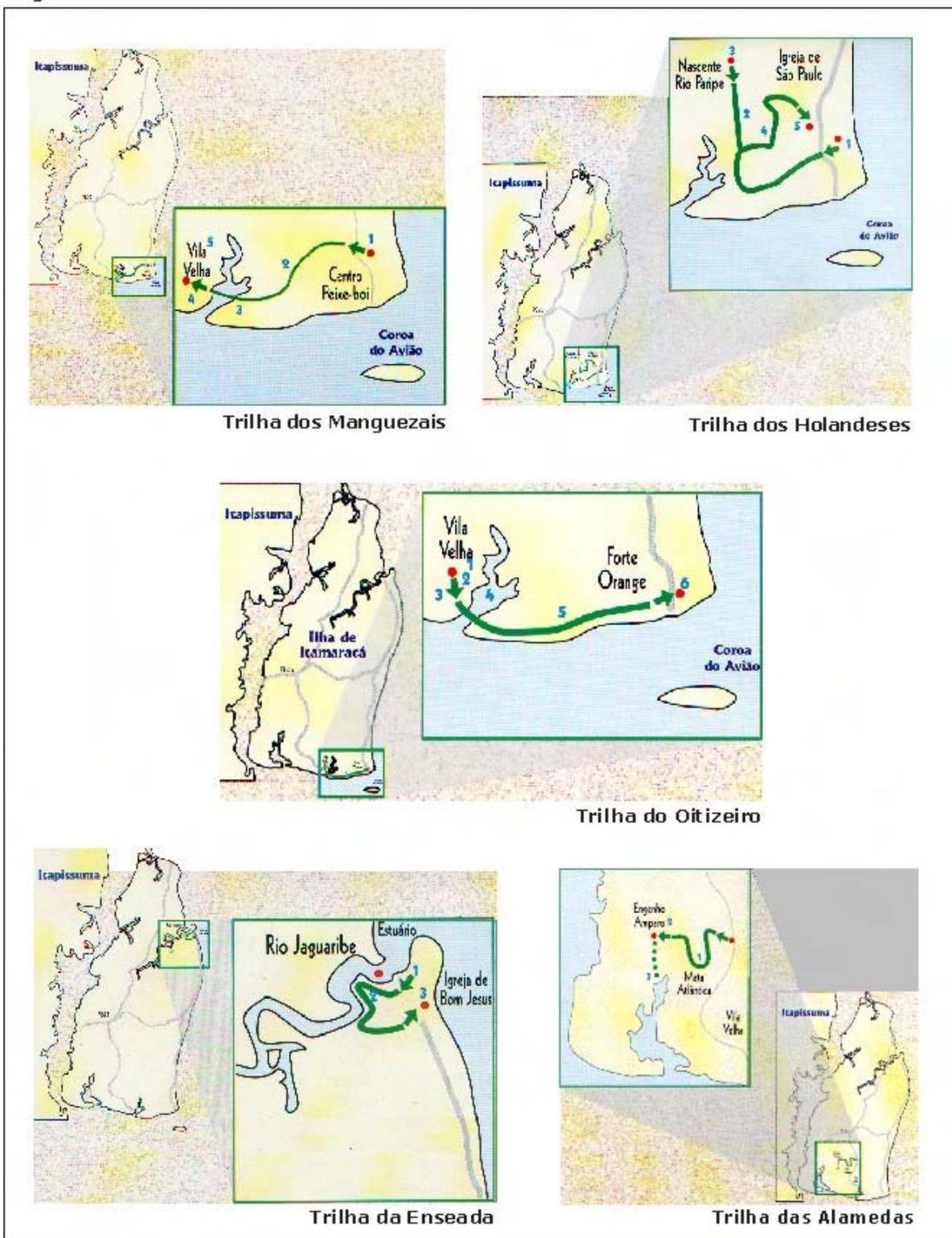
as seguintes: a *Trilha do Forte*, com saída e retorno no Sítio Histórico de Itapissuma e a *Trilha do Pescador*, que também tem início e término na mesma localidade (**Figura 8**).

Para auxiliar a viabilidade das trilhas, além dos monitores capacitados, também foi construído ao lado da Ponte Getúlio Vargas, em Itapissuma, um Centro de Informações para a orientação dos turistas e para a administração das trilhas.

Apesar de, estrategicamente, bem elaboradas, as trilhas não foram bem implantadas e nunca chegaram a funcionar plenamente como estava previsto no projeto (**Foto 16**). “A falta de articulação com os diversos segmentos envolvidos retardou muito a instalação dos equipamentos e das placas de sinalização previstas para cada trilha interpretativa, e, até certo ponto, desacreditou o Projeto perante as pessoas treinadas” (Brasil, 1999). Alguns equipamentos (como o mirante da Vila Velha etc.) não foram construídos, um curso de capacitação não foi concluído e o Centro de Informações Turísticas foi desativado sem nunca ter funcionado plenamente (**Foto 17**). Após o encerramento dos financiamentos do PED-RBMA, em junho de 1998, o projeto, em relação às Trilhas Ecológicas, demonstrou que não havia adquirido sua auto-sustentabilidade devido à forma como fora implementado, ocasionando o atual sub-aproveitamento dos equipamentos instalados e a não geração de receitas para o município e melhoria da qualidade de vida para a população ilhoa.

Outra aquisição material da Ilha com o Projeto foi a construção de um Posto de Fiscalização Ambiental que foi equipado com mobiliário, sistema de rádio VHF, duas motos e uma lancha provenientes dos recursos do PED-RBMA. O Posto coordenado pela Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA) se localiza ao lado do Centro Peixe-boi, no bairro do Forte Orange (**Foto 18**).

Figura 7: Trilhas Terrestres da Ilha de Itamaracá



Fonte: MMA/RBMA, Material Informativo.

Ao longo da sua implantação, também houve problemas de articulação entre as instituições envolvidas no Projeto, tendo o posto iniciado seu funcionamento sete meses após sua construção devido à falta de verba para a compra de equipamentos para alojamento e escritório (Posto, 1999).



Foto 16: Quiosque de Informações da Trilha dos Holandeses no Forte Orange.

Fonte: Lenilton Assis, ago./2000



Foto 17: Centro de Informações Turísticas desativado ao lado da Ponte Getúlio Vargas em Itapissuma.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001



Foto 18: Posto do CIPOMA no Forte Orange. **Fonte:** Lenilton Assis, ago./2000

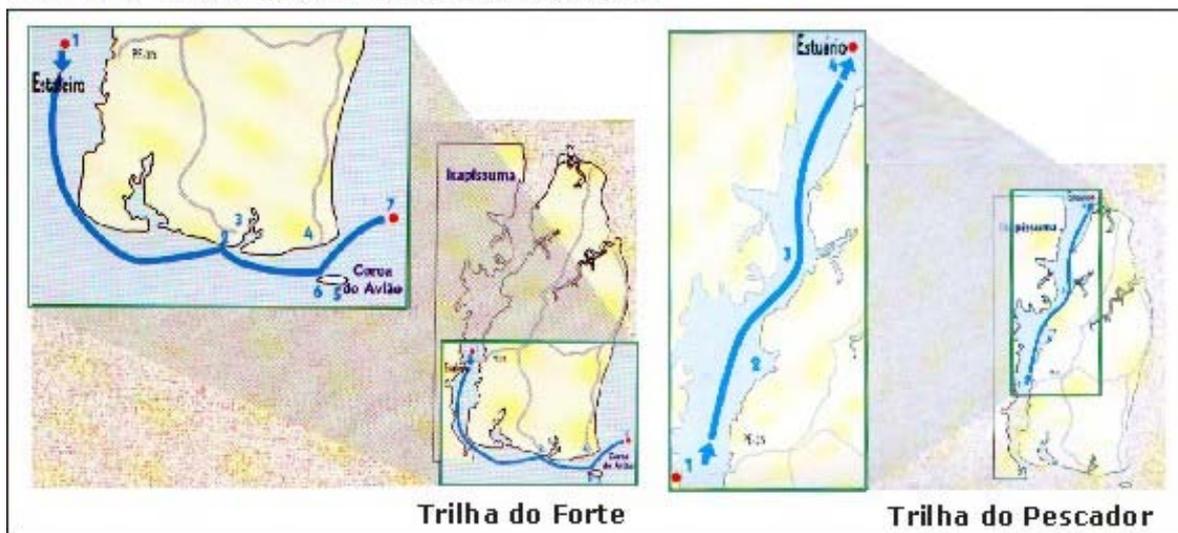
Em entrevista com o Técnico e Engenheiro Florestal, Ms. Antônio Luiz Ferreira, que foi o Gerente do PED-RBMA (Área Piloto Itapissuma-Itamaracá), ele apontou que as maiores dificuldades para a implantação do Projeto em Itamaracá foram “a falta de integração e receptividade da Prefeitura com o Projeto e a dificuldade de trabalhar com a população, que se mostrava, ainda, muito desarticulada, inexperiente com o trabalho coletivo”. No seu *Relatório de Cumprimento de Metas*, ele ainda cita que “os problemas enfrentados resultaram de um planejamento que não envolveu a comunidade local para formular idéias de exploração do ecoturismo na Ilha de Itamaracá. Foram problemas de naturezas diversas, desde o pouco contato com a comunidade local, até a definição de trilhas interpretativas e a anuência dos proprietários das áreas em que havia caminhos a serem

usados como parte das trilhas que recebiam alguns equipamentos de apoio” (Brasil, 1999).

Grande parte da população de Itamaracá não teve conhecimento e participação da execução do PED-RBMA e muitos ainda desconhecem o fato de que a Ilha integra uma importante Reserva da Biosfera de Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Contudo, apesar de o Estado não ter conseguido implantar, efetivamente, as Trilhas Ecológicas, estas têm sido veiculadas em todos os planos, projetos e meios de comunicação como o “novo empreendimento” do qual se “espera” que dinamize a atividade turística na Ilha de Itamaracá, passando-a de um turismo massificado de sol e praia, sobretudo, via segundas residências, para um turismo ecológico e sustentável que “redescubra os caminhos «do desenvolvimento⁵⁴» da Ilha”.

Figura 8: Trilhas Náuticas da Ilha de Itamaracá



Fonte: MIMA/RBMA, Matéria Informativa.

⁵⁴ Inclusão nossa em título da matéria do Diário de Pernambuco (Redescubra, 1998) sobre a abertura das Trilhas Ecológicas em Itamaracá.

Capítulo III

AS MARCAS NAS PAISAGENS E AS SUAS REPRESENTAÇÕES

3.1 DO SÍTIO À SITUAÇÃO: AS IMPLICAÇÕES AMBIENTAIS

No Brasil, devido ao histórico processo de ocupação do território, a população tem se concentrado na faixa litorânea, provocando o esgotamento dos recursos naturais das suas paisagens que foram, inicialmente, transformadas por atividades agrícolas (as monoculturas da cana-de-açúcar, do cacau etc.); posteriormente, pela industrialização e a conseqüente expansão da urbanização, as quais culminaram, atualmente, com a ascensão das atividades terciárias - comércio e serviços -, sobretudo, do turismo.

Destaca Becker (1995, p. 40) que

"na zona costeira manifesta-se a transição entre dois padrões de desenvolvimento que vêm ocorrendo no planeta e no Brasil em fins de milênio. Um padrão que se esgota, o desenvolvimentista, que predominou até 1980, e em que o turismo emergiu como fator de crescimento econômico sem que uma regulação adequada impedisse o uso desordenado do solo. O outro é o padrão emergente, em que a tecnologia valoriza a natureza de múltiplas formas, inclusive pelo turismo, que se afirma como vetor de 'desenvolvimento sustentável'⁵⁵, competindo com outras atividades e usos do solo em lugares selecionados".

O turismo tem sido, assim, o principal vetor responsável pela dinâmica das paisagens litorâneas no mundo inteiro, sobretudo, das insulares. Diversos são os exemplos de lugares onde o turismo tem se difundido acarretando uma série de impactos ambientais.

3.1.1 AINDA REFLETINDO SOBRE ILHAS...

McElroy & Albuquerque (1998, p. 145) assinalam que o pós-1960 marca a reestruturação das ilhas tropicais do mundo, as quais passaram de

⁵⁵ Dentre os vários conceitos e perspectivas, Buarque (1994) considera desenvolvimento sustentável "o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e da solidariedade entre gerações" (apud Araújo et al., 1998 p. 58)

centros de exportação coloniais para centros turísticos. Isto foi facilitado pela confluência de diversas forças: o afluxo metropolitano, os investimentos de multinacionais, o financiamento da infra-estrutura de transporte e o advento de viagens aéreas mais baratas. Contudo, os autores enfatizam que o rápido e intenso desenvolvimento do turismo tem efeitos destruidores, principalmente nas pequenas e mais acessíveis destinações insulares.

Na Ilha de Bali, Hussey (1989, p. 321) destaca que as condições ecológicas e sociais forjadas pelo turismo terminaram degradando a outrora bonita praia de Kuta, através da poluição que é ocasionada pelo acúmulo de lixo (sobretudo, plástico) e pela erosão marinha - devido à destruição das barreiras de corais que foram usadas na construção da pista do aeroporto.

Nas Ilhas Maldivas, segundo Domros (1990, p. 68), o grande problema ambiental resulta da concentração de *resorts* no Atol de Male. Apesar das vantagens de infra-estrutura para o turismo, devido à proximidade do aeroporto, os impactos têm sido consideráveis, particularmente com respeito à disposição e desperdício do lixo e aos riscos de poluição da água do mar.

Nas Ilhas do Caribe, McElroy & Albuquerque (1998, p. 146) ressaltam que o turismo tem avançado e dominado a paisagem. Ele responde por um terço de todo o comércio, um quarto dos salários e um quinto de todos os trabalhos. Porém, seu desenvolvimento foi, ambientalmente, destrutivo por várias razões: a fragilidade do ecossistema insular devido ao histórico desmatamento (para plantar cana-de-açúcar); a devastação e a perda de espécies 'com rapidez e severidade excepcionais'; uma pré-disposição para terremoto, atividade vulcânica, furacões periódicos e secas; e uma intensa transformação da infra-estrutura dos *resorts* concentrados ao longo dos seus frágeis litorais.

Nos países costeiros do Mediterrâneo, inclusive nas ilhas gregas e espanholas, Salvà Tomàs (1996, p.193) acusa que as principais implicações ambientais do turismo são: o consumo dos recursos terrestres e aquáticos, os efeitos da contaminação da água e a aparição de um importante contingente de resíduos.

No litoral da Ilha de Itamaracá, inúmeras atividades econômicas marcaram suas paisagens, dentre as quais merecem destaque as

monoculturas de cana-de-açúcar, do coco-da-baía e, mais recentemente, o turismo, principalmente, de segunda residência. Esta última atividade foi o elemento propulsor da urbanização da Ilha, resultando em mudanças significativas nas paisagens insulares.

Fenômeno expressivo do lazer de final de semana, a residência secundária tem se massificado associada ao processo de urbanização não só nos espaços insulares, mas também nas áreas continentais urbanas e rurais. Conforme mostrado no Modelo de Lundgren (**Figura 1**), as zonas de residência secundária tendem a se afastar da metrópole à medida que a urbanização avança em suas direções, pois, quanto mais próximas dos grandes centros urbanos, elas passam a ser incorporadas como espaços metropolitanos contíguos à medida que a urbanização avança do núcleo central em direção às adjacências metropolitanas.

As segundas residências marcam um vínculo permanente entre as áreas de origem e as áreas de destino. Geralmente, os turistas iniciam suas migrações com destinos às segundas residências na sexta-feira à noite, após a jornada de trabalho semanal ou na manhã do sábado, aproveitando assim, o sábado e o domingo, e retornando, geralmente, à tarde ou à noite do domingo às suas residências permanentes para retomarem à labuta na segunda-feira pela manhã.

O refúgio freqüente nas "casas de veraneio" estabelece identidades e territorialidades que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos sócio-culturais entre a população visitante e a nativa. Estas repercussões espaciais podem ser "...positivas, como o aumento da renda, a educação, o aumento da oferta de emprego e da infra-estrutura local; e negativas, como as mudanças nos valores sociais e familiares, a emergência de novos grupos econômicos e a adaptação de práticas culturais para atender as necessidades dos turistas" (Brunt & Courtney, 1999, p. 495).

A urbanização é um dos principais processos desencadeados pela expansão das residências secundárias nas periferias metropolitanas. Um dos principais efeitos sócio-espaciais desencadeados pela sua difusão nos núcleos receptores é a transformação da residência secundária em permanente.

Com a dotação de infra-estrutura urbana nos núcleos receptores, estas áreas passam a ofertar, além dos atrativos naturais e recreativos, uma rede

básica de comércio e serviços que atrai uma parcela de turistas de residência secundária a fixar residência permanente.

3.1.2 MORADORES ADVENTÍCIOS: ANTIGOS TURISTAS DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

Os aposentados são os principais ex-turistas de segundas residências a se tornarem “moradores adventícios”, pois, com o avanço da idade e com o encerramento das suas atividades trabalhistas, eles migram dos grandes centros metropolitanos em busca de melhores condições de vida em cidades menores que ainda lhes proporcionem um maior contato com a natureza, resultando assim, na segunda residência como uma das melhores opções.

Assegurada a renda mensal através da aposentadoria, os aposentados que antes freqüentavam as segundas residências apenas nos fins de semanas e nas férias anuais, passam a ser moradores permanentes, modificando toda a sua relação com o lugar.

Em muitos lugares, eles, geralmente, passam a exercer influências no contexto político-econômico das áreas receptoras, pois, devido aos seus níveis escolar e profissional e à experiência vivida nos grandes centros urbanos de origem, eles tentam se associar aos moradores locais para pleitear ações políticas que produzam melhorias na infra-estrutura da cidade, assim como exigir políticas que impeçam o crescimento urbano desordenado e a massificação do turismo.

Estas medidas, de uma forma geral, ao mesmo tempo em que representam um fator positivo da presença do morador adventício nas comunidades receptoras, também demonstram seus interesses particulares em preservar seu “novo lugar” de residência permanente da concentração populacional e dos problemas urbanos característicos dos centros metropolitanos de onde eles emigraram.

A transformação das segundas residências em domicílios permanentes também pode indicar a saturação do local. Em alguns casos, o processo de massificação do turismo atrelado ao crescimento urbano desordenado ocasiona impactos ambientais e sócio-culturais aos núcleos receptores que terminam destruindo seus principais “atrativos turísticos”. Isto provoca a partida dos antigos turistas de segundas residências em direção a novos espaços ainda pouco “conhecidos e consumidos”, enquanto seus ex-

domicílios de segunda residência passam a ser domicílios de residência permanente habitados por uma população de poder aquisitivo mais baixo que pode ser composta por novos moradores adventícios (muitas vezes, atraídos pelo preço e qualidade dos imóveis ou por oportunidades de trabalhos vinculadas ao turismo) ou moradores “nativos”.

Ademais, a dotação de equipamentos e infra-estrutura urbana, principalmente de acesso, ao mesmo tempo em que propicia uma maior comodidade nos deslocamentos de finais de semana para as áreas de segunda residência, também provoca o aumento do fluxo de visitantes, tornando a infra-estrutura deficiente para atender a demanda crescente.

A massificação do turismo nessas áreas receptoras impulsiona o aumento e a diversificação do comércio e dos serviços pelo surgimento de outras formas de alojamentos turísticos (hotéis, flats, pousadas, albergues etc.) além das residências secundárias; de uma variedade de opções gastronômicas (bares, restaurantes, lanchonetes etc.); do incremento de novas alternativas de acesso além do automóvel particular (linhas de transportes coletivos regulares, vãs e “kombis” de lotação, ônibus de excursões etc.); atrações recreativas (*shows*, festivais, eventos esportivos, etc.), entre outros. Estas novas atividades consolidam a urbanização das zonas periféricas de segunda residência, transformando-as em “áreas de decompressão metropolitana” onde passa a existir uma melhor oferta de equipamentos e serviços públicos para a população em geral, porém, também são atraídos diversos problemas oriundos da metrópole como a especulação imobiliária, a degradação dos recursos naturais e culturais etc., intensificando, assim, a dinâmica das paisagens dos núcleos receptores.

3.1.3 ALGUNS DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS COM A MASSIFICAÇÃO DO TURISMO

No recorte em estudo, os bairros de São Paulo e Forte Orange, o crescimento acelerado do turismo tem ocasionado um rápido processo de transformação das suas paisagens que se evidencia, sobretudo, pela paulatina degradação natural da área.

Comparando as ortofotocartas do litoral Sul da Ilha, de 1974 e 1988, observa-se neste curto intervalo de 14 anos, o processo de transição de uma paisagem agro-pesqueira para uma paisagem parcelada pelo uso

turístico da segunda residência (**Figuras 9 e 9a**). Em 1974 prevaleciam na paisagem litorânea formações arbustivas e manguezais que disputavam os solos da planície com os imensos coqueirais e culturas de subsistência que se estendiam por toda a costa da Ilha. A extração do coco, juntamente com a pesca, representava a base da economia de muitas famílias nativas.

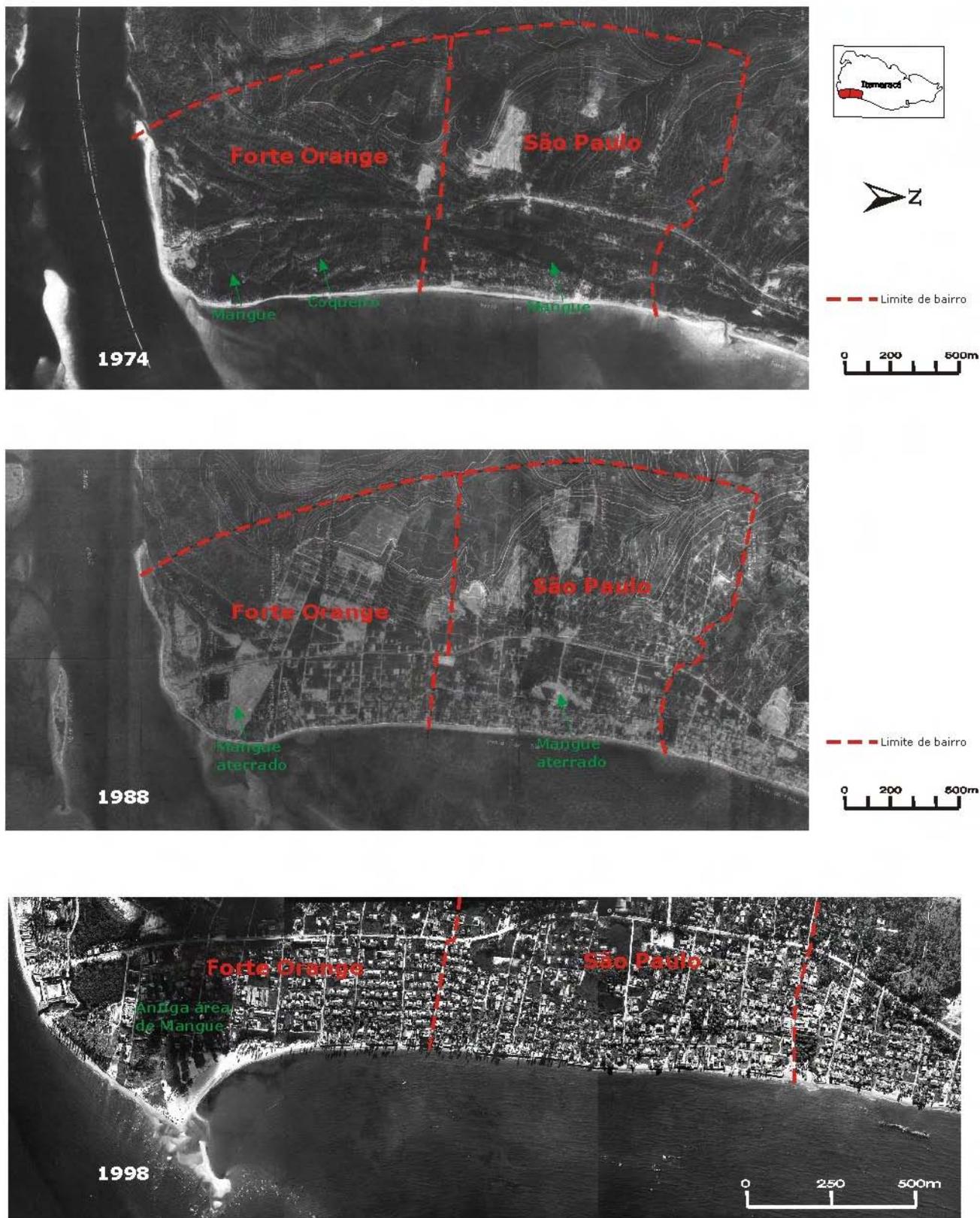
Porém, em 1988, a valorização do litoral ditada pelo processo de especulação imobiliária, progressivamente substituiu o tradicional uso agrícola do solo pela abertura de loteamentos destinados às construções de segunda residência. O solo foi recortado, grande parte da vegetação devastada, muitos manguezais aterrados em prol da nova atividade que se instalava conduzindo a dinâmica da paisagem. Este processo se intensifica pelos próximos dez anos, resultando numa paisagem litorânea completamente marcada pelo uso da segunda residência, como pode ser observada na Foto Aérea de 1998 (**Figura 9b**).

As segundas residências definiram novos usos e ocupações do solo no litoral sul da Ilha, expandindo padrões arquitetônicos que variam desde um estilo tradicional de "casas de praia", "granjas⁵⁶", a modelos mais sofisticados como grandes mansões de lazer de finais de semana. Proliferaram-se diversos tipos de construções que vão desde casas, flats, privês residenciais, até edifícios de três andares que contrastam a ocupação do solo de toda a área (**Fotos 19, 20 e 21**). Esta variedade de construções expressa na paisagem as marcas das diferenças sociais existentes entre as classes e o poder do capital que intensificou o processo de especulação imobiliária em todo o litoral da Ilha.

Nos bairros de São Paulo e Forte Orange, os impactos ambientais ocasionados aos estuários, mangues, praias, restingas e matas aparentam estar diretamente atrelados à expansão dos empreendimentos turísticos, principalmente das residências secundárias. Estas construções se difundiram, especialmente, sobre alguns sub-compartimentos da planície

⁵⁶ As granjas e chácaras ocupam 19,5% da superfície da Ilha. Elas resultam, em sua maior parte, do parcelamento de sítios produtores de coco ou de engenhos e medem, em média, de 1 a 12 hectares (no caso das granjas), 0,1 a 1 hectare (nas chácaras). Pertencem, na maior parte, a empresários e profissionais liberais residentes em Recife. As granjas e chácaras têm como função principal o lazer de segunda residência e, como atividade comum, a agropecuária, principalmente o cultivo de fruteiras (Pernambuco, 2001).

Figura 9: Evolução Urbana dos bairros de São Paulo e Forte Orange - 1974 a 1998



Fonte: Adaptado da FIDEM - Ortofotocartas 93-55, 1974 e 1988; Fotos Aéreas 1998.

--- Limite de bairro.

litorânea meridional, tais como: os terraços marinhos, antigos alinhamentos de restingas e manguezais.



Foto 19: Segundas Residências conjugadas, em estilo convencional – tipo tijolo aparente. **Fonte:** Lenilton Assis, jan./2001.



Foto 20: Segunda Residência em estilo sofisticado–tipo casa-de-campo.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001.



Foto 21: Edifício de Segunda Residência – tipo caixão. **Fonte:** Lenilton Assis, ago./2000.

“...Os impactos de uma visitação massiva e de um crescimento desordenado das segundas residências sobre os compartimentos da planície litorânea têm ocasionado implicações sócio-ambientais pela sobrecarga tanto dos ecossistemas naturais, como dos serviços públicos de abastecimento d’água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos” (Assis, 2000, p. 37).

Embora as planícies, geomorfologicamente, sejam as melhores áreas indicadas para a ocupação humana, no litoral sul de Itamaracá, esta ocupação intensiva e desordenada, via construções de segunda residência sobre os terraços marinhos, tem provocado aterros de maceiós e mangues que prejudicam o curso natural da drenagem e resultam em alagamentos e mudanças nos pequenos cursos d’água. No período de chuvas, os terraços médios são alagados em virtude de estarem aterrados por um capeamento argiloso originário dos tabuleiros costeiros da Formação Barreiras. Sobre os

terraços marinhos inferiores, estas construções interferem na dinâmica marinha das areias das praias, acelerando o processo de erosão marinha.

A expansão das segundas residências sobre os terraços também representa um risco ambiental pela falta de monitoramento à abertura de poços artesianos e de fossas sépticas nestes compartimentos. O excesso de poços escavados pode comprometer o lençol freático através da salinização, assim como a abertura de fossas sem um acompanhamento técnico adequado pode contaminar o lençol freático no tocante à qualidade sanitária das águas.

Nos antigos alinhamentos de restingas estas ocupações resultam na devastação das suas matas e nos aterros subseqüentes. Muitas vezes, a retirada da cobertura vegetal para a demarcação dos loteamentos deixa os solos arenosos desses compartimentos expostos à ação eólica e aos movimentos das águas continentais e oceânicas.

Havia nos dois bairros em análise, assim como em toda a Ilha, um considerável ecossistema de manguezal distribuído nas áreas onde os rios entravam em contato com o mar. Com a proliferação das segundas residências, foram promovidos em São Paulo e Forte Orange os maiores aterros de mangues da Ilha, com a finalidade de aumentar a área de loteamentos e vender maiores porções do espaço na orla marítima. À guisa de ilustração podemos citar o exemplo do "Loteamento Forte Orange Prive, que aterrou, no início de dezembro de 1997, cinco hectares de mangue sob a alegação de que o mesmo já estava 'morto' e que obteve licença da Companhia Pernambucana de Controle de Poluição Ambiental e Administração dos Recursos Hídricos (CPRH), para realizar este aterro" (Revista Istoé *apud* Magno, 1989, p. 61-66) (**Foto 22 e Figura 9**).

Este fato demonstra como os elementos naturais das paisagens são dirimidos face à ânsia de expansão e interesses do capital imobiliário. Como enaltece Gomes (1997, p. 200) "...não reside na operacionalização das leis, a garantia efetiva da regência dos princípios que norteiam os discursos ambientalistas, bem como a convergência de propósitos com o que preceitua a legislação, no plano da teoria e sua prática. As intervenções são legitimadas pelos poderes públicos responsáveis".

Na Ilha, o mangue possui, além da importância biológica, importância social. Dele depende a sobrevivência de várias famílias que praticam a

atividade pesqueira. Mesmo assim, como acontece aos outros ecossistemas, sofre agressões motivadas pela expansão imobiliária, através de aterros, desmatamento de vegetação em seu entorno e lançamento de resíduos que progressivamente reduzem sua área de ocorrência e diminuem sua capacidade produtiva (**Foto 23**). O mangue também é utilizado pela população nativa para extração de varas, caibros, mastros para embarcações etc., apesar de sua condição de área de preservação permanente (Brasil, 1993, p. 33-38).



Foto 22: Área do aterro Forte Orange Privê e vista à direita do manguezal do Centro Peixe-boi.
Fonte: Lenilton Assis. set./1998.



Foto 23: Resquício de manguezal degradado pelos aterros e pelo lançamento de resíduos.
Fonte: Lenilton Assis, ago./2000.



Foto 24: Tabuleiros da Formação Barreira (ao fundo), de onde é extraída a argila para aterrar a planície (ao centro).
Fonte: Alheiros, 1998.

A efetivação dos aterros dos manguezais dá-se através da extração de argila dos tabuleiros costeiros, a qual também é utilizada nos aterros e na construção das segundas residências (**Foto 24**). A extração de argila das encostas dos tabuleiros deixa as vertentes expostas ao intemperismo resultando em pequenos movimentos de massa, riscos de deslizamentos e

de aberturas de voçorocas (**Foto 25**). Isto também compromete, inexoravelmente, os manguezais, haja vista estes passarem a sofrer assoreamentos que reduzem suas áreas, modificam sua estrutura biológica e comprometem sua produtividade. A conservação dos aspectos físico-ambientais dos tabuleiros costeiros possibilita a sustentação e o reabastecimento dos mananciais hídricos e respectivas drenagens, sendo, portanto, importantes fontes de abastecimento d'água da Ilha.



Foto 25: Casas de moradores "nativos" expostas a riscos de deslizamentos no sopé dos tabuleiros do bairro de São Paulo.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001.

A expansão urbana de Itamaracá provocou, num curto espaço de quatro anos, a redução de 2,89% da área de mata da Ilha - a mais afetada pela ação humana - que decresceu de 10,7% em 1984 para 7,81% da sua extensão territorial quatro anos depois⁵⁷.

No litoral sul, o parcelamento desordenado do solo para a abertura de loteamentos também é o fator principal responsável pela degradação do ambiente natural da área. Este parcelamento intensivo deu-se sem um acompanhamento técnico efetivo que observasse os aspectos topográficos dos terrenos e impedisse os aterros das áreas alagáveis e dos cursos d'água, a devastação da vegetação da planície litorânea e extração de argila dos tabuleiros, os quais visavam à implantação das segundas residências.

⁵⁷ Através do processamento digital de imagens do satélite norte-americano Landsat TM, o Departamento de Engenharia Cartográfica da UFPE e a FIDEM constataram que a devastação fez a mata retroceder de 1.026 para 763 hectares que ainda resistiam em 1988. As imagens mostraram um avanço da urbanização e do solo nu com a conseqüente diminuição da área verde de Itamaracá. O solo nu cresceu territorialmente 1,14% e a urbanização; 1,34%, entre 1984 e 1988 (Área, 1992). Esta situação, hoje, deve ter se agravado já que desde essa época a fiscalização ambiental não tem uma ação efetiva na Ilha.

Embora o Zoneamento Funcional da Ilha de Itamaracá estabeleça, desde 1988, a estrutura do parcelamento⁵⁸, os loteamentos, em geral, não reservam áreas verdes e equipamentos públicos e muitos proprietários se apropriam, através de aforamento, dos *terrenos de marinha* provocando a redução da faixa de *praia*⁵⁹.

Morais (2000, p. 77-79), ao analisar no seu estudo⁶⁰ o Grau de Desenvolvimento Urbano (GDU) da Zona Costeira da Ilha, detectou que a Praia de Forte Orange, com uma extensão de 1.239,969 m², caracteriza-se pelo GDU baixo (menos de 30% da área costeira ocupada), uma situação de linha de costa estável em toda a sua extensão e sem medidas de proteção. As casas estão recuadas a uma distância mínima de 50m da linha de berma.

Ainda conforme esta autora, a Praia de São Paulo, com uma extensão de 1.284,320 km², "caracteriza-se pelo GDU intermediário com 54% de sua área urbanizada. A linha de costa apresenta-se intensamente erodida e com obras de proteção em toda sua extensão. A partir dos primeiros indícios de erosão, houve uma demasiada corrida para proteção dos bens imóveis, colocando-se inicialmente troncos de coqueiros e, posteriormente, muros que agravaram a situação. Nesse processo a erosão caminhou em direção à praia de Forno da Cal" (Ibidem).

Observa-se nestas praias que os novos padrões de ocupação estética (tipologia das edificações) não levam em conta o quadro de valores e costumes históricos da população local. Muitas construções irregulares, de estruturas pesadas, ultrapassaram os limites estabelecidos pela Marinha. Isto vem criando uma dissociação entre os dois principais componentes do litoral: a terra e o mar, complicando o equilíbrio ecológico e contribuindo com o crescente processo de erosão marinha que vem ameaçando muitas

⁵⁸ Conforme o Zoneamento Funcional, o litoral sul congrega a Zona Forte Orange, que se subdivide em três Zonas de Proteção Ambiental e uma Zona de Proteção Rigorosa (*non aedificandi*). A estrutura do parcelamento das ZPA's define, em média, os seguintes limites: área mínima do lote (600m); testada mínima do lote (20m); profundidade mínima do lote (30m); dimensão máxima da quadra (250m). Os loteamentos devem ter uma taxa média de lotes de 50%, reservando 20% para circulação (arruamentos) e 30% para área verde e instalação de equipamentos públicos (Itamaracá, 1998, p. 37).

⁵⁹ Do ponto de vista morfológico, as praias compreendem três setores: antepraia (porção submersa da praia), praia propriamente dita ou estirâncio (zona situada entre o nível da maré alta e o da maré baixa) e pós-praia (faixa situada acima da preamar e somente atingida por ondas de marés excepcionais), estando as duas últimas, em geral, separadas entre si por uma ruptura de declive denominada berma (Pernambuco, 2001).

⁶⁰ A autora confeccionou um Mapa de Uso e Ocupação do Solo da Zona Costeira de Itamaracá, utilizando a imagem de satélite SPOT, 1998, sobre a qual foram sobrepostos mapas da ocupação urbana nos anos de 1974, 1988 e 1998, resultando numa avaliação da mudança da linha da costa e na variação do litoral da Ilha.

construções (**Fotos 26 e 27**). Já são encontradas nas praias de Itamaracá muitas barreiras (cais) de contenção da erosão marinha, construídas sem planejamento técnico e sem nenhuma fiscalização da Prefeitura que, com o passar do tempo, não suportam a força violenta do mar e são destruídas, espalhando blocos de cimento ao longo das praias. Também o uso de estacas de troncos de coqueiros é outra prática adotada na Ilha para conter a erosão do mar. Estas barreiras, quando não são bem construídas, terminam comprometendo a paisagem das praias e dificultando o trânsito das pessoas ao longo das mesmas.



Foto 26: Edifício de segunda residência à beira-mar na Praia de São Paulo.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001.



Foto 27: Avanço do mar erodindo os cais de proteção das segundas residências da Praia de São Paulo.

Fonte: Lenilton Assis, jan./2001.

A Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH) instalou, desde 1984, três estações de análise de balneabilidade⁶¹ das praias na Ilha de Itamaracá. Estas estações estão localizadas nas praias do Forte Orange (ITA-5), Pilar (ITA-10) e Jaguaribe (ITA-20). Em cada uma destas estações é coletada, semanalmente, uma amostra de água para ser feita uma análise química (bacteriológica), onde se busca identificar a quantidade de coliformes fecais existentes em cada amostra.

Como já foi destacado, não existe sistema de tratamento de esgoto em Itamaracá. Na alta estação, devido ao acréscimo da população, os esgotos domésticos que são despejados no mar comprometem ainda mais as condições de balneabilidade das praias. Analisando-se os dados da **Tabela 6**, observa-se que, conforme a CPRH, as praias do Pilar e Jaguaribe mantiveram-se impróprias por maior período de tempo, considerando-se o

⁶¹ A praia é considerada imprópria para o banho quando numa amostra de 100 ml forem encontradas mais de 1000 unidades de coliformes fecais; se a taxa encontrada for menor, a praia é considerada própria.

balanço anual das coletas semanais realizadas entre 1995 e 2000. Isto evidencia a deficiência do sistema de saneamento básico da Ilha.

Tabela 6: Evolução da Balneabilidade das Estações de Coleta de Itamaracá - 1995/2000

ANO	ITA-5 (Forte Orange)		ITA-10 (Pilar)		ITA-20 (Jaguaribe)	
	Própria (%)	Imprópria (%)	Própria (%)	Imprópria (%)	Própria (%)	Imprópria (%)
1995	100	0	82	18	56	44
1996	85	15	39	61	38	62
1997	87	13	65	35	51	49
1998	89	11	82	18	82	18
1999	100	0	69	31	76	24
2000	92	8	42	58	21	79

Fonte: CPRH, 2000.

As construções irregulares, aliadas ao aumento do nível do mar, estão provocando um estreitamento da linha de praia destinada aos banhistas. Na preamar (maré alta) fica praticamente impossível andar pela praia, pois as ondas arrebatam nos cais de proteção das casas, consumindo toda a linha de praia, fazendo com que o pedestre tenha que se deslocar da praia para a avenida (**Foto 27**). Um agravante dessa situação é que muitas "casas de veraneio" cercam grandes áreas das praias, privatizando-as⁶².

Destarte, as marcas impressas na paisagem do litoral sul da Ilha indicam que o turismo de segunda residência tem se difundido acentuando a degradação dos recursos naturais da área. As implicações ambientais decorrentes desse processo têm incidido sobre a própria atividade turística que, nos últimos anos, já vem apresentando sinais de saturação.

3.2 A INSERÇÃO DA POPULAÇÃO "NATIVA" E AS IMPLICAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

A dinâmica imposta pela expansão das segundas residências nas paisagens do litoral sul da Ilha de Itamaracá ocasionou uma série de implicações, positivas e negativas, nos gêneros de vida, nas tradições e nos costumes da população "nativa".

A mudança de uma paisagem agro-pesqueira para uma paisagem dominada pelo uso da segunda residência, acarretou para a população itamaracaense, por um lado, o aumento e a diversificação da oferta de

⁶² Este processo estudado por Seabra (1979) em Santos (São Paulo) levou a autora a considerar as segundas residências uma "muralha que cerca o mar".

trabalho (com o aparecimento de novas atividades) e a melhoria da infraestrutura urbana (com a ampliação do comércio e a maior oferta de equipamentos e serviços públicos); por outro lado, esta transição também acarretou o decréscimo de atividades tradicionais (como a agricultura e a pesca), a marginalização de parcela da população desqualificada que não conseguiu se engajar nas novas atividades impostas pelo turismo, o surgimento de novos estilos de vida e padrão de consumo que culminaram com a progressiva destruição das tradições, e crenças locais.

Os principais produtos de subsistência cultivados na Ilha são a batata-doce, o milho, o feijão, o inhame e a mandioca. Nas últimas décadas, as transformações impostas pelo turismo ao uso do solo agrícola de Itamaracá têm acarretado uma progressiva queda na produção destes produtos, devido à valorização imobiliária das terras e ao conseqüente abandono dos agricultores das suas lavouras de subsistência. Como exemplos, podemos observar na **Tabela 2** a baixa quantidade e área produzida do inhame e da mandioca em relação às culturas de exploração comercial - a cana e o coco. Mota (1985, p. 49) sublinha que o cultivo do coco em Itamaracá

"...oferecia mais trabalho do que as salinas, de vez que as propriedades de coqueiros eram numerosas, abrangendo quase toda a orla marítima da Ilha e as colheitas, feitas de 75 em 75 dias, em cada propriedade, ocorriam quase diariamente, levando-se em conta o grande número de propriedades desse tipo ali existentes. Isso, sem se falar na vantagem de empregar maior número de pessoas no serviço - trepadores (desfrutadores) ajuntadores, carregadores, em cavalos, além do pessoal de contagem e arrumação dos cocos nos armazéns (Foto 28). Passados cerca de trinta dias, para secagem da casca, entravam em ação os descascadores de coco, trabalho este, pago na base da produção, no que levavam vantagem, os mais rápidos no descascar do fruto".

Atualmente, apesar da crescente substituição da frota de jangadas e canoas por barcos motorizados⁶³, a pesca em Itamaracá está agonizando. Apresenta uma baixa produção comercial, sendo uma atividade inexpressiva na economia do município. Um indicador desta situação é que, diante do grande potencial aquícola e pesqueiro da Ilha, a produção de peixes e de crustáceos não são suficientes para atender a demanda nos períodos de afluxo turístico, necessitando-se abastecer o comércio local fora do município (**Figura 10**). Mota (1985, p. 48) explica que

⁶³ Recentemente, o Banco do Nordeste financiou, através do PRORURAL, a aquisição de doze barcos de fibra de vidro para pescadores de Itamaracá, todos equipados com GPS, sonda, rede e rádio amador, além da instalação de câmara frigorífica e fábrica de gelo na colônia dos pescadores, a Z-11 (Pernambuco, 2001).

"...a atividade pesqueira era opção das mais bem aceitas pelo homem litorâneo, principalmente por ser coisa fácil de fazer. (...) A pesca costeira, ou praia, não exige, na verdade, nenhum engenho, tirocínio ou grande aprendizado. Pesca-se de muitas formas: de rede, de tarrafa (esta é preciso saber atirá-la sobre os cardumes); de linha, de pindaúba (vara), de facheada (encandeando o peixe com fogo de facho de palha, para então matá-lo a pauladas). Pesca-se também de covos e de curral de peixe, só que estes últimos, mas propriamente, despesca-se, pois no curral como no covo, o peixe entra, e lá fica retido, como rato na ratoeira".



Foto 28: Trepador de Coqueiro

Fonte: Lopes, 1987.



Figura 10: Pescador artesanal do litoral brasileiro - gravura de Percy Lau **Fonte:** Mesquita, 1961 apud Barros, 1998.

Outro importante meio de sobrevivência dos "ilhéus" foi a atividade barcaceira, considerada uma *profissão*⁶⁴ de grande respeito entre os trabalhadores "nativos". A barcaça era o único meio de transporte e comunicação dos moradores da Ilha com outras cidades e povos do litoral. Pelo papel comercial que desempenhava, a atividade barcaceira era muito importante para a população, pois, direta e indiretamente, era responsável pela sobrevivência de diversas famílias. Mota (1985, p. 46-47) resume a longa história das barcaças em Itamaracá da seguinte forma:

"Até 1930, era a barcaça soberana no transporte praia, levando os produtos das vilas e cidades litorâneas, para o Recife e outras capitais nordestinas, dela trazendo de volta gêneros alimentícios, mercadorias

⁶⁴ A atividade barcaceira "era, aliás, a única atividade praia, considerada profissão realmente (...) desde que exigia documentação profissional, expedida pela Capitania dos Portos de Pernambuco ou de outros Estados nordestinos. (...) Classe da categoria da pequena cabotagem, era exercida obedecendo a uma certa hierarquia. Assim, havia o mestre (comandante da embarcação); o contramestre (espécie de Imediato); Marinheiro, Moço de Convés, Proeiro e, finalmente, o Cozinheiro..." (Mota, 1985, p. 45).

diversas, fardos de charque, barris de bacalhau, caixas de querosene, de sabão, de velas; sacas de feijão, de arroz e de milho; tranças de cebola, barris de bolacha, tamancos, madapulão, algodãozinho, batata inglesa etc. Isso até àquele ano de 1930, porque a partir de então começaram a aparecer nas localidades praieiras, inclusive em Itamaracá, os primeiros automóveis e caminhões fazendo guerra sem quartel às barcaças. Dessa forma, o transporte terrestre não demorou muito a ser aceito pelas populações praieiras que, apesar das primeiras desconfianças, logo descobriram as vantagens oferecidas pela nova modalidade de transporte, sobre o marítimo. Embora mais caro, era, porém, mais rápido, seguro e enxuto. Desta forma, foram as barcaças perdendo os fretes e, conseqüentemente, a sua finalidade, indo assim até os primeiros anos cinqüenta, quando desapareceram de todo, só tendo ficado, por uns poucos anos ainda, alguns iates transportando sal do rio Grande do Norte, iates que, até hoje, também não existem mais”.

As salinas também empregavam um grande contingente de “ilhéus” para a fabricação do sal que era transportado pelas barcaças para abastecer o comércio de diversas cidades do litoral nordestino. Esta atividade exigia um intenso trabalho braçal durante o inverno que consistia na “...reconstrução das marinhas - conserto das barachas⁶⁵ e assentamento das praças - bem como reparo dos muros dos caldeirões⁶⁶ e dos viveiros de peixe” (Mota, 1985, p. 49).

O incremento voraz dos empreendimentos turísticos nos bairros em análise, assim como em toda a Ilha, ocasionou um fenômeno comum que aflige os espaços litorâneos ainda livres da ação turística: a ocupação através do lazer, do veraneio, com as construções das segundas residências, mantidas pelas classes média e alta, foi, gradativamente, deslocando para o interior da Ilha as comunidades “nativas” de baixa renda. Estas foram vendendo os seus terrenos localizados nas praias, geralmente a preços módicos, atraídas pelo desejo da melhoria de vida, indo morar distante do mar⁶⁷. Segundo a pesquisa “in loco” de Uso e Ocupação do Solo da FIDEM, em 1984, observou-se que grande parte da população residente, especialmente os tradicionais moradores, habitava precariamente os assentamentos do tipo espontâneo com habitações rústicas e insalubres. Já os “veranistas” ocupavam os espaços mais valorizados, próximos ao mar,

⁶⁵ Murinhos baixos e estreitos, que dividiam as marinhas de sal, de cerca de 16 m², cada uma.

⁶⁶ Açude, com assentamento de barro especial, para que a água armazenada, permaneça quente, para a cevação das marinhas.

⁶⁷ Isto também resultou na formação de uma classe média de “ilhéus” que foi vendendo parte de suas terras e acumulando um capital excedente com o qual montaram bares, restaurantes, casas de aluguel etc. É válido ressaltar este aspecto, pois não temos o intento de reforçar os discursos que vêem os “nativos” como vítimas inocentes e ingênuas do processo, enquanto os “veranistas” seriam os “destruidores do Éden”. Nosso objetivo é deslindar os processos que engendraram a dinâmica das paisagens da Ilha, sem nos atermos a culpar um ou outro grupo social estudado.

em assentamentos planejados em loteamentos com habitações na maioria boas e regulares (FIDEM, 1996, p. 62).

3.2.1 O IMPACTO DO TURISMO NA DINÂMICA POPULACIONAL

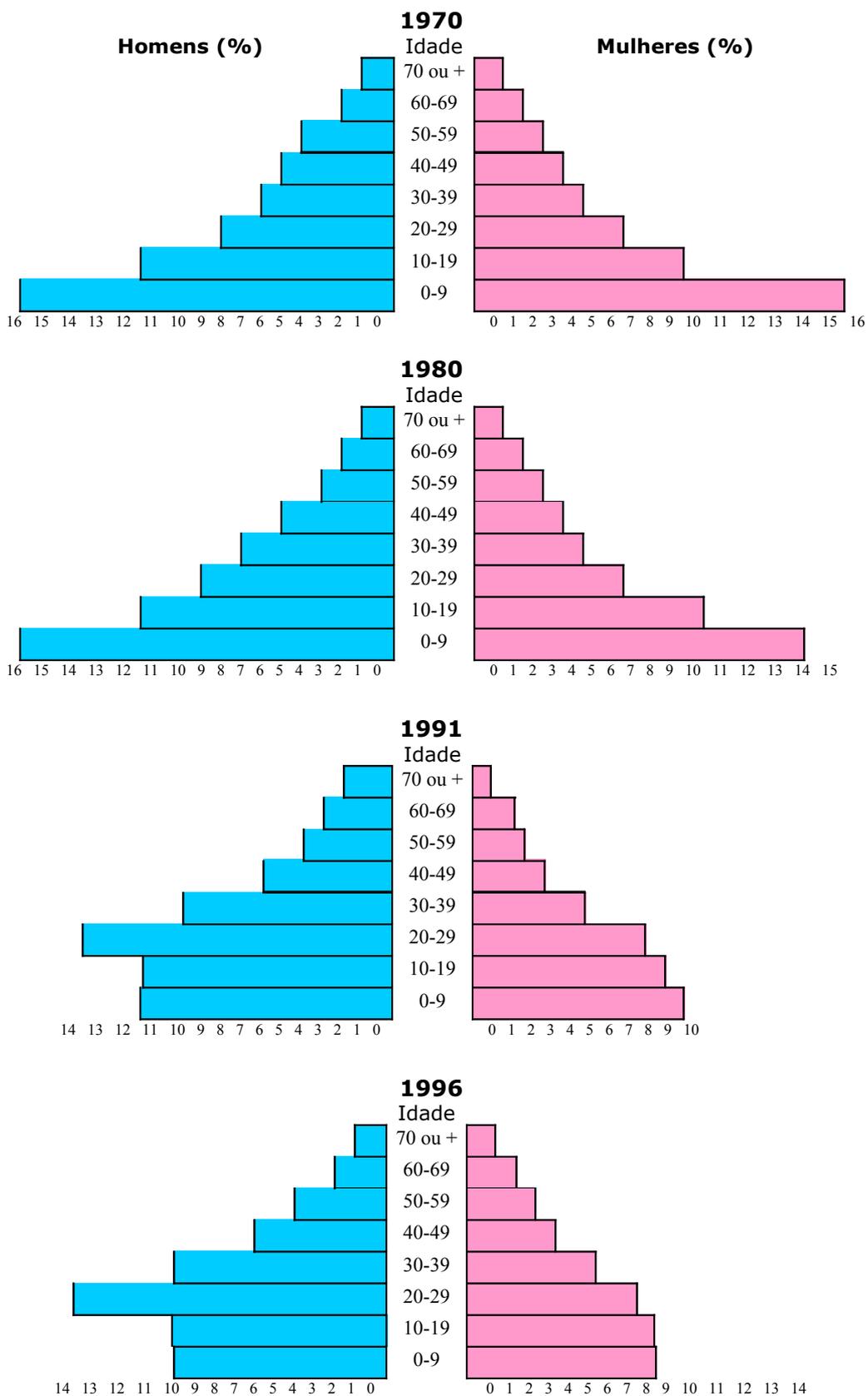
Ao longo dos últimos trinta anos, o convívio com a população flutuante também tem gerado conflitos que se repercutem em transformações nos hábitos e costumes, nos gêneros de vida e nas relações de trabalho da população nativa. A quebra do isolamento oriunda da contigüidade metropolitana, a melhoria da infra-estrutura urbana e o *efeito-demonstração*⁶⁸ têm impulsionado, principalmente, as gerações mais novas de "ilhéus" a buscarem se engajar em outros ofícios e a emigrarem para o centro metropolitano. Isto tem ocasionado um decréscimo significativo no número de pessoas que se ocupam da pesca e das lavouras de subsistência, pois com a entrada de um novo mercado, os pescadores e os agricultores preferiram abandonar seus ofícios, trocando por outro '*menos arriscado*' em busca da tão sonhada "mobilidade sócio-geográfica" (Castilho, 1999a, p. 205-214).

Analisando-se a estrutura da população da Ilha de Itamaracá, observa-se nas pirâmides etárias de 1970, 1980, 1991 e 1996 que o formato destas tem se modificado ao longo deste período, apresentando um estreitamento das faixas inferiores, o que implica uma diminuição do número de jovens da Ilha. Em contrapartida, as faixas intermediárias e aquelas que representam os idosos têm apresentado um ligeiro alargamento (**Figura 11**).

Esta mudança de perfil da população itamaracaense acompanha o novo padrão demográfico apresentado pela população brasileira nas últimas décadas, no qual a redução da taxa de fecundidade e a melhoria das condições de saúde têm contribuído para o envelhecimento da população. Assim, a população da Ilha tem apresentado a cada ano uma maior disponibilidade de mão-de-obra, como também uma maior demanda por saúde, educação etc.

Figura 11: Pirâmides Etárias da Ilha de Itamaracá – 1970, 1980, 1991 e 1996.

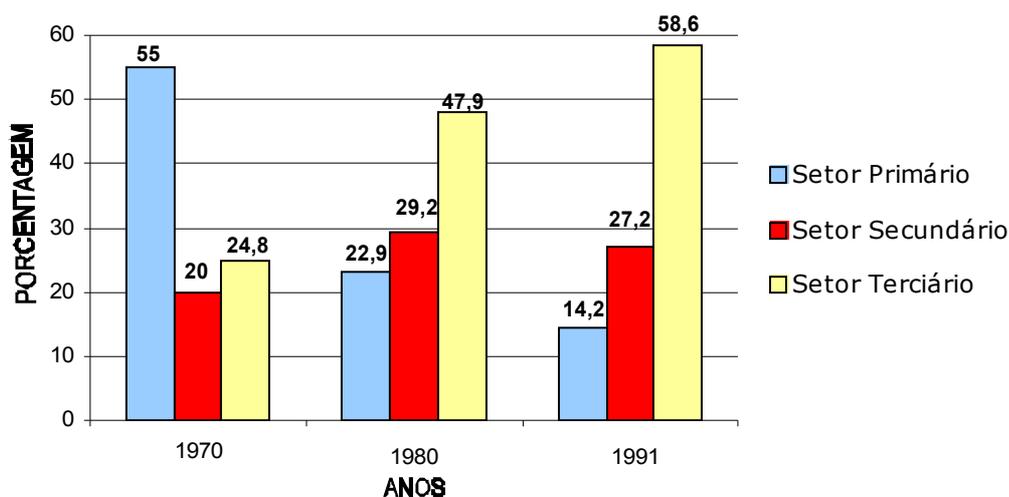
⁶⁸ Corresponde ao efeito desencadeado pela chegada de turistas que tende a influenciar o estilo de vida e o padrão de consumo da população nativa (Rolim, 1999, p. 221; Salvà Tomàs, 1996, p. 189).



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991. Contagem Populacional, 1996.

Quanto à composição por sexo, observa-se que há uma supremacia masculina, principalmente nas faixas etárias adultas (de 20 a 60 anos). Isto se deve, sobretudo, aos detentos das três penitenciárias⁶⁹ localizadas na Ilha, que elevam o total da população masculina sobre a feminina, apesar de muitos jovens “ilhéus” e pais de família terem emigrado em busca de melhores condições de vida no continente.

Gráfico 5: Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) de Itamaracá segundo Setores de Atividade Econômica - 1970/1991



Fonte: IBGE - Censos Demográficos de Pernambuco - Mão de Obra - 1970, 1980, 1991.

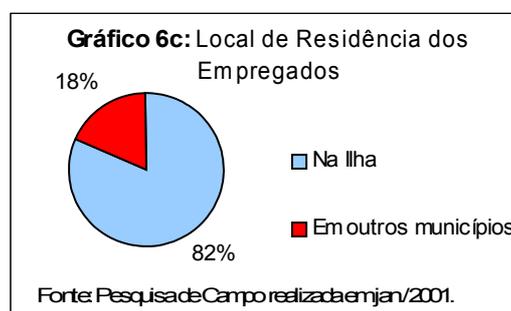
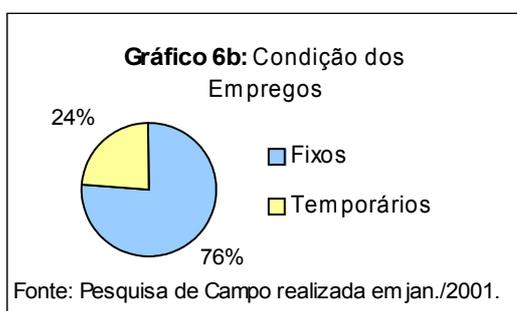
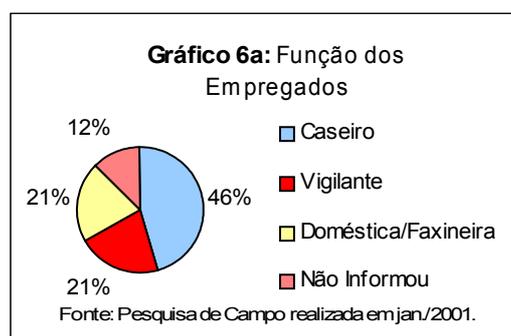
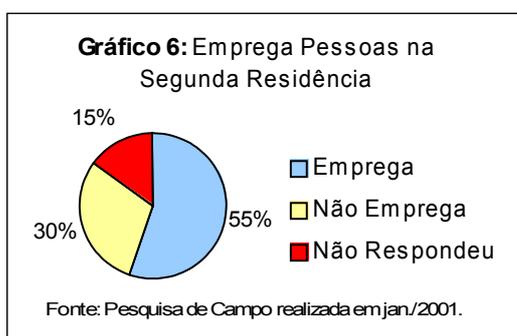
Observando-se o **Gráfico 5**, constata-se que, no período de 1970 a 1991, a população de Itamaracá empregada no setor primário, que congrega a pesca e a agricultura, diminuiu de, aproximadamente, 55% para 14%; enquanto a população empregada no setor terciário, que reúne o comércio e os serviços vinculados ao turismo, cresceu de cerca de 25% para 59%. Isto demonstra que o acelerado processo de urbanização via turismo da Ilha vem provocando a concentração da mão-de-obra nativa no setor terciário e o abandono das atividades tradicionais voltadas para a subsistência.

No entanto, padrão semelhante vem se reproduzindo em muitas cidades litorâneas mundiais e brasileiras, demonstrando, em muitos casos, que os moradores nativos não conseguem se engajar no setor terciário devido à desqualificação e ficam marginalizados em empregos temporários ou subempregos na construção civil, como caseiros ou vigias das residências

⁶⁹ As penitenciárias Barreto Campelo e Agrícola de Itamaracá abrigam, apenas, detentos do sexo masculino; já o Manicômio Judiciário abriga detentos de ambos os sexos.

secundárias, como domésticas de fins-de-semana e temporadas de férias, pequenos comerciantes etc.

Na nossa pesquisa de campo constatamos com a aplicação de questionários que 55% dos "veranistas" empregavam pessoas nas suas segundas residências, 30% não empregavam e 15% não quiseram responder (**Gráfico 6**). Devido ao uso dessas habitações se restringir, principalmente, aos finais de semana e aos períodos de férias anuais, os "empregos" diretamente gerados por estes domicílios eram: caseiro (46%), vigilante (21%) e doméstica/faxineira (21%) - **Gráfico 6a**.



Conforme relatos dos "veranistas", há uma grande preocupação por parte deles em deixar durante todo o ano alguém cuidando da segurança da casa, devido aos constantes arrombamentos⁷⁰ que têm acontecido nos últimos tempos - mesmo com a maioria das casas sendo gradeada. Do percentual de empregos gerados, 76% confirmaram ser ocupações fixas e apenas 24% relataram ser empregos temporários (**Gráfico 6b**). Esses dados

⁷⁰ A Folha de Pernambuco destacava em capa de 07/10/1998 o problema da violência na Ilha, em especial dos arrombamentos das "casas de veraneio". Na reportagem, *Violência e medo dominam Itamaracá*, turistas de segundas residências relatavam suas desilusões com a "ilha-paraiso", como um empresário de 49 anos que construía sua casa há dez anos no Pilar, imaginando ter conseguido o refúgio do estresse do trabalho e do corre-corre do Recife. Após quatro arrombamentos, as grades e arames farpados que transformaram a residência num autêntico quartel, revelavam o medo do veranista também ressaltado no seu comentário: "resisti o quanto pude, não queria jamais colocar grades na minha casa de praia, mas os assaltantes vivem invadindo as residências. Não deixo mais nada de valor aqui dentro". Atualmente, conforme divulgação da Prefeitura e da Polícia Militar, o policiamento na Ilha está reforçado e os índices de arrombamento e violência têm retornado à "média metropolitana".

guardam coerência com os tipos de ocupações correspondentes aos empregos fixos (funções de caseiros e vigilantes) e aos empregos sazonais (funções de doméstica e/ou faxineira). O caseiro, geralmente, incorpora funções de vigilante, jardineiro etc., sendo responsável durante o ano todo pela segurança e pelo zelo da casa; sua esposa ou outra pessoa da família se ocupa da faxina e da realização dos serviços domésticos, apenas durante a estadia dos proprietários.

Os “patrões” entrevistados afirmaram que 82% dos seus empregados eram moradores da Ilha, enquanto 18% eram seus empregados trazidos das suas residências permanentes (**Gráfico 6c**). Esta constatação que, *a priori*, poderia nos levar a inferir que as segundas residências têm gerado, diretamente, uma maior oferta de trabalho para os nativos esbarra numa outra realidade revelada por alguns dos trabalhadores das “casas de veraneio”. Os caseiros, que são trabalhadores fixos, na sua maioria, recebem em média meio salário mínimo mensal e não têm nenhum direito trabalhista garantido. Os trabalhadores temporários que, geralmente, recebem por diária ou período de estadia, também reclamam da baixa remuneração: *“...Trabalho porque é o jeito e preciso sobreviver, ajudar meu marido em casa... Dou graças a Deus ter esse, mas sei que recebo uma miséria pro trabalho que tenho o dia todo nas casas dos veranistas. Se a gente reclama eles chamam logo outra pessoa ou trazem do Recife...”* Assim, esses dados e relatos permitem inferir que as condições de sub-empregos geradas pelo turismo também se (re)produzem em Itamaracá.

3.2.2 IMPACTOS SÓCIO-CULTURAIS NA POPULAÇÃO

No Brasil, tem crescido o interesse pelo estudo das implicações sócio-culturais engendradas pelo turismo nas populações locais. Dentre os vários exemplos, podemos citar a análise de Ouriques (1998, p. 100) sobre os empregos turísticos gerados em Florianópolis, os quais são, segundo o autor, *“...marcados pela baixa remuneração, pelo péssimo tratamento dado aos empregados, pela ‘informalidade’ e, sobretudo, pela sazonalidade”*; e o estudo de Rocha (2000) sobre o litoral sul pernambucano, que demonstra como o lugar se metamorfoseia para os atores locais (população) a partir da

inserção de novos atores globais (o Complexo Portuário de Suape e o Complexo Turístico *Blue Tree*).

Estes exemplos nos mostram que a Ilha de Itamaracá é mais um espaço local onde o turismo - após a sua capitalização e ascendência a fenômeno global de massas - vem instituindo suas marcas, resultando em modificações no ambiente natural e nos gêneros e modos de vida da população "nativa".

Uma outra evidência desse processo na Ilha é apontada pelo **Gráfico 5**, que registra o aumento das atividades secundárias de 20 para 29% no período de 1970 a 1980, respectivamente. Ao compararmos estes dados com a **Tabela 1**, constatamos que este período da década de 1970 coincide com a intensificação das vendas de loteamentos na Ilha, impulsionando, portanto, para que a Construção Civil se tornasse a principal atividade industrial empregadora da mão-de-obra "nativa", sobretudo nas construções das residências secundárias.

A Construção Civil foi, de imediato, a atividade que mais absorveu a população "nativa" procedente da agricultura e da pesca. Com o *boom* das construções das segundas residências em meados de 1970, os ofícios de pedreiro e ajudante se tornaram os principais mercados de empregos dos jovens e pais de famílias da Ilha, registrando-se no Censo de 1980 que, das 656 pessoas com mais de dez anos ocupadas no setor secundário, 536 delas, equivalentes a 82% do total, estavam ocupadas na construção civil.

Todavia, segundo relatos de antigos moradores, estes empregos gerados na Construção Civil eram temporários e absorviam os "ilhéus" nas funções menos qualificadas como ajudantes de pedreiros, vigias etc. No início das construções, as imobiliárias e os futuros proprietários das segundas residências já traziam do Recife e de outras cidades do Estado suas equipes de trabalho. Só com o passar dos anos é que alguns dos "ilhéus" que trabalhavam nos sub-empregos da Construção Civil conseguiram se inserir no novo mercado de trabalho surgido, passando a exercer as principais ocupações técnicas do ramo da construção (pedreiro, encanador, electricista, pintor etc.).

Embora ainda seja hoje um importante setor econômico da Ilha, em 1991, o setor secundário congregava cerca de 27% da população economicamente ativa do município, acenando uma pequena queda em relação à década anterior. Isto pode ser indício do começo da saturação turística local, ocasionada pela ocupação desenfreada das segundas residências.

Com a expansão do turismo na década de 1980, o artesanato e o fabrico de doces e passas caseiras também ganharam expressão econômica na Ilha, empregando, sobretudo, a população feminina. Porém, a falta de incentivos para superar a sazonalidade turística terminou fazendo sucumbir estas atividades.

Sendo assim, a singularidade insular e a localização tem tornado Itamaracá uma "área de descompressão metropolitana"⁷¹ voltada para as atividades de lazer e turismo, principalmente de residência secundária. Sobre ela incide o fator da *tiranía da proximidade* (Ranucci *apud* Salvà Tomàs, 1996, p. 187) que implica a forte atração que a Ilha desperta sobre toda a RMR. Se por um lado isto proporcionou a quebra do isolamento e a dotação de infra-estrutura e serviços urbanos básicos para a população de um modo geral, por outro, isto resultou em impactos significativos como a especulação imobiliária e os sucessivos parcelamentos da faixa litorânea que vêm comprometendo o patrimônio natural e cultural das paisagens, a perda dos referenciais de insularidade e ilheidade, assim como transformações relevantes no mundo vivido dos ilhéus.

3.3 AS REPRESENTAÇÕES DA POPULAÇÃO "VERANISTA" E "NATIVA"

A Ilha de Itamaracá, pela singularidade geográfica e pelo legado histórico-cultural das suas paisagens, tem sido objeto de diversas representações ao longo do tempo. A ela é concedida a primazia de ter sido cenário para a mais importante paisagem da arte brasileira retratada em óleo na tela *Vista de Itamaracá*⁷² do pintor holandês Frans Post⁷³ em 1637 (**Figura 12**). "Essa primeira vista do Brasil é também a primeira das

⁷¹ Área para onde se estende a mancha do núcleo metropolitano; inicialmente, buscada como balneário turístico de "veraneio", passa, posteriormente, a apresentar um crescimento da população fixa em função da saturação e/ou expansão da metrópole.

Américas, pois os Estados Unidos precisaram esperar até o século XIX para que um pintor europeu profissional retratasse suas paragens” (Lago, 2000, p. 146).

Após mais de três séculos da tela de Post, as paisagens de Itamaracá têm no turismo seu principal vetor de alusão. Poemas, fotografias, músicas, crônicas, reportagens, entre outros indicadores, consubstanciam a amplitude de meios de captação das representações da difusão do turismo nas paisagens da Ilha. Nesse sentido, Gomes (1997, p. 125) sinaliza algumas pistas metodológicas para a análise das percepções e representações, assinalando que, “ao lado da literatura, os registros iconográficos constituem-se em pressupostos indispensáveis à recuperação da exegese da cidade e de seus microespaços, numa perspectiva da sua evolução”.

Apesar de também utilizarmos na nossa análise alguns desses indicadores, daremos maior enfoque às representações emanadas dos questionários e entrevistas com a população nativa e “veranista”. Os questionários foram aplicados com 100 turistas de segunda residência e seus resultados já vêm sendo analisados em forma de gráficos ao longo deste trabalho. Para as entrevistas com os ilhéus recorreremos aos aportes da História Oral, que é “um método pluridisciplinar que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (Alberti, 1989, p. 5). Ressalta-se, porém, que pelo escopo deste trabalho, não procuramos seguir detidamente os procedimentos que este método de investigação prescreve. Buscamos na História Oral, sobretudo, orientações de como conduzir as

⁷² Em comemoração aos “500 Anos do Brasil”, a Revista *Época* (17/04/2000) convidou os pesquisadores em Arte e História brasileira, Bia e Pedro Corrêa do Lago, para contornarem de barco a Ilha à procura do ponto de vista escolhido por Post para pintura de *Vista de Itamaracá*. A imagem atual (**Foto 29**) captada pelos pesquisadores confirma a precisão da tela de Post, conservada no Museu Mauritshuis, na Holanda. Para os dois pesquisadores “nada mudou. Lá estão a mesma povoação no topo do morro, a Vila da Conceição, e a mesma natureza, quase intocada. O Forte Orange pode ser visto tal como o descobriu o artista. Até a erosão observada por Post permanece igual, apenas mais encoberta pela vegetação. A foto do ano 2000 comprova a precisão de detalhes da tela e comemora o milagre da preservação desse local emblemático, que sobreviveu às ameaças ecológicas de mais de três séculos”. Esta análise dos pesquisadores considera os aspectos artístico-visuais da paisagem em tela, que nessa porção da Ilha ainda se mantêm conservados; porém, numa abordagem geográfica, como vimos apresentando neste trabalho, as paisagens de Itamaracá têm sido bastante degradadas, sobretudo, pela ação antrópica.

⁷³ “Post veio para Pernambuco no século XVII e tornou-se o primeiro artista do Velho Mundo a retratar o Novo Mundo. A primazia brasileira deveu-se ao acaso histórico da ocupação do Nordeste pelos holandeses e também à personalidade do governador-geral Maurício de Nassau, certamente o fidalgo europeu de mais alta linhagem a atravessar o atlântico desde a descoberta da América. Homem culto, Nassau trouxe em seu séqüito o jovem pintor de 25 anos, que descobriria maravilhado a natureza dos trópicos. Post esforçava-se em adaptar sua paleta, formada sob a luz dos Países Baixos, às cores do Brasil” (Lago, 2000, p. 146).

entrevistas para que os teores das respostas nos permitissem captar as representações do mundo vivido dos entrevistados.



Figura 12: *Vista de Itamaracá*, tela de Frans Post (1637), revela a parte sul da Ilha, observada a partir do continente. No primeiro plano, dois escravos e dois holandeses, contemplam o Canal de Santa Cruz e o declive suave do relevo que se alonga à direita, debruçado sobre o mar, até o Forte Orange. **Fonte:** Lago, 2000.



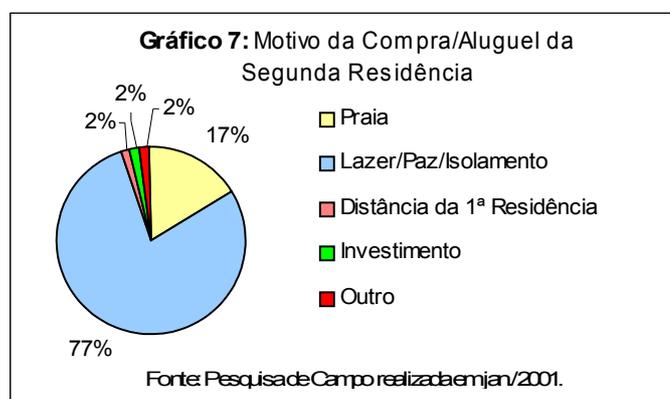
Foto 29: A imagem atual do Canal de Santa Cruz pintado por Frans Post (1637). **Fonte:** Lago, 2000.

Nessa perspectiva, as representações manifestas dos entrevistados quando comparadas aos resultados dos questionários dos “veranistas” nos permitiram inferir que o turismo, sobretudo de segunda residência, tem dinamizado as paisagens da Ilha de Itamaracá, engendrando diferentes representações por parte da sua população - turistas e “nativos”.

Para os turistas a Ilha é lugar de lazer, de descanso. O mar, a praia, o sol, os coqueiros..., os atributos naturais das paisagens e seus efeitos psicológicos, são os principais elementos recorrentes nas suas representações. Do nosso universo de turistas entrevistados, 77% responderam que compraram ou alugaram uma segunda residência em

Itamaracá em busca do lazer, da paz e isolamento⁷⁴; 17% destacaram a praia e apenas 2% citaram a distância da residência permanente como fator de atração (**Gráfico 7**). Isto demonstra que, embora a proximidade metropolitana seja um fator peculiar que também influenciou a compra e o aluguel das casas de veraneio, os simulacros paradisíacos evocados pelas ilhas são as principais representações que atraíram estes turistas a Itamaracá.

Estas representações criadas das paisagens da Ilha, em grande parte, são oriundas dos simulacros mundialmente estandardizados pela mídia e pelo *marketing* turístico, que vende o espaço insular como símbolo do natural, do paradisíaco. Arquétipos do imaginário coletivo humano, as ilhas exercem um fascínio e remetem a representações variadas.



A maritimidade, a insularidade e a ilheidade ganham outros significados na ótica dos *medias* e turistas. A água, o mar simbolizam a "muralha" de proteção da ilha em relação ao continente. Transcender esta barreira é descortinar paisagens singulares onde a relação homem-natureza caminha num tempo lento, diferente da cidade, e as pessoas vivem em certa simbiose com o meio natural. As imagens seletivamente comercializadas induzem o turista ao desfrute dessas paisagens como alternativa de fuga do estresse urbano e da possibilidade de reencontro com os últimos rincões da natureza selvagem.

Conforme comentando, em Itamaracá, o processo de especulação imobiliária comandou o parcelamento do solo litorâneo para a venda dos terrenos e construções das segundas residências. Diversos apelos

⁷⁴ Isto reafirma o que Dumazedier constatou em 1962 que "muitas pessoas, quando questionadas no que buscam no lazer, pretendem a libertação, o prazer, a luta contra o tédio e conseqüentemente a procura de diversão – do latim *diversu*, voltado para vários lados, a designar o sonho do desvio da trilha costumeira" (*apud* Freitas, 1995, p. 59).

comerciais buscavam valorizar os atributos naturais das suas paisagens, sua peculiaridade insular, seu legado histórico, suas tradições etc.

O texto abaixo, do jornalista Aldo Paes Barreto, expressa as representações de um típico visitante sobre as paisagens litorâneas da Ilha de Itamaracá em meados de 1970. Os elementos naturais e culturais aludidos no texto demonstram o início da difusão do turismo sobre as paisagens insulares, quando a "pacata cidadezinha passara a ter duas vidas"...

"Uma noite enluarada, com todos os ingredientes de uma fresca noite tropical, pode não ser o primeiro contato do visitante com a Ilha de Itamaracá. Mas, com um pouco de sorte e um bom cicerone (muito comum na hospitaleira ilha), você desfrutará de um dos mais agradáveis passeios de sua vida.

*Lá longe, atrás desse verde/azul Atlântico, vai nascendo a Lua. Vem com tonalidades vermelhas como se tivesse vergonha em aparecer assim, nua e inteirinha, aos olhos dos mortais. Depois, mais confiante e vaidosa, aparece de amarelo-ouro clareando os arrecifes, o mar azul, a areia branca. Seus raios iluminam pobres casebres de pescadores e ainda **raras, mas confortáveis, casas de veranistas**⁷⁵, espantam fugidias lagostas e fazem brilhar escamas de peixes mais afoitos. Passeia lentamente sobre elegantes coqueiros e cheirosas mangueiras, histórico Forte e seculares igrejas, ruas estreitas e sinuosos caminhos, desbotados telhados e modestos barracos.*

À esquerda, o formidável Forte Orange, que já passou por mãos de holandeses, portugueses; invasores e colonizadores. Mas, nunca deixou de ser itamaracaense. Majestoso, em seu imponente porte secular, viu muito tempo passar, mas nada o marcou tanto quanto o abandono. Entretanto, lá está ele com roupagem nova: belo e estranho. Resguardado por centenas de perfilados coqueiros, como se fossem mudas sentinelas a protegê-lo. À sua frente, um longo tapete de areia branca o separa do mar. Além, o continente. As águas sempre mornas do Canal de Santa Cruz vêm em sucessivas ondas cumprimentá-los.

Mais à direita, a Praia do Pilar - o centro comercial da ilha. O cenário é, à primeira vista, típico de qualquer cidadezinha do Interior: a pequena praça, os casais de namorados, a Igreja Matriz, as beatas e as conversas com cadeiras nas calçadas. A praia, o mar, fazem diferentes os 64 km² da ilha. À beira-mar um simpático hotel. Aqui e ali, improvisadas barracas ou reuniões de jovens. Sons de violões distantes se misturam com as muralhas das ondas.

A pacata cidadezinha tem duas vidas. No verão, sua população se multiplica e se transforma. Estende-se desde a Praia de Vila Velha à Praia do Fortim, passando por São Paulo, Pilar e Jaguaribe. Saboreia uma peixada no Barretinha ou uma muqueca no Bar de Alaíde. Toma água de côco na praia ou come uma lagosta no Alba-Mar.

Resfolegantes caminhões, coloridos ônibus, reluzentes automóveis, enchem os 40 Km de modernas rodovias que separam Itamaracá do Recife, para redescobrirem a ilha a cada ano.

Aqui, quando é verão, dezenas de coloridas barracas salpicam a areia, sob a protetora sombra do coqueiral. A Praia do Forte, para o visitante, ou Praia de São Paulo, para o nativo, veste roupa de domingo. Para aqui convergem os coloridos banhistas com seus sumários trajes e recheados bornais.

⁷⁵ Grifo nosso.

Agora a Lua está alta. Prateia a Igreja de N. S. da Conceição e as ruínas da Vila Velha, que já era velha no tempo dos holandeses. Reflete no Engenho Amparo e nas ruínas da Igreja de N. S. do Rosário, na capela do Bom Jesus Menino e na igreja de N. S. do Amparo.

Finalmente iluminará a Penitenciária Agrícola de Itamaracá que, construída na década de 40, modificou a paisagem da ilha, mas não alterou a vida dos seus tranquilos habitantes” (Aldo Paes Barreto, jornalista. In: Rodrigues, 1972, p. 21-22).

As representações do jornalista enaltecem as “potencialidades” turísticas da Ilha e registram um novo período de transição das suas paisagens. O convite ao desfrute das paisagens itamaracaenses revela nuances de um espaço que começa a se transformar e a apresentar seus contrastes: *pobres casebres de pescadores e as raras, mas confortáveis casas de veranistas; a pequena praça, a Igreja Matriz e um hotel à beira-mar; a Praia do Forte para o visitante e a Praia de São Paulo para o nativo...* Estas são algumas pistas iniciais de um processo que se desenrolaria nos anos vindouros aprofundando suas marcas nas paisagens.

“Ilha da Ciranda”, “Ilha do Amor”, “Ilha da Fantasia” são alguns dos *slogans* atribuídos a Itamaracá para comercializar suas paisagens. O turismo que se baseava, principalmente, na venda de terrenos para segundas residências tinha nas músicas de Lia da Ciranda e Reginaldo Rossi seus principais ícones de divulgação.

Maria Madalena Correia do Nascimento, popularmente conhecida como Lia da Ciranda, é a filha mais ilustre de Itamaracá e quem até hoje divulga com sua ciranda⁷⁶ a Ilha para o Brasil e o mundo.

*“Estava na beira da praia ouvindo as pancadas das ondas do mar...
Esta ciranda quem me deu foi Lia, que mora na Ilha de Itamaracá...”*

Estes versos antológicos cantados por Lia desde a década de 1960 integram as principais representações aludidas pelos turistas que visitam Itamaracá ou que têm interesse em conhecê-la. A demanda turística da Ilha é, mormente, metropolitana, como já discutido. Embora seu nome seja conhecido desde a época colonial (quando foi sede de uma Capitania), a Ilha de Itamaracá, segundo pesquisa da FIDEM (1985, p. 27), tem uma imagem turística débil e de pouca significação no mercado. “Uma pesquisa

⁷⁶ Conforme Ferreira (1995, p. 152), a ciranda é uma “dança de roda, adulta, com trovas”. As trovas são canções populares que as pessoas, ao se unirem de mãos dadas em forma de círculos, embalam as “rodas de cirandas”.

de âmbito nacional, realizada em 16 capitais do país, assinalou que apenas 0,06% dos turistas inter-estaduais conhecem ou gostariam de conhecer Itamaracá. E assim mesmo, na maioria dos casos, por causa da cirandeira Lia; as belíssimas paisagens da Ilha e os seus valores histórico-culturais são praticamente desconhecidos por causa da pouca valorização que tiveram”.

Desde a década de 1970, quando começou a divulgar sua ciranda, Lia é a maior fomentadora da cultura da Ilha. “Nas minhas viagens, digo que Itamaracá é encantada. Eu saio para divulgar minha cultura, mas sempre volto”, afirma Lia em entrevista. Apesar da sua importância, ela se ressentia da falta de apoio para uma maior divulgação do seu trabalho e da Ilha. Durante muitos anos, sua ciranda esteve esquecida pela Prefeitura e pelos jovens conterrâneos que se divertiam, juntamente com os turistas, ao som do rock, do axé-music, entre outros ritmos. Atualmente, bastante requisitada para representar a cultura pernambucana no Brasil e no mundo, Lia também tem retornado a embalar as “famosas rodas de cirandas de Itamaracá” - uma das principais representações exaltadas pelos turistas que visitam a Ilha.

O cantor Reginaldo Rossi, um antigo turista de segunda residência, também contribuiu bastante para divulgar as belezas naturais da Ilha e vender suas paisagens através de músicas como:

Itamaracá - Pedra que Canta (1985)

“Itamaracá é uma ilha encantada, lugar mais bonito que eu vi. Itamaracá é um reino encantado e todos são reis por aqui. Ilha de sonho, de luz e de cor. Terra que canta o amor. Essa areia tão branca, teu céu e o teu mar, paraíso é Itamaracá...”

Férias em Itamaracá (1989)

“Pegue sua gata e seu carro e vá passar alguns dias em Itamaracá. Se for mulher, pegue um gato, uma viseira e um sapato e vá curtir muito sol... Se você quer a felicidade que na cidade grande não há, pegue seus panos de bunda e vá passar alguns dias em Itamaracá...”

Os simulacros paradisíacos da Ilha são sublimados nestas músicas. Os turistas eram convidados a conhecer o “reino da fantasia” e a desfrutar das suas paisagens naturais. Estas músicas foram lançadas no período áureo das segundas residências em Itamaracá e contribuíram para consolidar a imagem da Ilha como um dos principais destinos turísticos da população

metropolitana. Em entrevista a um jornal local, em 1999, Reginaldo Rossi declarava: "Há muito tempo que Itamaracá me inspira, uma ilha junto da capital; toda ilha tem um misticismo, é gostosa de se freqüentar e eu sempre sonhei de fazer de Itamaracá o Havaí. Como o Havaí está para os Estados Unidos, Itamaracá estaria para o Brasil".

As suas representações enaltecem as modernas "vocações turísticas" atribuídas às ilhas tropicais em todo o mundo. O desejo de transformar Itamaracá no Havaí brasileiro representava criar uma imagem turística forte para a Ilha que lhe proporcionasse atrair uma demanda própria de turistas nacionais e internacionais que viessem, diretamente, conhecer os seus "encantos" e nela se hospedar. Porém, este comércio das paisagens da Ilha baseado, principalmente, em apelos musicais, só conseguiu atrair uma clientela turística eminentemente metropolitana, tornando Itamaracá, até o início da década de 1990, um dos *points* mais procurados do litoral pernambucano. A peculiaridade insular associada à localização metropolitana atraíram à Ilha, ao longo dos últimos trinta anos, os mais diversos tipos e fluxos turísticos, sobretudo de "veranistas" de residências secundárias.

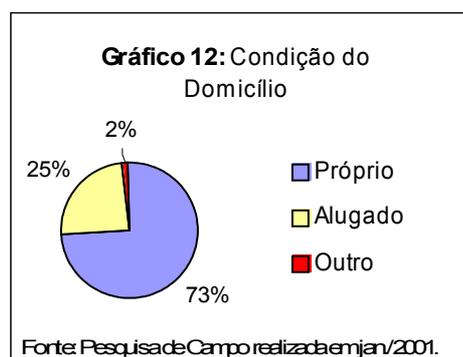
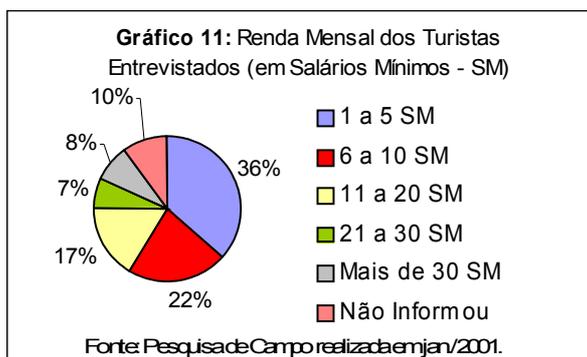
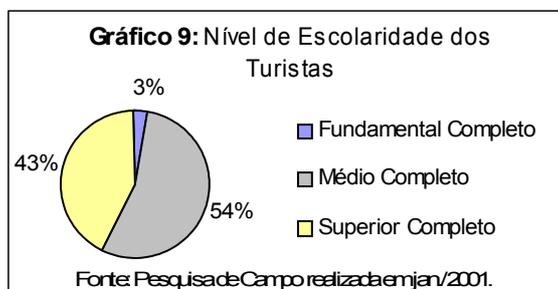
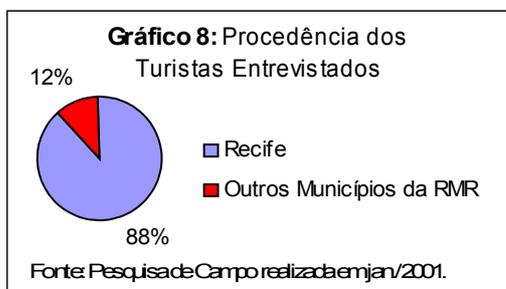
Na pesquisa de campo realizada nos Bairros de São Paulo e Forte Orange, identificamos que 88% dos "veranistas" eram provenientes da cidade do Recife⁷⁷, enquanto os 12% restantes tinham sua primeira residência em outros municípios da RMR (**Gráfico 8**). Isto confirma o poder de atração que a Ilha exerce na população metropolitana.

Característica marcante dos turistas de segunda residência, os nossos entrevistados apresentam um perfil sócio-econômico de classe média a alta. Em relação à escolaridade, 54% concluíram o Ensino Médio e 43% tem curso superior (**Gráfico 9**). Comerciantes e aposentados lideram as diversas ocupações dos entrevistados, seguidos por outras atividades vinculadas à prestação de serviços (**Gráfico 10**).

A despeito da renda mensal, 10% dos entrevistados não informaram seus ganhos. Muitos resistiram em divulgar suas rendas alegando "recebo uma micharia que nem tenho coragem de dizer, coloque aí dois, três

⁷⁷ A FIDEM, em 1984, também obteve resultado semelhante no seu *Levantamento da Demanda Turística de Itamaracá*. Neste estudo foi constatado que dos turistas chegados para toda a Ilha, "...69% eram provenientes do Recife; 20,4% de outras cidades da RMR; 5,7% de outras cidades do Estado de Pernambuco; 2,4% de outros Estados do Nordeste; 1,6% do resto do Brasil. Os turistas estrangeiros, em número pouco significativo, foram computados como procedentes das cidades dos seus últimos pernoites" (1985, p. 28).

salários". Então, 36% dos turistas declararam receber entre um e cinco salários mínimos e 22% entre seis e dez. Porém, 8% dos entrevistados revelaram integrar a seleta faixa da população que recebe mais de trinta salários mínimos (**Gráfico 11**).



Símbolo de *status* social, a propriedade da segunda residência pressupõe a disponibilidade de uma renda excedente, sendo, portanto, privilégio das

classes média e alta, que podem comprar/alugar e manter uma segunda habitação para fins de lazer e recreação.

Embora seja uma prática comum nas “vilas de veraneio”, o aluguel das segundas residências para outros turistas representava, na nossa área de estudo, 25% dos domicílios pesquisados; enquanto 73% dos imóveis eram próprios (**Gráfico 12**).

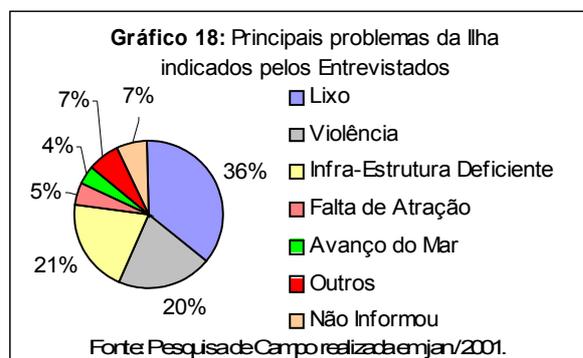
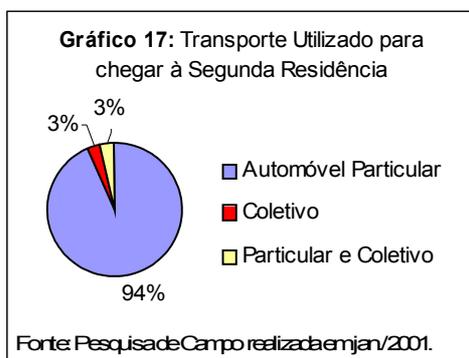
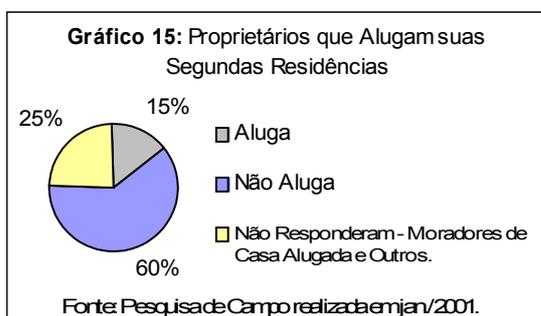
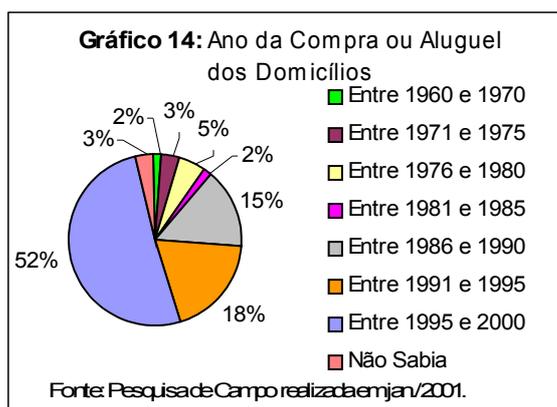
Em meados da década de setenta, após a construção da rodovia PE-01, o *marketing* turístico para a venda da paisagem insular intensificou o parcelamento do solo litorâneo para a abertura de loteamentos. As imobiliárias lideraram esse processo e foram responsáveis por 54% das vendas e aluguéis dos domicílios pesquisados; 23% foram comprados/alugados a antigos turistas e 15% aos moradores “nativos” (**Gráfico 13**). Estes dados demonstram o processo de especulação imobiliária que se desenrolou nesta área para a venda de lotes e casas, e a prática do aluguel das “casas de veraneio” a outros turistas que também tem sido viabilizada, sobretudo, via imobiliárias.

Esta prática de aluguel das segundas residências a outros veranistas também foi verificada quando inquirimos o ano da compra ou aluguel do domicílio: dos 52% que responderam entre os anos de 1995 e 2000, a maioria era casa alugada; já grande parte dos proprietários comprou seus terrenos/casas nos finais das décadas de setenta e oitenta, e no início da década de noventa (**Gráfico 14**). Dentre os proprietários, apenas 15% afirmaram que alugam seus domicílios no verão a outros turistas; enquanto 60% afirmaram nunca ter alugado (**Gráfico 15**).

Os entrevistados demonstraram ser freqüentadores assíduos das suas casas de veraneio. Os atrativos naturais das paisagens e a proximidade das suas residências permanentes fazem com que 41% destes turistas visitem suas “casas de praia”, durante o verão, em quase todos dos finais de semana; 17% visitam nos feriados e 15%, nas férias anuais de janeiro e fevereiro. Um número significativo de turistas (27%) revelou freqüentar suas segundas residências o ano todo em todos os períodos acima mencionados (**Gráfico 16**).

Condizentes com o padrão sócio-econômico que apresentam, 94% dos “veranistas” utilizam o automóvel particular como meio de transporte para chegarem às suas segundas residências. O ônibus é usado por 3% dos

entrevistados e os 3% restantes utilizam tanto o transporte particular quanto o coletivo (**Gráfico 17**). Deste último grupo, um turista comentou: *"Venho para a Ilha o ano todo porque amo este lugar. Venho de carro e algumas vezes já vim de ônibus. Mas, é revoltante ver o descaso com um lugar tão bonito deste. No inverno, minha rua fica parecendo um rio, e mal consigo chegar de carro à minha casa. Os mosquitos também são muitos. Às vezes passo quinze dias sem vir aqui esperando a água baixar, mas assim que baixa estou de volta"*.



Este sentimento de insatisfação dos turistas frente à deficiência de infraestrutura também é indicado pelo número considerável de segundas

residências alugadas a outros “veranistas”⁷⁸. Para os entrevistados, o lixo e a violência despontam como os dois principais problemas do turismo na Ilha que afetam diretamente suas “casas de veraneio” (**Gráfico 18**). Como relata uma entrevistada, *“antes se fazia gosto comprar uma casa em Itamaracá. As deficiências eram muitas, mas tínhamos paz, não havia tanto arrombamento de casas, a praia era limpa e nós realmente descansávamos. Agora, são assaltos constantes, muitas vezes, pior que em Recife. Por isso, muitos veranistas estão abandonando a Ilha, alugando e vendendo suas casas...”*.

Os “veranistas” atribuem a violência à presença das penitenciárias na Ilha, sobretudo pelos arrombamentos das suas segundas residências. Muitos destacaram que a existência dos presídios não influenciou na decisão de compra das suas “casas de praia”, porém eles concordam que a imagem turística de Itamaracá fica comprometida pelos constantes motins e rebeliões que acontecem. Segundo um “veranista” *“é inadmissível que o Governo ainda permaneça com esses presídios aqui em Itamaracá. Um lugar desse não pode continuar com esses presídios, principalmente a PAI que os presos ficam livres para roubar as nossas casas e do povo daqui... Os turistas ficam com medo de uma rebelião em Itamaracá e por isso não querem vir para cá...”*.

As impressões manifestas por este turista destacam os problemas e as polêmicas já comentadas sobre a presença das penitenciárias na Ilha. Os apenados da PAI, que vivem em regime semi-aberto, são os principais acusados pelos arrombamentos das “casas de veraneio”, pois, atualmente, o sistema adotado se apresenta incompatível com o novo perfil dos detentos que ali são recolhidos⁷⁹. “No passado bem próximo, estes eram mais afeitos aos serviços agrícolas; hoje, são indivíduos citadinos com todos

⁷⁸ Coriolano (1998, p. 125) também destaca que “dada à perda do poder aquisitivo da classe média, o uso das segundas residências entra numa fase crítica com a venda de muitas delas, ou o fechamento por um longo período. Muitas famílias, atualmente, fogem das segundas residências, alugando suas casas para grupos turísticos. Esse fato intensifica-se no período de férias e no carnaval”.

⁷⁹ O projeto apresentado em setembro de 2001 de transformação da PAI em unidade industrial foi feito, segundo o Governo, a partir da constatação do esgotamento da capacidade de ressocializar os detentos com trabalho na agricultura. O então secretário de Justiça de Pernambuco, Humberto Vieira de Melo, justifica que “a maioria dos presos do regime semi-aberto cometeu crimes considerados urbanos, ou seja, assaltos, furtos ou homicídios. Fica difícil recuperar um homem desse, mantendo apenas trabalho com horta e criação de animais”. Nesta nova proposta do Governo, os presos aprenderão a desenvolver atividades industriais e de serviços, tais como: a fabricar tijolos pré-moldados e a consertar cadeiras escolares (Sai, 2001).

os problemas decorrentes de uma cidade grande como drogas, assaltos, seqüestros, entre outros” (Braga, 2000, p. 123).

Questionados se achavam que os turistas contribuíam com os problemas apontados, 56% dos “veranistas” reconheceram que sim, 32% informaram que não e 12% não responderam (**Gráfico 19**). Dos turistas que deram respostas negativas, muitos exaltavam sua importância para a economia da Ilha e o pouco reconhecimento que têm por parte da Prefeitura. Para estes, os problemas ocasionados pelos turistas na Ilha são provenientes de um outro grupo de turistas - “os farofeiros” - que a Prefeitura deveria barrar mais o acesso à Ilha⁸⁰. Como defende um turista: *“...a Prefeitura deveria nos valorizar mais porque nós pagamos IPTU e temos direito a uma Ilha limpa, organizada e com atração. Os farofeiros é que devem ser barrados ou obrigados a pagar para entrar na Ilha, pois não deixam renda alguma. Passam um dia, dois, não se hospedam, trazem tudo de casa, não pagam nada e ainda deixam a praia suja”*.

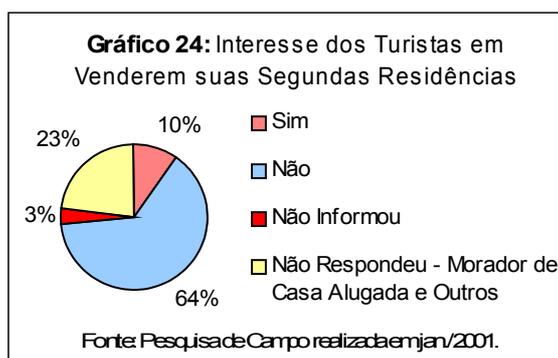
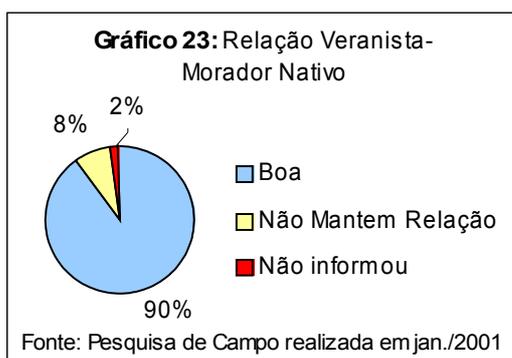
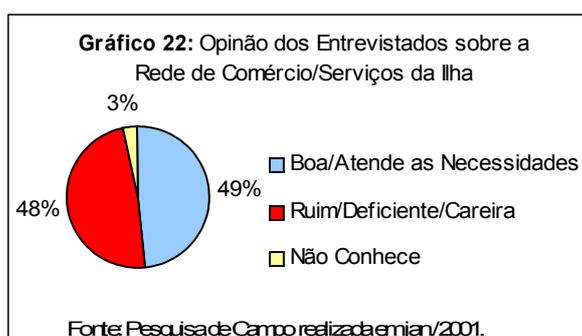
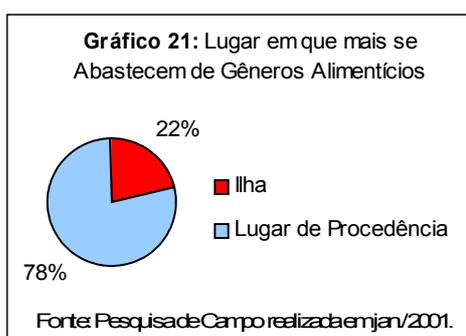
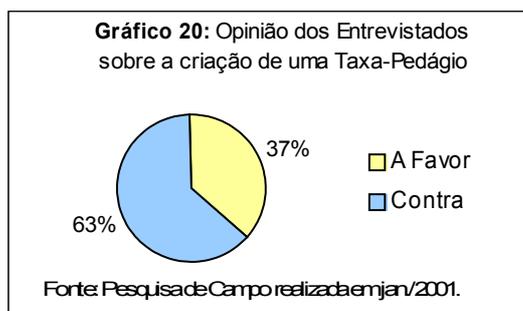
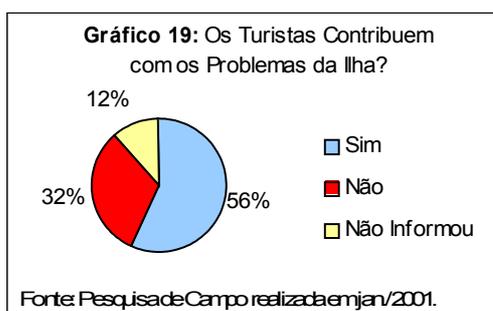
Este relato expõe as divisões das classes sociais que também se perpetuam nas relações capitalistas tecidas pelo turismo. O fato de muitos “veranistas” repassarem para os “excursionistas” o ônus pelos problemas do turismo na Ilha acoberta suas estratégias de segregar para valorizar seus imóveis. Conforme discutido, o índice de inadimplência destes turistas com o IPTU é alto, e, segundo a Prefeitura, os maiores contribuintes ainda são os moradores nativos.

Porém, este discurso dos “veranistas” é reforçado pelos chavões que os representantes políticos da Ilha disseminaram na imprensa local como *“...precisamos trazer de volta para a Ilha um turista de qualidade, com potencial financeiro”* (Sol, 1997). *“...Estamos buscando um turismo de classe para Itamaracá”* (Itamaracá, 1997).

⁸⁰ Em setembro de 1997, a Câmara de Vereadores aprovou por unanimidade um projeto que instituiu uma Taxa de Preservação Ambiental (TPA) no valor de 500 Ufir (na época, R\$ 455,40) para ônibus de turismo que não tinham registro na Prefeitura, de duas Ufir (R\$ 1,82) para carros de passeio e kombis, e de três Ufir (R\$ 2,73) para caminhões. Segundo o projeto, a taxa era uma forma de estimular o pagamento do IPTU na Ilha, que na época tinha um índice de inadimplência de 80%. Pelo projeto, ficavam isentos da taxa os carros de funcionários públicos municipais, estaduais ou federais que trabalhassem na Ilha e de **proprietários ou locatários de imóveis em dia com o IPTU** – o que podia incluir os turistas de segunda residência. O projeto gerou grande protesto, principalmente, por parte dos turistas e pequenos comerciantes locais, o que contribuiu para a sua não execução marcada para 1º de janeiro de 1998. Recentemente, o assunto tem voltado à tona, pois a atual gestão tem se mostrado interessada em implantar a TPA na Ilha, reduzindo do projeto original a taxa dos ônibus de excursão para R\$ 150,00, porém o novo projeto ainda não foi apresentado à população.

Estes “turistas de classe” eram, na verdade, os “veranistas” que começavam a deixar a Ilha, sobretudo, pelas deficiências de infra-estrutura que eram, maiormente, de responsabilidade do Governo Municipal.

Inquiridos se concordavam com a criação de uma taxa-pedágio para os turistas entrarem na Ilha, 63% dos “veranistas” responderam que eram contra e 37% mostraram-se a favor (**Gráfico 20**). Os que eram contrários, argumentaram que o IPTU já correspondia a esta taxa e que se fosse bem aplicado não necessitaria criar mais um imposto; e os que concordaram em pagar exigiam a condição de o dinheiro ser aplicado em obras para a melhoria do turismo na Ilha. Porém, grande parte dos turistas que eram a favor e contrários, ressaltaram que esta taxa seria um bom instrumento para frear a entrada de “ônibus de farofeiros” na Ilha.



Os “veranistas” foram os “primeiros a desbravar” a paisagem litorânea na década de 1970 para instalação das suas “casas de praia” e muitos estabeleceram uma relação identitária com o espaço insular, tendo, inclusive, alguns se referido à Ilha como “*minha segunda casa*”, “*meu segundo lugar*”. Esta ligação afetiva também expressa, para muitos “veranistas”, uma relação de poder com o território comprado, assim como uma rejeição a outros turistas que venham “*acabar com a paz e com o isolamento*” que eram privilégio destes precursores.

Sem dúvidas, o IPTU dos “veranistas”, quando pago, constitui uma importante fonte de receita da Prefeitura. A chegada destes turistas à Ilha dinamizou a economia local através da melhoria da infra-estrutura básica e da oferta de outras opções de trabalho à população nativa. Porém, estes ilhéus que vivem do comércio ambulante e dos pequenos estabelecimentos comerciais têm nos “excursionistas” (pejorativamente chamados de “farozeiros”) sua maior fonte de renda.

A este fato ainda se soma um agravante, pois 78% dos “veranistas” afirmaram que se abasteciam de gêneros alimentícios nos seus lugares de procedência (**Gráfico 21**), não contribuindo, assim, para um aumento da receita da economia de Itamaracá. Quando analisamos os motivos pelos quais os turistas têm esta preferência, observamos, praticamente, um empate entre os que consideram a rede de comércio e serviços da Ilha boa (49%); e ruim (48%), com pouca variedade de produtos e careira (**Gráfico 22**). Segundo uma “veranista”, “*muitos comerciantes da Ilha são justos com os preços e já atentaram para o fato de que nós não somos bestas de pagar o dobro ou o triplo por um produto que podemos comprar no Recife a um preço bem mais barato. Os que querem ganhar no verão o faturamento do inverno, por mim, não vão ganhar é nada*”.

Estes confrontos levantados pela polêmica do pedágio demonstram as fragilidades da pacífica relação “veranista-nativo” - reconhecida por 90% dos entrevistados que afirmaram manter uma boa relação com os moradores “nativos” (**Gráfico 23**). O assunto “pedágio” expõe as representações diferenciadas que estes usuários têm do espaço insular. Para os “veranistas” a Ilha é lugar de descanso, de lazer e os “excursionistas” trazem a desordem, o lixo etc. Para os “nativos”, sobretudo os pequenos comerciantes, os “excursionistas”, apesar de gastarem pouco,

são uma fonte de renda, haja vista os "veranistas" trazerem tudo das suas cidades de origem.

A questão se torna ainda mais polêmica quando constatamos em entrevistas a alguns moradores "nativos" e grandes comerciantes locais que estes concordam que *"a Ilha precisa de turistas de elite, que tenham dinheiro para deixar e não apenas lixo, como fazem os farofeiros"* - ressalta um comerciante. Tais constatações induzem à reflexão e demonstram a necessidade de discussões e análises mais acuradas sobre o problema.

Apesar dos diversos problemas (**Gráfico 18**) que têm contribuído para a diminuição do fluxo de "veranistas" para a Ilha nos últimos anos, 64% dos nossos entrevistados não tinham interesse em vender suas segundas residências de Itamaracá (**Gráfico 24**). Muitos destacaram como causas à desvalorização dos seus imóveis frente aos investimentos já realizados, a proximidade da residência permanente, o afeto com o lugar, os encontros com amigos etc. Entre os 10% que se mostravam interessados em vender os domicílios, as principais justificativas eram: a violência, o lixo e a falta de eventos que pudessem instigar seus familiares a voltarem a Itamaracá. Para estes turistas, as gerações mais jovens das suas famílias, não têm mais interesse em passar as férias ou finais de semana em Itamaracá, devido à falta de festas e atrações locais. Comenta um chefe de família: *"meus filhos hoje só querem ir para Porto de Galinhas, Tamandaré, Suape... Às vezes eu passo um mês aqui e eles não vêm uma única vez. Ou vão para as praias do sul ficar na casa de amigos e parentes ou ficam no Recife. Por causa disso, já pensei em vender esta casa várias vezes, mas acredito que isso aqui vá melhorar..."*⁸¹.

⁸¹ A saturação do uso da segunda residência também pode estar vinculada ao próprio "ciclo de vida" que estes alojamentos aparentam descrever: ao longo dos anos, as gerações das famílias proprietárias estabelecem diferentes usos com a "casa de veraneio". Geralmente, as gerações mais velhas, dos avós, usufruíram intensamente da segunda residência, tendo criado vínculos afetivos com o domicílio, pois este recorda as "amizades e os namoros de verão", as festas, o lazer da família etc. Estas primeiras gerações, na maioria das vezes, foram as pioneiras na "descoberta e consumo" do lugar, antes da sua massificação turística. Já os filhos destas primeiras gerações, têm acompanhado o *boom* das atividades de lazer, dispondo de uma maior variedade de opções (*shoppings*, parques temáticos etc.), usando a segunda residência com menor intensidade que as gerações antecessoras. As gerações mais novas, dos netos, já vivenciam a acirrada competição dos destinos turísticos, na qual os lugares que ofertam maior variedade de diversão e entretenimento (festas, *shows*, atividades esportivas etc.), despontam, momentaneamente, como *points* turísticos. Então, estes últimos freqüentam a "casa de veraneio" esporadicamente, preferindo as temporadas de festas quando o lugar se torna mais procurado. Adverte-se, contudo, que estas observações não induzem a um "modelo do ciclo de vida das segundas residências", pois cada lugar guarda as suas particularidades e cada família tem uma relação de uso com estes domicílios que precisa ser investigada. A discussão deste suposto "ciclo" é pontuada em alguns estudos de caso e, em Itamaracá, emerge das nossas breves constatações que instigam, no futuro, à realização de um estudo mais acurado.

Se hoje para muitos turistas Itamaracá representa um espaço em decadência, oposto aos simulacros massificados em meados de 1970 da "ilha da fantasia", do "paraíso encantado", para os moradores "nativos" a intensificação dos fluxos turísticos e a inserção de novos hábitos e costumes também ocasionaram transformações relevantes nos seus mundos vividos e nas suas representações do espaço insular.

Sob a ótica da população "nativa", viver num espaço geograficamente limitado pelo mar não é, necessariamente, viver no paraíso, conforme aludido pelos turistas. A maritimidade, a insularidade e a ilheidade ganham outro sentido, pois a ilha é o espaço onde são travadas as lutas cotidianas pela sobrevivência, o *locus* das práticas sócio-espaciais e simbólicas. Os "ilhéus" recusam o tempo que lhes impõe o continente; seguem o tempo cíclico marcado pelas suas relações com o mar e com as atividades agrícolas. "...No entanto, com o contato cada vez maior com o continente e as atividades turísticas, assiste-se à introdução de outro tempo, o da estação turística, que durante alguns poucos meses por ano impõe novo ritmo às atividades econômicas e sociais" (Diegues, 1998, 103).

O mar, que é a principal fonte de sobrevivência para alguns "ilhéus", também é um fator de isolamento e uma "barreira ao progresso". Isto demonstra que as representações dos turistas e "nativos" sobre o espaço insular se diferenciam substancialmente, provocando usos distintos dos elementos das suas paisagens.

Este processo desenrolado nas paisagens litorâneas da Ilha de Itamaracá provocou transformações no mundo vivido dos "nativos" e nas suas representações, as quais resolvemos auscultar a partir dos depoimentos orais de cinco idosos "ilhéus".

Adverte-se que a análise dos depoimentos orais é apenas mais uma forma de representação do mundo vivido. Como todos os métodos científicos, a História Oral também apresenta as suas limitações e dificuldades. Partindo dessa premissa, estamos cientes de que, mesmo com todo o esforço e dedicação que os cinco entrevistados impuseram nos seus relatos, eles apenas nos mostraram mais um ângulo de compreensão do mundo da vida que não tem a pretensão de ser uma visão única, verdadeira e totalizante.

No bojo dos relatos de experiências pessoais, destacaram-se recordações, nostalgia, sentimentos de perdas e ganhos, de felicidades e tristezas, que muitas vezes contradizem os depoimentos, mas que seguem a pluralidade dos modos de pensamento contemporâneos constatados por Moscovici (1978). Isto também nos alerta para que sejamos cautelosos na análise de apenas uma das muitas facetas do turismo - a sua incidência no mundo vivido.

Assim, seguindo o rumo dos depoimentos, não nos preocuparemos em obedecer a uma linearidade histórica. Seguiremos a trilha da memória dos entrevistados com o intuito de resgatar as marcas, sentimentos e experiências as mais variadas que nos darão subsídios para a (re)construção do mundo vivido da Ilha de Itamaracá.

As cinco pessoas entrevistadas foram os Srs. Nilton (75 anos) e Pedro (83 anos); e as Sras. Maria (70 anos), Severina (72 anos) e Celina (75 anos). Todos são aposentados e residem em Itamaracá desde que nasceram. Nos seus depoimentos, as representações do mundo vivido relatadas sempre estiveram associadas a alguns marcos históricos como "antes e depois da construção da ponte"; "antes e depois da energia elétrica"; "antes e depois da emancipação" etc. Essas recordações e experiências do antes e do depois expõem as marcas que a atividade turística engendrou no imaginário da população "nativa", revelando a "experiência da perda da cidade" (Fantin, 2000, p. 45). Nesse âmbito, os depoimentos orais apresentam "duas Itamaracás": a de antes, que era dos nativos; e a de depois (atual), que é dos turistas (**Fotos 30 e 31**).

Na "Itamaracá de antes da ponte" as principais atividades econômicas eram a pesca, a colheita de coco e a produção do sal. A população, na sua maioria, era formada por pescadores que moravam em caiçaras, nas praias. Conforme relatam os moradores:

"Por aqui tudo era mato; a maioria era casa de palha (folha de coqueiro); tudo era mocambo. Tudo era carregado nas barças; era coco, era carvão, tudo o que entrava e que saía. Ninguém vinha visitar a ilha nem o Forte (Orange) porque tudo tinha medo da maré." (Pedro)

"A vida das mulheres da ilha era consertar peixe, lavar, passar e costurar roupa. A vida dos homens era salina, coqueiro e maré. Outros homens trabalhavam de barça no transporte de mantimento e de tudo. Aquele tempo era bom as festas; agora de fome, aquele era o tempo de fome. O povo passava muita fome, mas não morria disso não. Se plantava, ia buscar na maré." (Nilton)



Foto 30: Rua Padre Machado (Pilar) - 1913. Posição Norte-Sul.

Fonte: Lopes, 1987.



Foto 31: Rua Padre Machado (Pilar) - 2001. Posição Norte-Sul.
Lenilton Assis, jan./2001.

Fonte:

Os depoimentos desta Itamaracá de "antes da ponte", de "antes da energia elétrica", exaltam as manifestações culturais desse período como momentos de "celebrações do mundo da vida". Apesar das dificuldades sócio-econômicas, as festas eram alegres, animadas, e tinham a participação de todos os moradores.

"As festa daquele tempo era muito boa. Tinha pastoril⁸², caboclinho⁸³, cavalo-marinho⁸⁴, fandango⁸⁵, ciranda... muita brincadeira. ...As brincadeiras eram muito animada. Mas o melhor de tudo era o fandango e o pastoril. Estes era muito falados e tinha gente que vinha de longe ver as brincadeiras." (Severina)

"Pras festas se trazia carrossel, mulher da vida, tudo nas barcaças. Nas festas se tinha fandango, pastoril, bumba-meu-boi. Se trazia as bandas de música também." (Pedro)

Nessa época, entre 1940 e 1960, de todas as atrações o fandango era a mais popular, até mesmo de que a ciranda. "O fandango era formado por um grupo de rapazes, geralmente embarcações ou marítimos, alguns ligados ao comércio ou à pesca. ...Os ensaios começavam no mês de maio, à luz dos candeeiros, isto por volta de 1920; os rapazes alugavam uma casa para ensaiar e todos colaboravam para pagar o aluguel. No fandango, as toadas e cantos de trabalho do mar, assumiam um caráter místico que calava fundo no peito daqueles rapazes que tinham o mar como única fonte de sobrevivência" (César, 1989, p. 42). A última apresentação do fandango de Itamaracá foi em 1972. Posteriormente, a ciranda se popularizou na voz da cantora Lia e serviu para a divulgação da Ilha de Itamaracá mundialmente.

"O fandango era uma beleza aqui em Itamaracá; era muito bonito, eu não perdia um." (Severina)

"O fandango era uma coisa muito comprida, era uma coisa bonita e muito difícil. Era muito trabalho; hoje não se faz mais isso não. Aquilo naquele tempo o povo tinha gosto, não tinha preguiça; tinha gosto e união e todo mundo se juntava pra fazer aquilo." (Celina)

Após a construção da ponte Getúlio Vargas e da emancipação da Ilha, as atividades turísticas em Itamaracá se intensificaram rapidamente. Como atestam os depoimentos, a chegada dos turistas provocou um choque

⁸² Dramatização da visitação das pastoras à gruta de Belém, onde Jesus nasceu (Andrade, 1999, p. 110). Na Ilha era encenado o pastoril religioso com presépio e lapinha; e também o pastoril profano com obscenidades que se afasta do sentido religioso.

⁸³ Este folguedo é uma representação de danças e motivos (caça e lutas) da vida dos índios do Brasil. (Andrade, 1999, p. 109).

⁸⁴ Folguedo variante do bumba-meu-boi ocorrente na Zona da Mata norte de Pernambuco (Andrade, 1999, p. 109).

⁸⁵ O fandango é uma dança de origem espanhola ou ibérica para sermos mais abrangentes. ...No Nordeste o fandango assume a sua brasilidade, embora ainda muito lusitana. Misturando as danças ternárias com binários sincopados dos 'cocos de praia', os velhos romances europeus, mesclados de feitos heróicos de cavaleiros medievais, e estórias de navegantes portugueses num caldeirão de culturas, fervido e mexido ao sol das praias nordestinas, o Fandango nasceu como auto, pleno de teatralidade, rico de lindas melodias e como é comum às manifestações do povo, com forte teor religioso. ...O fandango da Ilha de Itamaracá é um dos mais antigos da região litorânea do Nordeste ou quiçá o mais antigo (César, 1999, p. 4-46).

cultural que resultou em transformações no mundo vivido da população “nativa”.

"A chegada dos turista era no verão que vinha os veranista que alugava as casas dos moradores daqui; as casas melhores e as casas de palha também quando era casinha limpinha, bonitinha... aí foram comprando o terreno e fazendo casas. Depois já vinha o dia que quisesse, o mês que queria vir, que tava desocupado e lá vai a coisa crescendo... Foi se chegando o tempo de dizerem que tinha que vender a casa de palha dos pobres que tinha que recuar pra trás porque era obrigado a vender o lugar, as casas na frente pra fazerem casa nova e o povo foi tudo se arrastando pra trás fazendo as casinhas pra trás e depois lá chegou que nem casa de palha podia se ter que hoje em dia todo mundo tem casa de telha. ...Era difícil ter barulho (confusão), mas o lugar aumentou e passou pras outras pessoa e as pessoas velha anda por aí e procura com a vista uma pessoa que foi do lugar e dá trabalho achar porque tudo é gente de fora; ...Agora tá uma cidade que ninguém sabe, nem misericórdia, até a gente se perde. Se não tiver acostumado se perde porque todo canto é casa." (Celina)

"Os primeiros veranistas que chegaram aqui (no litoral sul) foi em trallers; eu trabalhava pra eles botando água e lavando roupa de ganho. Depois chegaram dois irmão e construíram a primeira casa; aí não parou mais de crescer." (Maria)

Estes relatos evidenciam que o incremento voraz dos empreendimentos turísticos em Itamaracá foi, paulatinamente, periferezando as comunidades “nativas” de pescadores, as quais passaram a morar distante do mar, mudando seus gêneros de vida, seus hábitos e costumes. Segundo Carlos (1999, p. 176), neste processo “...transforma-se constantemente o lugar e produz-se o estranhamento a partir de sua desfiguração debaixo do concreto armado”.

"O povo foi morar mais distante da praia porque o mar estava acabando as casas e o povo foi vendendo. O povo não tinha dinheiro pra consertar e os veranistas quando chegou só queria a praia. As casas todas da praia era de pescador, mas hoje ninguém mora lá. Não se tinha condições de comprar os terrenos que era de invasão e o dinheiro da venda dava pra comprar outra casinha mais atrás e fazer outro negócio." (Nilton)

"Os donos dos terrenos começaram a lotear e loteando os pobres não podiam comprar. Os donos dos terrenos chegava e perguntava se podia comprar o terreno e fazer a casa de telha porque agora era uma ordem que tinha e só podia morar na praia quem tivesse a casa de telha. Os pobres não podia comprar; se botasse telha a casa não agüentava; se fizesse a casa, o dinheiro da indenização não dava. O dono dos terrenos indenizava o povo, mas o dinheiro não dava pra construir a casa de telha." (Celina)

"Aqui na praia de São Paulo e Forte Orange só tinha casa de morador daqui; depois é que foi chegando os veranistas. Perto da praia tinha um manguê tã da gota que eu ia pescar lá e cortar lenha. Agora tá tudo aterrado." (Maria)

Estes depoimentos denunciam a transformação da paisagem-fetiche para a paisagem-mercadoria. Este processo, sob a ótica dos que o vivenciaram, demonstra a pressão imposta pelos agentes imobiliários aos moradores "nativos" na busca de lotear e vender os terrenos da beira-mar. A mudança do local de residência dos pescadores, das suas atividades, dos seus hábitos, "...estabelece o choque entre uso e troca; a propriedade privada invade o cotidiano e provoca o estranhamento do indivíduo instigado pelas mudanças nos usos e nos modos de uso de um espaço que se recria para o consumo dele próprio" (Carlos, 1999, p. 177).

Na "Itamaracá de depois da ponte", a instalação das penitenciárias também incidiu nas representações do mundo vivido dos moradores "nativos", pois muitos conviveram com o estigma de residir numa "ilha-prisão".

"As Penitenciárias sempre foi uma coisa muito ruim pra Itamaracá. Antigamente quando eu dizia que morava em Itamaracá, o povo pensava que eu era preso, que todo mundo que morava em Itamaracá era do presídio. Hoje eu já estou mais acostumado. Era melhor transformar as penitenciárias num hospital, num colégio ou num orfanato. Itamaracá nunca devia ter penitenciária." (Nilton)

De acordo com a trajetória e as experiências vividas por cada entrevistado, as representações do mundo vivido de Itamaracá (do antes e do depois do turismo) denotam percepções diferenciadas da vida cotidiana. Por isso, as representações que os entrevistados têm da difusão do turismo na Ilha só podem ser entendidas considerando as diversas histórias de vidas relatadas nas suas falas. Assim, compreenderemos o porquê das contradições e das divergências de opiniões e tentaremos captar quais as representações que os entrevistados têm da "Itamaracá de depois...", da Itamaracá atual.

"Pra mim o crescimento do turismo não foi nada de bom. Na minha opinião, não sei lá pros outro, no tempo velho era melhor pros pobre viver." (Pedro)

"A chegada dos turistas protegeu muita gente porque o pessoal deixava renda pro povo daqui. Uma fazia doce, vendia caju e tinha emprego. Muita gente daqui está empregada por causa do povo de fora. Se esses veranistas todinho vender as casas pra sair daqui, acabou-se o emprego. Ainda tem muita gente daqui empregado por causa dos veranista. E tem muita gente de fora que vem trabalhar aqui, tomar conta de casa dos veranista aqui, mas mora no Recife; outros já tão morando aqui com a família. ...Itamaracá melhorou muito e o povo também. ...Os turistas tão saindo da ilha por má

administração. Não foi culpa deles. Não tem mais brincadeiras então eles não vêm.” (Nilton)

“Depois que evoluiu apareceu trabalho pros pobre; nisso eu acho que foi melhor. Apareceu trabalho pro lugar que não tinha e mais nada. Mas de tudo quanto não presta apareceu um pedaço e ficou aqui. Tudo o quanto tem nos lugares grandes tem aqui também porque tem muita gente. Foi bom ter evoluído também porque agora tem hospital, tem farmácia; a gente não precisa ir pra Olinda de pé pra comprar um remédio como a gente fazia. ...A culpa do lugar ter ficado ruim é dos veranista, de muita gente que veio e tomou conta do lugar e quer viver do jeito deles. Aonde se junta muito de tudo tem; gente boa e ruim. ...Poucas são as pessoas daqui que conseguiu melhorar de vida. Eu corro a mente e não consigo encontrar ninguém. Pescador, trepador de coqueiro e salineiro se acabou. A prosperidade foi trabalhar de pedreiro e servente pra construir as casas dos veranista. ...Hoje eles já tão vendendo muitas casa que tiveram gosto de fazer aqui. Tem muita casa de veranista com placa de vender. Tem muitos veranista que tem casa aqui e vão morar em outro canto.” (Celina)

“O crescimento do turismo foi positivo porque muita gente que tem uma casinha pra alugar hoje depende dos veranista. Muita gente que é empregado é por causa dos turistas porque eles deixa as casa e os moradores da ilha fica tomando conta, ganhando um dinheirinho. ...Itamaracá tá ruim porque não tem festa, não tem brincadeira. O que eu sinto falta do meu lugar é a paz e as brincadeiras. As cantigas era outra, a animação era outra. ...O prefeito melhorando Itamaracá chama o povo para cá, chama os turista porque eles vê na televisão, no rádio e se aproxima tudo. ...Com toda miséria, o lugar ainda é aqui; o lugar ainda é Itamaracá.” (Severina)

Estes diferentes depoimentos que retratam a “Itamaracá de hoje” denotam que o turismo tem seus rebatimentos nas representações do mundo vivido dos “nativos”. Mesclam-se nas suas representações opiniões dissonantes, favoráveis e contrárias ao processo desenhado pelo turismo nas paisagens da Ilha de Itamaracá. São aludidos os impactos positivos como a melhoria da infra-estrutura e a oferta de trabalho; e os impactos negativos, como a mudança dos gêneros de vida, dos costumes e tradições.

Diante disso, a relação custo-benefício torna-se difícil de ser avaliada. Porém, pela intensidade que o turismo se difundiu nas paisagens insulares, os impactos negativos gerados acenam um porvir desalentador para grande parte da população “nativa” que hoje depende do turismo para sobreviver.

A capitalização desenfreada do litoral tem gerado a degradação da paisagem natural e o arrefecimento da própria atividade turística. Isto, conseqüentemente, também ocasiona a perda da sustentabilidade da população “nativa”, pois, como remata a Sra. Maria:

“Naquele tempo a gente tinha peixe com fartura, tinha os coqueiros para caçar coco, tinha os trabalhos com enxada e agora nada disso tem mais...”

Tudo foi se acabando depois dos turistas... Mas, se eles tudo sair hoje, vai ser muito pior pro povo daqui”.

O turismo, hoje, integra as representações dos “nativos” do espaço insular. A difusão desta atividade nas paisagens insulares produziu novas relações sócio-espaciais que dão ao lugar novas configurações e uma nova dinâmica. Os “nativos” não se reconhecem mais habitando um espaço *sui generis*, pois houve uma perda dos seus referenciais de insularidade e ilheidade. O capital, encoberto pelo “manto mágico do turismo”, (re)organiza o espaço insular, atribuindo-lhe novos usos e funções que assegurem a sua reprodução. A Ilha passa a ser uma extensão da metrópole, (re)produzindo seus padrões sociais, estilos de vida e também seus problemas. As metamorfoses do mundo vivido reveladas nos depoimentos dos moradores “nativos” também são manifestadas melancolicamente pelo ilhéu e escritor José Lopes no seu poema *Itamaracá de Ontem* (Lopes, 1987, p. 109-112):

Itamaracá:

Cadê os teus botes, que transportavam as feiras vindas de Itapissuma, para as tuas bodegas?

Onde estão os cavalos do velho Guilherme, que serviam de transporte aos nativos e veranistas?

Cadê teus engenhos bangüê, Amparo, São João e Macaxeira, onde se bebia caldo de cana, mel de engenho e mel de furo?

Cadê o teu São João, onde as fogueiras queimavam em todas as ruas, fazendo um tapete de cinzas, onde todos pisavam para acompanhar a bandeira, dançar o coco e tomar banho nos riachos, nas madrugadas, com toda a roupa do corpo?

Que foi feito das tuas seculares salinas, onde se fazia sal de espuma?

Onde estão as barcaças: Bomconselho, Utilidade, Beatriz, Sultana, Linda Flor, Berenice, Dirce e tantas outras que transportavam açúcar, coco, lenha e ficavam embandeiradas ancoradas no porto em dias de festa?

Cadê os teus pastoris, bumba-meu-boi, mamulengo, touradas, jagunços, fandangos?

Onde estão os teus tipos populares, Chico Velho da preguiça, Zé da Bomba, Caléu, Miguel Moreira, Etelvina?

Que foi feito dos candeeiros alcoviteiros que iluminavam as casas e a sua luz de carbureto que servia para iluminar os pastoris, os fandangos, mamulengos e bumba-meu-boi?

E os teus cajus, as castanhas assadas, a farinha de milho e os alfinins, que se vendiam nas ruas?

Onde estão os meninos que brincavam de banga e manja nas noites de lua, e que faziam da flexa da cana braba o seu cavalo?

Que é feito dos namorados que passeavam na praia de braços dados ao luar?

Cadê teus guagirus, tuas célebres mangas jasmim (primavera) os muricis, as mangabas?

Tuas rendeiras que com o bilro, alfinete e linha, faziam as rendas que ornamentavam os vestidos de noivas?

Cadê a lenha e a casca de coco, onde no fogão de barro se preparavam muquecas gostosas?

Onde estão os ferros de engomar, aquecido a carvão?

Cadê as jangadas de "pau de jangada", e o curral amarrado com cipó?

Onde estão os bules de bico de curvo, com os abafadores feitos de algodão, para não deixar o café esfriar?

E tuas escolas, com a carta de A B C, o craiom, a pedra negra, a caneta com o tinteiro e a palmatória?

Cadê os bailes, onde os namorados se encontravam?

Que é feito das tuas noites Marianas (noites de noivas) tão animadas e frequentadas por todos os jovens?

Onde estão os teus velhos, que calçavam tamancos, usavam chapéus de palha, que fumavam cachimbo de madeira e cigarro enrolado colocado com o cuspido e que contavam estórias de trancoso, lobisomem e galafoice?

E os teus quintais feitos de esteiras de varas e cangaços de palhas de coqueiros e as tuas ruas de areia quente?

Cadê os jumentos que pastavam nas ruas, as galinhas soltas que sempre deixavam ovos para se achar e o canto dos galos anunciando na madrugada o alvorecer?

Onde estão as tuas prostitutas (sem muito carinho, mas com muito medo do xeixo)?

Que é feito das benzedeiras de espinhela caída, mau olhado, cobreiro?

Cadê os botadores de água das aningas, da biquinha e do cazumbá?

Onde estão os vendedores de cuscuz, manguzá, bolo-de-roló, alfinim e cocada?

E os circos, com seus palhaços gritando pelas ruas: "Hoje tem espetáculo?", e a criançada respondendo, "tem sim-senhor"?

Cadê os teus parreirais, que ornamentavam os quintais e davam ótimas uvas?

E teus carnavais, com lança-perfume, serpentinas e banho de cheiro?

Itamaracá, hoje estais descaracterizada, tudo acabou, o progresso levou tudo, deixou apenas saudades.

Os amiúdes do mundo vivido insular evocados neste poema reforçam as representações da "Itamaracá de antes", aludida nos depoimentos dos cinco idosos "ilhéus". Conscientes da inexorabilidade do tempo e da sucessão dos eventos que transformam e imprimem as marcas nas paisagens, apresentamos estes relatos sem a pretensão de rotulá-los como "a história única e verdadeira", nem de incentivar o "saudosismo" dos espaços vividos. Contudo, ressaltamos que o conhecimento de mais esta versão (que é apenas mais uma visão de mundo) pode contribuir para o resgate da História de Itamaracá e para as atividades de planejamento turístico que muitas vezes desprezam estas representações elencadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da venda de terrenos à venda do turismo – o desafio da transição

As questões discutidas ao longo deste trabalho esboçam um diagnóstico preliminar que nos incita tecer algumas considerações. Longe de terem um caráter conclusivo, as reflexões arroladas deixam “pistas” para novas inquietações sobre Itamaracá.

Nesse âmbito, analisamos que o turismo tem sido, nas últimas três décadas, o principal vetor responsável pela dinâmica das paisagens da Ilha. A peculiaridade insular-metropolitana, enaltecida pelos agentes imobiliários, atraiu diversos turistas, sobretudo os “veranistas” que começaram a construir segundas residências para o lazer de finais de semana e das férias anuais.

O incremento dos fluxos turísticos ocasionou significativos impactos (positivos e negativos) que engendraram transformações no ambiente físico das paisagens, assim como no gênero de vida e no mundo vivido da população “nativa”. Longe de querermos estipular o saldo dessa relação custo-benefício, observamos que, hoje, pela forma intensa e desordenada como o turismo de segunda residência se difundiu, sobretudo no litoral Sul de Itamaracá, os impactos negativos gerados têm levado à saturação da própria atividade, e, conseqüentemente, a população “nativa”, que já depende do turismo para sobrevivência, tem sido a mais prejudicada.

De balneário turístico “isolado”, a Ilha tem se “integrado” ao mosaico metropolitano passando a ser um espaço contíguo da RMR. À medida que o turismo tem se difundido nas suas paisagens, intensifica-se o processo de urbanização e a Ilha se “re-encaixa” ao continente, transformando-se num **istmo artificial**, num prolongamento da metrópole que tem “perdido” seus referenciais de insularidade e ilheidade.

A transformação do “ócio” desfrutável pela balneabilidade, para o “negócio” encetado pelas segundas residências, tem lançado novos desafios de gestão para Itamaracá. Estes desafios discutidos ao longo deste trabalho permitem formular algumas questões para as quais não temos a pretensão de lançar repostas precisas, acabadas, mas reflexões para aprofundamentos futuros.

Como gerir um espaço geograficamente limitado pela condição insular, que, apesar do intenso crescimento do turismo de segunda residência, apresenta um alto nível de inadimplência na arrecadação do IPTU?

Como dotar a Ilha de uma infra-estrutura compatível com o crescimento da sua população - "veranista" e "nativa" - e dos seus domicílios?

Como criar um produto turístico na Ilha desvinculado da venda de terrenos, assim como, uma imagem que a transforme num destino turístico autônomo, independente dos roteiros e excursões provenientes da cidade do Recife?

Nas últimas décadas, a venda de terrenos para as segundas residências foi o principal produto turístico de Itamaracá. A especulação imobiliária ditou o parcelamento do solo para a abertura dos loteamentos, resultando numa alta densidade de ocupação do espaço litorâneo. A falta de uma ação efetiva dos instrumentos legais disciplinadores do crescimento urbano (Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), contribuiu para a ocupação desenfreada das edificações sobre a planície litorânea.

O aumento dos domicílios ocasionais também desencadeou o crescimento dos moradores adventícios em Itamaracá, reivindicando ainda mais investimentos na infra-estrutura local. A Prefeitura registra uma alta taxa de inadimplência dos "veranistas" com o pagamento do IPTU, enquanto os turistas de segunda residência alegam o não pagamento pela falta de investimentos da Prefeitura na infra-estrutura da Ilha. Instaura-se, então, um impasse entre o poder público e os "veranistas", resultante de uma falta de diálogo entre ambos.

Esta questão se torna ainda mais polêmica com a proposta da Prefeitura de criação de uma taxa-pedágio para investir na infra-estrutura e na proteção ambiental da Ilha. Conforme discutido, a taxa-pedágio suscita diversas críticas dos "veranistas" e "nativos", principalmente entre os primeiros e os excursionistas de finais de semana. Consideramos que, após uma ampla discussão e reavaliação do projeto inicial, a cobrança do pedágio na Ilha possa ensejar uma alternativa viável para aumentar arrecadação de recursos visando a implantar terminais bem estruturados para receber os excursionistas. Assim como foram instalados em algumas praias de São Paulo, os terminais ofereceriam infra-estrutura básica de apoio aos freqüentadores, tais como: estacionamento de ônibus, guarda-bagagens,

sanitários e duchas, posto de salvamento com ambulância, posto policial e até serviço de alto-falantes para avisos importantes. Desta forma estaria justificada a cobrança do pedágio pelo preço da manutenção desses serviços, haja vista que impor o pedágio como uma taxa de uso da praia é ferir, por iniciativa oficial, os direitos básicos do cidadão, garantidos por lei, como o direito de ir e vir e o uso da praia, que é patrimônio público.

Não tendo sido contemplada pelos investimentos do PRODETUR-PE I (embora integrasse o projeto), na sua segunda versão (PRODETUR-PE II) é reservado à Ilha o Projeto Pólo Náutico Itamaracá-Maria Farinha. Semelhante às Trilhas Ecológicas sub-implantadas em 1998, este Projeto Náutico carece de maior discussão entre o Poder Público e a população do município. Faz-se necessário que a Prefeitura, em parceria com o Governo (Estadual/Federal) e a iniciativa privada ligada ao turismo, promova ou redirecione investimentos para a infra-estrutura local. Isto poderá ser um fator de reativação do turismo em Itamaracá, sobretudo com campanhas públicas e ações legais que resultem na maior arrecadação do IPTU dos “veranistas” e “nativos”.

Como gerenciar um espaço que tenta se inserir na acirrada competição dos “destinos turísticos” e, ao mesmo tempo, convive com a presença de três penitenciárias em seu território?

Embora seja “contemplada” nos projetos governamentais como “*área de vocação natural destinada ao lazer e ao turismo*”, Itamaracá ainda padece de uma visão de planejamento na qual as ilhas eram espaços destinados a prisões, tendo sido instaladas três penitenciárias em seu território.

A inserção de Itamaracá no espaço metropolitano associada à intensa urbanização processada, principalmente pelo turismo de segunda residência, tem demonstrado algumas incompatibilidades do uso turismo-prisão. Com o aumento dos índices de *violência*¹ e a diminuição do fluxo de turistas, crescem também os apelos pela retirada das penitenciárias da Ilha.

A Penitenciária Agrícola de Itamaracá (PAI), devido ao seu regime semi-aberto, tem sido o alvo principal das reivindicações. Porém, o Governo Estadual alega não ter recursos financeiros para a construção de novas

¹ É válido ressaltar que não se pode atrelar o aumento da violência na Ilha, exclusivamente, à presença das penitenciárias. Esta questão requer uma análise mais ampla e aprofundada, considerando os diversos problemas sociais do país, como o desemprego, por exemplo.

prisões, propondo ações paliativas como o cercamento da PAI e o aumento do policiamento da Ilha no verão.

Diante da improvável transferência das penitenciárias (pelo menos em curto prazo), faz-se necessário discutir o resgate da imagem de presídio-modelo que a PAI já teve, como uma alternativa de explorá-la comercialmente e também de empregar os detentos em atividades que possam gerar benefícios para a economia do município.

Nesse sentido, o projeto do Governo Estadual de transformar a PAI numa Penitenciária Industrial pode ser uma oportunidade de se implementar novos usos para as penitenciárias da Ilha e de se discutir novas propostas de gerenciamento como: mecanismos de seleção dos presos, policiamento, cursos e oficinas profissionalizantes, atividades comunitárias, dotação orçamentária baseada no número de presos etc. O importante é que o objetivo principal dessas ações seja subverter a imagem anti-propaganda que as penitenciárias representam para a Ilha, pois a transferência destes equipamentos, caso ocorra, será a longo prazo e a violência e o turismo em Itamaracá precisam de ações emergenciais e efetivas.

Como inserir Itamaracá nas principais "rotas turísticas" sem provocar uma maior dilapidação do seu patrimônio ambiental e cultural?

A venda do espaço litorâneo ocasionou não só a degradação ambiental como também o decréscimo de atividades tradicionais como a agricultura e a pesca, tendo grande parcela dos "ilhéus" se engajado em "novos ofícios" como pedreiros, caseiros, faxineiras, pequenos comerciantes etc. O grande problema é que muitas dessas ocupações são temporárias e informais, e, tendo o turismo se tornado a principal atividade de sustento da população "nativa", esta passou a ficar dependente da oscilação dos seus fluxos e da sua sazonalidade. Como adverte Domenico De Masi (1999, p. 9), "uma economia sadia é diversificada e abrangente. Ela não pode centrar-se apenas na agricultura, só na indústria, nos serviços ou no tempo livre. A questão é saber dosar os vários ingredientes da economia".

É preciso buscar parcerias entre o Governo e a iniciativa privada para que a população "nativa" possa se qualificar e desenvolver atividades na

área industrial, de comércio e outros tipos de serviços que não sejam apenas vinculados ao turismo. Estas ações podem resultar em diversas opções de emprego para os “ilhéus” e no desenvolvimento de outras fontes de receita para o município. Ademais, há a necessidade de incentivar o resgate de atividades tradicionais como a pesca e a agricultura, que estão em declínio pela falta de apoio e de projetos que priorizem estes segmentos da economia da Ilha.

O turismo tem mostrado que, quando não é bem planejado, principalmente visando a melhorar a qualidade de vida da população receptora, seu ciclo de vida é curto e trágico. Como uma atividade capitalista qualquer, o turismo produz e consome o espaço através da deterioração dos atributos naturais e sócio-culturais das paisagens, deixando rastros de degradação e espoliação da população local.

Todavia, faz-se necessário reconhecer também o lado positivo do turismo. Quando bem planejado e gerenciado, a atividade turística pode ser alavancadora do desenvolvimento local, gerando empregos, a valorização cultural, a melhoria das condições de vida da população e o estímulo à preservação ambiental.

Na nossa área de estudo, porém, a falta de gerenciamento da atividade turística levou, conforme analisado, a uma série de efeitos negativos que acenam a saturação da própria atividade.

A degradação sócio-ambiental provocada pela ocupação desenfreada do turismo em Itamaracá tem feito declinar sua atração metropolitana, fazendo com que muitos “veranistas” estejam alugando ou vendendo suas “casas de praia”, partindo em busca de outros espaços como o litoral sul de Pernambuco, que tem sido, estrategicamente, “mais favorecido” pelo Governo Estadual na dotação de infra-estrutura turística.

Os impactos culturais também têm resultado numa perda progressiva das tradições e costumes da população “nativa”. As palavras “nativo” e “ilhéu”, já não expressam o reconhecimento de estar habitando um espaço peculiar. A massificação da cultura propagada pelos meios de comunicação e intensificada pelo turismo tem transformado o itamaracaense num cidadão metropolitano, que cada vez mais convive com o estilo de vida e os “problemas” urbanos.

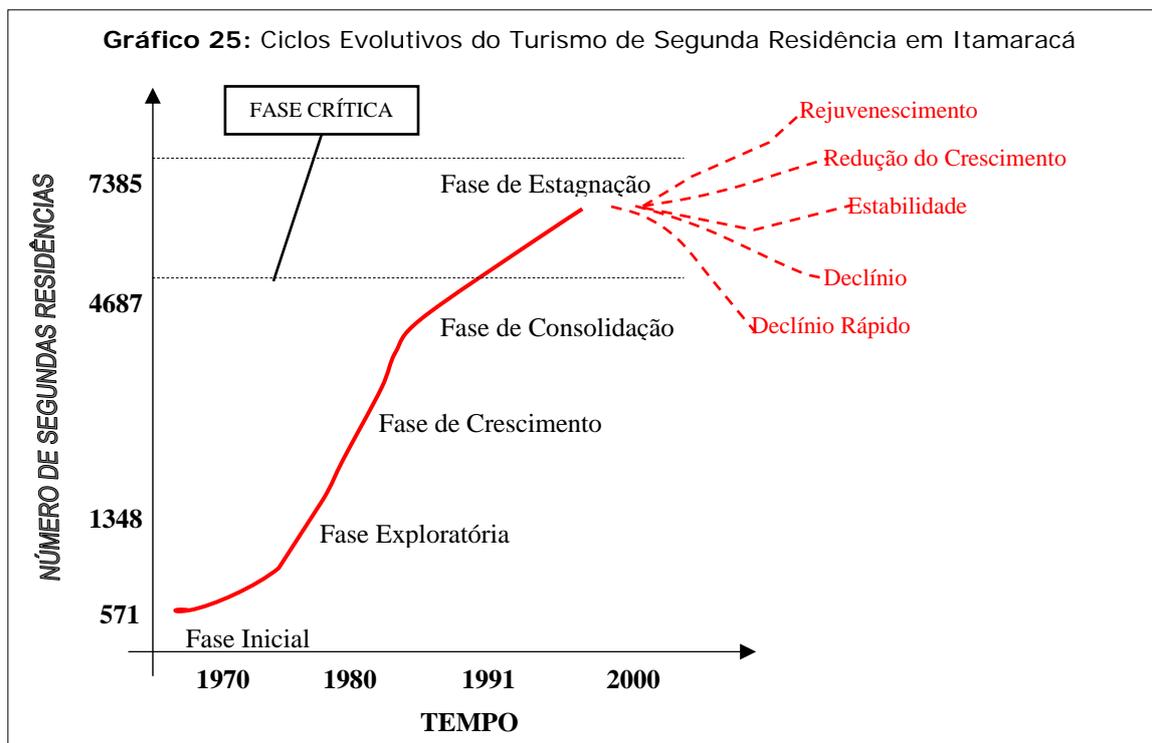
É válido destacar que não adotamos nesta análise o discurso “apocalíptico” de sermos contra o turismo, ou de quereremos defender o isolamento insular, a natureza intocada, as relações pré-capitalistas e a cultura exótica; muito menos atribuímos aos “veranistas” a responsabilidade pelos impactos sócio-ambientais ocasionados. Defendemos, contudo, que o turismo em Itamaracá possa resultar em maiores benefícios sócio-econômicos que elevem a qualidade de vida dos “ilhéus” e assegure a sustentabilidade da própria atividade.

Para que o turismo possa ser um vetor de desenvolvimento local, faz-se necessário que toda política voltada para melhoria desta atividade na Ilha - sobretudo a cobrança do pedágio e a retirada das penitenciárias -, deva estar baseada em projetos que priorizem a valorização do ambiente, e que sejam desenvolvidos de forma integrada, com a participação do poder público, dos empresários ligados direta ou indiretamente ao turismo, da população “veranista” e “nativa”.

Através de iniciativas como as Trilhas Ecológicas, o Poder Público tem tentado gerar um produto turístico em Itamaracá, passando de uma atividade voltada para a venda de terrenos, para uma atividade assentada nas “novas concepções” ecológico-sustentáveis. Porém, esta passagem da promoção imobiliária à promoção turística tem culminado em iniciativas ainda tímidas que marcam o desafio de transição enfrentado pela atividade turística na Ilha.

Adaptando o Modelo de Butler (1980) para a análise da *Evolução do Turismo de Segunda Residência em Itamaracá (Gráfico 25)*, situamos a década de setenta como a *fase inicial*, quando, após a construção da ponte e da sua inserção metropolitana, a Ilha passou a receber os primeiros turistas aventureiros. Os fluxos começaram a se intensificar no final da década de setenta marcando a *fase exploratória* quando foram iniciados os parcelamentos do solo litorâneo para a abertura de loteamentos. Este processo se prolongou pela década de oitenta, quando a paisagem litorânea já estava bastante transformada e as segundas residências representavam maior parte dos domicílios da Ilha. A *fase de consolidação*, no final da década de oitenta, marca um crescimento mais lento, indicando os primeiros sinais de saturação da atividade, os quais perduraram por toda a década de noventa caracterizando a *fase de estagnação*. O Censo 2000

apontou uma *redução do crescimento* das segundas residências em Itamaracá, acenando uma provável saturação desta atividade.



Fonte: Adaptado de Butler, 1980 (*apud* Rodrigues, 1998, p. 90); Dados: IBGE - Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

Sendo assim, a ação do Poder Público visando à mitigação dos impactos negativos e a melhoria da infra-estrutura local será decisiva para apontar o **rejuvenescimento** ou o **declínio** da atividade turística em Itamaracá (Gráfico 25). Ademais, é necessário que se forme na população em geral uma consciência no sentido de ver Itamaracá como uma Ilha, com seus recursos naturais limitados e imprescindíveis a sua sobrevivência, sendo que estes devem ser utilizados de modo a não prejudicar os sistemas ecológicos dos quais ela é parte integrante, pois, só assim, os simulacros que a tornaram a "ilha-paraíso" podem subsistir sem transformá-la na "ilha-desilusão" para os turistas e, sobretudo, para os "nativos".

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Documentação de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea, Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALHEIROS, Margareth Mascarenhas. **Riscos de escorregamentos na região metropolitana do Recife**. 1998. 135 f. Tese (Doutorado em Geologia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Cultura: invenção e construção do objeto turístico. In: AGB. **Turismo e formação profissional**. p. 17-30. Fortaleza: AGB, 1998. (*Espaço aberto 3*)

ANDRADE, Gilberto Osório de. **Itamaracá, contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana**. Recife: [s.n.], 1955.

ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Atlas escolar de Pernambuco**. João Pessoa: Grafset, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: FIDEM/CEHM, 1999a. (Coleção tempo municipal, n. 20.)

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000. p. 275-281

ARAÚJO, Tânia Bacelar de, et al. **Planejando o desenvolvimento sustentável**: a experiência recente do Nordeste do Brasil. Recife: IICA, 1998.

ÁREA Verde de Itamaracá está menor. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 mar. 1992. Caderno vida urbana. p. B 4

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Análise geomorfológica**: um aporte ao estudo da difusão do turismo de segunda residência nas paisagens do litoral sul da Ilha de Itamaracá-PE. **Revista de Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, v. 16, n. 2, p. 11-39, jul./dez. 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informações e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

ASSUNÇÃO, Ana Paula Costa de. **Turismo, impactos e educação ambiental no bairro Forte Orange - Itamaracá - PE**. 2000 65 f. Monografia (Especialização em Ensino de Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

BAILLY, Antoine. **Representações sociais e dinâmicas urbanas e regionais**. Tradução em português não publicada feita por Edvânia Torres Aguiar Gomes.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção turismo).

BARROS, Nilson C. Crócia de. **Manual de geografia do turismo**: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: Universitária da UFPE, 1998.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BECKER, Bertha K. A Crise do estado e a região – a estratégia da descentralização em questão. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1986.

_____. **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1995.

BEZERRA, Onilda Gomes. **O Manguezal do Pina**: a representação sócio-cultural de uma "paisagem". 2000. 337 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

BITOUN, Jan. O Intra-urbano: a geografia e o urbanismo. In: SILVA, José Borzacchiello (Org.). **A Cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997.

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque. **A Gestão do patrimônio do estado em áreas de interesse turístico**: os casos de Porto de Galinhas e Itamaracá. 2000. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Meio Ambiente. Projetos de Execução Descentralizada. **Diagnóstico sócio-ambiental e mapeamento das potencialidades e restrições de uso - Área Piloto da RBMA**: complexo Igarassu, Itapissuma e Itamaracá-PE. Recife, 1998.

_____. **Projeto de implantação da reserva da biosfera da mata atlântica - RBMA**: relatório de cumprimento de metas. Itapissuma, 1999.

BRUNT, Paul & COURTNEY, Paul. Host perceptions of sociocultural impacts. **Annals of Tourism Research**, Londres, v. 26. n. 3, p. 493-515, 1999.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

CABRAL, M. C. et al. Área piloto da RBMA: complexo de Itapissuma, Itamaracá e Igarassu. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Nacional de Meio Ambiente. Projetos de Execução Descentralizada. Diagnóstico Sócio-Ambiental e Mapeamento das Potencialidades e Restrições de Uso. Recife, 1998. v. 1

CALVENTE, Maria del Carmen M. H. O Impacto do turismo sobre comunidades de Ilhabela (SP). In: LEMOS, Amália I. Geraiges de (Org.). **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.

CAMPOS, Heleniza Ávila. Planejamento urbano e áreas centrais urbanas no Brasil: uma reflexão em torno das práticas sócio-espaciais de seus frequentadores. In: Encontro Nacional da ANPUR, 7., 1997, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997. v. 1. p. 42-57.

_____. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife-PE:** estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores revitalizados. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Consumo do espaço. In: _____ (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186. (Coleção caminhos da geografia).

CASTILHO, Cláudio J. Moura de. As Atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica? **Revista de Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco,** Recife, v. 14, n. 1/2, p. 29-89, jan/dez 1998.

_____. **Tourisme et mobilité sócio-géographique dès pauvres à Recife/Brésil.** Tese (Doutorado em Geografia) - Université de la Sorbonne-Nouvelle, Paris III. Paris, 1999a.

_____. Turismo: uma prática sócio-espacial que se redefine e uma nova perspectiva de análise do espaço geográfico. **Revista de Geografia [da] Universidade Federal de Pernambuco,** Recife, v. 15, n.1, p. 21-50, jan/dez 1999.

CÉZAR, Cirinéia do Amaral. **O Fandango de Itamaracá.** 1989. Monografia (Especialização em Artes Cênicas) - Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

CHRISTALLER, Walter. Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions-underdeveloped countries-recreational areas. In: *Regional Science Association.* Paper 12, Lund Congress. 1963.

CLAVAL, Paul. **Geografia cultural.** Florianópolis: UFSC, 1999.

CORBIN, Alain. **O Território do vazio:** a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORIOLOANO, Luiza N. Menezes. **O Turismo Litorâneo Cearense:** do local ao global - as comunidades de Flecheiras e Guajiru - Trairi - CE. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Tecnologia e Geociências, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 1998.

COROA do Avião: Itamaracá perde ilhota para Igarassu. **Jornal do Commercio,** Recife, 13 nov. 1998. Caderno Cidades.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSTA, Francisco Fábio Dantas da. **A Dinâmica da paisagem no litoral sul da Paraíba**: o caso de Pitimbu. 1998. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

DE MASI, Domenico. Domenico De Masi: em busca do tempo perdido, entrevista. **Correio do Livro da UnB**, Brasília, p. 8-11 abril/jun. 1999.

DERRUAU, Max. **Geografia humana**. Lisboa: Presença, 1973. v. 2.

DIEGUES, Antonio Carlos. As Ilhas e arquipélagos brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, A. Carlos (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.

_____. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec, 1998.

DOLFUS, Olivier. **A Paisagem geográfica**. São Paulo: Difel, 1972.

DOMINGUES, Viviane. **Turismo e recursos costeiros em São Sebastião e Ilhabela**: percepção de moradores e de turistas. 2000 222 f. Dissertação (Mestrado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

DOMROS, Manfred. Tourism in the Maldives: the potential of its natural attraction and its exploration. **Applied Geography and Development**, Tubingen, v. 36, p. 61-77. 1990.

DONAIRE, José Antonio. La Geografia del Turismo después del Fordismo: turistas en las fábricas, turistas en los centros comerciales. **Revista Sociedade e Território**, Lisboa, n. 28, p. 55-68, ago. 1998.

EMBRATUR. Estatísticas - indústria do turismo. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2001.

EMPETUR. **Inventário do potencial turístico de Pernambuco - Ilha de Itamaracá**. Recife, 1998.

ESTADO dá largada para o Projeto Costa Verde. **Folha de Pernambuco**, Recife, 07 abril 1999. Caderno economia.

FANTIN, Márcia. **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FEATHERSTONE, Mike. Moderno e pós-moderno: definições e interpretações. In: _____. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995.

FERRÃO, João; SIMÕES, José Manuel. Teoria dos lugares centrais: concepções e utilização. In: Contribuições dos colaboradores da EPRU para um livro de homenagem a Orlando Ribeiro – estudos para o planejamento Regional e Urbano. Lisboa, 1981.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, Conceição C.; SIMÕES, Natércia N. **A Evolução do pensamento geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1996.

FIDEM. **Itamaracá**. Recife, 1982. Perfil municipal.

_____. **Levantamento da oferta e da demanda turística da Ilha de Itamaracá**. Recife, 1985.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado de Itamaracá (PDII)** - diagnóstico. Recife, 1986. v. 1

_____. **Produção das áreas estuarinas**. Recife, 1987. (Série de desenvolvimento urbano e meio ambiente)

_____. Associação Tecnológica de Pernambuco, ATEPE/UFPE. **SGRS – Sistema de gestão do tratamento e destinação dos resíduos sólidos na RMR**: relatório final. Recife, 1996.

_____. POA/PE – Estudos de consolidação e complementação do diagnóstico sobre a qualidade das águas, relativos à preparação do programa de investimentos nas bacias dos Rios Beberibe, Capibaribe, Jaboatão e Ipojuca. – diagnóstico sobre resíduo sólidos urbanos e sua disposição final na região metropolitana do Recife. Recife, 1997. (Relatório n. 5).

_____. **Itamaracá**. Recife, 1997. Perfil municipal.

_____. **Plano diretor da RMR - metrópole 2010**. Recife, 1998.

_____. **Litoral de Pernambuco**: um estudo propositivo. Recife, 1999.

_____. **Planta diretora da Ilha de Itamaracá**. Recife, 2001.

FONTELES, José Osmar. Turismo globalizado. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 1, n. 1, p. 91-98, 1999.

FREITAS, Ruskin Marinho de. **Entre a saudade e a promessa: práticas espaciais cotidianas atuais em espaços de lazer no bairro da Boa Vista - Recife - PE**. 1995. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e sociedade: inquietações em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade. In: SANTOS, Milton *et al.* **Natureza e sociedade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. 1997. 300 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. A Ressurgência do turismo nos anos 90 – campo de possibilidades de revisitações da região, natureza e paisagem na geografia. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. **Espaço vivido e imagens mentais**: uma descoberta em Antoine Bailly. Mimeografado

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HUSSEY, Antonia. Tourism in a balinese village. **The Geographical Review**, New York, v. 79, n. 3, p. 312-325, July 1989.

IBAMA. Instituto de Ecologia Humana. **Gestão ambiental para o município de Itamaracá** - uma proposta em exercício acadêmico. Recife, 1993. Curso regional de gestão ambiental

IBGE. **Censo demográfico – Pernambuco**. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico - Brasil**. Rio de Janeiro, 1970, 1980, 1991.

_____. **Contagem populacional - Pernambuco, 1996**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000 - Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30/05/2001.

ITAMARACÁ. Prefeitura da Ilha de. **Zoneamento funcional da área urbanizável do município da Ilha de Itamaracá**. Itamaracá, 1988.

_____. **Lei Orgânica Municipal da Ilha de Itamaracá**. [s.1. s.n.], 1990. Mimeografado.

ITAMARACÁ vai cobrar pedágio aos visitantes. **Jornal do Commercio**, Recife, 25 set. 1997. Caderno Ciência/Meio Ambiente.

ITAMARACÁ vai à Justiça pela Coroa do Avião. **Jornal do Commercio**, Recife, 14 nov. 1998. Caderno Cidades.

JATOBÁ, Lucivânio; LINS, Rachel Caldas. **Introdução à geomorfologia**. 2 ed. Recife: Bagaço, 1998.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____ (ed.) **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.

KNAFOU, Remi. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

KOLODNY, Emile. Insularite, isolement et les iles de la Grece. In: **Proceedings of the International Conference Afloat - The Archipelago as a Focus for Interdisciplinary Research**. 1978. Tradução em português não publicada feita por Hadmam Souza.

LAGO, Bia; Pedro Corrêa do. Visão dos Trópicos. **Revista Época**. São Paulo, ano 2, n. 100, abril 2000.

LAKATOS, Eva M^a.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LEA, John. **Tourism and development in the third world**. London: Routledge, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, Maria Lucia F. da Costa. **A Reserva da biosfera da mata atlântica de Pernambuco – situação atual, ações e perspectivas**. São Paulo: [s. n.], 1998. (Série Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, n. 12)

LOPES, José. **Histórias e segredos de uma ilha**. Recife: FUNDARPE, 1987.

MAGNO, Elzanira de A. Carlos. **Carta geomorfologia da Ilha de Itamaracá**. 1989. 109 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

McELROY, Jerome L.; ALBUQUERQUE, Klaus de. Tourism penetration index in small caribbean islands. **Annals of Tourism Research**, Londres, v. 25. n. 1, p. 145-168, 1998.

MELLO e SILVA, Sílvio Bandeira de. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do Estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.), **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Metropolização e raízes da periferização turística. In: SILVA, José Borzacchiello (Org.) **A Cidade e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAIS, Maria Zilene de Carvalho. **Utilização do Grau de Desenvolvimento Urbano (GDU) como Instrumento de Gestão Ambiental: o uso e ocupação da zona costeira da Ilha de Itamaracá**. 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

MOTA, Alves da. **ITAMARACÁ (o antigo e o moderno): uma análise sócio-econômica da histórica ilha pernambucana**. Itamaracá: Prefeitura Municipal de Itamaracá, 1985.

NOGUÉ i FONT, Joan. Turismo, perception del paisaje y planificacion del territorio. In: **Estudios Turísticos**. N^o 115. p. 45-54. Barcelona, 1992.

O'FERRAL, Andréa. Tourism and agriculture on the north coast of the Dominican Republic. **Revista Geográfica** [do] Instituto Panamericano de Geografia e História. México, n. 113, p. 171-191, enero-junio 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, nov. 1978.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis**: uma crítica à "indústria pós-moderna". Florianópolis: UFSC, 1998.

PEARCE, Douglas. **Tourist development**. London: Longman, 1981.

_____. **Tourism today - a geographical analysis**. New York: Longman, 1991.

PERNAMBUCO. **Lei nº 9.931**, de 11 de dezembro de 1986. Define como área de proteção ambiental as reservas biológicas constituídas pelas áreas estuarinas do Estado de Pernambuco. In: CPRH. Recife, 1986.

_____. Secretaria de Planejamento. **Programa de turismo - PRODETUR/PE**. Recife, 1991.

_____. **Programa de desenvolvimento do turismo do Nordeste - PRODETUR-PE - 2ª Etapa**. Recife, 1997.

_____. *Gerenciamento Costeiro (GERCO) - Diagnóstico socioambiental do litoral norte*. Recife, 2001.

POSTO da CIPOMA em Itamaracá abre sete meses depois de pronto. **Jornal do Commercio**, Recife, 07 mai. 1999. Caderno Ciência/Meio Ambiente.

PROJETO proíbe criação de novos loteamentos. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 abr. 2001. Informe/Especial. Itamaracá - 100 dias de governo. p. 7

REDESCUBRA os caminhos da Ilha de Itamaracá. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jun. 1998. Caderno viagem.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo e perspectiva científica: pensamento internacional x situação brasileira**. Campinas: Papyrus, 1998. (Coleção Turismo).

RIBEIRO, Ronaldo. Ilhas do Brasil: uma viagem aos paraísos do nosso mar. **Revista Os Caminho da Terra**, São Paulo, ano 5, n. 12, p. 34-53, dez. 1996.

ROCHA, Danielle de Melo. **A dialética do local e do global: os atores e as metamorfoses dos lugares no litoral sul do Cabo de Santo Agostinho**. 2000. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Abordagem Geográfica do Espaço do Turismo. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

RODRIGUES, Valdecírio. **História de Itamaracá**. Recife: Governo de Pernambuco, 1972.

ROLIM, Zionam E. Lins. Turismo no Brasil: crescimento do turismo doméstico, concentração regional e emergência do pólo nordestino. In: LIMA, João Policarpo R. (Org.). **Economia e região**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.

ROQUE, Mauren Leni de. **Contribuição para o estudo da origem e do desenvolvimento da função balneária da Ilha de Santo Amaro antes do boom imobiliário**. 1990. 245 f. Tese (Doutorado em Turismo) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

SAI licitação para o muro da PAI. **Jornal do Commercio**, Recife, 12 set. 2001. Caderno Cidade. p. 1

SALVÀ TOMÀS, Pere A. Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar mediterraneo. In: LEMOS, Amália I. Geraiges de (Org.). **Turismo: impactos socioambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SASTRE, Vicente J. *et al.* Fin de semana y tiempo libre. **Revista Estudios Turísticos**. n. 75/76, p. 215-344. jul/dez 1982.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHULTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHULTZE, Joachim H. **Conceito e estrutura da paisagem geográfica**. Tradução em português não publicada feita por Edvânia Torres Aguiar Gomes.

SEABRA, Odette C. de Lima. **A muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. 1979. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1979.

SEGUÍ LLINÁS, Miguel. El espacio turístico y su consumo en la Isla de Mallorca. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. De espacio rural a espacio turístico, del litoral al interior: las transformaciones sufridas por el territorio em la Isla de Mallorca. **Revista Sociedade e Território**, Lisboa, n. 28, p. 88-99, ago. 1998.

SEI expande atuação e inaugura em agosto terminal de Igarassu. **Jornal do Commercio**, Recife, 28 jul. 1999. Caderno Cidades.

SILVA, Epifânia Madureira da; SOUZA, Zoraia Alves de. **O Forte Orange e suas funções na história de Itamaracá-PE**. 2001. 45 f. Monografia (Especialização em História) - Autarquia Municipal do Ensino Superior de Goiana. Goiana, PE, 2001.

SILVA, M^a. José (Marieta) B. Lins; MELO, Roberto S. do Amaral. Fernando de Noronha: a produção e o consumo de um espaço insular para o turismo histórico-cultural. **Revista Espaço e Geografia**, Brasília, ano 3, n. 1, p. 177-190, jan./jun. 2000.

SOL abre festa em Itamaracá. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 set. 1997. Caderno vida urbana. p. 14

SONEIRO, Javier Callizo. **Aproximación a la geografía del turismo**. Madrid: Síntesis, 1991.

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândido Vilares. **Verdes canaviais**. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Desafios)

TOMAZ, Lea. **Representações sociais dos nativos na Ilha do Mel-PR**. 1996. 85 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1996.

TUAN, Yu-fu. Geografia humanista. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154 f. Tese (Livre-Docência) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

_____. O espaço rural aberto à segunda residência. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

UNESCO. **Island agenda**: an overview of UNESCO's work on island environments, territories and societies. Paris, 1994.

VERAS, Lúcia Maria de S. Cavalcanti. **De Apé-Puc a Apipucos**: numa encruzilhada, a construção e a permanência de um lugar urbano. Recife: Bagaço, 1999.

VIOLÊNCIA e medo dominam Itamaracá. **Folha de Pernambuco**, Recife, 07 out. 1998. Caderno polícia. p. 7

YÁZIGI, Eduardo. **Devaneio e crítica**: preliminares ao papel da fantasia na paisagem. **Paisagem Ambiente**. p. 253-287. São Paulo: EDUSP, 1999. (Ensaio, n. 12)

WEAVER, David B. Model of urban tourism for small Caribbean Islands. **The Geographical Review**, New York, v. 83, n. 2, p. 134-140, April 1993.

ANEXO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – Curso de Mestrado em Geografia QUESTIONÁRIO – TURISTAS DE “CASAS DE VERANEIO”

Bairro: São Paulo Forte Orange **Rua:** _____ N° _____

1. Residência Permanente: _____ Profissão: _____

Escolaridade: _____ Renda Média Mensal: _____ salários mínimos

2. A casa é: Própria Alugada Outro: _____

3. A quem o terreno/casa foi comprado/alugado (a):
 Imobiliária Morador Nativo Antigos Turistas Outros: _____

4. Quando comprou/alugou esta casa/terreno: _____ (ano ou mês)

5. Quais os motivos que o/a levaram a comprar/alugar uma casa de veraneio em Itamaracá:
 Praia Lazer/Paz/Isolamento Distância Preço Baixo Investimento Outros: _____

6. Qual o período que mais frequenta esta casa de veraneio: _____ (meses)
 Fins de Semana Grandes Feriados Férias Anuais Em todos esses

7. Qual o meio de transporte utilizado para chegar a esta casa de veraneio:
 Automóvel Particular Coletivo Particular/Coletivo Outro: _____

8. Quais as gerações da sua família que mais gostam de frequentar esta casa:
 Crianças Jovens Adultos Idosos Por que: _____

9. Emprega pessoal fixo ou temporário para cuidar da casa: Não Sim

Quantos homens: _____ Condição: Fixos Temporários Funções: _____
Onde eles residem: _____

Quantas mulheres: _____ Condição: Fixas Temporárias Funções: _____
Onde elas residem: _____

10. Aluga esta casa para temporada: Sim Não Em que período do ano: _____

11. Gostaria de vender esta casa e comprar uma nova em outra praia:
 Não Sim Por que: _____
Onde compraria: _____

12. O que acha da relação veranista-morador nativo:
 Boa Ruim Com Problemas: _____

13. Paga o IPTU: Sim Não 14. Acha que é mal aplicado: Sim Não

15. Onde se abastece de gêneros alimentícios:
 Ilha Lugar de procedência Outro: _____

16. Em geral, o que acha da rede de comércio/serviços da ilha:
 Boa/Atende as Necessidades Ruim/ Deficiente/Careira/Mal Abastecida

17. Aponte dois problemas do turismo na ilha que afetam sua casa de veraneio:
1 - _____ 2 - _____

18. Acha que os veranistas contribuem com estes problemas: Sim Não

19. É eleitor na ilha: Sim Não

20. Participa de alguma associação local: Sim Não Qual: _____

21. É a favor do estabelecimento de uma taxa-pedágio para entrar na ilha: Sim Não

Por que: _____